

BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • v.24 • n.3 • JUL./SET. 2014

ISSN 0103 8117

AGRICULTURA FAMILIAR: GESTÃO E TRABALHO





BAHIA ANÁLISE & DADOS

ISSN 0103 8117

Bahia anál. dados

Salvador

v. 24

n. 3

p. 411-600

jul./set. 2014

Foto: Freeimages/Janderson Araujo

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa

Secretaria do Planejamento (Seplan)
João Leão

**Superintendência de Estudos Econômicos
e Sociais da Bahia (SEI)**
Eliana Boaventura

Diretoria de Informações Geoambientais (Digeo)
Claudio Emílio Pelosi Laranjeira

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. Disponível para consultas e download no site <http://www.sei.ba.gov.br>. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e na *Library of Congress* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conselho Editorial

Ângela Borges, Ângela Franco, Ardemirio de Barros Silva, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Carmen Fontes de Souza Teixeira, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Eduardo L. G. Rios-Neto, Eduardo Pereira Nunes, Elsa Sousa Kraychete, Guaraci Adeodato Alves de Souza, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Lino Mosquera Navarro, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Moema José de Carvalho Augusto, Mônica de Moura Pires, Nádia Hage Fialho, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Renato Leone Miranda Léda, Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu, Vitor de Athayde Couto

Editoria-Geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Conselho Temático

Abdon Jordão Filho, Daniel Costa Ferreira, Edonilce da Rocha Barros, Franklim Sales Soares, Ivan Fontes, Maria de Lourdes Novaes Scheffler, Marina Siqueira de Castro, Mônica de Moura Pires, Paulo Nazareno Alves Almeida, Sílvia Maria Bahia Martins, Thomaz Borges Araripe Barbosa

Coordenação Editorial

Aline Rocha (SEI)
Lucicleide Nery Nascimento (SEI)
Liliane Sampaio Rego (EBDA)

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)

Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Produção Editorial

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Revisão de Linguagem

Laura Dantas
Calixto Sabatini

Capa

Julio Vilela

Editoração

Autor Visual

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa
Isabel Dino Almeida

Bahia Análise & Dados, v. 1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia, 2015.
v.24
n. 3
Trimestral
ISSN 0103 8117

CDU 338 (813.8)

Impressão: EGBA
Tiragem: 800 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., nº 435, 2º andar – CAB
CEP: 41.745-002 Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 3116-1781
sei@sei.ba.gov.br
www.sei.ba.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação	415	Política pública de fortalecimento da agricultura familiar: as ações da ASA (res)significando o semiárido baiano <i>Eliane Pereira de Almeida Vale</i> <i>Leandra Pereira da Silva</i>	501
Entrevista: A agricultura familiar é mais do que uma oportunidade de desenvolvimento rural para a Bahia <i>Jerônimo Rodrigues Souza</i>	417	Agricultura familiar e o Pronaf na Bahia <i>Márcia da Silva Pedreira</i> <i>Edna Maria da Silva</i> <i>Rafael Alves de Andrade</i>	519
O posseiro e o major: histórico sobre a luta pela terra no sertão baiano <i>Macio Andrade do Nascimento</i>	423	Microcrédito rural: um estudo de caso sobre o funcionamento do Pronaf B no município de Crisópolis, na Bahia <i>Claudineia Barreto Mendes</i> <i>Ivanessa Thaiane do Nascimento Cavalcanti</i>	539
Uma visão do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB): estudo de caso sobre a inclusão social em uma comunidade rural do estado da Bahia <i>Celma Amorim de Oliveira</i> <i>Fábio Matos Fernandes</i> <i>Marcelo Santana Silva</i> <i>Angela Machado Rocha</i> <i>Francisco Lima Cruz Teixeira</i>	437	O licuri (<i>Syagrus coronata</i> , <i>Arecaceae</i>): lavoura xerófila e agricultura familiar camponesa no semiárido do centro-norte baiano <i>Aurélio José Antunes de Carvalho</i> <i>Marcio Harrison dos Santos Ferreira</i> <i>Josenaide de Sousa Alves</i>	557
Uma análise da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) nas regiões brasileiras <i>Fábio Matos Fernandes</i> <i>Marcelo Santana Silva</i> <i>Angela Machado Rocha</i> <i>Lílian Lefol Nani Guarieiro</i> <i>Ednildo Andrade Torres</i>	451	Associativismo, cooperativismo e desenvolvimento local: o caso da comunidade rural de Pouso Alegre, Alcobça, na Bahia <i>Douglas Cerqueira Gonçalves</i> <i>Katia de Fatima Vilela</i> <i>Rodney Alves Barbosa</i>	571
Os serviços de ATER no território Vitória da Conquista: uma análise de gênero <i>Edimare Ribeiro Costa</i> <i>Cristiane Nascimento Santos</i>	469	Políticas públicas de desenvolvimento no Mercosul: a reunião especializada sobre agricultura familiar e o Fundo da Agricultura Familiar <i>Regina Laisner</i> <i>Guilherme Ferreira</i>	587
Políticas públicas de ATER para transição agroecológica: o caso do Programa de Capacitação e Extensão Rural, com enfoque em sistemas agroecológicos de produção agrícola no município de Cruz das Almas, na Bahia <i>Lorena Maria Magalhães Rocha</i> <i>Irenilda de Souza Lima</i>	485		



APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do estado, publica o segundo volume da *Bahia Análise & Dados Agricultura Familiar*, com a proposta de elevar o entendimento sobre a temática. A revista, composta por onze artigos mais entrevista, contempla estudos de caso para o estado da Bahia, regiões brasileiras e Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Esse exemplar finda os trabalhos iniciados pela SEI em 2014, declarado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. O primeiro volume dessa publicação de mesmo tópico demonstrou a importância socioeconômica e ambiental desse modelo socioprodutivo. A revista revelou que a atividade emprega grande número de trabalhadores no campo, produz alimentos para o mercado interno e pode garantir a subsistência dos agricultores e de suas famílias, além de gerar excedente para a comercialização.

Esta segunda edição da revista *Bahia Análise & Dados – Agricultura Familiar* inclui perspectivas múltiplas. Apresenta uma visão histórica da Lei de Terras de 1850 e instrumentos que favoreceram essa estrutura produtiva, quando ainda não era empregado o termo “agricultura familiar”. Analisa a importância do associativismo e cooperativismo para as famílias engajadas nesse ramo de atividade socioeconômica e, conseqüentemente, para o desenvolvimento humano. Estuda a participação da agricultura familiar na produção do biodiesel avaliando o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) na Bahia e em regiões brasileiras.

Também, afere programas de assistência técnica e extensão rural e a questão de gênero; e os impactos do uso de tecnologias sociais sobre a agricultura familiar e a forma de entender o semiárido. Avalia a política de crédito federal voltada aos agricultores familiares; e atividades de extensão universitária para a agricultura familiar. Por fim, a revista ultrapassa as fronteiras nacionais examinando as políticas sociais no Mercosul.

A SEI, mais uma vez, agradece o apoio da extinta Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA), a parceria da Superintendência da Agricultura Familiar (Suaf), atualmente na estrutura da recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Rural, e a contribuição dos autores, do seu Conselho Editorial, do Conselho Temático e de todos que colaboraram para a realização desse trabalho.

A agricultura familiar é mais do que uma oportunidade de desenvolvimento rural para a Bahia

ENTREVISTA COM JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA



Jerônimo Rodrigues Souza é graduado em Engenharia Agrônoma (1991) e mestre em Ciências Agrárias (1997) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de especialista em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba. Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), foi secretário executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011) e secretário nacional de Desenvolvimento Territorial (2011/2012). Também exerceu o cargo de secretário executivo do Programa Proterritórios/Cumbre Ibero-Americana (2011/2012) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo ainda membro do Conselho Nacional de Economia Solidária (2011/2012). Atualmente, é secretário de Desenvolvimento Rural do estado da Bahia.

BA&D – *Como a sociedade vê a agricultura familiar e de que modo deveria enxergá-la?*

Jerônimo Rodrigues Souza – Primeiro é importante pensar como a sociedade via a agricultura familiar para depois entender como a vê hoje. A agricultura familiar era vista pela sociedade a partir da maneira como o mercado a tratava. O processo de modernização conservadora que a agricultura brasileira experimentou no século XX excluiu a agricultura familiar do processo de desenvolvimento. As políticas públicas não atendiam as pautas dos movimentos e os anseios da agricultura familiar. A reforma agrária teve execução pífia. Até mesmo no desenho feito em 1985, no Plano Cruzado, os resultados não passaram perto da real demanda, e os próprios resultados apresentados foram maquiados, como apontam pesquisadores como José Graziano da Silva. Nem mesmo o Sistema Nacional de Crédito Fundiário se voltou ao agricultor familiar. Portanto, como a sociedade enxergaria a agricultura familiar se não como uma categoria social excluída?

Além disso, a cultura da modernização levava para a sociedade a ideia de que, para ser moderno em termos de produção agropecuária, era necessário produzir via latifúndio, em sistema de monocultura, utilizar insumos químicos como fertilizantes

e pesticidas, por exemplo. Então, como a agricultura familiar produz a partir de uma lógica diferente desta, diríamos até antagô-

No caso da Bahia, a agricultura familiar se revela estratégica para oportunizar o desenvolvimento também pela sua amplitude.

São aproximadamente 670 mil estabelecimentos da agricultura familiar espalhados pela Bahia, o equivalente a 15,2% dos empreendimentos rurais familiares do Brasil

nica, sua forma de reproduzir-se socialmente e de produzir alimentos era vista como atrasada e, portanto, mal vista.

Sem a pretensão de resgatar a história, cabe aqui lembrar que, mesmo sem ser bem vistos pela sociedade, os diversos movimentos e organizações de trabalhadores rurais que mais tarde comporiam o que hoje chamamos de agricultura familiar resistiram e se opuseram ao modelo dominante. Pautaram o Estado durante todo século XX em nome de políticas públicas que atendessem às demandas da categoria. Vitórias e derrotas no curso da história. Mas fica, acima de tudo, um saldo positivo, que começa com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção (Provap), seguido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e pelo reconhecimento da agricultura familiar, através da

Lei 11.326/2006. Posteriormente, houve a criação de políticas para as diversas categorias sociais que estão agrupadas por esta lei, como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Terra Forte, o Terra Sol, a diversificação do Pronaf, dentre outras conquistas, que deram maior capacidade produtiva à agricultura familiar. Hoje, a visão da sociedade ante a agricultura familiar já é outra, já reconhece o seu valor e seu tamanho.

BA&D – *A agricultura familiar pode ser vista como uma oportunidade para o desenvolvimento rural do estado da Bahia?*

JRS – De modo geral, a agricultura familiar é mais do que uma oportunidade de desenvolvimento rural para a Bahia. Trata-se, a nosso ver, de um caminho estratégico para promover o que se entende por desenvolvimento. Potencializar a agricultura familiar e criar meios para o desenvolvimento de suas atividades produtivas significa fomentar a produção de alimentos saudáveis, gerando renda, promovendo inclusão socioproductiva, enfrentando a pobreza rural de frente e a insegurança alimentar e nutricional da população.

No caso da Bahia, a agricultura familiar se revela estratégica para oportunizar o desenvolvimento também pela sua amplitude. São aproximadamente 670 mil estabelecimentos da agricultura familiar espalhados pela Bahia,

o equivalente a 15,2% dos empreendimentos rurais familiares do Brasil. Trata-se da maior população rural e do maior número de agricultores familiares do Brasil, segundo o último censo agropecuário do IBGE. É essa agricultura familiar que mais emprega pessoas no campo e que responde por 7% do PIB do nosso estado, segundo a pesquisa FIPE/USP de 2008. Portanto, é fundamental tornar esta categoria social e sua diversidade produtiva e de organização um caminho para fomentar o desenvolvimento rural dos territórios de identidade, da Bahia e do Brasil.

BA&D – *As políticas e os programas que promovem a agricultura familiar têm atuado como propulsores do desenvolvimento rural?*

JRS – Com certeza, essas políticas e programas atuam ao menos por quatro linhas como fomentadores do desenvolvimento. Primeiro, fomentando diretamente a produção, promovendo o acesso a insumos e meios de produção, a troca de conhecimento. Depois, garantindo que eventuais perdas não afetem a agricultura familiar. Essa garantia estimula a produção, pois a certeza de que possíveis perdas não gerarão prejuízos cumpre também a tarefa de incentivar a produção. Por fim, criando mecanismos que estimulam a comercialização, para que o resultado da produção se converta em renda. Os merca-

dos institucionais e a política de garantia de preços mínimos, assim como o fortalecimento de espaços de comercialização, são

Os movimentos sociais da agricultura familiar têm pautado o governo da Bahia, e este vem respondendo à altura. A própria criação da SDR é um bom exemplo. A ideia surgiu como pauta dos movimentos sociais e acabou se tornando realidade

bons exemplos destes mecanismos. Atuam ainda estimulando a agricultura familiar organizada a transformar os produtos básicos em alimentos agroindustrializados. Dessa forma, essas linhas promovem desenvolvimento rural por fomentar a geração de emprego e renda, por garantir a inclusão produtiva respeitando as questões geracionais e de gênero, por produzir de forma sustentável ambiental e culturalmente, e por garantir a geração de riqueza para o nosso país, para a Bahia.

BA&D – *É possível fazer algum balanço sobre os avanços da agricultura familiar na Bahia?*

JRS – Sim, mas primeiro é preciso reconhecer que os avanços têm sua origem principal na capacidade de organização da própria agricultura familiar. Os movimentos sociais da agricultura familiar têm pautado o governo da Bahia, e este vem respondendo à altura. A própria criação da SDR é um bom exemplo. A ideia surgiu como pauta dos movimen-

tos sociais e acabou se tornando realidade. E a criação da SDR vem para atender aos avanços da agricultura familiar, ganhando uma estruturação e concepção a partir do modelo petista de governar. Cabe ilustrar com alguns exemplos. O Pronaf, na Bahia, saiu de 140.757 operações, em 2007/2008, para 204.293 operações em 2013/2014. Isso representa a elevação do valor das operações de R\$ 292,8 milhões para R\$ 794,8 milhões. Esse dado não revela de forma explícita algo importante, que cabe citar: a desconcentração do crédito como um todo e, em especial, do Pronaf, ou, em outras palavras, a elevação do número de agricultores familiares acessando esta importante política na Bahia. Citando duas safras como referência – 2006/2007 e 2013/2014 –, a adesão ao Garantia Safra saiu de pouco mais de 6 mil para quase 285 mil agricultores. Em termos de adesão de municípios, isso significa a ampliação de 22 para 241 municípios. Entre 2007 e 2014, foram realizadas 116 operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), garantindo o acesso à terra de 2.455 famílias. A distribuição de sementes, como forma de fomentar o plantio, contemplou, em 2007/2008, pouco mais de 83 mil famílias. Para a safra 2014/2015, já alcançamos mais de 313 mil famílias. As demais políticas – Programa Nacional de Aquisição

de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Água para Todos etc. – seguem a mesma linha de crescimento. Estes números, em conjunto, indicam os avanços e mostram como as políticas públicas vão chegando cada vez mais no universo da agricultura familiar na Bahia.

BA&D – *O que pode ser destacado como produtos e práticas no âmbito da agricultura familiar?*

JRS – A pluriatividade é característica intrínseca da agricultura familiar. São muitos produtos que emergem desta característica, respeitando as especificidades territoriais. Leite, carne, mandioca, frutas, mamona, mel, hortaliça etc. são produzidos e, cada vez mais, vêm ingressando no mercado com valor agregado, através do desenvolvimento das agroindústrias familiares de pequeno e médio porte. A transformação dos produtos primários é uma pauta histórica para o desenvolvimento nacional, colocada por diversos pesquisadores. Esta prática qualifica o produto, amplia as possibilidades de consumo, atenua o caráter perecível dos produtos agropecuários e eleva a renda da agricultura familiar. Um bom exemplo é o umbu, fruta genuinamente brasileira, do sertão, que historicamente foi subaproveitada. Nesta nova dinâmica da agricultura familiar, agricultores cooperados estão produzindo

doces, polpas, geleias, sucos e, agora, a recém-lançada cerveja de umbu. Isso é possível graças à conjunção da organização

Nossa prioridade de curto prazo é o fortalecimento da gestão dos sistemas de produção da agricultura familiar, através de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), por meio de formações, de políticas de fomento. Em médio e longo prazo, nossa prioridade é a criação da infraestrutura produtiva

socioproductiva, da organização cooperativada e da agroindustrialização. No exemplo do umbu, até o final do primeiro semestre de 2015, o governo da Bahia terá inaugurado duas novas unidades agroindustriais para ampliar a capacidade produtiva e atender às demandas das famílias e dos mercados. Entre 2007 e 2014, foram implantadas 231 agroindústrias familiares na Bahia, para qualificar a produção, ampliar a capacidade de comercialização e elevar a geração de renda.

BA&D – *O que deve ser operacionalizado como prioridade de curto, médio e longo prazo?*

JRS – Nossa prioridade de curto prazo é o fortalecimento da gestão dos sistemas de produção da agricultura familiar, através de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), por meio de formações, de políticas de fomento. Em médio e longo prazo, nossa prioridade é a criação

da infraestrutura produtiva. Esta infraestrutura é fundamental para garantir autonomia, sustentabilidade às famílias, para fortalecer os processos de produção e comercialização e garantir a continuidade destes processos. O Brasil vem superando um déficit histórico de infraestrutura produtiva e de logística. A Bahia segue o mesmo rumo. Entre 2007 e 2014, o governo do estado recuperou o déficit histórico de infraestrutura, e parte desta atende diretamente à agricultura familiar. Assim, cânons deste imperativo para promover o desenvolvimento rural, nosso desafio é operacionalizar as demandas de infraestrutura e logística para médio e longo prazo.

BA&D – *O tema agricultura familiar atravessa esferas múltiplas. No contexto da segurança alimentar, qual a sua significância?*

JRS – A segurança alimentar e nutricional se tornou uma área estratégica para o país quando, em 2003, o governo federal tomou como meta a superação da pobreza do Brasil. Atacar a insegurança alimentar é fundamental para que se garanta não só o acesso ao alimento e a superação da fome, mas também para assegurar os componentes nutricionais necessários para promover o desenvolvimento humano. Neste aspecto, a agricultura familiar tem um papel de relevân-

cia por ser a grande responsável pela produção de alimentos. Falando no plano estadual, é a agricultura familiar que produz 83% do feijão, 91% da farinha, 60% das aves, 44% do milho, 41% do arroz e 52% do leite. Assim, podemos falar que são as mãos que nos alimentam e nos nutrem. A Bahia avançou muito em relação à superação da pobreza e, por consequência, da insegurança alimentar da população. De 2004 a 2013, houve uma redução de 154 mil domicílios em situação de insegurança alimentar grave, segundo a PNAD/IBGE. Mas ainda temos 6,6% de domicílios com um quadro de insegurança alimentar grave. A tarefa da SDR é ajudar na garantia da segurança alimentar e nutricional destes domicílios que estão no meio rural, através das políticas de fomento à produção de alimentos pela agricultura familiar.

BA&D – O que pode ser aprimorado em relação à assistência técnica?

JRS – O primeiro aprimoramento é a compreensão do que seja assistência técnica (ATER). Já não cabe mais, se é que um dia coube, olhar para a ATER de forma direcional, do técnico para o agricultor, sem respeitar a dialógica que esta política requer. Ou seja, não é o técnico que transmite o conhecimento ao agricultor. A ATER é um processo de aprendizagem mútua, em que o processo produtivo é compreendido por agricultor e

técnico juntos, sendo por eles refletido, para que os entraves sejam resolvidos. Isso não diz respeito apenas à “produção na roça”. A ATER deve pensar a propriedade rural integrada a um projeto maior de desenvolvimento, nacional, estadual e territorial. Logo, essa ATER deve ser pensada como um serviço integral que atue na base de produção de matéria-prima, na transformação dos produtos e na criação de condições para acessar mercados públicos e privados. Esse entendimento, desenvolvido ao longo dos anos, agora está sendo incorporado pela Bahiater, uma superintendência da SDR.

BA&D – As dificuldades relativas à comercialização são um desafio. Existe alguma política ou algum programa com ênfase na eliminação desses obstáculos? Como eles podem ser superados?

JRS – Já existem programas no plano federal para fomentar a comercialização. Qual era a dificuldade inicial do agricultor familiar? Primeiramente, era produzir, pois faltavam meios de produção e fomento. Desde 2003, a produção foi incentivada. Aí surge um outro desenho: onde comercializar? Faltavam espaços. Assim surgiram os mercados institucionais, o PAA e o PNAE. Agora cabe à SDR ampliar e fortalecer o acesso da agricultura familiar a estas políticas. Temos, então, a tarefa de organizar a produção dentro do formato e da exigência destes programas, provocar os

órgãos de governo e unidades públicas para lançarem editais de compra destes produtos. Isso vai tornar estes mercados cada vez maiores e com uma dinâmica que garanta à agricultura familiar a continuidade da compra de seus produtos.

BA&D – As políticas e os programas para a agricultura familiar têm contribuído para a criação e o fortalecimento das redes sociais, dos laços comunitários rurais? Em caso afirmativo, como? Em caso negativo, justifique.

JRS – A construção e a execução das políticas públicas para a agricultura familiar já trazem como princípio a lógica comunitária de organização, as relações de solidariedade e cooperação. Dessa forma, os editais lançados para a agricultura familiar se voltam às associações comunitárias rurais e cooperativas. A declaração de aptidão ao Pronaf, identidade do agricultor familiar, também fortalece a organização jurídica através destas instituições. O Pronaf reforça esse tipo de organização ao garantir o financiamento de projetos para instituições com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica. A estratégia territorial de desenvolvimento traz para dentro dos colegiados as organizações da agricultura familiar e, com elas, toda a lógica comunitária, cooperativista e solidária. Os assentamentos rurais se organizam comunitariamente através de associações, e, para desenvolver

os processos socioeconômicos, por meio de cooperativas. As políticas de fomento estimulam as redes de solidariedade à produção. Essa é a lógica, e, assim como citamos essas políticas, elas são o princípio das demais políticas para a agricultura familiar.

BA&D – *Existem outras externalidades positivas que resultam do fomento à agricultura familiar? Quais?*

JRS – Além da superação da pobreza, da inclusão produtiva e da produção de alimentos, ainda existem outras externalidades positivas advindas da produção da agricultura familiar. Poderíamos citar a relação sustentável com o meio ambiente. A agricultura familiar e campesina pensa o desenvolvimento rural de forma sustentável, desde a utilização dos recursos naturais, até a escolha pela não utilização de insumos e preventivos químicos. Outro exemplo é a contenção do êxodo rural e a consequente redução da pobreza urbana e demais problemas advindos da urbanização desordenada. O fomento à produção da agricultura familiar e a oferta de infraestrutura e serviços públicos no meio rural promovem a inclusão produtiva dos membros das famílias. Uma vez que estes membros estejam produzindo e vivendo com qualidade no campo, migrar para as cidades deixa de ser uma oportunidade e passa a ser um risco. Portanto,

através da agricultura familiar, reduzem-se as migrações e as consequências negativas que este processo traz.

Além da superação da pobreza, da inclusão produtiva e da produção de alimentos, ainda existem outras externalidades positivas advindas da produção da agricultura familiar

BA&D – *Quais os planos da Secretaria de Desenvolvimento Rural, recentemente instituída, para a agricultura familiar?*

JRS – A SDR está comprometida com a lógica de garantir a inclusão produtiva e fomentar a produção, agregação de valor e comercialização, tendo a agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural na Bahia. Nossa missão é formular, articular e executar políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, tendo os seguintes eixos estratégicos: reforma agrária e regularização fundiária; assistência técnica e extensão rural; fomento à produção (Unidade de Produção Familiar - UPF e assentamento); infraestrutura rural; articulação institucional; e abordagem territorial do desenvolvimento. Estes eixos estão agrupados em quatro grandes planos, nos quais se concentram as políticas e ações: formação e organização comunitária da agricultura familiar; fomento à produção, tendo a produção orgânica e agroecológica como ideal a ser perseguido;

agregação de valor como forma de qualificar a produção e elevar a geração de renda; e inclusão dos produtos nos mercados institucionais e privados.

BA&D – *Existe algum espaço proposto no programa participativo do novo governo para a inclusão de representantes da agricultura familiar?*

JRS – O fortalecimento das instâncias de participação na Bahia, desde que o governador Jaques Wagner assumiu, é algo crescente e reconhecido. A tarefa do governador Rui Costa será fortalecer estas instâncias e aproveitar o acúmulo de experiências para promover uma dinâmica de funcionamento mais próxima do ideal de gestão social. Podemos citar o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual (Cappa), o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) etc. Um desses espaços em que a agricultura familiar tem um papel determinante é o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, no qual estão congregados poder público e sociedade civil ligada à agricultura familiar no estado da Bahia, em nome da gestão participativa. Para a SDR, mais importante do que pensar a criação de outra instância será fortalecer o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) como instância consultiva capaz de orientar o governo para a promoção do desenvolvimento rural na Bahia.

O posseiro e o major: histórico sobre a luta pela terra no sertão baiano

*Macio Andrade do Nascimento**

* Mestre em História Regional e Local e graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Professor da rede pública de ensino do município de Morro do Chapéu (BA).
m.andrade.n@hotmail.com

Resumo

A luta dos trabalhadores sertanejos livres e pobres pela manutenção da propriedade da terra na Chapada Diamantina na segunda metade do século XIX é o tema central deste artigo. Tendo como fonte os processos criminais movidos pela disputa de terras no distrito de Riachão da Utinga, Vila de Morro do Chapéu, década de 1870, foi possível entrever o cotidiano de homens e mulheres, pobres e ricos, que extraíam de sítios, roçados e fazendas seu sustento e sobrevivência. Na disputa entre o posseiro Manoel Zacharias Nolasco e o major Alexandrino Saturnino do Rego, membro da Guarda Nacional, a Lei de Terras, de 1850, e os laços de amizade, dependência, vizinhança e compadrio foram decisivos para transformar uma simples posse em domínio definitivo.

Palavras-chave: Trabalhador livre e pobre. Sertão baiano. Luta pela terra. Laços de proteção. Lei de Terras de 1850.

Abstract

The struggle of the poor and free “sertanejos” workers for the maintenance of land ownership in the Chapada Diamantina in the second half of the nineteenth century is the central theme of this paper. Having as source the crimes proceedings moved by the land dispute in the district of Riachão Utinga, Village of Morro do Chapéu, in the 1870s it was possible to glimpse the daily life of men and women, rich and poor who extracted from ranches, garden plots and farms their livelihoods and survival. In the dispute between the squatter Manoel Zacharias Nolasco and Major Alexandrian Saturnino do Rego, National Guard member, the Land Act of 1850 and the ties of friendship, dependence, neighborhood and cronyism were decisive to turn a simple possession into definitive domain.

Keywords: Free and poor worker. Bahian backlands. Struggle for land. Ties of protection. Land Act of 1850.

INTRODUÇÃO

No ano de 1850, a Lei de Terras foi aprovada após sete anos de debates entre deputados e senadores¹. Com o objetivo de regulamentar a aquisição e a posse de terras no Brasil, sua aprovação e aplicação, a partir de 1854, ainda hoje gera debates. Para alguns autores, a lei atendia apenas aos anseios dos latifundiários, ricos fazendeiros, substituindo formas consuetudinárias (tradicional) de aquisição de terras exclusivamente pela compra, além de tentar solucionar a questão da mão de obra após a proibição do tráfico atlântico de escravos. Para outra vertente, a lei expressava “a luta entre várias concepções e valores diferentes” e foi através dela que posseiros, agregados, meeiros e arrendatários encontraram um território jurídico de defesa de seu direito à posse da terra.

Este texto analisa como os trabalhadores livres e pobres do sertão baiano do século XIX se valeram da Lei de Terras de 1850. Longe da imparcialidade pregada no campo legal, esta lei não seria apenas uma ferramenta a favor da aristocracia rural brasileira, mas, ao mesmo tempo, instrumento de luta dos menos favorecidos, pessoas simples que plantavam feijão, milho, arroz, café, mandioca e abóbora e que criavam alguns animais em seus terreiros, como galinhas, porcos e cabras. Pessoas que, hoje, seriam chamadas de agricultores familiares.

A produção voltada para a subsistência em sítios, fazendas e pequenas roças, garantia um mercado de excedente ativo de gêneros alimentícios, que era comercializado nas feiras locais. A economia camponesa deveria “responder ao mesmo tempo à lógica do autoconsumo da família e fornecer, de alguma forma, uma contribuição à eco-

nomia global” (MARCILIO, 2006). Este excedente era fundamental para a aquisição de bens que o grupo familiar do trabalhador rural não conseguia produzir, como ferramentas, vestuários, pólvora e sal. Contudo, a economia de subsistência não deve ser entendida como algo menor ou isolado, mas como aquela cuja “produção é primeira e primordialmente realizada para o consumo do grupo doméstico”².

A Lei de Terras afetou as relações costumeiras de uso dos recursos das florestas e a vida cotidiana daqueles que buscavam um pedaço de terra que pudesse chamar de seu, em um período em que esta deixa de ser “domínio da Coroa” e passa a “domínio público, convertendo-se em mercadoria” (NEVES, 2003).

As medidas legais contra os costumes tradicionais daqueles agricultores familiares serviriam para fortalecer e unir ainda mais os sem-terras em torno de um sentimento de fraternidade ou de vizinhança. Permanente ou temporária, a potência da propriedade significava aos livres ricos a ampliação de sua influência político-econômica sobre os mais pobres, que se transformavam em agregados e, não raras vezes, em capangas de seus senhores. Aos pobres livres, a posse da terra permitia, antes de tudo, fugir da dominação ou submissão senhorial, além disso, possibilitava a fixação na localidade, evitando uma vida de andarilho, de êxodo, ao passo que legitimava as relações ali estabelecidas como o compadrio, a vizinhança e a solidariedade. No campo jurídico, durante a luta pela terra, estas relações se estreitavam, pois, em ambos os lados, a argumentação das testemunhas era vital para o resultado das contendas nos tribunais.

A escolha das testemunhas era essencial aos objetivos de autores e réus para transformar uma

A Lei de Terras afetou as relações costumeiras de uso dos recursos das florestas e a vida cotidiana daqueles que buscavam um pedaço de terra que pudesse chamar de seu, em um período em que esta deixa de ser “domínio da Coroa” e passa a “domínio público, convertendo-se em mercadoria”

¹ Lei de Terras (BONAVIDES, 1996).

² Marcílio (2006).

posse em domínio. O simples apossamento de determinada área não legitimava ao indivíduo o *status* de senhor daquele limite, apesar dos atos possessórios (realização de melhorias, como casas, currais, estivas, derrubadas de matas e cultivo) e do reconhecimento dos vizinhos. Quando a disputa era levada ao tribunal, o desejo era, a partir da sentença final, legitimar a conquista sobre sua gleba, deslocando-se, assim, da condição de ‘posseiro’ para ‘senhor de terras’. Neste caso, então, o domínio representava a possibilidade de “vender, alhear e escambiar livremente” a propriedade (MOTTA, 1996).

CHAPADA DIAMANTINA: O CENÁRIO

Os agricultores que são estudados aqui viveram em uma região específica, o distrito de Riachão da Utinga, a época pertencente à Vila de Morro do Chapéu, Chapada Diamantina. Morro do Chapéu, hoje com uma área de 5.532 Km², é territorialmente o maior dos 23 municípios que compõem o que, administrativamente, se denomina Território de Identidade Chapada Diamantina. Uma extensa região encravada no semiárido baiano que abrange uma área total de 30.458,88 Km².

Quem transitava entre os municípios de Morro do Chapéu e Lençóis, necessariamente passava pelo então distrito de Riachão da Utinga³. Situado ao sul, o distrito funcionava como ponto de apoio aos que iam de um município ao outro. De acordo com as descrições feitas por Durval Vieira de Aguiar em sua visita à região em 1892, esta parte do território tinha como principais povoações “os arraiais da Utinga, Cachoeirinha e Pega”, onde “se planta, além dos cereais, muito cacau, café, fumo e cana, e fabrica-se açúcar e cachaça” (AGUIAR, 1979).

Através das atividades pontuadas por Aguiar, alguns trabalhadores do campo poderiam, com muito esforço, acumular ao longo da vida alguns

bens dignos de serem inventariados ou testamentos. No inventário de Justina Ferreira de Gois, falecida em 2 de maio de 1869, consta um sítio no Olho d’Água, Riachão da Utinga, com duas partes de terras com 250 pés de café, uma oficina de fazer farinha e “duas tarefas de cana”. Estevão José da Trindade, que vivia de lavoura, faleceu em junho de 1865 e deixou uma “engenhoca de moer cana” e dois “tachos de cobre”. Também em 1865, aos 27 de agosto, falecia sem testamento Joaquim Apolinário Canaverde, legando aos herdeiros “sítio de terras, no Riachão da Utinga, denominado Rio Verde, sítio na barra do Rio Verde e Rio Utinga, com algumas benfeitorias”, como “um engenho de moer cana, com alambique de cobre” e “engenho da mesma terra, com três tachos de cobre”. São alguns exemplos.

O pequeno distrito destacou-se não apenas na diversificação de sua produção agrícola, certamente favorecida pelos vários cursos de água, que alimentavam o Rio Utinga e o Rio Bonito, e suas respectivas microbacias hidrográfica, mas também por sua proximidade com o município de Lençóis. Enquanto distava da sede 14 léguas (84 km), estava a dez léguas (60 km) da Comercial Vila de Lençóis. Talvez este intenso fluxo entre as duas localidades ajude a explicar o fato de o distrito perder somente para a sede, Morro do Chapéu, em se tratando de atos “fora da lei” que geraram um processo civil ou crime.

Entre 1848 e 1889, 137 processos foram movidos pelos mais diferentes motivos: homicídios, roubos, defloração, agressões físicas ou verbais. Destes, 16 (11,68%) foram movidos por querelas relacionadas à posse de terras, tais como: demarcação de limites, divisão, expulsão e uso indevido dos recursos naturais, e são justamente estes que serão analisados neste trabalho.

Nada menos que dez (62,5%) destes 16 processos tiveram como cenário o território que abrange o distrito de Riachão da Utinga, todos na década de 1870. Casos como o de Francisco José Aniceto que, buscando regressar a sua terra natal, Fregue-

³ Riachão de Utinga, como será chamado daqui em diante, deu lugar hoje às cidades de Bonito, Utinga e Wagner.

sia de Saúde, em Jacobina, resolveu vender a João Evangelista de Souza o Sítio Lapinha, localizado “às margens do Rio Utinga”, com todas as benfeitorias, como casa, “roças de legumes” e “pastos de capim”. Segundo o queixoso, “longe de ao menos conservar as benfeitorias que achou no sítio; e antes locupletando-se de tudo e estragando”, João ainda lhe dera um calote, sem pagar um vintém que fosse pela compra do terreno. O pedido, portanto, era para que o réu fosse despejado.

Já Manoel Maximiano Bastos e sua mulher, Dona Maria Magdalena de São Pedro Bastos, entraram com uma ação de Força Nova contra Joaquim Miguel de Souza e sua mulher, Romana de Tal, e Rufino José de Souza e sua mulher, Modesta de Tal, todos moradores do mesmo distrito. Este recurso judicial é específico em casos de uso indevido das posses de outrem, seja de seus recursos naturais, seja de suas benfeitorias. A acusação era a de que os réus, que seriam moradores do vizinho Sítio Cambuy, estariam “derrubando matas, atacando fogos e fazendo os maiores destroços; apesar de terem reconhecido que ultrapassaram seus limites”, invadindo assim a propriedade pertencente ao casal, o Sítio Boa Vista.

A concentração destes processos ao sul do município talvez seja explicada por dois fatores: o primeiro deles é histórico: a partir de 1870, o movimento abolicionista ganhou força no Império; ter escravos passou a ser coisa de povos não civilizados. Ao mesmo tempo, a Região Nordeste sofria com a escassez de trabalhadores escravos, locados nas fazendas de café do Sudeste, assim, o dinheiro anteriormente investido na compra de cativos passa ser empregado na compra de terra, esta, então, fica cada vez mais valorizada. O segundo é de ordem natural: na área do distrito de Riachão da Utinga estão localizados dois importantes rios da Chapada Diamantina, Bonito e Utinga, além de inúmeros córregos, regaços, cacimbas e fontes de água. Um oásis em pleno sertão. Se no Recôncavo as áreas com solo de massapé eram as mais cobiçadas e valorizadas para o plantio da cana-de-açúcar (BARI-

CKMAN, 2003), para o sertão, a riqueza das águas tornava certas glebas de terras verdadeiros celeiros de produção, mas, mesmo em tempo de estiagem, disputá-las era o caminho de muitos.

O POSSEIRO E O MAJOR

Inimigos declarados, o major Alexandrino Saturnino do Rego e o posseiro Manoel Zacharias Nolasco foram os protagonistas de dois breves, mas ricos, processos sobre o uso da terra entre 1871 e 1872. No primeiro, aberto pelo subdelegado de polícia, o tenente Herculano Jose de Almeida, após denúncia do inspetor de quartirão em 11 de julho de 1871, Manoel é chamado de “o maior destruidor das terras nacionais”. Curiosamente, nesse mesmo dia, alguns trabalhadores, a mando da Justiça e sob os olhos do major, destruíram uma estiva sobre o Rio Utinga e uma casa de Manoel, ações que levaram este a abrir um processo contra o major em janeiro de 1872.

Manoel e Alexandrino representavam segmentos sociais bastante diferentes, apesar de unidos pelo desejo da terra. Enquanto membro da Guarda Nacional, o major dispunha de premissas que legitimavam o seu poder sobre a população local e automaticamente o colocavam no bojo da elite regional. Os membros daquela instituição iriam adquirir um caráter importantíssimo que marcaria profundamente a Chapada Diamantina como um todo, tanto no Império como, e mais significativamente, na República. Inúmeras são as histórias e memórias da população local sobre estes personagens fardados. Alguns, como Francisco Dias Coelho (Morro do Chapéu), Horácio de Matos (Lençóis) e Coronel Militão (Barra do Mendes), são mais comumente lembrados pela memória coletiva regional. A patente, assim, era a concretização do mandonismo que, segundo Leite (2009), “é o exercício do poder através de indivíduos que, em função do controle de algum recurso estratégico, de riqueza ou da posse da terra, põem a população sobre o seu domínio pessoal”.

Já Manoel movia-se, enquanto posseiro, pela experiência secular de posse da terra sem que houvesse uma efetiva regulamentação por parte da Coroa, especialmente depois da independência. Na segunda metade do século

XIX, diante do fim do tráfico atlântico e do gradativo ocaso da escravidão, bem como do debate sobre a Lei de Terras, o posseiro constituía-se em figura importante nos debates políticos da Câmara dos Deputados. O intento inicial da Lei de Terras era o de regularizar a situação dos posseiros, garantindo-lhes o título de posse. Entretanto, a proposta de legalizar propriedades de pequenos agricultores do campo que cultivavam terras do governo foi vencida, pois colocava em xeque os interesses dos grandes senhores de terra, muitos dos quais também posseiros. Impedir que os trabalhadores livres e pobres tivessem o acesso à terra regularizado significava garantir a abrangência do poderio do fazendeiro sobre seus dependentes, ou seja, os pequenos produtores. A posse legal da terra era para o trabalhador livre e pobre, guardando-se as devidas proporções, sua “carta de alforria” do domínio senhorial.

O choque entre estes dois mundos, o dos senhores e o dos trabalhadores livres, transpareceu quando, em 1871, Manoel foi acusado de realizar grandes derrubadas de matas e, por isso, foi enquadrado no artigo 2º da Lei 601/1850.

Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$, além da satisfação do dano causado [...] (BONAVIDES; AMARAL, 1996, p. 176-193).

A testemunha Felix Pereira dos Santos, 56 anos, lavrador, casado e natural da Freguesia de Saúde, expôs um compêndio da situação e, de certa forma,

das falas das demais cinco testemunhas de acusação do processo. Para ele:

Manoel Zacharias Nolasco [tem] aberto neste lugar, que denominou por Conceição, ambiciosamente tem continuado a fazer grandes derribas, sem ter forças alguma para cultivar lugares das matas derribadas por ele, como está presente para quem quiser testemunhar de vista os grande roçados, sem a menos ter feito plantação alguma em nenhum deles, não satisfeito porém com a abertura deste Sítio dema-

siadamente inútil, de mais foi abrir e devastar na margem do Rio Bonito, onde tem em proporção de sua força uma insignificante lavoura, sendo digno de lamentar-se a grande extensão de terreno, que tem devastado suas matas, e que ele testemunha em virtude de tal procedimento, por diferentes vezes no seu pensamento tem atribuído que o plano dele, Manoel Zacharias, só será de com estas grandes derribas, chamar-se dono de grande extensão de terrenos e, com isto, empatar de algum pobre trabalhador que, com alguma proteção, possa obter do Excelentíssimo Governo algum consenso para trabalhar a fim de remir sua vida⁴.

Ser fazendeiro implicava necessariamente incorporar elementos práticos e jurídicos porque “a luta pela terra expressava, em suma, não somente a possibilidade de obter o domínio sobre a mesma, mas também sobre os homens que ali habitavam ou desejavam habitar” (MOTTA, p. 45). O pensamento de Felix aparentemente segue este mesmo raciocínio, ou seja, sua leitura sobre as ações devastadoras de Manoel revela que este tentava expandir seus laços de dominação através da posse da terra. Até aí poder-se-ia entender que a ação de Felix e

⁴ AMFCA. Seção Judiciária. Sumário de culpa contra Manoel Zacarias Nolasco -1871.

das demais testemunhas estava voltada à defesa do bem comum ou ao uso comunal das terras que Manoel devastava com fogo. Contudo, a alusão da testemunha ao apadrinhamento (entendido como “proteção”) e também à concessão de alguma benfeitoria por parte do “Excelentíssimo Governo” não é à toa e coloca a situação sob outro prisma.

Em processo movido por Maurício Gomes Bezerra contra a mesma testemunha, Félix Pereira dos Santos, em 1871, fica clara a forte relação de proximidade, ou mesmo apadrinhamento, daquele com o major Alexandrino Saturnino do Rego. Maurício fora acusado pela testemunha de “ter dado uma chuchada em um boi de carro” pertencente a esta. Ao comparecer ao lugar denominado Pega para audiência, encontrou o major, que segundo ele, era “quem maior parte fazia pelo referido Félix”, aconselhando ainda a Maurício fazer um acordo com o queixoso, a fim de evitar processo judicial. Pelo acordo, seria pago a Félix 150\$000 réis, um valor alto por se tratar de um boi de carro.

A história, contudo, não acabou por aí. A propriedade do boi coube a Maurício, que, “ouvindo conselhos de outras pessoas”, resolveu matá-lo e vender a carne para auxiliar no pagamento do acordo. “Foi então quando viu que tal boi não tinha levado chuchada alguma, e, sim, no serviço cênico do engenho de seu dono, havia quebrado uma mão”. Ao procurar o major Alexandrino em sua casa, este respondeu a Maurício “que não queria saber mais de tal negócio; e sim que requeresse seu direito⁵”.

Analisando-se este caso verifica-se a relação de proteção que o major tinha para com a testemunha de acusação no processo contra Manoel Zacharias Nolasco. Além disso, sua referência ao consentimento de algum benefício do governo, provavelmente, diz conta da autorização que o presidente da província deu ao major para construir uma ponte sobre o Rio Utinga. Esta evidência altera o cenário e permite inferir que a consonância de to-

das as falas das testemunhas no primeiro processo contra Manoel, além da exclusiva finalidade de prejudicá-lo, pode esconder uma ação orquestrada pelo major Alexandrino para se apossar das terras que rodeavam a sua ponte. A batalha do trabalhador do campo envolvia, muitas vezes, lutar contra seus vizinhos de cerca, seus colegas de mutirão ou mesmo seus próprios compadres.

Não apenas Manoel Nolasco, um simples posseiro, sofreria com as investidas ambiciosas do major. Em 1875, o Comendador José Carlos da Motta denunciava Alexandrino que, sob ordem de contrato com governo da província da Bahia, deveria abrir “uma estrada do lugar Uruguaiana, a sair n’esta Freguesia” de Mundo Novo. Ocorre que Alexandrino passou a “dar morada a diferentes pessoas” em terreno no qual o queixoso alegava já ter “caminhos, vaquejadores, currais e ranchos para poder lidar com seus bois” e que estas já estavam a vender partes do dito terreno, como já fizera Antônio Victor de Araújo a Jerônimo Pereira Mascarenhas.

Em sua defesa, o major Alexandrino usou documento enviado ao vice-presidente da província solicitando deste a licença necessária para

[...] arranchar pessoas que possam fazer cercados, ranchos e vendas, para comodidade dos viandantes, ficando os arranchados sujeitos a conservação de um pedaço de estrada, sem que pese mais aos cofres da província, como já fez o suplicante na estrada Presidente Dantas, nas mesmas matas do Orobó [...]⁶.

Ao que parece, a construção destas estradas pela Chapada Diamantina servia ao major não apenas para estender e alargar caminhos, mas também para seus laços de dependência. Alegando serem terrenos desertos, distribuía-os a terceiros e, assim, ia tecendo sua teia de dependentes e devedores de favor. Na contramão, pessoas como o Comendador e o posseiro precisavam provar que as terras eram suas e que havia nelas *atos possessórios*.

⁵ FMCA. Seção Judiciária. Processo contra Felix Pereira dos Santos.

⁶ FMCA. Seção Judiciária. Processo contra José Pontes de Menezes, Antonio Vitor de Araújo, Jesuino Pereira Mascarenhas, Domingos Teixeira, José Pereira Lima e outros. 1875.

A luta pela terra possuía interesses vários, assim “o ato de ocupá-la, de ‘tirar posse’, significava para os pequenos posseiros uma possibilidade real de se tornarem lavradores, permitindo alcançarem uma razoável autonomia frente aos interesses dos fazendeiros” (MOTTA, 1996, p. 55). Ao que parece este era o contexto que se apresentava na disputa entre Manoel, o posseiro, e o major Alexandrino.

No segundo processo, Manoel e suas testemunhas alegavam que o major mandara destruir uma casa e duas estivas (uma em 11 e outra em 15 de julho de 1872) pertencentes ao queixoso, das quais se valia para atravessar ao outro lado do Rio Utinga, onde possuía lavoura e gado. A razão para o ato destruidor seriam os prejuízos que as estivas – uma das quais ao lado da ponte – traziam ao major, que “mediante um contrato com o Governo da Presidência da Província” mandara erguer a construção. Nas falas do major, Manoel fica a “dar passagem grátis a todos e a tudo em prejuízo do suplicante”. Conquistar as terras circunvizinhas para si ou mesmo impedir que estas fossem apossadas por Manoel parecia ser a chave para o sucesso da ponte do major que, para a travessia, cobrava pedágio.

A destruição da estiva gerou um ambiente de conflito na comunidade do Sítio Conceição, onde aparentemente Manoel possuía grande influência e, talvez, agregados. De acordo com Quintiliano Evangelista Selis, 32 anos, negociante, natural de Minas Gerais e solteiro:

Um ou dois dias depois da destruição da estiva, viu muitas pessoas da parte do Major Alexandrino passando e fazendo barulho, a ponto de ele, testemunha, ir pedir ao queixoso Manoel Zacharias que não consentisse que gente sua bebesse cachaça e nem aparecesse a fim de não haver qualquer conflito, e o mesmo foi fazer com o Major Alexandrino, pedindo-lhe que contivesse

A fragilidade das instituições, a dependência pessoal, a migração e a miséria extrema facilitavam a cooptação de homens que não tinham nada a perder

sua gente para não estarem provocando, e o que Major respondeu que ele mesmo é quem tinha mandado porque aquilo eram homens negros cativos⁷.

A “gente” do major seriam 36 pessoas armadas. O recurso à violência por partes das elites não era nenhuma novidade para os trabalhadores livres e pobres que, na maior parte das ve-

zes, eram aqueles que compunham as fileiras das milícias pessoais destes membros da Guarda Nacional. A fragilidade das instituições, a dependência pessoal, a migração e a miséria extrema facilitavam a cooptação de homens que não tinham nada a perder. Se a intimidação pessoal destes homens não lograsse êxito, a opção mais corriqueira aos chefes locais era a contratação de um capanga, pistoleiro, jagunço ou “cabra” para resolver a questão (SAMPALIO, 2009, p. 35).

Ao que parece, tanto um lado quanto o outro possuíam recursos humanos para um eventual conflito. Em situações como estas, as relações de dependência, vizinhança e solidariedade estreitavam-se em uma mútua relação de troca, nem sempre regida pela fidelidade.

Não fica claro, a partir dos processos, se a maioria dos moradores daquela região seria mesmo negra, haja vista que 98,5% (857) das testemunhas presentes nos 137 processos aqui citados não fornecem este dado. Mas, como se está falando de uma sociedade contemporânea da escravidão, chamar aqueles homens de “negros cativos”, expressa claramente a postura elitista com que o major via aqueles trabalhadores livres.

Um elemento que une fortemente as duas ações judiciais, e dados às evidências não é de se estranhar, é o recurso e a constante referencia a Lei de Terras de 1850. Quando recebeu a intimação

⁷ FMCA. Seção Judiciária. Processo contra Major Alexandrino Saturnino do Rego-1872.

da ação movida por Manoel, o major Alexandrino estava a caminho da capital da província e, por isso, nomeou como procurador Ezequiel Rodrigues Costa Brazil. Através dele encaminhou perguntas a serem feitas às cinco testemunhas de acusação, entre os questionamentos, o seguinte: “se os *terrenos do Sítio Pega* [onde se localizava as terras em disputa] são todos pertencentes ao governo, por serem devolutas, e terem sido povoados do *ano de 1854 para cá*” (grifo nosso). Antonio Saturnino Cezar respondeu não considerar as terras do governo. Manoel Francisco Caribé afirmou que “só sabe que desde o ano de sessenta ali trabalha, e que si dizem que a descoberta é do queixoso Manoel”, ao que também concordou Anacleto Francisco de Carvalho.

As terras denominadas devolutas, no caso aquelas sob a denominação geral de Sítio Pega, eram as que estavam fora do domínio particular ou de título legítimo e sempre representaram uma oportunidade de fixação e sustento para os menos favorecidos, ao mesmo tempo em que se constituíam em elemento essencial para garantir a ampliação do poder dos mais abastados.

Ao comparecer à Justiça, Manoel Zacharias Nolasco apresentou dois títulos de compra das ditas terras, sendo o primeiro a Eleutério Gomes da Silva “na beira do Rio Bonito [...] unida ao Sítio Conceição”; o segundo, ao major Carlos Lopes Cesar, “ao lado esquerdo do mesmo Rio Utinga”. Ao mesmo tempo, alegava que o sítio de sua propriedade havia sido adquirido por “descoberta” realizada em 1857 e ratificada em 13 de março de 1858 no censo da terra. Do ponto de vista geográfico, as terras conquistadas por Manoel eram uma espécie de Mesopotâmia, fato que não deve ser ignorado em uma região marcada pelo clima semiárido e por períodos de longa estiagem, característicos da região ainda hoje.

Cinco anos depois, em 1876, a história de Manoel ganharia reforço quando o major Carlos Lopes Cesar, o mesmo ao qual alegava ter comprado ter-

ras vizinhas a seu sítio, solicitou à Justiça que Sergio Bispo Nogueira, Nicoláo de Tal e Pedro de Tal fossem despejados do seu sítio, Lagoa Nova. Neste processo, a “voz geral” por parte das testemunhas é que o primeiro descobridor daquelas cercanias era, de fato, o major. De acordo com aquelas, nos idos de 1853, Carlos Lopes Cesar havia aberto ali duas posses de terras: em Egípto onde “fez sua atual residência como plantações de cana e engenho” e “na Lagoa Nova com gado *vacum*”. Segundo o major, os réus estavam “inventando direitos” e deixando “tudo devastado, derrubando e queimando sem precisão”. Outro consenso entre os depoentes era o fato de que Manoel realmente havia comprado ao queixoso uma parte de terra desmembrada das terras da Lagoa Nova.

Contudo, mesmo diante das evidências, o subdelegado avaliou os títulos de compra, tendo como base a Lei 601/1850 e o regulamento de 1854, como improcedentes. Ao passo que notificou Manoel “a só servir-se ou cultivar no Sítio Conceição”. De acordo com o procurador do réu, o rúbula alferes Antonio José de Almeida do Ó, as ações do subdelegado eram ilícitas, bem como motivadas pela inimizade e pelo desejo de se tornar possuidor das terras de Manoel, das quais possuía glebas em fronteira. A expansão das posses do réu representava a impossibilidade de outros, como o subdelegado e o major, de aumentarem seus domínios territoriais e de dependência.

Coincidentemente, a primeira parte das falas das testemunhas do primeiro processo sempre estava direcionada a enquadrar Manoel dentro do segundo artigo da Lei de Terras, apresentando-o como grande destruidor das matas. Ao que parece, ainda que neste caso suspeite-se de uma conspiração, havia de fato uma preocupação sincera dos proprietários locais com os recursos madeireiros, além, obviamente, de um conhecimento da própria lei.

A derrubada das matas foi o motivador da ação de libelo aberta por Aprígio Teixeira Guedes contra Joaquim Ferreira Lamberto em 1870. De acordo com o queixoso que vivia de lavoura, seu sítio,

⁸ FMCA. Seção Judiciária. Processo contra Major Alexandrino Saturnino do Rego-1872.

denominado Cajazeira, era limítrofe ao Sítio Olho d'Água, do réu. Aprígio informava que, “longe de respeitar os limites do sítio do suplicante e nem o direito de propriedade alheia”, Joaquim “entrou nas matas do referido sítio do suplicante e derrubou tanta madeira, quer para seu uso, quer para negócio” que o prejuízo chegava a 200\$000 réis.

Se a derrubada das matas e a venda da madeira eram a questão de ordem na primeira etapa dos depoimentos, na segunda fase, todos os depoentes do primeiro processo relataram um fato envolvendo Manoel Zacharias Nolasco e Henrique Jose Gomes.

Manoel Zacharias, não satisfeito com tudo isso, soltando para o lado esquerdo do Rio Utinga, tem feito grande devastações, já com grandes fogos nas matas, já com derribas de roças, como está presente [ilegível] esses lugares, já com brigas, como a pouco acabou de ter com Henrique José Gomes, que se não fora o Major Alexandrino Saturnino do Rego chegar e acomodá-los, gastando até para isso dinheiro à sua custa, teria havido até mortes [grifo nosso], todo este procedimento só com o fim de botá-lo para fora de uma pequena aberta que havia feito, onde tinha sua pequena roça para remir a fome de sua família, e finalmente levou a sua avante mediante uma insignificante paga, que o referido Henrique por não deixar de condescender, não só com o Major Alexandrino, como com mais pessoas, bem como ele testemunha e Amaro Rodrigues de Araujo, sujeitando-se assim a ter grandes prejuízos de seu trabalho, que ficou em estado de, com sua mulher e filhos, sofrer até fome, porque aquela insignificante paga que recebeu pouco tempo lhe chegou para comprar o necessário. Finalmente para

Neste caso específico, tanto em um processo como noutro, as “teias de relações pessoais para o reconhecimento de cada ocupação denunciariam – tanto para fazendeiros, como para lavradores – a importância do papel das testemunhas na confirmação da veracidade de cada história

acabar de expor o procedimento declarado de Manoel Zacharias Nolasco, Henrique em virtude de se achar desprevenido acima está declarado foi fazer uma roça no lugar denominado Volta do Rio e afinal não pode conseguir por causa da ambição do dito Manoel Zacharias, que foi logo contender com ele, o qual retirou-se para não querer fazer um atentado, em razão dos repetidos conselhos prudentes, e ele, como pai de família as não desprezou; continuando a sofrer com sua família a maior amargura desta vida⁹.

Nas falas das testemunhas fica claro a tentativa de construir um sentimento de fragilidade dos trabalhadores livres diante das ações de Manoel e posicionar o major Alexandrino como homem caridoso e preocupado com os menos afortunados. A construção da imagem do fazendeiro e, pode-se dizer, quem intenciona sê-lo, “relacionava-se também às possibilidades de expandir suas terras para além das fronteiras originais, ocupando terras devolutas ou apossando-se de áreas antes ocupadas por outrem” (MOTTA, 1996, p. 37). Neste caso específico, tanto em um processo como noutro, as “teias de relações pessoais para o reconhecimento de cada ocupação denunciariam – tanto para fazendeiros, como para lavradores – a importância do papel das testemunhas na confirmação da veracidade de cada história”¹⁰.

A escolha das testemunhas era fundamental para o sucesso da peleja jurídica. Enquanto no primeiro processo se observa a clara tentativa de demonstrar Manoel Zacharias como um sujeito ambicioso e destruidor das terras nacionais, com cinco depoimentos muito parecidos entre si; no segundo transparece a visão de “descobridor” e cultivador das terras possuídas. Estas testemu-

⁹ FCA. Seção Judiciária. Sumário de culpa contra Manoel Zacarias Nolasco -1871.

¹⁰ Motta (1996, p. 68).

nhas, que muitas vezes são os próprios trabalhadores livres pobres daquele senhor da terra, desempenham papel central no andamento e na conclusão do processo.

Assim é compreensível que, ao descrever as ações de Manoel, Felix e demais testemunhas salientem especialmente a violência e o objetivo comercial do acusado através da expansão de seus domínios, garantindo para si uma grande porção de terra sem uso efetivo. Henrique, com sua “pequena aberta”, é apresentado como aquele que tenta alimentar sua família cultivando apenas o que sua força era capaz, demonstrando que o uso da terra possuía dimensões diferentes para cada um daqueles sujeitos. Este estaria norteado pelo espírito comunal presente nas ações de auxílio que recebeu dos seus pares e mesmo de um membro mais abonado, o major. Manoel, no entanto, movia-se pela ganância da lógica mercantil e por isso era chamado de “o maior destruidor das terras nacionais”.

No jogo de comprovação da posse da terra, um elemento essencial, somado às falas das testemunhas, eram os *atos possessórios*. Como nos informa Venâncio Alves de Andrade, testemunha do primeiro processo, Manoel desenvolvia “insignificante lavoura” e havia construído casas “sem ao menos cobri-las”. Além disso, narrou Félix que o “acusado tinha se apossado e vendido terras; estragado e vendido as madeiras de lei; que a extensão devastada não tinha menos de meia légua”. Contrariamente, os depoentes da segunda querela judicial relatavam que Manoel era o efetivo proprietário daquelas terras, cultivando os dois lados do Rio Utinga e que o major ali possuía apenas “uma casa de morada e a ponte”.

Quintiliano Evangelista Selis, testemunha do segundo processo e citado anteriormente, havia pedido que Manoel acalmasse sua gente. Segundo o lavrador Vital Fabiano de Carvalho, 34 anos e casado, o réu realizava várias reuniões ou adjutórios “com pobres destes arrabaldes” no lugar chamado Conceição – localizado ao lado das terras devastadas – de propriedade daquele. A pró-

pria testemunha afirma ter estado “não menos de duas vezes” nestas reuniões. Não fica claro nas declarações de Vital se este adjutório possuía o caráter de auxílio mútuo, tradicionalmente conhecido e estudado, ou se era apenas a denominação usual para agrupamento de trabalhadores por jornada. A utilização do adjutório poderia ser uma forma de realizar grandes tarefas a baixo custo, muitas vezes cabendo ao realizador apenas fornecer alimento e, em alguns casos, aguardente; ou, sob outro ângulo, houvesse por parte de Manoel a promessa de acesso a um pedaço de terra aos participantes do mutirão.

De qualquer forma, este tipo de organização do trabalho estava relacionado a um conjunto de fatores mais próprios aos trabalhadores livres e pobres.

Ante o crescente controle territorial, a perda de mão-de-obra escrava [...] e as agruras do dia-a-dia, a possibilidade de plantio em terras de terceiros (também pobres) e a utilização de maquinário de beneficiamento, sobretudo das casas de farinha, eram não só fundamentais para a sobrevivência, mas permitiam que esta mesma população se desvencilhasse, mesmo que em parte, da dependência para os fazendeiros. (DANTAS, 2007, p. 342).

Certamente foi através destes adjutórios que Manoel conseguiu reunir a quantidade de trabalhadores livres necessária à empreitada de destruição da mata, como também estender seus laços de fidelidade e auxílio mútuo. Alguns destes trabalhadores foram citados pelas testemunhas: o transporte das toras de madeira para comercialização contou com João Caetano de Tal e Amâncio de Tal no serviço de carroceiro. A testemunha José Crispiano de Souza, 30 anos, solteiro, natural de Vila Nova da Rainha (Senhor do Bonfim), declarou ter sido um dos serradores das madeiras de lei vendidas por Manoel.

Quando Felix Pereira foi inquirido sobre o tipo de trabalhador utilizado por Manoel no desmatamento e a forma como eram pagos, respondeu que:

[...] seu modo de proceder é de tal forma que sempre propõe questões para não pagar o jornal a quem lhe trabalha, já até com ameaças de prisão, como acontece com João de Tal, conhecido por João roçador, que ele aqui o prendeu e levou-o para este juízo, caluniando-o por processo de tentativa, o qual paciente foi despronunciado, por não haver provas que sustentasse tal injustiça [...] (DANTAS, 2007, p. 342).

Não se deve perder de vista que, no jogo de desavenças com o major Alexandrino e também o subdelegado, “a disputa pela terra era também uma disputa por gente” (MOTTA, 1996, p. 76). Se, de um lado, há situações de conflito entre Manoel, João roçador e Henrique Gomes, de outro os adjutórios evidenciam um bom relacionamento de Manoel com os “pobres daqueles arrabaldes”.

Assim, diferentemente do que é apresentado em certa corrente historiográfica, a Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854 tiveram sim uma aplicação efetiva, ainda que limitada, e não podem entrar no rol das leis “feitas para inglês ver”. Por estes instrumentos legais, fazendeiros e posseiros buscaram legitimar sua posse de terras, sempre atentos aos principais artigos apregoados. Não à toa, o major Alexandrino teve com eixo central de sua defesa no processo movido por Manoel a busca por desqualificar a legalidade da posse do Sítio Conceição. Por sua vez, Manoel buscava legitimar sua propriedade com registros e, especialmente, evidenciando os *atos possessórios* que realizara nela.

Por fim, no primeiro processo, Manoel é condenado a quatro meses de prisão e ao pagamento de 100\$000 réis como multa; o processo, no entanto, foi anulado depois que o acusado recorreu. Para o promotor Lino Cassiano Lima, além de os autos estarem fora das “formalidades legais” por não conter um exame de corpo de delito, “vê-se a boa fé com que cultiva o acusado as terras” e ainda por “ter apresentado não só títulos mas também registros delas”. Assim, em 19 de abril de 1872, Manoel Zacharias Nolasco legitimava a posse das terras por

ele descobertas e devastadas, contrariando o anseio das seis testemunhas que depuseram e, acima delas talvez, também do major Alexandrino.

Nesta primeira contenda, o posseiro teve melhor sorte. Sem dúvida, mesmo com “desprezíveis lavouras” ou “casas sem cobrir”, como diziam as testemunhas, estes e outros *atos possessórios* exercidos por Manoel se sobressaíram às acusações de danos às terras nacionais. No entanto, a luta judicial com um membro direto da Guarda Nacional não fora a seu contento. Em 9 de outubro do mesmo ano de 1872, era a vez de o major Alexandrino alegrar-se com a decisão do juiz municipal, que julgara improcedentes as acusações de Manoel.

Legitimada a posse da terra, em 1874, Manoel Zacharias Nolasco trocou o Sítio Conceição com o capitão Antonio Honório Guimarães. Havia então na propriedade “casas, engenho, alambique, cercados, currais [...] e tudo isto no valor de quatro contos de réis”. Logo após a troca, diante de algumas correções em outros documentos, o Sítio Conceição passou a chamar-se São Sebastião. No escambo, Manoel recebeu dois contos em dinheiro e mais “três casas cobertas de telha no adro do Riachão da Utinga, uma roça de capim e mandiocas ao pé do adro, duas partes de terras no Sítio da Atalaia com 15 reses e 12 animais cavaleares de criar ali situados” que, juntos, somavam outros dois contos. Contudo, a troca da propriedade aparentemente não deu por encerrado o processo que Manoel movera contra o major Alexandrino, já que, em 1878, aquele incumbiu, mediante procuração, ao alferes Basílio José Cavalcante para requerer certidão de corpo de delito da destruição de uma estiva na Conceição da Pega, Riachão da Utinga.

A parte disso, Manoel revelou-se um exímio negociador, o que garantiu sua ascensão econômica. Em 1856, aos 43 anos, ele declarou renda anual de 300 mil réis no alistamento para Guarda Nacional; já em 1870, aos 56 anos, afirmara que sua renda era de 400 mil réis, o que o colocava no seletivo grupo de 41 pessoas com a mesma renda, algo em torno de 4,2% dos alistados naquele ano.

No último encontro com fragmentos da vida de Manoel, a 26 de setembro de 1879, estava ele vendendo uma das casas do arraial do Riachão da Utinga a Francisco, escravo do capitão Vicente José Pereira. O valor pago pelo cativo foi de 150 mil réis por “[...] uma casa de telha, uma armação junto à dita casa, cuja armação com a metade coberta de telha, como meia água na mesma coberta também de telha, cujas casas citas na rua do meio deste Arraial¹¹ [...]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores livres e pobres, durante muito tempo, foram preteridos em favor do binômio senhores/escravos no processo histórico de formação da sociedade brasileira, por serem entendidos apenas como uma “labugem de gente”, “arraias-miúdas”. Aqueles então ligados à terra, a exemplo de posseiros, roceiros, agregados, jornaleiros, camaradas e tantos outros aqui apresentados, foram taxados de ocioso, miseráveis e mesmo cativos pelas elites imperiais, com o objetivo destas de legitimarem a escravidão.

Casos como o de Manoel, simples trabalhador dos campos do Brasil, ficaram durante muito tempo esquecidos. Acreditou-se mesmo que “o camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país” (MARTINS, 1983 apud MOTTA, 2001, p. 113-128) e, ao mesmo tempo, seria um sujeito pacífico e imóvel que só começou a lutar por seus direitos, pela terra e a manutenção de seu uso tradicional com as mobilizações das Ligas Camponesas, nos anos 1950 e 1960.

Através de mecanismos jurídicos criados com a implementação da Lei de Terras a partir de 1850, o homem do campo pôde, mesmo com todas as dificuldades, buscar caminhos que lhe possibilitassem lutar pela manutenção de um estilo de vida próprio, pautado no cultivo de feijão, milho,

cana-de-açúcar e mandioca, e na produção de farinha, rapadura e cachaça. Além disso, ainda que a lei proibisse, apossar-se de uma gleba de terra ociosa e extrair dela o sustento nunca deixou de ser uma estratégia válida aos homens pobres deste país.

A análise dos processos reafirma a ideia de que [...] os *sem-terras* de ontem já haviam aprendido a defender legal ou juridicamente seus direitos à terra ocupada. Assim, os conflitos de terras no Brasil foram e são permeados por lutas diversas: pela história das ocupações, pela interpretação das normas legais, pelo direito à área ocupada, e muito mais [...] (MOTTA, 1998, p. 16).

Ainda que cheia de vícios de linguagem próprios da historiografia, a construção deste artigo teve, paralelamente ao seu objetivo central, o desejo evidenciar que a luta dos trabalhadores do campo, dos produtores rurais, das pessoas simples que extraem da terra o alimento da nação não é algo novo. E, ainda que aparentemente injusta e desproporcional para o simples roceiro ou sitiante, esta luta ia além de uma simples gleba de terra, tratava-se de uma luta pela sobrevivência e a família.

FONTES MANUSCRITAS

Fórum Municipal Clériston Andrade (FMCA) – Morro do Chapéu

Autos criminais e cíveis

Ação de Força Nova contra Joaquim Miguel de Souza e sua mulher Romana de Tal, Rufino José de Souza e sua mulher Modesta de Tal – 1877.

Processo-crime contra João Evangelista de Souza – 1871.

Processo-crime contra João Evangelista de Souza – 1871.

Sumário de culpa contra Manoel Zacharias Nolasco – 1871.

¹¹ FMCA. Seção Judiciária. Livro de Notas, 1878-1880. p.72-73.

Autos de inventários e testamentos

Ação de despejo contra Sergio Bispo Nogueira, Nicoláo de Tal e Pedro de Tal – 1876.

Ação de Libelo contra Joaquim Ferreira Lamberto – 1870.

Inventário de Estevão José da Trindade – 1865.

Inventário de Justina Ferreira de Gois – 1870.

Inventário Joaquim Apolinário Canaverde – 1865.

Processo contra Felix Pereira dos Santos – 1871.

Processo contra José Pontes de Menezes, Antonio Vitor de Araújo, Jesuino Pereira Mascarenhas, Domingos Teixeira, José Pereira Lima e outros – 1875.

Processo contra Major Alexandrino Saturnino do Rego – 1872.

Livros de Notas do Tabelionato

Escrituras de compra e venda de terras. Livros: 1837-1849; 1849-1852; 1853-1855; 1855-1858; 1859-1861; 1861-1869;

Arquivo Público da Bahia (APB)

Secção Colonial e Imperial. Matrícula dos Guardas Nacionais alistados para o serviço ativo pelo Conselho de Qualificação da Paróquia de Nossa Senhora do Morro do Chapéu, Jacobi-na, 26/05/1870. *Militares: Qualificação da Guarda Nacional 1857-1887*, maço 3511.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. V. de. *Descrições práticas da Província da Bahia*. Rio de Janeiro: Catedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BONAVIDES, P. AMARAL, R. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. v. 2, p. 172-176.

CARVALHO, J. M. *O teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

DANTAS, M. D. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX: (a comarca de Itapecuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Fapesp, 2007.

LARA, S. H. MENDONÇA, J. M. N. *Leis e história do trabalho no Brasil: uma base de dados*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Trabalhos apresentados...* Curitiba: [s.n.], 2009.

LEITE, J. G. “*Terra do frio*”, *coronéis de “sangue quente”*?: política, poder e alianças em Morro do Chapéu (1919-1926). 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2009.

MARCILIO, M. L. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e historia social de Ubatuba*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006. p. 35.

MATTOS, H. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOTTA, M. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. 1996. 332 f. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

_____. Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re) construção. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, p. 113-128, abr. 2001.

NEVES, E. F. *Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. 423 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SAMPAIO, M. de O. *O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local)–Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama cultural da Bahia contemporânea*. Salvador: SEI, 2012. p. 166. (Série estudos e pesquisas, 92). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=110>. Acesso em: 7 jan. 2014.

Artigo recebido em 18 de agosto de 2014
e aprovado em 29 de setembro de 2014.

Uma visão do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB): estudo de caso sobre a inclusão social em uma comunidade rural do estado da Bahia

*Celma Amorim de Oliveira**

*Fábio Matos Fernandes***

*Marcelo Santana Silva****

*Angela Machado Rocha*****

*Francisco Lima Cruz Teixeira******

* Graduada em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). cellmamorim@hotmail.com

** Mestre em Gestão e Tecnologia Industrial pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e especialista em Administração de Serviços pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor colaborador da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). fabfernandes@uneb.br

*** Mestre em Energia pela Universidade de Salvador (Unifacs) e doutorando em Energia e Ambiente pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor no Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente (CIEnAm) da UFBA. marcelosilva@ifba.edu.br

**** Doutora em Energia e Ambiente pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professora adjunta no Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente (CIEnAm) da UFBA. anmach@gmail.com

***** Doutor em Política de Ciência e Tecnologia e mestre em History and Social Studies of Science pela University of Sussex (Inglaterra). Professor titular na Escola de Administração e no Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente (CIEnAm) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). teixeira@ufba.br

Resumo

Em 2004, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), com o intuito de introduzir o biodiesel na matriz energética do país. Além da segurança energética, o PNPB tem como diretriz valorizar o aspecto social pela inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel. Era esperado que a produção de biodiesel trouxesse melhoria na renda destes agricultores e promovesse o desenvolvimento em áreas marginais à produção agrícola, a exemplo da região do semiárido do Nordeste. O presente trabalho tem como objetivo verificar a atual situação da comunidade dos agricultores familiares de Brejo de São José, localizada em Riacho de Santana, no estado da Bahia, que produzia mamona para o PNPB. A partir de uma pesquisa quali-quantitativa com o referido grupo, constataram-se o não desenvolvimento do programa na comunidade e o abandono do plantio da mamona pelos agricultores.

Palavras-chave: Biodiesel. PNPB. Agricultura familiar. Inclusão social. Bahia.

Abstract

In 2004, the Brazilian government launched the Biodiesel National Program (Program Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB), aiming to introduce biodiesel in the country's energy matrix. Besides energy security, PNPB valued the social aspect by the inclusion of family farming in the biodiesel production chain. It was expected that the production of biodiesel would bring income improvement to these farmers and promote development in marginal lands for agricultural production, such as the semi-arid region of the Northeast. This paper aims to investigate the current situation of the family farmers of Brejo de São José, located in Riacho de Santana, in Bahia, who used to produce castor bean for PNPB. Based on qualitative and quantitative research with this group, it was found the non-development of the program in the community and abandonment of the cultivation of castor bean by farmers.

Keywords: Biodiesel. PNPB. Family farm. Social inclusion. Bahia.

INTRODUÇÃO

A população mundial vem crescendo num ritmo acelerado. Segundo os dados apresentados pela World Energy Council (WEC), estimava-se em sete bilhões o número de habitantes em 2011, com perspectiva de atingir 9,3 bilhões em meados da década de 2050 e dez bilhões por volta de 2075, se a atual taxa de crescimento se mantiver (WORLD ENERGY COUNCIL, 2010).

Essa explosão populacional tem sua origem nas revoluções industriais ocorridas nos séculos XVIII e XIX a partir do domínio de fontes de energia existentes (carvão e vapor), da utilização de novas fontes (petróleo e eletricidade) e do desenvolvimento de tecnologias que permitiram o avanço em diversas áreas do conhecimento científico e a consolidação da sociedade industrial (LUND, 2009; VISSER et al., 2011; ALONSO-PIPO et al., 2013).

As conquistas obtidas levaram ao aumento desenfreado no número de habitantes, principalmente na segunda metade do século XX, contribuindo para o agravamento dos problemas ambientais e impondo grandes desafios socioeconômicos, entre eles o de garantir acesso a bens e serviços essenciais para a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida. Tais desafios têm demandado o uso intensivo de recursos naturais, em especial de insumos energéticos, a exemplo dos combustíveis fósseis (ARENT; SÁBIO; GELMAN, 2011; RATHMANN; SZKLO; SCHAEFFER, 2012; HERTEL; TYNER, 2013).

Considerados como recurso natural não renovável, estes combustíveis consolidaram-se como principal fonte energética das atividades de produção, motor do desenvolvimento e alimento do mundo moderno. Segundo a International Energy Agency (IEA), aproximadamente 80,9% da energia primária utilizada no mundo em 2009, e que movimenta a indústria, os transportes, o comércio e demais setores econômicos, advém dos combustíveis fósseis, conforme o Gráfico 1 (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2010).

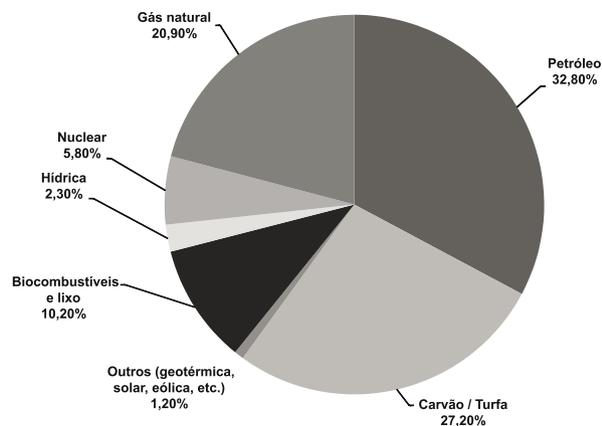


Gráfico 1
Participação percentual dos tipos primários de energia no mundo – 2009

Fonte: IEA (2010).

O uso intensivo de combustíveis fósseis provoca graves efeitos sobre o meio ambiente, uma vez que sua queima produz grandes quantidades de Gases Geradores do Efeito Estufa (GEE)¹, em especial o dióxido de carbono (CO_2), contribuindo para o agravamento das mudanças climáticas (MIYAKE et al., 2012; KAERCHER et al., 2013; MATA et al., 2013).

No atual cenário energético global, a busca por outras fontes de energia que levem à redução do consumo de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) tornou-se um dos grandes desafios políticos do século XXI, fazendo com que governos, empresas e sociedade civil organizada discutam a inserção e o aumento da participação de fontes renováveis de energia nas suas matrizes energéticas, como: energia hidráulica, biomassa, energia solar, energia eólica, energia geotérmica, energia maremotriz, energia do hidrogênio, entre outras.

Neste cenário, destacam-se os biocombustíveis, produtos derivados da biomassa, a exemplo do etanol e do biodiesel. O Brasil é um dos líderes mundiais na produção de etanol, a partir da cana-de-açúcar, e está investindo fortemente no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), desde meados da década de 2000.

¹ Os GEE são: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF_6).

A importância da inserção deste combustível na matriz energética brasileira foi fundamentada em argumentos econômicos, com a elevação do preço do petróleo nos últimos 30 anos e a necessidade de se reduzir a dependência de combustíveis de origem fóssil, em especial o diesel; e a partir da necessidade de preservação ambiental, para auxiliar na redução das emissões de GEE. A questão da inclusão social também foi considerada, com a oportunidade de se reduzirem as desigualdades regionais (HALL et al., 2011; MATOS; SILVESTRE, 2012).

Em meados da década de 2000, o governo brasileiro lançou um programa de estímulo para inserir o biodiesel no mercado do país, o PNPB. Para tanto, o governo federal lançou um conjunto de atos legais (leis, decretos, portarias, resoluções e instruções normativas) para regular esse mercado e, conseqüentemente, atingir o objetivo social pretendido, em especial nas regiões Norte e Nordeste do país.

Nesse programa, o aspecto social, com a inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, foi extremamente valorizado, pois o objetivo era que esta inserção trouxesse melhoria na renda dos agricultores e promovesse o desenvolvimento em áreas marginais à produção agrícola e carentes de desenvolvimento no país (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010; BRASIL, 2011).

Diante disso, órgãos ligados à administração pública e demais envolvidos com o PNPB estimularam os agricultores familiares da comunidade do Brejo de São José, localizada no município de Riacho de Santana (BA), a aderirem ao programa através do cultivo e venda da mamona (*Ricinus communis*). Esta comunidade está inserida no Território de Identidade Velho Chico, localizado na região econômica do Médio São Francisco do estado da Bahia, no qual vivem aproximadamente 2,62% da população baiana, em mais de 47.834,80 Km² (ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS, 2010).

Assim, este trabalho teve como objetivos: traçar o perfil dos agricultores familiares da referida comunidade que aderiram ao PNPB e levantar a situação atual em que eles se encontram em relação ao programa.

Em meados da década de 2000, o governo brasileiro lançou um programa de estímulo para inserir o biodiesel no mercado do país, o PNPB

CONTEXTUALIZAÇÃO DO BIODIESEL

Neste trabalho, a definição adotada para biodiesel é a descrita na Lei nº 11.097, de 13 de setembro de 2005, no seu artigo 4º, inciso XXV, por ser uma definição ampla.

Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil. (BRASIL, 2005).

O biodiesel é um substituto natural do diesel de petróleo e simples de ser usado em motores de ciclo diesel e outros tipos de equipamento. Além disso, é biodegradável, não tóxico e essencialmente livre de compostos sulfurados e aromáticos, apresentando as seguintes vantagens em relação ao diesel de petróleo: não contém enxofre; é biodegradável; não é corrosivo; é renovável e não contribui para a intensificação do efeito estufa.

O PNPB é um programa interministerial que tem como objetivo a implementação sustentável (técnica e economicamente) da cadeia produtiva do biodiesel no Brasil, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. As diretrizes do programa são assim apresentadas por Rodrigues (2006, p. 11):

Introdução do biodiesel na matriz energética nacional de forma sustentável, permitindo a diversificação das fontes de energia, o crescimento da participação das fontes renováveis e a segurança energética;

Geração de emprego e renda, especialmente no campo, para a agricultura familiar, na produção de matérias-primas oleaginosas;
Redução de disparidades regionais, permitindo o desenvolvimento das regiões mais carentes do país: Norte, Nordeste e semiárido;
Diminuição das emissões de poluentes e dos gastos relacionados ao combate aos chamados males da poluição, especialmente nos grandes centros urbanos;
Economia de divisas com a redução de importações de diesel;
Concessão de incentivos fiscais e implementação de políticas públicas direcionadas a regiões e produtores carentes, propiciando financiamento e assistência técnica e conferindo sustentabilidade econômica, social e ambiental à produção do biodiesel;
Regulamentação flexível, permitindo uso de distintas matérias-primas oleaginosas e rotas tecnológicas (transesterificação etílica ou metílica, craqueamento etc.).

O autor ressalta ainda que o governo brasileiro, ao estabelecer tais diretrizes para o PNPB, procurou evitar erros cometidos no Programa Nacional do Álcool (Pro-Álcool), no que se refere à concentração, ao descentralizar a produção de biodiesel, tanto na escolha das culturas como nas diferentes categorias de agricultores e de agentes econômicos envolvidos (RODRIGUES, 2006).

Entre as políticas de promoção social do PNPB para a inclusão da agricultura familiar destacam-se: a criação do Selo de Combustível Social (SCS); o Projeto Polos de Biodiesel e as Políticas de Apoio às Cooperativas.

O SCS é uma identificação instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que é concedida ao produtor de biodiesel e que lhe confere o status de promotor da inclusão social dos agricultores familiares, ao possibilitar que estes participem do mercado de combustíveis nacional ao fornecer matérias-primas para a produção de biodiesel (BRASIL, 2004).

Como compensação, o produtor de biodiesel detentor do SCS usufrui de alíquotas reduzidas dos impostos PIS/Pasep e Cofins, além de assegurar participação nos leilões de maiores lotes para a compra de biodiesel pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Para conseguir manter e usar o SCS, o produtor de biodiesel deve cumprir uma série de critérios e procedimentos regulamentados pelo MDA. Entre os critérios estabelecidos, o produtor de biodiesel é obrigado a adquirir um percentual mínimo de matéria-prima proveniente da agricultura familiar no ano de produção do biodiesel, estabelecer contratos de compra e venda de matérias-primas com os agricultores ou suas instituições representativas, além de garantir gratuitamente assistência técnica e capacitação para a produção (BRASIL, 2012).

Já o Projeto Polos de Biodiesel visa à operacionalização do PNPB em nível microrregional ou territorial, através da organização da base produtiva de oleaginosas. Estes polos estão distribuídos por todo país, abrigando diversos municípios, desde que atendam às seguintes características: presença de agricultores familiares com vocação para o plantio de oleaginosas; identidade coletiva territorial; presença de áreas consideradas aptas para o plantio com zoneamento agrícola; atuação e/ou interesse de atuação de empresas detentoras do SCS; presença de atores sociais políticos e econômicos interessados no desenvolvimento desta cadeia produtiva (BRASIL, 2011).

Atualmente existem 63 polos, envolvendo 1.091 municípios espalhados por todo o território nacional. A Região Nordeste abriga cerca de 50% dos polos e 40% dos municípios, perfazendo um total de 32 polos e 462 municípios. Neste contexto, a Bahia conta 170 municípios inseridos em nove polos (BRASIL, 2011).

Por fim, a Política de Apoio às Cooperativas, instituída pelo MDA através da IN 01, de 20 de junho de 2011, teve como objetivo normatizar a participação dessas instituições no PNPB. Isto se deve ao papel de destaque que as cooperativas ocupam na capacidade de ajudar na superação de gargalos

agrícolas, ao facilitar o acesso a insumos e tecnologias, elevar a escala de produção, reduzir custos logísticos e possibilitar a venda coletiva, com o intuito de garantir melhores preços junto às empresas produtoras de biodiesel (SOUZA, 2011).

Desde 2005, através da Lei nº 11.097/2005, o Brasil está investindo fortemente no PNPB para aproveitar o potencial desse biocombustível. Passado quase uma década desde o início do programa, o país possui um mercado consolidado, capacidade instalada de produção de 7.504 mil m³/ano, dados finais de 2013, e firmando-se como terceiro maior produtor de biodiesel no mundo (BOLETIM MENSAL DOS COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS, 2014).

Quanto à capacidade instalada das usinas, atualmente é superior à necessidade da demanda, levando a ociosidade da indústria a ficar em torno de 61% em 2013, conforme o Gráfico 2, o que pode se agravar com as autorizações para construções de novas usinas, bem como com o aumento da capacidade das usinas que estão em operação. Em dezembro de 2013, havia 58 unidades aptas a operarem comercialmente, sendo 45 unidades possuidoras do SCS (BOLETIM MENSAL DOS COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS, 2014b).

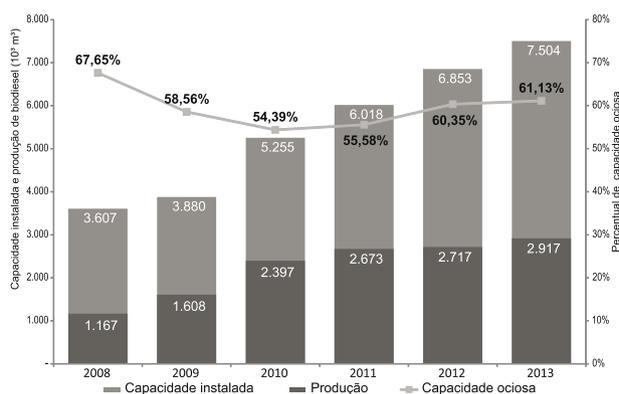


Gráfico 2
Produção de biodiesel – Brasil – 2005-2013

Fonte: Boletim Mensal dos Combustíveis Renováveis (2014b).

Observa-se que, a partir de 2008, houve crescimento consistente na produção de biodiesel, em virtude da obrigatoriedade da regulamentação im-

posta no país. No período 2010-2013, a média foi de 2,7 bilhões de litros/ano, sendo que a expansão da produção industrial foi mais expressiva em seus cinco primeiros anos.

Com relação às matérias-primas utilizadas para a produção de biodiesel, entre o período de 2008 a 2013, a soja obteve uma média de 76%, seguida de gordura bovina (16%), algodão (4%), e outras matérias-primas (4%), conforme Gráfico 3 (BOLETIM MENSAL DOS COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS, 2014a).

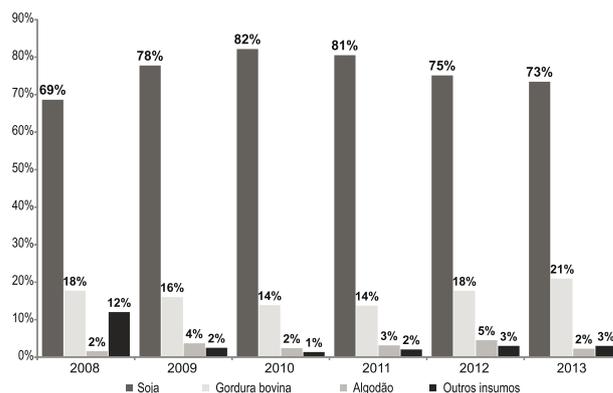


Gráfico 3
Matérias-primas utilizadas para a produção de biodiesel – 2008-2013

Fonte: Boletim Mensal dos Combustíveis Renováveis (2014a), Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2014).

A produção média regional em 2013 apresentou a seguinte distribuição, conforme o Gráfico 4:

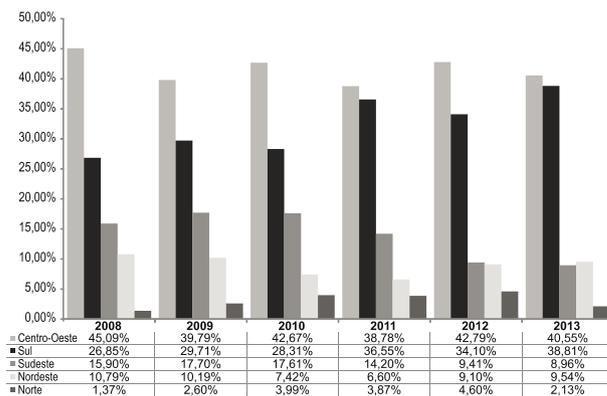


Gráfico 4
Produção média regional de biodiesel – 2013

Fonte: Boletim Mensal dos Combustíveis Renováveis (2014a).

AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, a agricultura familiar engloba diferentes tipos de agricultores com seus próprios interesses e estratégias de organização e produção, envolvendo desde estabelecimentos rurais pobres que utilizam métodos antiquados para a produção de alimentos, até estabelecimentos com alto nível de organização, com acesso a infraestrutura e tecnologia e, por vezes, ligados à agroindústria (BUAINAIN; GUANZIROLI; SABBATO, 2004).

Diante dessa diversidade, a Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006) classifica a agricultura familiar brasileira levando em consideração as condições básicas do processo de produção para fins de financiamento. Assim, o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: 1) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; 2) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e 4) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Com base nos dados do último censo agropecuário (CENSO AGROPECUÁRIO, 2010), a Tabela 1 apresenta uma síntese da distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar nas cinco regiões do Brasil.

Na Tabela 1, observa-se que a agricultura familiar representa 84,40% do total de estabelecimentos rurais, em comparação com os 15,60% da agricultura patronal. Metade desses estabelecimentos encontram-se no Nordeste brasileiro, região que recebeu, no início da implementação do PNPB, especial atenção no que se refere à abertura de posto de trabalho e à melhoria de renda dos agricultores familiares.

Território de Identidade Velho Chico no estado da Bahia

O Território de Identidade Velho Chico (Figura 1) é composto por 16 municípios (Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato), e a principal atividade econômica é a agricultura.

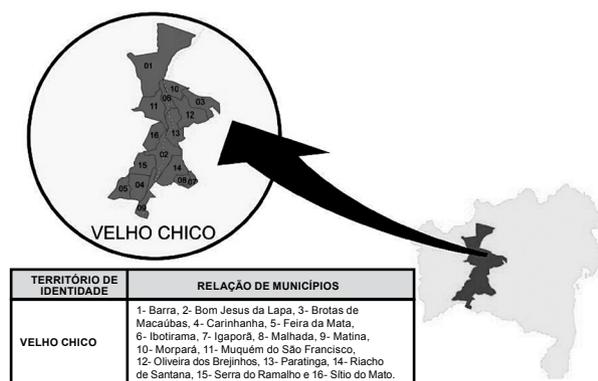


Figura 1
Território de Identidade Velho Chico

Fonte: Bahia (2013).

Tabela 1
Estabelecimentos da agricultura familiar

Categoria	Número de estabelecimentos	Distribuição %	Distribuição dos estabelecimentos		
			Região	Número absoluto	%
Agricultura familiar	4.367.902	84,4%	Nordeste	2.187.295	50
			Sul	849.997	19
			Sudeste	699.978	16
			Norte	413.101	10
			Centro-Oeste	217.531	5

Fonte: Censo Agropecuário (2010).

Qtd	Município	Estimativa de população 2009	% população território	IDH municipal
1	Barra	50.226	13,07%	0,586
2	Bom Jesus da Lapa	66.192	17,23%	0,654
3	Brotas de Macaúbas	10.949	2,85%	0,628
4	Carinhanha	30.240	7,87%	0,607
5	Feira da Mata	6.562	1,71%	0,634
6	Ibotirama	26.419	6,88%	0,698
7	Igaporã	14.970	3,90%	0,655
8	Malhada	16.739	4,36%	0,575
9	Matina	13.245	3,45%	0,592
10	Morpará	8.871	2,31%	0,641
11	Muquém do São Francisco	10.691	2,78%	0,603
12	Oliveira dos Brejinhos	23.596	6,14%	0,648
13	Paratinga	29.874	7,78%	0,617
14	Riacho de Santana	30.602	7,97%	0,632
15	Serra do Ramalho	31.809	8,28%	0,598
16	Sítio do Mato	13.187	3,43%	0,601
	Total	384.172	100%	

Quadro 1
Distribuição da população e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do território Velho Chico (BA)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEI – Estatísticas dos Municípios Baianos (2010).

Assim como ocorre com as demais regiões integrantes do semiárido brasileiro, os municípios do Território de Identidade Velho Chico apresentam baixos índices de desenvolvimento econômico e social e são dependentes do poder público, conforme demonstrado no Quadro 1.

Dentre os municípios integrantes deste território encontra-se Serra do Ramalho e, neste, a comunidade em estudo que surgiu a partir da estruturação de agrovilas para receber as famílias de camponeses desalojadas pela construção da represa de Sobradinho, na década de 1970, e posteriormente, outros colonos assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A principal atividade econômica do município é a agricultura, e, aproveitando-se dessas características socioeconômicas, os órgãos de fomento da administração pública viram no PNPB a oportunidade de melhorar as condições de vida dos agricultores familiares locais, estimulando-os a aderirem ao programa.

O semiárido é uma região do Brasil que se caracteriza por apresentar precipitações entre 300mm e 800 mm, concentradas em poucos meses do ano,

o que gera períodos de chuva e estiagem. A área ocupa cerca de 970 mil km², abrangendo, ao todo, nove estados brasileiros. Na Bahia, o semiárido ocupa quase 387 km², uma área de 69% do território do estado, com 279 municípios (ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS, 2010).

A situação climática dessa região, associada às injustiças sociais e à falta de planejamento estratégico voltado para o desenvolvimento, gerou, ao longo do tempo, uma série de problemas para a população, fazendo do semiárido a região com os piores indicadores sociais nas áreas de saúde, educação e renda em relação à média nacional. Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), nenhum município do semiárido encontra-se na faixa mais elevada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (entre 0,800 e 1,000).

Desta forma, um dos principais desafios do governo brasileiro em relação a esta região é elaborar e implementar políticas para melhorar a vida do

morador do semiárido, fixando-o no campo e em condições dignas de sobrevivência. Uma das alternativas que suportam tais políticas é o cultivo de culturas destinadas à produção de biodiesel.

Com o aumento do consumo de biocombustíveis, aliado às políticas de inclusão social e redução das desigualdades regionais estabelecidas no marco regulatório do biodiesel, o PNPB, uma nova oportunidade desponhou para o semiárido, em especial para o município de Serra do Ramalho (BA), situado nesta região. Porém, questões referentes à análise da cadeia produtiva para a produção de biodiesel neste município, em especial a inserção dos agricultores familiares, ainda não foram suficientemente abordadas em estudos anteriores. Logo, este trabalho justifica-se ao chamar a atenção para a urgência em se discutir e analisar a situação deste importante elo da cadeia produtiva do biodiesel.

METODOLOGIA

Para traçar o melhor caminho metodológico que evidencie o processo científico e conduza aos resultados esperados, este trabalho adotou a proposta por Gil (2009), que leva em consideração a forma de abordagem do problema, os objetivos e os procedimentos técnicos adotados.

Por considerar os dados obtidos no ambiente natural, onde se buscou responder a uma questão particular que descrevesse a realidade tal qual, a abordagem deste trabalho foi quali-quantitativa. No que se refere aos fins (objetivos), a pesquisa pode ser classificada como exploratória ao apresentar uma visão geral sobre a atual situação em que se encontram os agricultores familiares da comunidade do Brejo de São José que aderiram ao PNPB.

Com relação aos procedimentos técnicos adotados, esta pesquisa se caracteriza como um estudo

de caso, ou seja, uma investigação que leva a uma análise de determinada situação específica (evento, indivíduo ou organização) e cujo foco temporal está em fenômenos contemporâneos (YIN, 2005).

A escolha dessa abordagem ocorreu por ser uma das práticas mais empregadas nas ciências sociais.

O local da pesquisa foi a comunidade de Brejo de São José, localizada no município de Riacho de Santana (BA), que faz parte do Território de Identidade Velho Chico e está distante 723 Km da capital do estado (ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS, 2010).

A pesquisa de campo nesta comunidade foi realizada com 15 famílias de agricultores que participaram do programa, constituindo, assim, a amostra. Entrevistas semiestruturadas, seguidas de aplicação de questionários estruturados, foram feitas com estes agricultores.

Por fim, os dados foram tratados e, em seguida, analisados de acordo com a técnica de triangulação proposta por Gil (2009). Nesta técnica, as entrevistas foram analisadas em conjunto com as respostas obtidas nos questionários estruturados e analisados com o suporte da pesquisa bibliográfica.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em 2010, Riacho de Santana possuía uma população estimada em 30.646 habitantes, sendo que 57,28% residiam em áreas rurais, correspondendo a 17.555 habitantes. Nesse ano, o município contava com 2.686 estabelecimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2013).

Assim como os demais municípios do semiárido baiano, Riacho de Santana é dependente do poder público. Em 2010 eram 8.140 pessoas em situação de extrema pobreza e 12.196 beneficiários do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2013). No mesmo

ano, o município apresentou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado médio, com 0,615 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A forte presença da população nas áreas rurais do município o caracteriza como eminentemente agrícola, o que levou o governo a implementar ações para estimular os agricultores familiares locais a aderirem a programas de complementação de renda como o PNPB e mais recentemente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Na comunidade do Brejo de São José estão assentadas 96 famílias, que podem ser enquadradas, de acordo com Baiardi e Mendes (2007), como agricultores familiares semimercantis, com baixo nível de capital e marginalizados, uma vez que não têm acesso às políticas agrícolas, de crédito, de transferência de tecnologia e de assistência técnica.

Com relação ao número de famílias desta comunidade que, entre as safras de 2009/2010 e 2011/2012, produziram mamona para o PNPB foram identificadas 15. A gestão destas propriedades esteve sob a responsabilidade dos titulares, sendo que mais de 90% destes eram do sexo masculino, situação comum nos assentamentos do país (Gráfico 5).

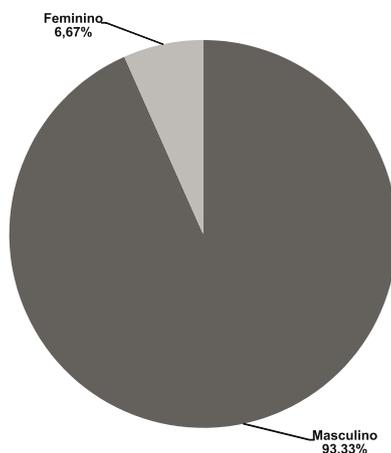


Gráfico 5
Distribuição dos entrevistados de acordo com o gênero

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à idade dos gestores das propriedades, a pesquisa revelou que 40% se encontravam na faixa etária de 55 a 65 anos de idade, ou seja, a maior parte dos entrevistados tinha idade mais elevada (Gráfico 6).

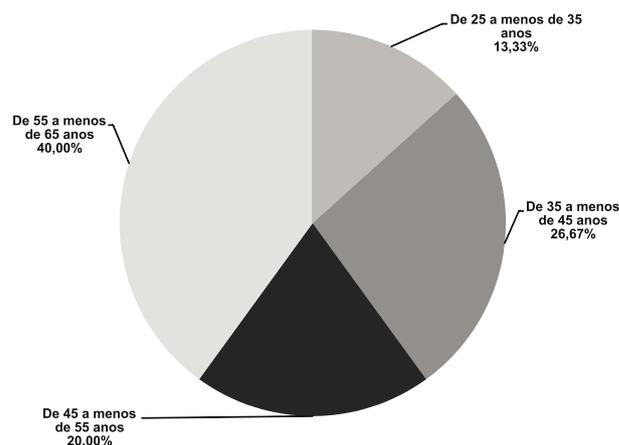


Gráfico 6
Idade dos informantes

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao grau de instrução, foi considerado baixo entre os agricultores da comunidade do Brejo de São José. Dos 15 entrevistados, 40% fizeram alfabetização de jovens e adultos; 33,33% eram analfabetos; 20% tinham ensino fundamental incompleto, e apenas 6,67% concluíram o ensino médio ou antigo segundo grau (Gráfico 7).

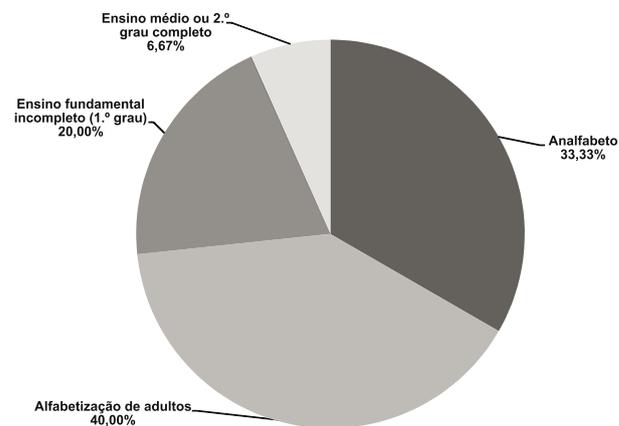


Gráfico 7
Grau de instrução dos entrevistados

Fonte: Elaboração própria.

A principal justificativa dada pelos entrevistados para o abandono da escola foi a necessidade de trabalhar muito cedo, uma realidade bastante comum no universo rural baiano. Entretanto, a baixa escolarização traz muitos prejuízos aos agricultores, pois dificulta a absorção de conhecimentos técnicos referentes ao manejo da cultura e à gestão da propriedade.

Quanto à posse do título da terra, observou-se que, dos 15 entrevistados, somente dois possuíam o título de domínio em caráter definitivo, enquanto que os demais contavam apenas com um contrato de concessão de uso. De acordo com este contrato, o INCRA transfere a posse da terra, em caráter provisório, ao beneficiário da reforma agrária, o que garante também acesso aos créditos e a outros programas do governo federal.

Um dado que chamou a atenção refere-se à renda obtida. Neste quesito, mais de 80% ganhavam até um salário mínimo, sendo que parte desses ganhos era obtida através do Bolsa Família e não das atividades agropecuárias, conforme relato dos entrevistados (Gráfico 8).

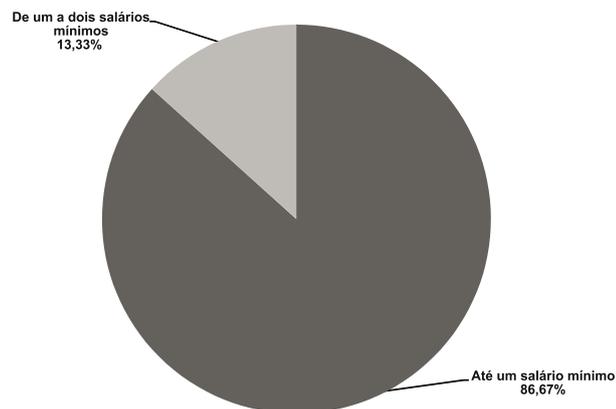


Gráfico 8
Renda dos entrevistados

Fonte: Elaboração própria.

Observou-se que a participação dos entrevistados em organizações do terceiro setor era

A baixa escolarização traz muitos prejuízos aos agricultores, pois dificulta a absorção de conhecimentos técnicos referentes ao manejo da cultura e à gestão da propriedade

muito satisfatória. Mais de 80% responderam que eram filiados ao sindicato dos trabalhadores rurais ou associados a cooperativas e outras associações de interesse comunitário (Gráfico 9).

Com relação às atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade rural, todos cultivavam algum tipo de lavoura temporária em plantio de sequeiro, a exemplo de milho, feijão, mandioca e mamona, e a atividade pecuária era muito restrita, resumindo-se a um pequeno rebanho para garantir a subsistência.

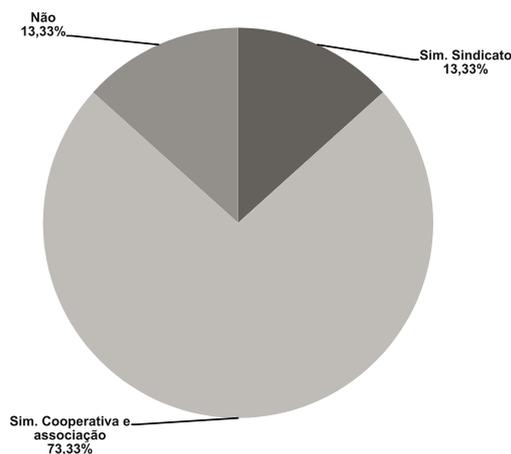


Gráfico 9
Participação dos entrevistados em sindicatos e associações

Fonte: Elaboração própria.

Com relação à produção de mamona para o biodiesel, todos cultivavam esta oleaginosa, sendo que, desde a implementação do programa na região em 2009, 13,33% a cultivaram por mais de três safras consecutivas; outros 60% a cultivaram por duas ou três safras, enquanto 26,67% a cultivaram somente uma vez. Vale ressaltar que, antes de iniciar o cultivo, 80% dos entrevistados participaram de cursos de capacitação para entender o funcionamento do PNPB (Gráfico 10).

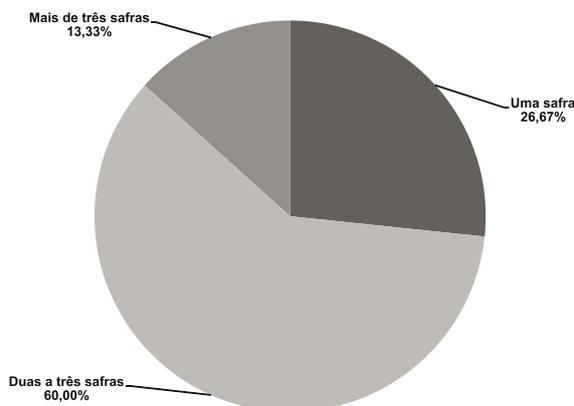


Gráfico 10
Safra produzidas de mamona para o biodiesel

Fonte: Elaboração própria.

Entre as principais dificuldades apontadas para a produção mamona destacaram-se o fechamento de contratos (33,33%) e o acesso ao crédito (26,67%). Foram lembrados como pontos positivos a distribuição de sementes de qualidade do tipo Paraguai e Nordestina (38%) – embora, em alguns casos, estas fossem distribuídas fora do período de zoneamento agrícola – e a assistência técnica durante todo o ciclo produtivo (62%) (Gráfico 11).

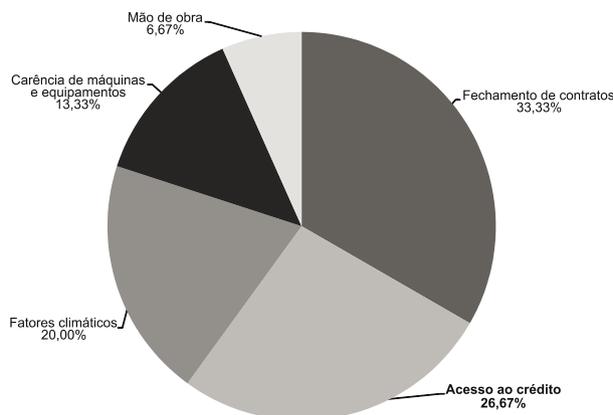


Gráfico 11
Principais dificuldades para se produzir mamona na comunidade do Brejo de São José

Fonte: Elaboração própria.

Atualmente, não há plantio de mamona para o biodiesel na comunidade do Brejo de São José, devido ao baixo retorno financeiro com a venda

desta oleaginosa que, segundo os entrevistados, não cobre os custos de produção. Outro fator apontado para o abandono do cultivo foi a ausência das cooperativas ligadas ao programa na região. Estas, de acordo com os entrevistados, estavam mais voltadas para outros programas, como o Brasil Sem Miséria, relegando o PNPB a um segundo plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNPB foi um programa inovador, ao permitir que o biodiesel fosse produzido a partir de diversas fontes de oleaginosas disponíveis em todo território nacional. Outro fator positivo desse programa foi a inserção da agricultura familiar como fornecedora de insumos para esta cadeia produtiva.

Entretanto, apesar dos estímulos dados pelo governo federal ao programa, este não conseguiu deslançar na comunidade do Brejo de São José, no município de Riacho de Santana (BA), e os agricultores familiares locais resolveram abandonar o plantio da mamona para o biodiesel.

A pesquisa apontou com principais causas para a desistência dos agricultores familiares da referida comunidade o desinteresse dos produtores de biodiesel em atuarem na região, a falta de crédito para os pequenos agricultores custearem a produção, a seca que assola a região e, principalmente, o baixo retorno financeiro com a venda da mamona que, em muitos casos, não cobria os custos de produção.

Pode-se afirmar que a situação encontrada na comunidade do Brejo de São José reflete o que vem acontecendo com o PNPB no Nordeste, onde o programa não está sendo sustentável e vem enfrentando problemas relacionados à produção de insumos pela agricultura familiar deste a sua implantação.

Só para reflexão de que o programa precisa ser revisto urgentemente no Nordeste para que cumpra com seus requisitos sociais, dados divulgados

pelo MDA, em 2013, apontaram que o rendimento médio anual de uma família de agricultores nordestina inseridas no PNPB foi de R\$ 18,00 em 2012, muito aquém da renda média nacional que foi R\$ 20.127,00.

Quase uma década desde o lançamento do PNPB, o mercado de biodiesel no Brasil ampliou-se significativamente, deixando de ser quase inexistente para figurar entre os maiores do mundo. Porém, apesar do sucesso, a principal crítica ao programa é que este não conseguiu cumprir a sua meta social, que é a inserção sustentável dos agricultores familiares nessa cadeia produtiva, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

REFERÊNCIAS

- ALONSO-PIPO, W. et al. Practical implementation of liquid biofuels: the transferability of the Brazilian experiences. *Energy Policy*, [S.l.], v. 60, p. 70-80, set. 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301421513002887>>. Acesso em: 1 jan. 2014.
- AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Dados estatísticos mensais*. 2014. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- ARENT, D.; SÁBIO, A.; GELMAN, R. The status and prospects of renewable energy for combating global warming. *Energy Economics*, [S.l.], v. 33, n. 4, jul. p. 584-593, 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140988310001908>>. Acesso em: 29 dez. 2013.
- BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura. *Bahia Territórios de Identidade*. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/mapa_velhochico.pdf>. Acesso em: 19 maio 2013.
- BAIARDI, A.; MENDES, J. Agricultura familiar no semi-árido: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável. *Revista Bahia Agrícola*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 28-41, nov. 2007.
- BOLETIM MENSAL DOS COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS. Brasília: SPG, n. 60, mar. 2014a. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/spg/menu/publicacoes.html>>. Acesso em: 10 abr. 2014a.
- _____. Brasília: SPG, n. 72, jan. 2014b.
- BRASIL. Lei nº. 11.097 de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- BRASIL. Decreto nº 5.297 de 06 de dezembro de 2004. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2290882>>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- _____. Portaria MDA nº 60 de 06 de setembro de 2012. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 set. 2012. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2290882>>. Acesso em: 6 mar. 2013.
- _____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: set. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial*. Brasília, DF: MDA, 2011. 46 p.
- _____. *Sistema de Informações Territoriais – SIT*. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: 19 maio 2013.
- BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. Di. Agricultura familiar: um estudo de focalização regional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., Cuiabá, 2004. *Anais eletrônicos...* Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O437.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 777 p.
- ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *International Energy Outlook 2010*. Washington: Department of Energy, 2010. Disponível em: <<http://www.iea.org>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- _____. *International Energy Outlook 2011*. Washington: Department of Energy, sep, 2011. Disponível em: <<http://38.96.246.204/forecasts/ieo/>>. Acesso em: 15 nov. 2011.
- ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS. Salvador: SEI, 2010. v. 10, 308 p.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *O biodiesel e sua contribuição ao desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

- GIL, A. C. *Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para a coleta e análise de dados e como redigir o relatório*. São Paulo: Atlas, 2009. 148 p.
- HALL, J. et al. Managing technological and social uncertainties of innovation: The evolution of Brazilian energy and agriculture. *Technological Forecasting and Social Change*, [S.l.], v. 78, n. 7, p. 1147-1157, set. 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S004016251100031X>>. Acesso em: 18 jan. 2014.
- HERTEL, T.; TYNER, W. E. Market-mediated environmental impacts of biofuels. *Global Food Security*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 131-137, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912413000229>>. Acesso em: 16 nov. 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas20.aspx?indiceAccordion=1&li=Atlas2013>>. Acesso em: 12 ago. 2013.
- KAERCHER, J. A. et al. Optimization of biodiesel production for self-consumption: considering its environmental impacts. *Journal of Cleaner Production*, [S.l.], v. 46, p. 74-82, maio 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612004817>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- LUND, P. D. Effects of energy policies on industry expansion in renewable energy. *Renewable Energy*, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 53-64, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S096014810800116X>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- MATA, T. M. et al. Sustainability analysis of biofuels through the supply chain using indicators. *Sustainable Energy Technologies and Assessments*, [S.l.], v. 3, set. 2013, p. 53-60. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2213138813000453>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- MATOS, S.; SILVESTRE, B. S. Managing stakeholder relations when developing sustainable business models: the case of the Brazilian energy sector. *Journal of Cleaner Production*, [S.l.], v. 45, abr. 2012, p. 61-73. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612002107>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- MIYAKE, S. et al. Land-use and environmental pressures resulting from current and future bioenergy crop expansion: A review. *Journal of Rural Studies*, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 650-658, out. 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016712000770>>. Acesso em: 27 jan. 2013.
- RATHMANN, R.; SZKLO, A. SCHAEFFER, R. Targets and results of the Brazilian Biodiesel Incentive Program: has it reached the Promised Land? *Applied Energy*, [S.l.], v. 97, p. 91-100, set. 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306261911007185>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- RODRIGUES, R. A. Biodiesel no Brasil: diversificação energética e inclusão social com sustentabilidade. In: FERREIRA, J. R.; CRISTO, C. N. P. M. (Coord.). *O futuro da indústria: Biodiesel*. Brasília: MDIC; STI/IEL, 2006. p. 15-25.
- SOUZA, M. A. *O desafio da participação na dinâmica dos empreendimentos cooperativos na Bahia: o caso das associações envolvidas no Programa Nacional de Produção de Biocombustível*. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Gestão Social)–Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: 20 maio 2013.
- VISSER, E. M. et al. Bioethanol production potential from Brazilian biodiesel co-products. *Biomass and Bioenergy*, [S.l.], v. 35, n. 1, p. 489-494, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S096195341000334X>>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- WORLD ENERGY COUNCIL. *Energy and urban innovation*. United Kingdom: [s.n.], 2010a. Disponível em: <<http://www.worldenergy.org/publications/default.asp>>. Acesso em: 5 jun. 2011.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 207 p.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 3 de setembro de 2014.

Uma análise da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) nas regiões brasileiras

Fábio Matos Fernandes*

Marcelo Santana Silva**

Angela Machado Rocha***

Lílian Lefol Nani Guarieiro****

Ednildo Andrade Torres*****

* Mestre em Gestão e Tecnologia Industrial pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e especialista em Administração de Serviços pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor colaborador da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). fabfernandes@uneb.br

** Mestre em Energia pela Universidade Salvador (Unifacs) e doutorando em Energia e Ambiente pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor no Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente (CIEnAm) da UFBA. marcelosilva@ifba.edu.br

*** Doutora em Energia e Ambiente pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professora adjunta no Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente (CIEnAm) da UFBA. anmach@gmail.com

**** Doutora em Química pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestre em Química Orgânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). lilianguarieiro@gmail.com

***** Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor-associado da Universidade Federal da Bahia (UFBA). ednildo@ufba.br

Resumo

O governo brasileiro instituiu o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) que, entre os principais objetivos, busca reduzir as desigualdades regionais com a inclusão de agricultores familiares na cadeia produtiva do biodiesel. Do ponto de vista da metodologia, trata-se de um estudo qualitativo e exploratório. A análise dos dados aponta que os resultados do PNPB alcançados, até o presente momento, são péssimos para a Região Nordeste, enquanto as regiões mais desenvolvidas são as mais beneficiadas. Observaram-se uma enorme disparidade nas aquisições da agricultura familiar e uma redução nos números de estabelecimentos familiares na Região Nordeste. O presente estudo teve como objetivo analisar a questão da agricultura familiar e o desenvolvimento do mercado de biodiesel nas regiões brasileiras, bem como verificar o cenário acerca da efetiva participação da agricultura familiar na Região Nordeste.

Palavras-chave: Biodiesel. Agricultura familiar. Inclusão social. PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

Abstract

The Brazilian government established the National Program for Production and Use of Biodiesel (Programa Nacional de Produção e UsodeBiodiesel–PNPB) that among the main objectives, seeks to reduce regional inequalities with the inclusion of family farmers in the biodiesel production chain. Data analysis points lousy PNPB the results achieved for the Northeast Region to date, unlike the more developed regions and, by the way, morefavoured. There was a huge disparity in family farming acquisitionsas well as a reduction in the number of family –run establishments in the Northeast. This study based on exploratory qualitative methodology aimed to analyze the issue of family farming and the development of the biodiesel market in the Brazilian regions, as well as checking the setting on the effective participation of family farmers in the Northeast.

Keywords: Biodiesel. Family farming. Social Inclusion. PNPB – National Program for Production and Use of Biodiesel.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e, desde o início do século XXI, está investindo na produção de biodiesel através do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

A introdução deste biocombustível na matriz energética brasileira foi fundamentada em argumentos econômicos (pela elevação dos preços do petróleo e a necessidade de se reduzir a dependência de combustíveis de origem fóssil, em especial o diesel); ambientais (por auxiliar na redução das emissões de GEE¹); e sociais (pela oportunidade de reduzir as desigualdades regionais) (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010).

Dos três aspectos supracitados, o social foi a principal justificativa para o lançamento do PNPB, que buscou incluir os agricultores familiares na Cadeia Produtiva do Biodiesel (CPB), através do cultivo de plantas oleaginosas para a produção deste biocombustível, e assim garantir a abertura de postos de trabalho, a melhoria da renda e a promoção do desenvolvimento nas áreas carentes do Brasil (HOLANDA, 2004).

Para tanto, o governo federal lançou um conjunto de atos legais (leis, decretos, portarias, resoluções e instruções normativas) para regular o mercado de biodiesel e, conseqüentemente, atingir o objetivo social pretendido, em especial nas áreas das regiões Norte e Nordeste do país (MATTEI, 2008).

No Brasil, o semiárido é uma região que se caracteriza por apresentar precipitações entre 300 mm e 800 mm, concentradas em poucos

meses do ano, o que gera períodos de chuva e estiagem. A área do semiárido ocupa cerca de 700 mil a 850 mil km², abrangendo ao todo 11 estados brasileiros. Na Bahia, o semiárido ocupa quase 320.211 km², abrangendo uma área de 57% do território do estado, com 254 municípios (sendo 126 totalmente e 128 parcialmente) inseridos na zona semiárida (MELO FILHO; SOUZA, 2006).

A situação climática dessa região, associada às injustiças sociais e à falta de planejamento estratégico voltado para o desenvolvimento, gerou, ao longo do tempo, uma série de problemas para a população, fazendo do semiárido a região com os piores indicadores sociais nas áreas de saúde, educação e renda em relação à média nacional. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010), nenhum município do semiárido encontra-se na faixa mais elevada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (entre 0,800 e 1,000).

Desta forma, os principais problemas do governo brasileiro nesta região são elaborar e implementar políticas, de modo a melhorar a vida do morador do semiárido, fixando-o ao campo com condições dignas de sobrevivência. Uma das alternativas que suportam tais políticas é o cultivo de oleaginosas destinadas à produção de biodiesel.

Assim, com o aumento do consumo de biocombustíveis, aliado às políticas de inclusão social e redução das desigualdades regionais estabelecidas no PNPB, uma nova oportunidade despontou para o semiárido. Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar a questão da agricultura familiar e o desenvolvimento do mercado de biodiesel nas regiões brasileiras, bem como verificar o cenário sobre a efetiva participação da agricultura familiar na Região Nordeste.

Com o aumento do consumo de biocombustíveis, aliado às políticas de inclusão social e redução das desigualdades regionais estabelecidas no PNPB, uma nova oportunidade despontou para o semiárido

¹ Os Gases de Efeito Estufa (GEE) são constituintes gasosos, naturais ou antrópicos que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação infravermelha (BRASIL, 2009).

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo leva em consideração a forma de abordagem do problema, os objetivos e os procedimentos técnicos adotados, sendo a pesquisa um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (GIL, 2009).

Quanto à forma de abordagem do problema, esta pesquisa é caracterizada como qualitativa por permitir compreender o contexto da situação estudada, possibilitar a captura e interpretação dos fenômenos e atribuir significados a estes (LAKATOS; MARCONI, 2007). A pesquisa qualitativa parte de questões amplas para a compreensão do fenômeno que vão tomando forma à medida que o trabalho se desenvolve, o que exige a consulta em diferentes fontes para coleta de dados (GIL, 2009). Assim, este trabalho caracteriza-se como qualitativo e exploratório ao apresentar uma visão geral sobre a efetiva participação da agricultura familiar no contexto do PNPB.

Com relação ao objetivo, esta pesquisa é exploratória por permitir maior familiaridade com o problema levantado (explicitá-lo) e por ser mais flexível e informal, permitindo aos pesquisadores buscarem um maior conhecimento sobre o tema em perspectiva (GIL, 2009).

Os procedimentos técnicos adotados nas pesquisas classificadas como qualitativas e exploratórias são amplos e versáteis (LAKATOS; MARCONI, 2007). Neste artigo foram utilizados os levantamentos bibliográficos e documentais, a partir da consulta de artigos, teses, dissertações relacionadas ao tema e outros documentos divulgados por instituições responsáveis pelo fomento do PNPB.

O PNPB: DIRETRIZES E MARCOS INSTITUCIONAL E REGULATÓRIO

O PNPB é um programa interministerial que tem como objetivo a implementação sustentável (técnica e economicamente) da cadeia produtiva do biodiesel no Brasil

O PNPB é um programa interministerial que tem como objetivo a implementação sustentável (técnica e economicamente) da cadeia produtiva do biodiesel no Brasil, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. As diretrizes do programa são assim apresentadas por Rodrigues (2007, p. 11):

Introdução do biodiesel na matriz energética nacional de forma sustentável, permitindo a diversificação das fontes de energia, o crescimento da participação das fontes renováveis e a segurança energética;

Geração de emprego e renda, especialmente no campo, para a agricultura familiar, na produção de matérias-primas oleaginosas;

Redução de disparidades regionais, permitindo o desenvolvimento das regiões mais carentes do País: Norte, Nordeste e Semi-Árido;

Diminuição das emissões de poluentes e dos gastos relacionados ao combate aos chamados males da poluição, especialmente nos grandes centros urbanos;

Economia de divisas com a redução de importações de diesel;

Concessão de incentivos fiscais e implementação de políticas públicas direcionadas a regiões e produtores carentes, propiciando financiamento e assistência técnica e conferindo sustentabilidade econômica, social e ambiental à produção do biodiesel;

Regulamentação flexível, permitindo uso de distintas matérias-primas oleaginosas e rotas tecnológicas (transesterificação etílica ou metílica, craqueamento, etc.).

O governo brasileiro ao estabelecer tais diretrizes para o PNPB procurou descentralizar a pro-

dução de biodiesel, tanto na escolha das culturas como nas diferentes categorias de agricultores e de agentes econômicos envolvidos (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007; MATTEI, 2008).

A estrutura institucional adotada para a gestão do PNPB envolve a Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel CEIB, coordenada pela Casa Civil, representantes de 12 ministérios e o Grupo Gestor do Biodiesel, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), integrado por membros da CEIB e órgãos como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Petrobrase Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (AGROANALYSIS, 2010).

O marco regulatório do biodiesel engloba um conjunto de leis que norteiam as ações, estabelecem as condições legais para a sua introdução na matriz energética brasileira e consideram que a ampliação da produção e do consumo seja feita de forma gradativa, levando em conta a diversidade e disponibilidade de oleaginosas, a garantia do suprimento, a qualidade e a competitividade ante os demais combustíveis. O marco também considera o aspecto social, através da adoção de uma política de inclusão que possibilite a agricultura familiar (MATTEI, 2008).

A principal ação legal do PNPB foi a Lei nº 11.097 (Lei do Biodiesel), de 13/01/2005, que introduziu o biodiesel na matriz energética, definindo os percentuais mínimos obrigatórios de adição deste combustível ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional (BRASIL, 2005a).

Prates, Pierobon e Costa (2007) destacaram outros pontos importantes, além da Lei nº 11.097/2005, que contribuíram para aprimorar o marco regulatório e colocar em funcionamento o mercado do biodiesel, são eles: o regime tributário, o Selo Combustível Social (SCS) e os leilões públicos de biodiesel, os quais são discutidos a seguir.

O regime tributário

O modelo tributário aplicável ao biodiesel foi definido pela Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, que concede incentivos fiscais, diferenciando a tributação deste combustível dos demais (CASTRO, 2011).

Quanto ao biodiesel, a lei estabelece a adoção de um regime especial sobre a incidência dos tributos federais:

contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), determinando a incidência monofásica desses tributos, ou seja, a cobrança incide uma única vez, sendo o contribuinte o produtor ou importador de biodiesel? (BRASIL, 2005b).

O contribuinte, por sua vez, pode optar entre uma alíquota percentual sobre o preço do produto ou o pagamento de um valor fixo por metro cúbico de biodiesel comercializado. Cabe ao Poder Executivo a fixação do coeficiente para redução das alíquotas previstas, que podem ser alteradas para mais ou para menos, a qualquer tempo (BRASIL, 2005b).

A depender da matéria-prima (oleaginosa utilizada), da região de produção desta matéria-prima e do tipo de fornecedor (agricultura familiar³ ou agronegócio), as alíquotas também podem ter coeficientes de redução diferenciados (BRASIL, 2005b). A Tabela 1 apresenta os coeficientes de redução diferenciados e compara o modelo tributário do biodiesel com o diesel mineral (BRASIL, 2005b; CASTRO, 2011).

² Produtor ou importador de biodiesel, segundo a Lei 11.116/2006, trata-se de: “[...] pessoas jurídicas constituídas na forma de sociedade sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, beneficiárias de autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em conformidade com o inciso XVI do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e que mantenham Registro Especial na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2005b).

³ O agricultor familiar deve estar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), estabelecido pela Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006).

Tabela 1
Alíquotas incidentes sobre o biodiesel e o diesel

Tributos	Biodiesel				Diesel
	Regra geral (R\$/L)	Agricultura familiar (R\$/L)	Mamona/Palma N/NE (R\$/L)	Mamona/Palma N/NE+Agricultura familiar (R\$/L)	
IPI	0,00	0,00	0,00	0,00	
CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07
PIS/Pasep	0,04	0,01	0,03	0,00	0,03
Cofins	0,18	0,06	0,12	0,00	0,12
Total	0,22	0,07	0,15	0,00	0,22

Fonte: Adaptado de Brasil (2005b) e Castro (2011).

Para o produtor de biodiesel aproveitar as alíquotas de PIS/Pasep e Confins com coeficientes de redução diferenciados apresentadas na Tabela 1, este deve ser detentor do SCS, uma identificação concedida pelo MDA, que se encontra detalhada na seção seguinte.

Os percentuais das reduções tributárias chegam a 32% para o biodiesel produzido de dendê e mamona cultivados nas regiões Norte, Nordeste e no semiárido; 68% para o biodiesel produzido com matérias-primas cultivadas pela agricultura familiar em qualquer região do país; e 100% para o biodiesel produzido com dendê e mamona cultivados pela agricultura familiar das regiões Norte, Nordeste e semiárido (BRASIL, 2005b).

Vale ressaltar que, no biodiesel, não há incidência dos impostos: Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), mas foi estipulada uma alíquota única de 12% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o B100 (CASTRO, 2011).

Por fim, a Lei nº 12.546, de 14/12/2011, no artigo 47, reduziu a incidência do PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de matéria-prima *in natura* de origem vegetal, destinada à produção de biodiesel, quando efetuada por pessoa jurídica ou cooperativa. Com esta medida, tanto os insumos originados da agricultura familiar quanto do agronegócio passam a contar com a redução desse conjunto de impostos (BRASIL, 2011a).

O Selo Combustível Social (SCS)

Para usufruir das alíquotas reduzidas de PIS/Pasep e COFINS, o produtor de biodiesel precisa ser detentor de uma identificação instituída pelo MDA, através do Decreto 5.297, de 06/12/2004, e que tem como objetivo viabilizar a estratégia social do PNPB: a inclusão dos agricultores familiares na cadeia produtiva do biodiesel (ABRAMOVAY; MARGALHÃES, 2007; CASTRO, 2011).

O SCS é concedido ao produtor de biodiesel que, voluntariamente, decide cumprir os critérios descritos em sua norma vigente, conferindo-lhe o status de promotor da inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), ao possibilitar que estes participem do mercado de combustíveis nacionais, fornecendo matérias-primas para a produção de biodiesel (BRASIL, 2004).

Para conseguir, manter e usar o SCS, o produtor de biodiesel deve cumprir uma série de critérios e procedimentos regulamentados pelo MDA por meio de Instruções Normativas (IN) ou Portarias. De 2005 a 2012, estes critérios foram publicados nas IN nº 01/2005 e 01/2009 e na Portaria nº 60/2012, que atualmente é a norma vigente em vigor (ABREU, 2013).

Entre os critérios estabelecidos, o produtor de biodiesel é obrigado a adquirir um percentual mínimo de matéria-prima proveniente da agricultura familiar no ano de produção do biodiesel (Quadro 1). Estes percentuais variam de acordo com as regiões brasileiras (BRASIL, 2005c, 2009, 2012).

UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB) NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Regiões	IN nº 01/2005	IN nº 01/2009			Portaria nº 60 /2012	
	Proposta inicial	Safra 2009/2010	Safra 2010/2011	Safra 2011/2012	Safra 2012/2013	Safra 2013/2014
Norte	10%	10%	15%	15%	15%	15%
Centro-Oeste	10%					
Nordeste	50%	30%	30%	30%	30%	30%
Sudeste	30%					
Sul	30%					

Quadro 1
Percentuais mínimos obrigatórios para aquisição de matéria-prima da agricultura familiar por região para obter o SCS

Fontes: Brasil (2005c, 2009, 2012).

Os leilões de biodiesel

Para estimular o setor produtivo a investir no biodiesel em todo país, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), através da Resolução nº 5, de 3 de outubro de 2007, desenvolveu uma estratégia de fomento para a compra deste produto através da realização de leilões públicos.

Art. 1º Determinar que todo o biodiesel necessário para atendimento ao percentual mínimo obrigatório de que trata a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, será contratado mediante leilões públicos, a serem realizados segundo as diretrizes estabelecidas nesta Resolução (BRASIL 2007, p. 2).

Os leilões reúnem produtores de biodiesel, refinarias e distribuidoras, que compram este biocombustível para misturá-lo ao diesel derivado do petróleo. A organização e a realização dos leilões, bem como sua promoção e fiscalização, ficaram sob a responsabilidade da ANP, conforme estabelecido pelo CNPE (BRASIL, 2005d).

Quanto à participação dos produtores de biodiesel nos leilões, estes devem ser autorizados pela ANP, que exige: o Registro Especial da Secretaria da Receita Federal; o cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e a autorização para comercializar o biodiesel produzido, de acordo com os termos descritos na Resolu-

ção ANP nº 25, de 02 de setembro de 2008 (PRADO; VIEIRA, 2010).

Para contornar o problema de descumprimento da entrega dos volumes leiloados, o governo estabeleceu que, caso algum produtor, por qualquer motivo, não entregasse o biodiesel conforme a qualidade e o volume ofertados, sofreria penalidades administrativas e até mesmo seria impedido de participar dos leilões seguintes, o que significaria ficar fora do mercado (MENDES; COSTA, 2010).

AGRICULTURA FAMILIAR

No universo agrário brasileiro existem diferentes tipos de agricultores com seus próprios interesses e estratégias de organização e produção, que os fazem responder de forma diferenciada aos desafios impostos pelo mercado. São camponeses, colonos, roceiros, pequenos produtores, assentados e outros ligados à trajetória de cinco grupos⁴ com suas heranças culturais, experiência profissional e de vida e que ocupavam uma posição secundária dentro do modelo de desenvolvimento do país desde sua origem (ALTAFIN, 2007).

Essas várias denominações para produtores de alimentos foram unificadas sob o conceito de agricultores familiares, que se

⁴ Índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus.

difundiu e se consolidou em diferentes setores da sociedade e que pode ser definido de forma simples e objetiva como uma forma de produção agrícola na qual a propriedade e o trabalho estão ligados intimamente à família (LAMARCHE, 1993).

Já para Altafin (2007, p. 13), agricultura familiar é como um “guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão de obra e de gestão empregadas”.

Assim, o conceito adotado neste trabalho é o descrito na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, classificando os agricultores a partir das condições básicas do processo de produção para fins de financiamento. No seu Art. 3º, a lei considera que:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos⁵ fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

⁵ O módulo fiscal é um parâmetro de tamanho para classificar imóveis rurais, na forma da Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

A agricultura familiar, portanto, é constituída por pequenas e médias propriedades rurais, assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais tradicionais

A agricultura familiar, portanto, é constituída por pequenas e médias propriedades rurais, assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais tradicionais, a exemplo dos silvicultores, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, aquicultores, entre outras, desde que atendam aos requisitos previstos nos incisos.

Ela engloba desde propriedades administradas por agricultores familiares mais carentes, com baixo nível educacional e que utiliza métodos de produção ultrapassados com resultados de baixa produtividade, até estabelecimentos com alto nível de organização, com acesso à tecnologia (maquinário, sementes melhoradas, fertilizantes, correção de solo, etc.), infraestrutura e, por vezes, ligados à agroindústria (BUAINAIN; GUANZIROLI; SABBATO, 2004). Devido a esta multiplicidade, os agricultores familiares podem ser caracterizados ou classificados de diferentes maneiras.

Considerando-se os diferentes graus de desenvolvimento socioeconômico entre os produtores familiares e a sua inserção no mercado, Baiardi e Mendes (2007) estabeleceram cinco categorias, apresentadas no Quadro 2.

Outra classificação proposta para estabelecer o grau de diferenciação entre os agricultores familiares é a do Departamento Sindical de Estudos Rurais (Deser) e citado por Knob (2006). Nesta classificação, tem-se o seguinte enquadramento:

- agricultores familiares consolidados – são capitalizados, apresentando condições de vida melhores do que os demais agricultores familiares. As propriedades rurais geralmente ocupam áreas em torno de 30 ha, estruturadas e com acesso à tecnologia, o que possibilita a criação de um sistema diversificado de produção integrado à agroindústria.

UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB) NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Categoria	Descrição
Tipo A	Agricultura familiar com certa estabilidade econômica, com forte inserção mercantil e associada às cooperativas. Tecnicada, pois utiliza insumos modernos em propriedades intensivamente mecanizadas. Predomina na região de cerrado.
Tipo B	Agricultura familiar integrada verticalmente com os complexos agroindustriais. É chamada de complexo integrador camponês-agroindústria, pois tem a capacidade de adotar inovações tecnológicas exigidas pela agroindústria, com o objetivo de homogeneizar a matéria-prima adquirida para o processo produtivo da planta de processamento.
Tipo C	Agricultura familiar tipicamente colonial com grande tradição rural. Os estabelecimentos rurais estão ligados à policultura combinando lavouras, pomares com a pecuária e a criação de pequenos animais para consumo da própria família. Não é integrada à agroindústria.
Tipo D	Agricultura familiar semimercantil, em que a maior parte da produção é destinada para o autoconsumo. Possui baixo nível de capital e sua predominância ocorre no interior do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte.
Tipo E	De origem semelhante ao tipo D, mas sem perspectivas e marginalizados no processo econômico.

Quadro 2
Categoria de agricultores familiares

Fonte: Adaptado de Baiardi e Mendes (2007).

- agricultores familiares de transição – os estabelecimentos rurais deste grupo ocupam área em torno de 17 ha, situados em locais onde o solo possui baixa fertilidade. A falta de acesso à informação e de assistência técnica leva a um acentuado processo de desestruturação do sistema de produção.
- agricultores familiares periféricos – são os menos favorecidos em questões relacionadas à posse da terra e ao acesso às políticas agrícolas, de crédito e assistência técnica. São pouco tecnificados, o que os obriga a buscarem complementação de renda através do arrendamento de terras e/ou venda de sua mão de obra ou de membros da família. Este grupo ocupa área de até 7 ha.

A agricultura familiar apresenta também características distintas nas cinco regiões brasileiras, como, por exemplo, na Região Sul, onde ela é mais dinâmica do que a da Região Nordeste. Isto devido ao padrão agrário adotado pelos imigrantes, que o reproduziram de seus países de origem, com produção mecanizada e diversificada. Enquanto isso, a maioria dos agricultores familiares da Região Nordeste trabalha com baixo nível de modernização agrícola, produzindo quase sempre para a subsistência (BUAINAIN; GUANZIROLI; SABBATO, 2004).

Com base nos resultados do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), França, Del Grossi e Marques (2009) elaboraram um estudo para o MDA intitulado *Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006*, a partir do qual foi possível conhecer o perfil destes agricultores no Brasil. Os dados mais relevantes são discutidos a seguir.

No Brasil, a agricultura familiar possui 4.367.902 estabelecimentos, o que representa 84,4% do total. A Região Nordeste abriga cerca de 50% desses estabelecimentos, totalizando 2.187.295 unidades. No país, a Bahia, com 665.831 estabelecimentos, é o estado com maior número de imóveis rurais, representando 15,2% do total nacional e 30% da Região Nordeste (CENSO AGROPECUÁRIO, 2010). O Quadro 3 traz uma síntese da distribuição destes estabelecimentos.

Com relação à área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, apenas 24,3% do total ou cerca de 80,25 milhões de hectares são de agricultores familiares, o que demonstra uma estrutura agrária concentrada no país (Quadro 4). A Bahia, com 9.955.563 ha (12%), ocupa a maior área com estabelecimentos familiares entre as unidades federativas. Com relação à área média dos estabelecimentos familiares, esta é de 18,37 ha, enquanto que a dos agricultores não familiares é de 309,18 ha (CENSO AGROPECUÁRIO, 2010).

Categoria	Número de estabelecimentos	Distribuição %	Distribuição dos estabelecimentos por região		
Agricultura familiar	4.367.902	84,4%	Nordeste	2.187.295	50%
			Sul	849.997	19%
			Sudeste	699.978	16%
			Norte	413.101	10%
			Centro-Oeste	217.531	5%
Não familiar	807.587	15,6%	Nordeste	266.711	33%
			Sudeste	222.071	27%
			Sul	156.184	19%
			Centro-Oeste	99.947	12%
			Norte	62.674	8%

Quadro 3 Estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar – Brasil

Fonte: França, Del Grossi e Marques (2009) e Censo Agropecuário (2010).

Categoria	Número de estabelecimentos	Distribuição %	Distribuição dos estabelecimentos por região (ha)		
Agricultura familiar	80.250.453	24,3%	Nordeste	28.332.599	35%
			Sul	13.066.591	16%
			Sudeste	12.789.019	16%
			Norte	16.647.328	21%
			Centro-Oeste	9.414.915	12%
Não familiar	249.690.940	75,7%	Nordeste	47.261.842	19%
			Sudeste	41.447.150	17%
			Sul	28.459.566	11%
			Centro-Oeste	94.382.413	38%
			Norte	38.139.968	15%

Quadro 4 Área ocupada pela agricultura familiar e não familiar em hectares – Brasil

Fonte: França, Del Grossi e Marques (2009) e Censo Agropecuário (2010).

Quanto à utilização das terras, dos 80.250.453 ha da agricultura familiar, 45% são pastagens, 22% são lavouras e 24% são áreas com matas, florestas ou sistemas agroflorestais. Com relação às lavouras, apesar de cultivar uma área menor, a agricultura familiar é uma importante fornecedora de alimentos para o mercado interno, produzindo, por exemplo, cerca de 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 16% da soja. O Valor Bruto da Produção⁶ (VBP) gerado pela agricultura familiar é de R\$ 54 bilhões, ou algo em torno de 38% (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009).

Quanto à ocupação, a agricultura familiar emprega quase quatro vezes mais pessoas do que a não familiar. São 12,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 74,4% da mão de obra ocupada. Já a agricultura não familiar emprega 4,2 milhões de pessoas ou 25,6%. Para cada 100 hectares, 15,3 pessoas são empregadas na agricultura familiar, enquanto que, na agricultura não familiar, 1,7 pessoa é empregada (CENSO AGROPECUÁRIO, 2010).

Daí a importância estratégica de inserir este sistema de produção na CPB, que poderia ocorrer em diferentes etapas como: produção de mudas e sementes; fornecimento de insumos para a indústria esmagadora (processamento); extração e comercialização do óleo bruto, e produção de biodiesel através de usinas próprias (BRASIL, 2011c).

⁶ O Valor Bruto da Produção (VBP) é o somatório da produção colhida de todos os produtos animais e vegetais. Este indicador representa uma estimativa da geração de renda do meio rural.

Contudo, dificuldades deveriam ser enfrentadas, uma vez que muitos agricultores, especialmente os das regiões Norte e Nordeste e do semiárido, nunca haviam participado de uma cadeia produtiva agroindustrial. Além disso, o tamanho de suas propriedades e o caráter multifacetado do seu *mix* de produtos tornaram-se fatores limitantes, pois a CPB exige grandes extensões de terra e uso de tecnologias sofisticadas para garantir escala e eficiência na produção.

Mesmo assim, diante do potencial de geração de emprego e da possibilidade de erradicação da pobreza no campo, o processo de organização da base produtiva para inserir a agricultura familiar no CPB foi iniciado sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se a concessão do SCS7, a criação do Projeto Polos de Biodiesel e o apoio às cooperativas.

Projeto Polos

O Projeto Polos de Biodiesel, criado em 2006, foi a principal estratégia para a operacionalização do PNPB em nível microrregional ou territorial. Objetivava promover e viabilizar a organização da base produtiva de oleaginosas e facilitar a inserção da agricultura familiar na CPB (BRASIL, 2011a).

Assim, os agricultores familiares organizados teriam melhores condições de acesso às políticas públicas, à transferência de conhecimento e tecnologia e à capacitação adequada.

A execução do projeto ficou sob a responsabilidade de duas organizações não governamentais: Obra Kolping do Brasil, na Região Nordeste, e a Plural Cooperativa, nas regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte (BRASIL, 2008).

Estas organizações atuavam em conjunto com outros atores com o propósito de dar suporte à criação dos polos e de seus Núcleos de Produção

(NP) de matérias-primas para o biodiesel. A estrutura organizacional é descrita abaixo e sintetizada na Figura 1.

1ª - Câmara Técnica Estadual do Biodiesel – Composta pela Coordenação Estadual de Biodiesel, DFDA, consultor estadual MDA, Secretarias e órgãos públicos estaduais e federais, organizações, empresas;

2ª - Grupo de Trabalho Territorial-GT (aproximadamente 20 membros) – Composto de articulador MDA/Kolping ou Plural, representantes do programa estadual, consultor territorial, ATER Oficial, municípios, bancos, organizações, produtores de biodiesel, representantes de núcleos de produção;

3ª - Núcleo de Produção (NP) – Composto de, pelo menos, 40 produtores por núcleo, organizados ou não em associações ou cooperativas (BRASIL, 2008, p. 1).

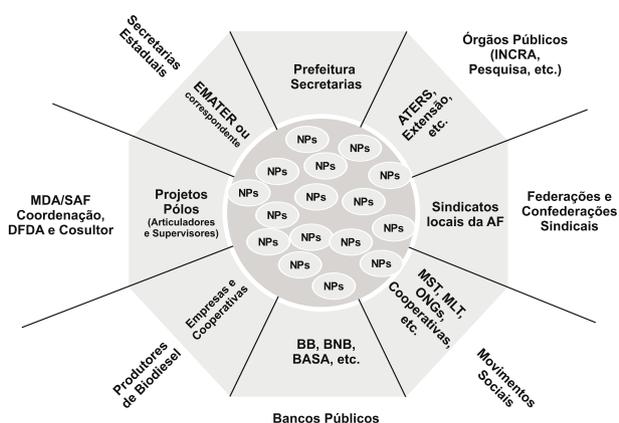


Figura 1
Organização dos polos de biodiesel – Brasil

Fonte: Projeto Polos de Biodiesel Bahia (2011).

Os polos encontram-se distribuídos por todo o território nacional, abrigando diversos municípios, com características específicas entre as quais:

- a presença de agricultores familiares com vocação para o plantio de oleaginosas;
- a identidade coletiva territorial;
- a presença de áreas consideradas aptas para o plantio com zoneamento agrícola;

⁷ O SCS foi discutido na seção 2.1.2.

- a atuação e/ou interesse de atuação de empresas detentoras do Selo Combustível Social; e
- a presença de atores sociais políticos e econômicos interessados no desenvolvimento desta cadeia produtiva (BRASIL, 2011c, p.37).

Em 2010 havia 63 polos, envolvendo 1.091 municípios espalhados por todo o território nacional. O Nordeste foi a primeira região de atuação do projeto e, no respectivo ano, abrigava cerca de 51% dos polos e 43% dos municípios, perfazendo um total de 32 polos e 462 municípios (BRASIL, 2011a).

O elevado percentual de polos estabelecidos no Nordeste justifica-se devido à maior necessidade em organizar as bases produtivas para o cultivo de oleaginosas, uma vez que a maioria dos agricultores familiares não possui as condições mínimas necessárias, bem como as tecnologias apropriadas para o fomento da produção agrícola.

A Bahia conta atualmente com nove polos que englobam 170 municípios. A distribuição da quantidade de municípios nos diferentes polos está apresentada na Tabela 2.

Tabela 2	
Polos de produção de biodiesel – Bahia	
Nomes dos polos	Municípios
Litoral Sul	11
Baixo Sul	18
Sertão Produtivo	26
Velho Chico	22
Oeste Baiano	12
Chapada Diamantina	16
Piemonte Paraguaçu	19
Irecê	21
Litoral Norte / Semiárido Nordeste II	25
Total	170

Fonte: Projeto Polos de Biodiesel da Bahia (2011).

É importante ressaltar que os polos de biodiesel têm favorecido importantes avanços no

PNPB, como: maior adensamento das áreas de produção e diversificação de oleaginosas; redução dos custos de logística na fase agrícola da cadeia produtiva; melhoria da qualidade e intensidade da assistência técnica, possibilitando o aumento da produtividade; ampliação da renda dos agricultores familiares e maior acesso às políticas públicas e à tecnologia (BRASIL, 2011a).

Apoio às cooperativas

Outro importante instrumento para a inclusão e a consolidação do PNPB entre os agricultores familiares são as cooperativas. Isto porque a capacidade de organização entre estes ainda é baixa, principalmente no Nordeste, e as cooperativas ajudam na superação de gargalos agrícolas ao facilitar o acesso a insumos e tecnologias, elevar a escala de produção, reduzir custos logísticos e possibilitar a venda coletiva, com o intuito de garantir melhores preços nas empresas produtoras de biodiesel (SOUZA, 2011).

Em 2010, aproximadamente 70% dos estabelecimentos da agricultura familiar venderam a sua produção por meio de cooperativas, totalizando cerca de R\$ 730 milhões contra R\$ 330 milhões de vendas direta dos agricultores familiares para as empresas produtoras de biodiesel (BRASIL, 2011a).

Este aumento nas vendas de matérias-primas por meio de cooperativas pode indicar uma maior organização dos agricultores familiares na busca por vantagens nas negociações de contratos e melhores preços nas empresas produtoras de biodiesel.

Assim, o MDA, com o intuito de normatizar a forma de participação das cooperativas no PNPB, publicou a IN nº 01, de 20 de junho de 2011, que habilita e regulamenta a comercialização de oleaginosas pelos produtores de biodiesel, como mostra no seu artigo 1º:

UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB) NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Nome	Sigla	Local da sede
Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais e Trabalhadores Autônomos na Agropecuária	Coomtrata	Nazaré
Cooperativa Agrícola da Bahia	Coobahia	Pilão Arcado
Cooperativa Central dos Empreendedores do Estado da Bahia	Cces	Camamu
Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê Ltda.	Coafti	Lapão
Cooperativa de Apoio à Agricultura Familiar do Estado da Bahia	Coopagril	Morro do Chapéu
Cooperativa de Fomento Agrícola Valença Ltda.	Coofava	Valença
Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia	Coopaf	Morro do Chapéu
Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia	Cooteba	Salvador
Cooperativa dos Agricultores de Ituberá e Baixo Sul Ltda.	Cooaibasul	Ituberá
Cooperativa dos Produtores Rurais Camamu	Cooprocama	Camamu
Cooperativa dos Produtores da Região de Olindina	Coopero	Olindina
Cooperativa dos Produtores Rurais de Una Ltda.	Cooperuna	Una
Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares	Coomaf	São Desidério
Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina Ltda.	Coopracd	Itaberaba

Quadro 5

Cooperativas habilitadas para comercialização de matérias-primas para biodiesel – Bahia – Out. 2012

Fonte: SAF – Brasil (2012).

Art. 1º Fica estabelecido que a aquisição de matéria-prima oriunda das cooperativas agropecuárias do agricultor familiar pelos produtores de biodiesel será considerada para os fins de concessão e manutenção do Selo de Combustível Social, desde que observados os ditames do presente normativo (BRASIL, 2011b).

Em seguida, o referido documento traz os critérios para habilitação das cooperativas.

Art. 3º As cooperativas agropecuárias do agricultor familiar que desejarem comercializar matérias-primas com produtores de biodiesel, dentro das regras do Selo de Combustível Social, deverão atender aos seguintes critérios de habilitação:

I – possuir DAP jurídica registrada na base de dados da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF do MDA, conforme estabelecido em normativo vigente;

II – assumir o compromisso de prover o MDA de informações relacionadas à sua inserção na cadeia produtiva do biodiesel, em instrumento *on line* de verificação, disponibilizado na página eletrônica do MDA (BRASIL, 2011b).

As informações solicitadas às cooperativas pelo MDA compreendem temas relacionados aos contratos estabelecidos e vendas de matérias-primas realizadas aos produtores de biodiesel e a aquisições de matérias-primas e assistência técnica prestada aos agricultores familiares (BRASIL, 2011b).

Por fim, o documento ainda traz os critérios para as cooperativas solicitarem habilitação e estabelece critérios de manutenção, renovação e suspensão desta habilitação.

De acordo com os dados fornecidos pela SAF8, 96 cooperativas da agricultura familiar em todo país estavam habilitadas para comercializar matérias-primas com empresas detentoras do SCS, sendo 14 empreendimentos estabelecidos na Bahia, como mostra o Quadro 5.

Todas as cooperativas baianas atuam em quase todos os territórios de identidade. O quadro social destas organizações varia de 500 a 7.500 cooperados, totalizando mais de 25 mil cooperados (SOUZA, 2011).

⁸ Em novembro de 2012.

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA DE BIODIESEL

Além do SCS, do Projeto Polos de Biodiesel e do apoio ao cooperativismo, outras ações de estímulo para inserção e manutenção dos agricultores familiares na CPB foram tomadas, entre as quais: facilidade de acesso às políticas de assistência técnica, apoio ao crédito através de linhas do Pronaf e incentivo ao cultivo da mamona consociado com outras culturas alimentares, a exemplo do feijão. Como reflexo, houve um aumento no número de estabelecimentos da agricultura familiar inseridos no PNPB, como mostra a Figura 2.

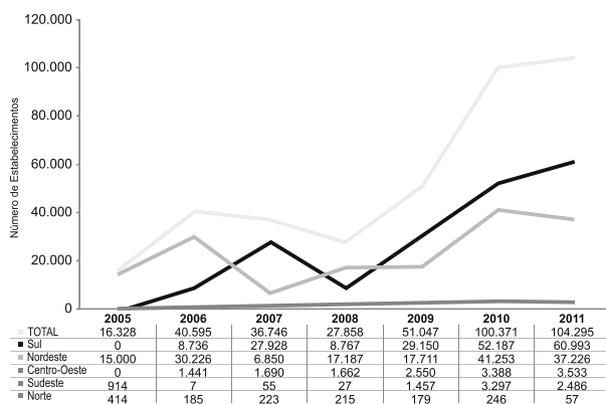


Figura 2
Evolução do número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do PNPB, por região – Brasil – 2005-2010

Fonte: Machado (2012) e Rodrigues (2012).
Elaborado a partir de dados do MDA – Brasil (2011a).

Na Figura 2, observa-se que, a partir de 2008, o número de estabelecimentos da agricultura familiar que aderiu ao PNPB apresentou uma forte elevação, atingindo 100.371 estabelecimentos em 2010 (BRASIL, 2011a). Entretanto, um pequeno incremento de 3,91% foi registrado entre os anos de 2010 e 2011, atingindo 104.295 estabelecimentos (MACHADO, 2012; RODRIGUES 2012).

Apesar do crescimento registrado, principalmente a partir de 2008, ano da obrigatoriedade do B2 (mistura de 2% de biodiesel e 98% de diesel mineral), estes números estão atualmente abaixo

do objetivo pretendido pelo governo federal, que esperava inserir na CPB cerca de 200 mil agricultores familiares nos primeiros anos do programa – 2005 a 2008 (REPÓRTER BRASIL, 2010).

Com relação à Região Nordeste, após uma queda de mais de 75% no número de estabelecimentos da agricultura familiar inseridos no PNPB entre 2006 e 2007, uma retomada foi registrada a partir de 2008, chegando em 2010 com participação de 41,10% do total de estabelecimentos. Entretanto, a quebra de safra, ocorrida em função da seca, fez com que o número de agricultores familiares na região recuasse 10,86%, para 37.226 (RODRIGUES, 2012). A Figura 3 apresenta a distribuição percentual do número de estabelecimentos da agricultura familiar inseridos no PNPB em 2011.

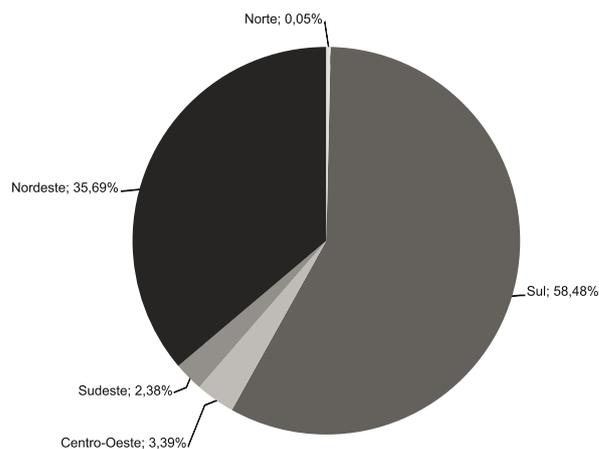


Figura 3
Distribuição percentual do número de estabelecimentos da agricultura familiar inseridos no PNPB – 2011

Fonte: Machado (2012) e Rodrigues (2012).

Com relação ao volume total de aquisições de matérias-primas para produção de biodiesel, 26% de todo o montante foi adquirido da agricultura familiar em 2010 e deste percentual, as regiões Sul e Centro-Oeste forneceram mais de 90%. Uma combinação de fatores contribuiu para tal disparidade, como: o elevado número de estabelecimentos da agricultura familiar, a organização cooperativa e o

⁹ Ano em que a PBio começa a atuar setor com a usina de Candeias (BA).

domínio da soja como cultura principal no Sul. Na região Centro-Oeste, destaca-se a área média permitida para agricultura familiar, o que afeta o volume de produção e a predominância da soja (BRASIL, 2011c). A Figura 4 apresenta a participação regional das aquisições de matéria-prima.

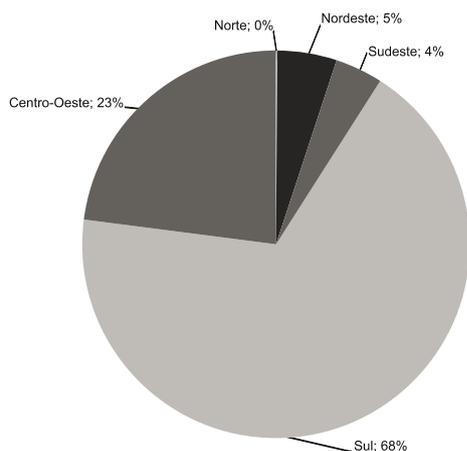


Figura 4
Participação das aquisições de matéria-prima para produção de biodiesel, por regiões – 2010

Fonte: MDA - Brasil (2011a).

Em termos monetários, entre os anos de 2006 a 2010, as empresas produtoras de biodiesel e detentoras do SCS adquiriram aproximadamente R\$ 2,2 bilhões de matéria-prima da agricultura familiar (Figura 5).

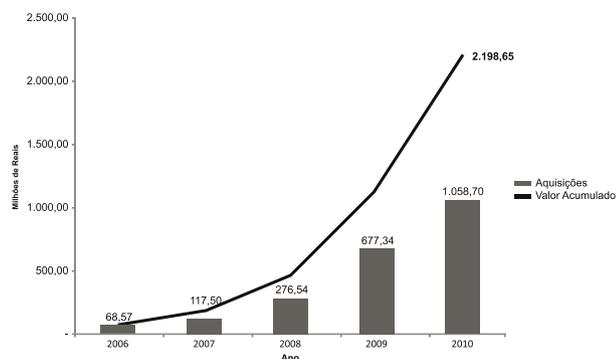


Figura 5
Evolução das aquisições de matéria-prima da agricultura familiar por empresas com SCS (R\$ milhões)

Fonte: MDA - Brasil (2011a).

Este comportamento ascendente deve continuar nos próximos anos, com o aumento da mistura de B5 para B6/B7 no ano de 2014, o que demonstra que está havendo transferência de renda para os agricultores familiares com as aquisições atuais e futuras. Somente em 2011, as empresas produtoras de biodiesel adquiriam mais de R\$ 1,5 bilhão em matérias-primas da agricultura familiar (MACHADO, 2012).

Contudo, as aquisições concentraram-se nas regiões Sul e Centro-Oeste que representaram 76,17% e 19,42%, respectivamente. Já na Região Nordeste, o volume de compra foi de R\$ 7.350.000 ou 0,48% do montante total das aquisições, apesar de a região ter recebido, aproximadamente, 43% de todo o investimento em assistência técnica (Astec) e 22% de todas as doações de insumos realizadas pelas empresas produtoras de biodiesel e de empregar quase 33% dos técnicos agrícolas envolvidos com o programa (MACHADO, 2012).

Entre as possíveis causas para o baixo volume de aquisição de matérias-primas para o biodiesel na Região Nordeste, Perez (2012) aponta:

- baixa produtividade, relacionada a fatores climáticos, utilização de tecnologias deficientes e rudimentares e a própria inexperience do agricultor familiar em produzir oleaginosas;
- infraestrutura logística deficiente;
- assistência técnica deficiente;
- dispersão espacial dos agricultores familiares; e
- baixa organização produtiva dos agricultores familiares.

No caso da Bahia, o estado destaca-se na produção de oleaginosas, sendo o maior produtor de mamona, ocupa o segundo lugar na produção de algodão e dendê, o quarto lugar em amendoim, o quinto em girassol e o sétimo na produção de soja. Entre estas culturas, a mamona e o girassol são as oleaginosas com maior potencial para a participação da agricultura familiar local, em razão das características agrônomicas e por ser de baixo investimento (CAMPOS et al., 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário energético mundial, o Brasil é um país de destaque em biocombustíveis, um dos líderes na produção de etanol e, desde 2004, vem investindo num programa interministerial que inseriu o biodiesel na matriz energética como forma de diversificar suas fontes de energia de maneira sustentável.

O PNPB está baseado em aspectos de sustentabilidade econômica, ambiental e social. Com relação a este último, o programa inovou ao permitir que o biodiesel fosse produzido a partir de diversas fontes de oleaginosas disponíveis em todo território nacional, aproveitando assim as aptidões regionais.

Ele também permitiu a inserção de agricultores familiares nesta cadeia produtiva, com o intuito de gerar emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento de áreas carentes, como é o caso do semiárido nordestino.

Com base no exposto, a pesquisa apontou os seguintes resultados: o marco regulatório criado para fomentar a produção de biodiesel não proporcionou resultados positivos para as regiões Norte e Nordeste, entre os pontos mais notáveis: as aquisições da agricultura familiar desempenhadas por empresas possuidoras do SCS apresentaram um desempenho bastante irregular entre as regiões brasileiras, com valores ínfimos para as regiões Norte e Nordeste e redução dos números de estabelecimentos familiares nas regiões supracitadas.

Politicamente, o objetivo do PNPB era viabilizar a produção de oleaginosas, aumentar a renda e a participação ativa dos agricultores familiares mais carentes como fator determinante para o fracasso ou o sucesso do programa. Contudo, este trabalho conclui que, apesar do esforço para fomentar o PNPB nas regiões mais carentes, os resultados obtidos privilegiaram as regiões mais desenvolvidas, e até o momento os agricultores familiares das regiões mais necessitadas não participaram maciçamente, então não houve sucesso.

Para uma reflexão geral, não é a quantidade de famílias incluídas pelo programa que determina

o sucesso do PNPB, mas sim a localização desta inclusão, a qualidade dos serviços e os recursos empregados para fomentar esta cadeia. Para resolver os diversos gargalos do programa será preciso revisar os alicerces deste e verificar se realmente o PNPB está disponível para a agricultura familiar ou a serviço da agricultura intensiva.

Diante destas constatações, faz-se necessária uma investigação para identificar a estrutura da produção da agricultura familiar no Nordeste e os possíveis problemas produtivos, comerciais e de gestão para a produção de oleaginosas e de biodiesel. Com base nisto, propõem-se ações corretivas para a otimização da cadeia produtiva para garantir a inserção sustentável dos agricultores familiares no PNPB nas regiões mais pobres do país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. *O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais*. São Paulo: Fipe, 2007. (Textos para discussão FIPE, 6).

ABREU, Y. V. *Mudanças na legislação que regulamenta o selo combustível social e sua vinculação com os leilões de biodiesel em 2011 e 2012 no Brasil*. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1224/selo-combustivel-social-vinculacao-leiloes-biodiesel.html>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

AGROANALYSIS. *Biodiesel I: os atos mandatários*. 2010. Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalle.php?idMateria=824>. Acesso em: 20 jul. 2013.

ALTAFIN, I. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília: CDS; UnB, 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dottrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678>. Acesso em: 23 abr. 2014

BAIARDI, A.; MENDES, J. Agricultura familiar no semi-árido: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável. *Revista Bahia Agrícola*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 28-41, nov. 2007.

BRASIL. Decreto nº. 5.297 de 06 de dezembro de 2004. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2004/dec5297.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB) NAS REGIÕES BRASILEIRAS

BRASIL. Lei nº. 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999, e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 jan. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. Lei nº. 11.116, de 18 de maio de 2005b. Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto; altera as Leis nºs 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 maio 2005b. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2005/lei11116.htm>. Acesso em: 11 jul. 2014.

_____. Instrução Normativa MDA nº 1, 7 de junho de 2005. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão de uso do selo combustível social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 jul. 2005c. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=76241>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

_____. Resolução CNPE nº 3, de 23 de setembro de 2005. Reduz o prazo de obrigatoriedade para o atendimento do percentual mínimo intermediário de dois por cento, em volume, cuja obrigatoriedade se restringirá ao volume de biodiesel produzido por detentores do Selo Combustível Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 set. 2005d. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/conselhos_comite/CNPE/resolucao_2005/Resolucao03.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. Resolução CNPE nº. 5, de 3 de outubro de 2007. Estabelece que o volume de biodiesel necessário para atender o mercado obrigatório de biodiesel a partir de 2008, por meio de leilões públicos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2290882>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso em: 11 mai. 2014.

_____. Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à

indústria automotiva; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 dez. 2011a. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2011/lei12546.htm>>. Acesso em: 11 maio 2014.

BRASIL. Instrução Normativa MDA nº 1, de 20 de julho de 2011. Instrução Normativa nº 1, de 20 de junho de 2011. Dispõe sobre a participação de cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima aos produtores de biodiesel para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 jun. 2011b. Disponível em: <http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=217501>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. Portaria MDA nº 60, 6 de setembro de 2012. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos a concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 set. 2012. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23694594_PORTARIA_N_60_DE_6_DE_SETEMBRO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 11 abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Descrição do Projeto Polos de Biodiesel*. Brasília, DF: MDA, 2008. Disponível em: <<http://www.territoriosdadidadania.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. *Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial*. Brasília, DF: MDA, 2011. 46 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. *Cooperativas habilitadas*. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/cooperativashabilitadasbiodiesel>> Acesso em: 10 nov. 2012.

BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. Di. Agricultura familiar: um estudo de focalização regional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. *Anais eletrônicos...* Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O437.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

CAMPOS, M. B. N. et al. Análise da competitividade da cadeia da produção de oleaginosas oriundas da agricultura familiar na região de abrangência da Coopaf. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 18, n. 4, p. 687-697, jan./mar. 2009.

CASTRO, C. N. *O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e a produção de matéria-prima de óleo vegetal no Norte e no Nordeste*. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. 48 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9777:td-1613-o-programa-nacional-de-producao-e-uso-do-biodiesel-pnpb-e-a-producao-de-materia-prima-de-oleo-vegetal-no-norte-e-no-nordeste&catid=170:2012&directory=1>. Acesso em: 15 abr. 2012.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 777 p.

- FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009. 96p.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *O biodiesel e sua contribuição ao desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- GIL, A. C. *Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para a coleta e análise de dados e como redigir o relatório*. São Paulo: Atlas, 2009. 148p
- HOLANDA, A. Biodiesel e inclusão social. Brasília: Câmara dos Deputados; Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, 2004.
- KNOB, A. J. *Aplicação de técnicas de agricultura de precisão em pequenas propriedades*. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola)-Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2006.
- LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme*. Campinas, SP: UNICAMP, 1993. p. 13-33. (Coleção Repertórios Campinas).
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 296 p.
- MACHADO, A. G. As ações e estratégias do governo para o SCS. In: CONGRESSO AGRIBIO: AGRICULTURA FAMILIAR NO BIODIESEL, 2012, São Paulo. *Palestra...* São Paulo: [s.n.], 2012.
- MATTEI, L. F. *Programa Nacional Para Produção e Uso do Biodiesel no Brasil: trajetória, situação atual e desafios*. Florianópolis: UFSC; Departamento de Ciências Econômicas, 2008. (Textos para discussão, 1).
- MELO FILHO, J. F.; SOUZA, A. L. V. O manejo e a conservação do solo no semiárido baiano: desafios para a sustentabilidade. *Bahia Agrícola*, Salvador, n. 7, p. 50-60, 2006.
- MENDES, A. P. A.; COSTA, R. C. Mercado brasileiro de biodiesel e perspectivas futuras. *BNDES Setorial*, [S.l.], n. 31, p. 253-280, 2010.
- PEREZ, R. O desenvolvimento da agricultura familiar no Norte e Nordeste. In: CONGRESSO AGRIBIO: AGRICULTURA FAMILIAR NO BIODIESEL, 2012, São Paulo. *Palestra...* São Paulo: [s.n.], 2012.
- PRADO, J. N.; VIEIRA, W. C. Leilões de biodiesel no Brasil: uma análise preliminar sob a ótica da teoria dos leilões. *Revista Nexos Econômicos*, Salvador, 2010 v. 4, n. 6, p. 67- 88, jun. 2010.
- PRATES, C. P.; PIEROBON, E. C.; COSTA, R. C. Formação do mercado de biodiesel no Brasil. *BNDES Setorial*, [S.l.], n. 25, p. 39-64, 2007.
- PROJETO Polos de Biodiesel da Bahia: um pouco de nós. *Boletim Polos de Biodiesel Bahia*, Salvador, v. 1, n. 1, jun. 2011.
- REPÓRTER BRASIL. *A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel: retrato do presente, perspectivas de futuro*. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar_Biodiesel2010.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.
- RODRIGUES, R. A. Desenvolvendo o novo marco regulatório do biodiesel. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL BIODIESELBR, 2012, São Paulo. *Palestra...* São Paulo: [s.n.], 2012.
- _____. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: uma referência para a análise da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental*, Brasília, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007.
- SOUZA, M. A. *O desafio da participação na dinâmica dos empreendimentos cooperativos na Bahia: o caso das associações envolvidas no Programa Nacional de Produção de Biocombustível*. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Gestão Social)–Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Estatísticas dos municípios baianos*. Salvador: SEI, 2010. v. 10. 308 p.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 9 de setembro de 2014.

Os serviços de ATER no território Vitória da Conquista: uma análise de gênero

*Edimare Ribeiro Costa**

*Cristiane Nascimento Santos***

* Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Agente de Desenvolvimento Territorial (ADT) pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). edimare2005@hotmail.com

** Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Engenheira agrônoma da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). crysagro@gmail.com

Resumo

A proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolvida a partir de 2003, tem vários avanços. A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) ressurgiu revigorada e fortalecida no âmbito das políticas públicas para a agricultura familiar brasileira. Visando identificar se houve melhoria efetiva na vida das mulheres rurais beneficiadas pela PNATER, no território Vitória da Conquista, nos anos de 2012 e 2013, realizou-se uma pesquisa descritivo-exploratória, apoiada em uma abordagem quantitativa e qualitativa, onde se buscou identificar a percepção de agentes e beneficiárias da ATER. O estudo apontou a necessidade de aprimoramento da PNATER em relação aos serviços prestados pelas mulheres.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Assistência técnica. Gênero. Políticas públicas.

Abstract

The proposed Technical Assistance and Rural Extension (ATER) developed in 2003 has several improvements. The new National Policy on Technical Assistance and Rural Extension (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER) reappears refreshed and strengthened in the context of public policy for the Brazilian family farming. To identify whether there was a real improvement in the lives of rural women beneficiaries by PNATER, in the territory Vitória da Conquista between 2012 and 2013, we carried out a descriptive and exploratory research based on a quantitative and qualitative approach, where we sought to identify the perception of agents and beneficiaries of ATER. The study pointed to the need to improve the PNATER in relation to the services provided by the women.

Keywords: Family farming. Technical assistance. Gender. Public policy

INTRODUÇÃO

A proposta da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolvida a partir de 2003, tem vários avanços, ou seja, contempla a agricultura de base ecológica, o desenvolvimento sustentável e exige ações relacionadas às questões de gênero, raça, geração, meio ambiente, entre outros.

No presente trabalho, analisaram-se os serviços da ATER, prestados por instituições da sociedade civil – Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (Cedab) e Cooperativa de Trabalho da Região Sudoeste da Bahia no território de Identidade Vitória da Conquista (Coopersuba), que engloba os municípios de Barra do Choça, Belo Campo, Caraibas, Condeúba, Cordeiros, Piriapá e Licínio de Almeida – nos anos de 2012 e 2013, com o objetivo de identificar se houve melhoria efetiva na vida das mulheres rurais, beneficiárias desta política pública.

O território é entendido como um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais. Neste trabalho foram analisados os municípios representativos do território Vitória da Conquista, que tem forte presença da agricultura familiar, contando com 38.185 estabelecimentos rurais, dos quais 34.444 são propriedades de agricultores familiares, ocupando cerca de 90,4% do território e, do total das áreas agrícolas, 1.054.803 hectares. Já em relação ao Valor Bruto da Produção (VBP), o percentual relativo à agricultura familiar representa 58,83%, indicando o baixo rendimento desse segmento produtivo (SANTOS, 2007). Com isso é possível perceber a importância que a agricultura familiar tem neste território e as limitações que a ausência de um serviço de assistência técnica com qualidade e em quantidade suficiente causa ao desenvolvimento desse segmento produtivo.

No Brasil, a agricultura familiar respondeu por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o boletim eletrônico do Plano Safra 2005/2006. O levantamento encomendado à Fundação Instituto

de Pesquisas Econômicas (FIPE) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) revela que o PIB do setor cresceu R\$ 13,4 bilhões em 2003, um incremento de 9,37% em relação a 2002. Esta informação é relevante, pois foi a primeira vez que o governo federal mediu o impacto econômico da atividade praticada exclusivamente por agricultores familiares. A partir daí, a agricultura familiar passou a ser considerada estratégica para o desenvolvimento do país, seja pela oportunidade de gerar emprego e renda, seja pela sua importância na oferta de alimentos, respondendo por 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos e frangos, 49% do milho e 31% do arroz produzidos no Brasil, e por 32% das exportações de soja, 25% de café e 49% de milho (BRASIL, 2004, p. 3).

No território analisado, a agricultura familiar é de tamanha expressão que, dos 24 municípios que o integram, 16 têm percentual de estabelecimentos rurais familiares acima de 95% (SANTOS, 2007).

Para Gasson e Errington (1993 apud SOUZA et al., 2009, p. 5), a agricultura familiar pode ser conceituada com base em seis critérios: 1) a gestão é feita pelos proprietários; 2) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; 3) o trabalho é fundamentalmente familiar; 4) o capital pertence à família; 5) o patrimônio é objeto de transferência no interior da família; 6) as mulheres da família vivem na unidade produtiva.

A despeito desse reconhecimento, historicamente as mulheres têm sido marginalizadas e encontram muitas dificuldades para mostrar a importância do seu papel na agricultura familiar. As desigualdades existentes entre homens e mulheres, reforçadas pela economia capitalista, inibem e limitam a participação destas na economia. Por este motivo, a produção feminina nem sempre é reconhecida, pois os resultados do seu trabalho geram menor renda, e o seu acesso aos espaços de comercialização é restrito.

O trabalho das mulheres agricultoras ainda é considerado uma “ajuda” ao trabalho realizado pelos homens. Sem reconhecimento e valorização, o

serviço destas torna-se invisível. As mulheres acumulam o trabalho do campo, o trabalho doméstico, os cuidados com os filhos e demais dependentes e, portanto, têm uma jornada muito maior que a de seus maridos ou companheiros. A gestão econômica e financeira é realizada quase sempre pelos homens, o que reforça a situação de dependência das agricultoras em relação ao pai, ao marido ou aos filhos e mantém uma situação de desigualdade e baixa participação destas nas decisões da unidade de produção familiar.

Durante muito tempo, a ATER foi desenvolvida de forma desigual para homens e mulheres. Com os homens, os técnicos discutiam assuntos voltados para a produção e a comercialização. Com as mulheres, tratavam de temas domésticos e cuidados com a família. Isso contribuiu para fortalecer a chamada divisão sexual do trabalho, ou seja, a ideia de que aos homens correspondia o trabalho produtivo (arar, trabalhar com máquinas, comercializar) e às mulheres, o trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados (lavar, cozinhar, cuidar das crianças, dos doentes).

A escolha por uma política pública voltada para o meio rural (PNATER) aconteceu por acreditar que este espaço tem um papel importante no desenvolvimento do país. É no rural onde se produz e se tem uma relação com a natureza, com possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes. Entretanto, esse espaço reproduz, de forma mais intensa, a divisão sexual do trabalho.

O procedimento metodológico utilizado neste estudo foi a pesquisa descritivo-exploratória, apoiada em uma abordagem quantitativa e qualitativa, em que se buscou identificar a percepção de agentes e beneficiárias da ATER, analisada à luz da literatura acadêmica e oficial que trata das relações de gênero e raça no âmbito das políticas públicas dirigidas ao mundo rural.

A escolha por uma política pública voltada para o meio rural (PNATER) aconteceu por acreditar que este espaço tem um papel importante no desenvolvimento do país

Além desta introdução, apresentam-se os objetivos do estudo, seguindo-se um histórico sobre a PNATER, focando também no território, dimensão incorporada por esta política em seu processo de implementação. São discutidos os principais conceitos teóricos que referenciaram a análise, apresentados os passos metodológicos em busca de evidências e, finalmente, os principais resultados da pesquisa e as conclusões.

PNATER: UMA CONQUISTA HISTÓRICA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Presença e evolução histórica da ATER na sociedade brasileira

Compreender a construção histórica da PNATER é de suma importância, por ser esta uma conquista dos movimentos e organizações sociais, pois a ATER operou historicamente mediante modelos excludentes em relação aos agricultores familiares. A PNATER surge com o propósito de oferecer uma assistência técnica extensionista, participativa, construtivista, agroecológica, sustentável, pública, gratuita e exclusiva aos agricultores familiares brasileiros.

Os serviços brasileiros da ATER surgiram como iniciativa de setores privados, assessorados por técnicos estrangeiros, engajados principalmente em agências internacionais privadas e foram criados segundo os moldes norte-americanos de auxílio aos pequenos agricultores a partir de apoio técnico atrelado ao crédito rural supervisionado.

Segundo Pettan (2010, p. 18), a institucionalização efetiva do serviço de ATER no país ocorreu ao longo das décadas de 50 e 70, a partir da criação nos estados da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ACAR). A ACAR era uma entidade civil, sem fins lucrativos, que prestava ser-

viços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. Os objetivos da ACAR eram os mesmos do modelo clássico americano: melhorar as condições econômicas e sociais da vida rural por meio do combate à pobreza, atuando nas unidades familiares, na tentativa de persuadi-las a mudar seu tradicional e “atrasado” modo de vida, com a adoção de “modernos” métodos científicos na produção e melhoria da habitação e da administração do lar. O instrumento do extensionismo foi o crédito supervisionado, constituindo-se na primeira experiência mundial em que a extensão rural vinculou-se à oferta de crédito. Para coordenar as atividades destas associações, em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), transformando as ações de ATER em um sistema federativo que passou, posteriormente, a ser conhecido como Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Siber). Dois sucessivos decretos presidenciais de maio de 1961 dispõem sobre a ABCAR: o primeiro declarando a associação como de utilidade pública; o segundo reconhecendo-a como coordenadora do Sistema de Extensão e Crédito Supervisionado no país, além de disciplinar a assistência financeira da União à associação, e determinar a participação do Orçamento da União com a oferta de 60% do montante necessário à execução do Plano Diretor Quinquenal, nos anos de 1961 e 1962.

No final dos anos 50, esta concepção de diálogo entre extensionistas e família agrícola foi transformando-se e cedeu lugar ao crédito orientado. A substituição da nomenclatura denuncia a mudança de foco: os extensionistas passaram a dirigir os investimentos, objetivando aumento da produção agropecuária (PETTAN, 2010).

Em meados dos anos 60 e ao longo dos anos 70, o Brasil construiu um complexo sistema de planejamento agropecuário com o ambicioso objetivo de orientar, coordenar, controlar e avaliar a intervenção do Estado na agricultura e o desenvolvimento do setor. Para tanto, foi estruturado o Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário (SNPA) que,

por sua vez, fazia parte da montagem do Sistema Nacional de Planejamento e Orçamento, institucionalizado em 1967 (PETTAN, 2010).

Esse período correspondeu a uma fase de forte intervenção do Estado na agricultura, com objetivos de promover a modernização desta para expandir a oferta agropecuária, aumentar e diversificar as exportações, bem como assegurar a normalidade do abastecimento doméstico.

Em todos os planos de desenvolvimento do governo federal durante o regime militar, sempre a ATER ficou atrelada aos interesses do Estado e foi utilizada como um instrumento para a implementação das políticas agrícolas que recebiam suas orientações da política econômica em cada momento histórico. A relação entre os atores governamentais e não governamentais da ATER e o Estado sempre foi conflituosa.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi implementado em meio às várias crises ocorridas entre os anos de 1975 e 1979. Nesse período foram registrados os maiores índices de modernização da base técnica da agricultura, e os serviços públicos da ATER beneficiavam os grandes empresários rurais (PETTAN, 2010).

Nesse contexto foi elaborado o III PND (entre 1980 e 1985), no qual a agricultura apareceu como um setor eficaz para solucionar boa parte dos problemas econômicos. Novamente, a ATER, juntamente com outros instrumentos da política econômica, foram utilizadas para viabilizar a continuidade do processo de modernização da agricultura (PETTAN, 2010).

O Brasil passou a adotar o princípio democrático de participação da sociedade nas instâncias de poder, tendo como fim último “construir uma sociedade livre, justa e solidária” capaz de reduzir e até eliminar as desigualdades. Com a Constituição de 1988 foram criados canais de participação popular efetiva nas decisões políticas do país. Isso contribuiu para que as mulheres, cada vez mais, assumissem as bandeiras da igualdade de gênero e raça, influenciando decisivamente no aumento da parti-

cipação feminina nos partidos políticos, alterando, inclusive, as estruturas internas dos partidos, que passaram a incluir no seu organograma instâncias de organização interna das mulheres (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010).

Os movimentos de mulheres e de negros também questionaram e conferiram visibilidade e centralidade ao seu lugar no desenvolvimento e sua participação nas agendas públicas na maioria dos países. Estes afirmaram e reafirmaram a necessidade de integrar perspectivas de gênero e raça na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos.

A PNATER: uma nova concepção de assistência técnica e extensão rural e sua estratégia de execução

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi instituída em 2010, efetivamente com a Lei 12.188, que incorporou os novos paradigmas do desenvolvimento sustentável e as dimensões ambientais e sociais que, pela primeira vez, foram consideradas pelo governo federal num plano de desenvolvimento. Entretanto, em sua fase inicial de implementação, observou-se uma maior ênfase em processos biológicos na agricultura, motivados pelos efeitos da alta de preços do petróleo que afetava, sobretudo, os fertilizantes e defensivos (produtos químicos) e também o custo de deslocamento das máquinas e equipamentos.

Diversos atores estiveram envolvidos no processo de implementação da PNATER, entre estes estão os governos estaduais e municipais, técnicos extensionistas, movimentos sindicais e sociais, organizações não governamentais, agricultores patronais e familiares, centros de ensino e pesquisa, mídia, empresas privadas, cooperações técnicas internacionais etc. Estes atores, ao manifestarem seus interesses públicos ou privados, adotaram ou não o que está proposto pela política.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi instituída em 2010, efetivamente com a Lei 12.188

As entidades participantes deste sistema são as instituições ou organizações de ATER que tenham como natureza principal de suas atividades a relação permanente e continuada com os agricultores familiares e demais públicos da extensão e que desenvolvam um amplo espectro de ações exigidas para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do

desenvolvimento rural sustentável, podendo ser: 1) as instituições públicas estatais de ATER (municipais, estaduais e federais); 2) as empresas de ATER vinculadas ou conveniadas com o setor público; 3) As empresas de serviços de extensão pesqueira; 4) as organizações dos agricultores familiares que atuam na ATER; 5) as organizações não governamentais que atuam na ATER; 6) as cooperativas de técnicos e de agricultores que executam atividades de ATER; 7) estabelecimentos de ensino que executem atividades de ATER na sua área geoducacional; 8) as Casas Familiares Rurais (CFR), as Escolas Família Agrícola (EFA) e outras entidades que atuem com a pedagogia da alternância e que executem atividades de ATER; 9) as redes e os consórcios que tenham atividades de ATER; e 10) outras que atuem dentro dos princípios e diretrizes desta política (PETTAN, 2010, p. 92).

Os beneficiários diretos e indiretos das ações previstas da ATER são categorias compreendidas no conceito de agricultura familiar; jovens e mulheres rurais, de todas as categorias precedentes; agentes de desenvolvimento e técnicos vinculados às organizações prestadoras de serviços; conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável; e beneficiários de outros programas do MDA e/ou de ministérios que implementam ações para o desenvolvimento rural sustentável.

Em 2004, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) formalizou convênios com entidades governamentais de ATER nas 27 unidades da Federação, envolvendo recursos de R\$ 21,4 milhões, os quais previam beneficiar diretamente

1,6 milhão de agricultores e agricultoras familiares. Estes convênios foram orientados pela PNATER e contemplaram ações de programas de outros ministérios que tinham atuação na agricultura familiar, especialmente o Ministério Especial de Segurança Alimentar (MESA).

Até o ano de 2007, o orçamento para a ATER contemplava uma linha de ação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Com o crescimento e o avanço das ações da PNATER, o programa de ATER foi incluído no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, ou seja, no que se refere ao financiamento das ações da ATER, a política nacional estabelece que o MDA deve incluir no PPA e no Orçamento Geral da União (OGU) o volume de recursos necessários para viabilizar as ações da ATER requeridas pela agricultura familiar. Caberá ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretaria de Agricultura Familiar e Ministério de Desenvolvimento Agrário - DATER/SAF/MDA identificar, captar e alocar recursos de outras fontes, buscando viabilizar convênios com outros ministérios e outras entidades governamentais e não governamentais. Do mesmo modo, caberá ao DATER/SAF/MDA promover ações capazes de viabilizar a alocação de recursos de parceiros internacionais. Parte dos recursos orçamentários do MDA para as ações de ATER será alocada nos programas estaduais de ATER, para o financiamento de instituições ou organizações credenciadas, que tenham trabalho permanente e continuado no âmbito dos estados e/ou municípios, conforme estabelecido neste documento. Outra parte dos recursos deverá ser canalizada para o Fundo Nacional de Apoio aos Serviços de ATER, a ser constituído e administrado pelo DATER/SAF/MDA (PEIXOTO, 2008).

As ações para segmentos específicos são importantíssimas, mas não se pode perder de

vista que gênero é um tema transversal, ou seja, é necessário reintegrá-lo de forma sistemática, contínua e abrangente com outros temas, pois só assim as políticas públicas de gênero e raça

podem se tornar efetivas no enfrentamento das desigualdades. A transversalidade de gênero, portanto: [...] consiste na reorganização, melhoria, desenvolvimento e

avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo é incorporar a perspectiva das relações de gênero em todos os processos de decisão e fazer com que todos os processos de decisão sejam úteis à igualdade de oportunidades (STIEGLER, 2003 apud HEILBON; ARAÚJO; BARRETO, 2011, p. 41).

Tais definições significam dizer que transversalizar a política a partir do gênero nada mais é do que incluir a noção deste tema na própria definição de política pública, ou seja, na sua formulação, aplicação e avaliação.

Vale ressaltar que as ações políticas com especificidades de gênero e raça devem se relacionar com as demais áreas das ações governamentais, rompendo com a noção de que existem áreas, nas políticas públicas, que estariam desvinculadas da condição de gênero e raça. Com isso, cada ação política estaria buscando resposta para a seguinte questão: em que medida a integração das políticas públicas modificam as condições de vida das mulheres e das pessoas negras e favorece a sua condição de empoderamento?

Para isso, é necessário não só a definição de programas e ações específicas para as mulheres, mas ações articuladas e integradas às demais políticas implementadas pelas diversas instâncias governamentais, no sentido de que a compreensão da transversalidade de gênero e raça possa garantir uma governabilidade mais justa e cidadã.

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas e a dimensão de gênero

As políticas públicas traçadas para atender às exigências da incorporação de gênero em interseção com a dimensão étnica racial não significam uma mudança radical na condição das mulheres, principalmente as negras e pobres. Isso pode ser afirmado porque muitas destas políticas ainda não conseguem contribuir com a transformação das condições econômicas e de empoderamento de muitas mulheres, notadamente no campo, como é o caso da PNATER, analisada a seguir.

Segundo Stiegler (2003), a transversalidade de gênero consiste:

[...] na reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo é incorporar a perspectiva das relações de gênero em todos os processos de decisão e fazer com que todos os processos de decisão sejam úteis à igualdade de oportunidades (STIEGLER, 2003 apud HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

Para se pensarem propostas voltadas a corrigir as desigualdades entre homens e mulheres, é necessário partir da concepção que se tem sobre o conceito de gênero. Nobre et al. (2005) assinala que:

O termo gênero é um conceito utilizado para afirmar a construção social do ser homem e ser mulher na sociedade. Tem como objetivo diferenciar sexo – ser macho ou fêmea como dado da natureza – da construção social da masculinidade e feminilidade. A definição de masculino e feminino está associada ao que cada sociedade, em cada momento histórico, espera como próprio de homens e mulheres.

As políticas públicas traçadas para atender às exigências da incorporação de gênero em interseção com a dimensão étnica racial não significam uma mudança radical na condição das mulheres, principalmente as negras e pobres

A construção de gênero se dá em todas as esferas da sociedade: econômica, política, social e cultural. Portanto, é construída a partir de elementos materiais concretos e também por elementos simbólicos. (NOBRE et al., 2005, p. 31-32).

Isto significa que gênero diz respeito ao modo como nossa sociedade constrói representações sobre ser homem e ser mulher. Esse conceito contribui para que as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres sejam repensadas. Para Heilbom (2010), as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres por meio das relações sociais que ocorrem na história, fazendo do gênero uma categoria de classificação dos indivíduos, assim como a classe social e a raça/etnia.

As convenções de gênero variam segundo a cultura, a classe social e o momento histórico. Vários estudiosos que discutem as relações de gênero explicam estar na apropriação da fecundidade feminina, pelo sexo masculino, a origem da desigualdade entre os gêneros em diversas sociedades, ou seja, desde meninas, as mulheres são educadas para cuidar dos outros (filhos, marido, parentes, idosos) e acabam por abraçar carreiras tidas como femininas: professoras, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, empregadas domésticas etc. Não só é comum que elas escolham carreiras no campo do ensino ou da prestação de serviços sociais ou de saúde, como se supõe que tais atividades sejam uma extensão do espaço privado no espaço público, das tradicionais atividades que elas já desenvolvem no ambiente doméstico. Esta escolha é construída pela socialização diferencial de gênero.

Ainda segundo a autora:

A base material desse processo se expressa na divisão sexual do trabalho, que, em nossa sociedade, se articula com a idéia de que existe uma esfera pública e uma privada. A

esfera pública considerada como lugar dos homens, do trabalho produtivo, dos direitos, da igualdade. A esfera privada considerada como o lugar da domesticidade, do afeto, da intimidade. Na prática, sabemos que não existe essa dicotomia, mas que homens e mulheres estão nas duas esferas, só que a partir do que é considerado seu lugar. (NOBRE et al., 2005, p. 32).

Para Nobre et al. (2005), as relações de gênero também devem ser contextualizadas conforme classe, raça e geração, assim como religião e momento histórico, pois são transversais e estruturam o conjunto das relações. Dessa forma, é possível analisar qualquer aspecto da sociedade a partir de gênero. No que tange à educação, por exemplo, diversos estudos têm evidenciado que o ingresso das mulheres na escola tem crescido significativamente, hoje ultrapassando o contingente masculino. Esta inserção advém, entre outros fatores, da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, da exigência de melhoria de sua qualificação profissional e consequente aspiração por melhores salários. No entanto, este investimento ainda não se reverteu em igualdade salarial em relação aos homens. Em alguns setores apenas se reduziu o nível de desigualdade e, em outros, este se intensificou.

As questões referidas acima podem ser comprovadas com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), ou seja, o rendimento do trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua sendo inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31). Em 2009, comparando-se a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Nesse mesmo ano, 1,057 milhão de mulheres, estavam desocupadas procurando por trabalho. A população de mulheres registrou aumento na escolaridade, vis-

to que, em 2003, em média, 5,0% tinham nível superior e, em 2009, eram 8,1%. O diferencial entre os rendimentos médios de pretos ou pardos e do grupo de brancos, em março de 2009, persistiu, mesmo quando comparado no mesmo grupamento de atividade, ou da posição na ocupação ou da faixa de escolaridade. Quando se consideram as mulheres negras, os dados são ainda mais impressionantes. Quanto maior a escolarização, maior a diferença salarial entre estas e os homens, mas, também, entre as próprias mulheres, estando as brancas em posição de maior vantagem. Esta situação demonstra como a segregação social combina elementos étnico-raciais e de gênero.

O modo de organização da família implica também uma hierarquia moral que estabelece posições sociais, deveres e obrigações próprias a cada um, conforme a inserção de gênero e de geração. Na linha das mudanças no espaço privado, é preciso retomar a conquista feminina de regular a sua fecundidade de maneira mais eficiente. O fato de as mulheres poderem ter vida sexual e escolher ser ou não mães, planejar a ocasião da maternidade, espaçá-la e decidir o número desejável de filhos teve um substantivo impacto em suas vidas. Assim, elas puderam organizar melhor o fluxo da vida cotidiana familiar e passar a ter novas aspirações não restritas à vida doméstica e ao cuidado com a prole. Contudo, embora as mulheres tenham conquistado expressivo espaço no mercado de trabalho, a participação dos homens nas decisões e nas obrigações referentes à vida doméstica não se faz na mesma proporção, deixando às mulheres a difícil tarefa de conciliar família e emprego.

Voltando à questão da ATER, estudos têm demonstrado que esses serviços continuamente privilegiam a participação masculina, reforçando a desigualdade entre os gêneros, através de uma postura que reafirma que aos homens pertence o conhecimento, o acesso à informação e à formação,

O modo de organização da família implica também uma hierarquia moral que estabelece posições sociais, deveres e obrigações próprias a cada um, conforme a inserção de gênero e de geração

bem como o acesso às novas tecnologias (WEITZMAN, 2001 apud CARDOSO, 2008). Nesse caso, entende-se que o modo como cada cultura constrói o gênero irá definir um determinado padrão de organização das representações e das práticas sociais no mundo público e na vida privada, estabelecendo lugares distintos para homens e mulheres e uma dinâmica peculiar entre ambos.

No dia a dia, é comum encontrar gestoras e gestores públicos e privados que se recusam a fazer recortes de gênero e raça nas políticas públicas, acreditando que podem assegurar direitos iguais para todos com base na universalização dos direitos humanos. O que ocorre é que não reconhecem a desigualdade existente entre homens e mulheres na sociedade, desprezando os indicadores e as reivindicações dos movimentos sociais que lutam por reconhecimento.

O Fundo de População das Nações Unidas considera a equidade de gênero como um direito humano, sendo o empoderamento das mulheres uma ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento e a redução da pobreza. Nesse caso, as pesquisas têm demonstrado que o investimento na educação feminina reduz as taxas de fecundidade, de mortalidade infantil e de mortalidade materna, aumenta as taxas de participação da força de trabalho e eleva os ganhos salariais.

Retomando o conceito de gênero e sua contribuição à análise social, Nalu Faria (2005) afirma que:

O conceito de gênero possibilita ver o que há de comum nas mulheres e nos homens, porque mostra como estão no conjunto da sociedade. Mostra também a forma como cada um, individualmente, vive essa condição. Ninguém é 100% masculino ou feminino. Características consideradas do outro gênero estão presentes em todas as pessoas. Só que são valorizadas de forma diferente, conforme o lugar que cada um ocupa. (NOBRE et al., 2005, p. 32-33).

Considera-se que, em relação à raça, a questão de gênero é ainda mais desfavorável para as mulheres negras, principalmente as trabalhadoras rurais

Com isso, na pesquisa monográfica buscou-se revelar de que forma a perspectiva de gênero tem sido abordada na política de ATER, nos serviços prestados pelas instituições da sociedade civil Coopersuba e Cedasb, no território Vitória da Conquista, nos anos de 2012 e 2013.

Considera-se que, em relação à raça, a questão de gênero é ainda mais desfavorável para as mulheres

negras, principalmente as trabalhadoras rurais. Isso porque, mesmo com o fim da escravidão no Brasil, não houve reconhecimento nem reparação das inúmeras perdas que foram impostas à população negra. Quando se verifica a interseção dos indicadores de gênero e de raça, tem-se como resultado a dramática situação das mulheres negras do país. O setor de saúde apresenta taxas de mortalidade materna de mulheres negras bem maiores que as mulheres brancas. São as mulheres negras que vivenciam as piores posições no mercado de trabalho e também em relação ao acesso e à qualidade da educação.

A METODOLOGIA: BUSCANDO EVIDÊNCIAS

Visando identificar se houve melhoria efetiva na vida das mulheres rurais beneficiárias da PNATER, executada pelo Cedasb e a Coopersuba, no território Vitória da Conquista, nos anos de 2012 e 2013, realizou-se uma pesquisa descritivo-exploratória, apoiada em uma abordagem quantitativa e qualitativa, em que se buscou identificar a percepção de agentes e beneficiárias da ATER, analisada à luz da literatura acadêmica e oficial que trata das relações de gênero e raça, no âmbito das políticas públicas dirigidas ao mundo rural.

A abordagem quantitativa, de acordo com Soares (2003), está relacionada à quantificação de dados obtidos mediante pesquisa e procedimentos descritivos, enquanto, na abordagem qualitativa, as

informações e os resultados obtidos são interpretados de acordo com teorias e hipóteses.

Os municípios de Barra do Choça, Belo Campo, Caraíbas, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Piripá e Licínio de Almeida constituíram-se na base empírica deste estudo, no qual se buscaram evidências sobre o resultado das ações da ATER no território Vitória da Conquista.

Na elaboração deste trabalho partiu-se de um levantamento bibliográfico, reunindo dados, textos oficiais e informações teóricas e conceituais que possibilitaram a compreensão da dimensão de gênero enquanto categoria de análise no âmbito das políticas públicas.

A amostragem utilizada, de natureza não probabilística, é definida como aquela na qual a seleção dos elementos da população depende, em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo (MATTAR, 1996). Assim, se escolhe um segmento da amostragem não probabilística que é a amostra por conveniência, na qual o pesquisador é quem seleciona os membros que ele considera mais acessíveis a sua pesquisa.

Com a contribuição de parcerias presentes na administração dos municípios, dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da Rede de Cooperativas dos municípios trabalhados que fazem parte do território Vitória da Conquista, foi possível realizar esta pesquisa com 36 mulheres, o equivalente a 10% das beneficiárias da ATER, atendidas pelo Cedasb e a Coopersuba, no período de 2012 e 2013.

A população da pesquisa se constituiu de coordenadores, técnicos e beneficiárias da ATER do território Vitória da Conquista. No intuito de coletar as informações necessárias, foram aplicados questionários a 10% das beneficiárias (36 mulheres), realizadas entrevistas com coordenadores e técnicos (um de cada instituição), e sistematizados 115 cadastros das beneficiárias, visando responder aos objetivos propostos da pesquisa. Para isso foram realizadas visitas às sedes das instituições prestadoras de ATER (Cedasb e Coopersuba) e a dez comunidades rurais que estão sendo beneficiadas pela PNATER.

As informações coletadas foram tabuladas e avaliadas a partir da implementação dos serviços de ATER no território Vitória da Conquista.

Realizaram-se também entrevistas, visando obter informações do ponto de vista das beneficiárias. As informações foram confrontadas com os discursos institucionais (a partir das informações obtidas através de técnicos e coordenadores).

O conjunto de informações levantadas também indicou a necessidade de avaliações e monitoramentos permanentes das entidades que prestam serviços de ATER, de forma a verificar quem se beneficia com a implementação desta política. Em outras palavras, verificar se a política da ATER tem conseguido incorporar as mulheres não como meras extensões do âmbito familiar, mas como sujeitas ativas no desenho da política e inseri-las nos processos econômicos.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Em dezembro de 2011, o governador do estado da Bahia decretou e sancionou a Lei 12.372, que instituiu a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PEATER) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Proater). Essa política foi instituída com o objetivo de atender às demandas dos trabalhadores rurais, povos tradicionais, organizações governamentais e não governamentais, entre outros atores sociais na reafirmação da importância da ATER de qualidade.

A contratação das entidades executoras do Proater é efetivada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri) e realizada por meio de chamada pública, destinada a classificar propostas técnicas apresentadas pelas entidades executoras.

Na Chamada Pública 0001/2012, o Cedasb e a Coopersuba enviaram propostas técnicas e foram selecionados e contratados para executar serviços de ATER no território Vitória da Conquista.

Esses serviços foram analisados com o objetivo de identificar se houve melhoria efetiva na vida das mulheres trabalhadoras rurais beneficiárias da PEATER, nos anos de 2012 e 2013, prestada pelo Cedasb e a Coopersuba no território. A análise mostra que, nesse período, foram atendidas 1.440 famílias, sendo 66,7% destas pela Coopersuba, em comunidades rurais dos municípios de Condeúba, Cordeiros, Piriapá e Licínio de Almeida, enquanto o Cedasb responsabilizou-se pelo atendimento a 480 famílias em comunidades rurais dos municípios de Barra do Choça, Belo Campo, Caraíbas, Cândido Sales.

Em relação ao número de mulheres atendidas pela ATER, o coordenador da Coopersuba estimou em torno de 200 mulheres. Já a coordenadora da Cedasb informou que foram atendidas 160 mulheres cadastradas como beneficiárias.

Fazendo uma análise de 32% dos cadastros aplicados às beneficiárias, em uma amostra equivalente a 115 cadastros, foi possível perceber que estas possuíam idades entre 27 e 73 anos, e que a maioria das mulheres trabalhadoras rurais atendidas pela PEATER se autodeclarou parda.

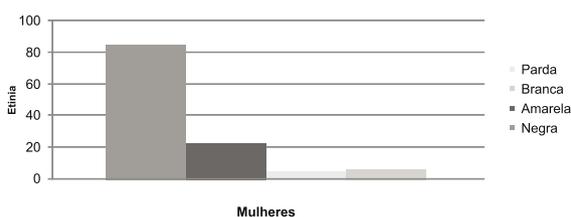


Gráfico 1
Beneficiárias de ATER segundo autodeclaração da cor

Fonte: sistematização de cadastros da PEATER do Cedasb e da Coopersuba. Vitória da Conquista, 2014.

Em relação ao estado civil destas mulheres beneficiárias, aproximadamente 65% são casadas, mais de 15% são amasiadas, 10% possuem união estável, 5% são solteiras, 3% são viúvas e 2%, separadas. Isso pode ser percebido no Gráfico 2.

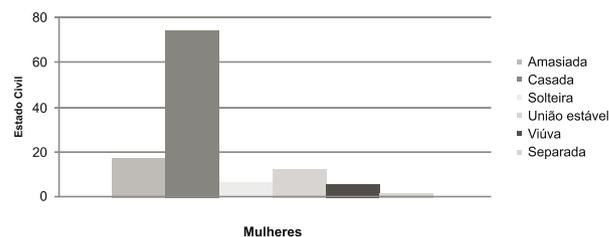


Gráfico 2
Estado civil das beneficiárias

Fonte: Sistematização de cadastros da PEATER do Cedasb e da Coopersuba. Vitória da Conquista, 2014.

Em relação ao tratamento das questões de gênero no âmbito da ATER, a coordenação do Cedasb informou que a equipe sempre busca valorizar e potencializar a participação das mulheres por meio de atividades que envolvem capacitações, oficinas e espaços de debate. Já para o coordenador da Coopersuba: “essas questões sempre foram tratadas de maneira igualitária, pois ao se conhecer cada família detalhadamente com a aplicação dos questionários, percebe-se que o bom andamento das coisas dentro de casa só existe porque há um grande esforço tanto dos homens quanto das mulheres” (PEREIRA, 2013).

Quanto aos problemas de ATER identificados, os técnicos informaram que muitas famílias não possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e que o prazo é curto para que a meta seja atingida, ou seja, a quantidade de famílias que devem ser atendidas por cada técnico são 96 famílias, e este número é muito alto; os técnicos ressaltaram a saída de agricultores das comunidades para trabalhar em outras localidades, em decorrência da seca, da falta de organização e de planejamento do serviço e da falta de técnicos; mencionaram também o uso abusivo de produtos químicos (veneno). Segundo eles, os resultados da ATER prestada só poderão ser percebidos em longo prazo.

Em relação ao funcionamento da ATER, os agentes afirmaram que os trabalhos são executados com atendimento de 96 por técnico. Há também parcerias com prefeituras, sindicatos de trabalha-

dores rurais e com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Com esta parceria é possível também conseguir transporte para a locomoção dos beneficiários. As ações realizadas pela coordenadora do Cedasb, no período analisado, consistiram em: reunião de sensibilização do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), diagnóstico da comunidade, oficina de planejamento, seminário temático e 32 visitas de campo, sendo que cada família recebeu três visitas técnicas. Para o desenvolvimento dessas ações adotaram-se metodologias participativas.

Quanto à inclusão social, os agentes informaram que a ATER tem como objetivo inserir as famílias atendidas nas principais políticas públicas federais destinadas à agricultura familiar como: Garantia Safra, Pronaf, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outras.

Já como pontos positivos da PNATER foram identificados: a) aceitação e o compromisso firmado pelas famílias; b) a participação das mulheres nas atividades desenvolvidas; c) o experimento de técnicas agroecológicas; d) o reconhecimento coletivo das necessidades de comercialização; e) o sentimento de valorização das famílias; f) a inclusão das famílias nas políticas públicas; g) o fortalecimento das organizações sociais; h) a aplicação de tecnologias hídras (cisternas); e i) o cumprimento das metas no prazo determinado pelo Estado. Como pontos negativos foram informados: a) falta de capacidade técnica para atender um grande número de famílias; b) o curto espaço de tempo para cadastrar famílias com DAP; c) a não colaboração dos funcionários da EBDA para emissão de DAP; d) a falta de comprometimento do Estado com a parte financeira (atraso no pagamento das parcelas); e) o número reduzido de visitas técnicas por família; e f) a descontinuidade do serviço com interrupção do

acompanhamento técnico. Neste caso, vale ressaltar que o contrato da ATER foi finalizado em dezembro de 2013 e não tem previsão de retorno.

Sobre a participação das mulheres nas atividades desenvolvidas, os agentes declararam que estas participam de forma ativa de todos os processos, questionam e optam. Durante a participação nos dias de campo percebeu-se uma atenção maior por parte delas, além de sempre colocarem em prática o que aprenderam.

Os principais temas trabalhados foram: desenvolvimento rural sustentável (sociocultural, econômico e ecológico), inclusão nos programas que visam à convivência com o semiárido, melhoria na produção, na alimentação e na renda, Pronaf, PAA, PNAE e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Para os entrevistados, a ATER fortalece as ações de gênero, pois provoca a participação de homens e mulheres em um só espaço, destacando a importância de ambos na construção de uma vida melhor. Ainda segundo eles, apesar do pouco tempo, podem-se salientar melhorias visíveis na forma de plantio, na aplicação de técnicas e na inclusão das políticas públicas (Pronaf e Garantia Safra).

A análise evidenciou que 100% das mulheres reconhecem a importância dos serviços de ATER, que estão relacionados com práticas agrícolas e agroecológicas, como: orientação para o uso de inseticida natural, adubação e plantio correto, conhecimento de novas práticas agrícolas e acesso às políticas públicas.

Para as beneficiárias, o que mais chamou a atenção nos serviços da ATER foi o acompanhamento dos técnicos na produção, a preocupação destes em orientar, de forma clara, o plantio de palma, o cultivo de hortaliças e o cadastramento para o PNHR, em algumas comunidades.

**Para os entrevistados,
a ATER fortalece as ações de
gênero, pois provoca a participação
de homens e mulheres em um só
espaço, destacando a importância
de ambos na construção de
uma vida melhor**

Quanto aos problemas percebidos pelas beneficiárias em relação ao serviço de ATER, apenas uma informou que não observou problemas. As outras citaram: a) o longo período de estiagem; b) a falta de assistência técnica no período chuvoso; c) a descontinuidade do serviço no período de preparo do terreno e do plantio. Na avaliação destas em relação ao serviço da ATER, apenas uma delas considerou excelente, enquanto as outras consideraram bom, argumentando que o serviço contribuiu para ampliar o conhecimento, melhorar a vida das agricultoras, orientar e ajudar no trabalho. Afirmaram ainda que o serviço da ATER conseguiu resolver alguns dos seus problemas e dificuldades, pois aprenderam a adubar hortas, plantar palma, acessar o programa Garantia Safra, produzir remédio caseiro para as plantas, instalar *kit* de irrigação e outras práticas importantes para a sobrevivência.

Quando questionadas com quem era feito o diálogo sobre a assistência técnica prestada na propriedade, 50% das mulheres responderam que era sempre com elas, pois sempre estavam em casa quando as técnicas ou técnicos chegavam. As outras (50%) disseram que o diálogo e as práticas eram feitas de forma coletiva, com a família. Percebe-se, assim, que as mulheres, quando são procuradas pelos técnicos em suas casas é, em parte, por que elas continuam ocupando o âmbito do lar, mas quando elas aprendem sobre produção, plantio, etc., ocupam o lugar de colaboradora para o desenvolvimento econômico de sua família e da sociedade.

Todas as entrevistadas disseram que gostariam de continuar recebendo os serviços de ATER e que reconheciam a importância da política para o desenvolvimento rural, porém afirmaram a necessidade de o serviço ser contínuo, sem interrupções.

Com base na análise dos dados, é possível afirmar que, mesmo em número menor que os homens, as mulheres trabalhadoras rurais acessam e estão inseridas nos serviços de ATER nos municípios pesquisados.

**Mesmo em número menor
que os homens, as mulheres
trabalhadoras rurais acessam e
estão inseridas nos serviços de
ATER nos municípios pesquisados**

Foi possível também perceber que a assistência técnica prestada nos municípios em questão não previu, no período em análise, apoio às ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, assim como à superação da discriminação, da opressão e da exclusão das mulheres trabalhadoras rurais.

Analisando-se a proposta de trabalho do Cedasb e da Coopersuba, nota-se que estas entidades incorporaram as questões de gênero nas suas diretrizes de trabalho, mas ainda precisam estabelecer ações específicas voltadas à construção da equidade social.

As ações da ATER desenvolvidas pelos técnicos das instituições analisadas têm como foco práticas agrícolas, acesso às políticas públicas e modelos tecnológicos baseados na transição agroecológica. Isso, sem dúvida, representa um ponto positivo para abordar as relações sociais, visto que a abordagem sistêmica que caracteriza o movimento agroecológico sinaliza mais possibilidades de incorporação do enfoque de gênero nos trabalhos que se apoiam na agroecologia – sistema de produção que propõe a valorização da diversidade e da equidade nas relações socioambientais.

Apesar de apenas 25% do público beneficiário da ATER, prestada pela Coopersuba e o Cedasb, no território Vitória da Conquista, ser constituído por mulheres, percebeu-se como outro ponto positivo dos trabalhos desenvolvidos nas comunidades rurais a participação da família no desenvolvimento das atividades, pois, anteriormente, o diálogo era feito apenas com o “chefe da família”.

Constatou-se, através das entrevistas e da aplicação dos questionários, que as especificidades referentes às mulheres trabalhadoras rurais são tratadas de forma superficial. Também há pouca articulação entre os trabalhos desenvolvidos com grupos produtivos de mulheres e as estratégias de atuação das instituições que prestam ATER, ainda que os agentes reconheçam a capacidade da

mulher em lidar com as questões inerentes à terra e ao acesso as políticas públicas. Neste caso, observa-se que há intenção de estimular o acesso das mulheres às políticas públicas de forma geral, mas não através das suas demandas específicas.

Do ponto de vista da estruturação do serviço da ATER para atender às demandas do campo, a quantidade de técnicas e técnicos revela-se insuficiente. Além disso, a rotatividade e a descontinuidade das ações dos profissionais e das instituições que executam esta política (as quais prestam serviços mediante contratos por tempo limitado) dificultam um trabalho mais promissor.

No território Vitória da Conquista não existe nenhum projeto de assistência técnica exclusiva para as mulheres. Os serviços da ATER precisam reconhecer, na prática, a identidade da trabalhadora rural, dando visibilidade ao seu trabalho, incentivando sua inserção em atividades agrícolas e não agrícolas, proporcionando e promovendo sua autonomia econômica, social e política.

Apesar de a família ser a unidade de trabalho dos técnicos, não se percebeu a realização de campanhas e atividades de formação dos membros das famílias sobre a importância da socialização do trabalho reprodutivo.

E, não obstante as mulheres serem também beneficiárias da ATER, o homem continua sendo privilegiado, não se observando, nas atividades desenvolvidas, estímulos à promoção e à articulação das mulheres rurais em redes de produção e organização que potencializem sua atuação; nem uma metodologia de ATER capaz de fomentar a organização social das mulheres.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como finalidade identificar se houve melhoria efetiva na vida das mulheres ru-

rais beneficiárias do serviço de ATER, com base nas ações executadas por instituições da sociedade civil em alguns municípios do território Vitória da Conquista. Esta experiência permitiu validar

os instrumentos de análise e comprovar que existe um compromisso político com a construção de equidade nas relações de gênero. É necessário, no entanto,

fortalecer as intervenções que privilegiam tais iniciativas e que estimulam a participação das mulheres nos espaços decisórios. Foi possível constatar também a necessidade de incentivar a incorporação e a formação do enfoque de gênero nos projetos apoiados.

A pesquisa revelou ainda que as mulheres trabalhadoras rurais no território Vitória da Conquista estão desorganizadas. É necessário se criar um comitê territorial de mulheres, com o objetivo de empoderar e organizar os grupos de mulheres, minimizando, com isso, as desigualdades de gênero, dando visibilidade a sua participação na produção e gerando autonomia econômica.

Verificou-se ainda a necessidade de ampliar o número de chamadas públicas, especificamente para as mulheres trabalhadoras rurais, e elaborar o plano estadual e os planos territoriais da ATER, dando destaque para as demandas específicas das mulheres trabalhadoras rurais, com especial atenção para as mulheres negras. São necessárias tais ações para que se contribua, efetivamente, com a melhoria da vida das mulheres, já que a ausência dessas ações indica que as mulheres ainda não se constituem prioridade ou não são prioritariamente o público-alvo desse serviço. A pesquisa também não identificou ações que visam reduzir as desigualdades de gênero. A ATER precisa ser capaz de enfrentar as desigualdades sociais de forma efetiva e estratégica, através de um modelo mais justo e sustentável de desenvolvimento rural.

Para que o serviço de ATER contribua para o empoderamento das mulheres, para que elas possam participar das discussões e decisões sobre produção e comercialização, é necessário constituir um conjunto de ações articuladas com movimentos de mulheres e organizações feministas, de forma a possibilitar a promoção da autonomia econômica e a igualdade das mulheres rurais, através também da transversalidade de gênero.

Para que os princípios da PNATER sejam atendidos é necessário melhorar a estrutura da EBDA, que é uma das instituições que prestam assistência e representam o elo efetivo de divulgação, montagem e encaminhamento de projetos a financiamentos públicos. Assim, é preciso: melhorar todo esse processo, de forma que preliminarmente se massifiquem as informações entre todas as comunidades rurais; criar mecanismos para que estas instituições acompanhem e se comprometam com os projetos aprovados e não apenas os elaborem; contratar agrônomos e técnicos para prestar assistência técnica de qualidade e de forma contínua; capacitar e sensibilizar as equipes técnicas para trabalharem as questões de gêneros, entre outros.

As mulheres trabalhadoras rurais são de fundamental importância na agricultura familiar. Não é possível ter um serviço de ATER ideal sem serem consideradas as inovações que as mulheres apresentam em suas comunidades, a partir de suas práticas cotidianas, bem como o seu papel nesse específico segmento produtivo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Plano Safra 2005/2006*. Brasília: Ministério da Agricultura, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*: versão final. Brasília: MDA, 2004.
- BUTTO, Andréa; DANTAS; Isolda (Org.). *Autonomia e cidadania*: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011.
- CARDOSO, E.M. *A auto-organização das mulheres na Articulação Nacional de Agroecologia*: O GT Mulheres da ANA. In: Cadernos Feministas de Economia & Política. "Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica". Recife, PE: Casa da Mulher do Nordeste, n.4, 2008.
- DIAS, Wilson José Vasconcelos et al. *Territórios de identidades*: um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia. Feira de Santana, BA: Gráfica Modelo, 2006.
- GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO Andreia. *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça*: GPP – GeR módulo I. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.
- _____. *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça*: GPP – GeR módulo IV. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatística de indicadores de trabalho e rendimentos*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/estudos_cor_ou_raca.shtm>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza*. Jornal Publicação Especial do INCRA, [S.l.], v. 1, n. 2, dez. 2010.
- MATTAR, F. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas, 1996.
- PEIXOTO, Marcus. *Extensão rural no Brasil*: uma abordagem histórica da legislação. Brasília, out. 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- PEREIRA, Danilo. Entrevista concedida a Edimare Ribeiro Costa. 03 dez 2013.
- PETTAN, Kleber Batista. *A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*: percepções e tendências. Campinas, SP: [s.n.], 2010.
- SANTOS. Vitória Carne Correia. *Estudos das Potencialidades Econômicas do Território Vitória da Conquista*, 2007.
- SANTOS, Ailton Florêncio; DIAS, Wilson José Vasconcelos. Os desafios e as perspectivas de universalizar a ATER para a agricultura familiar na Bahia. *Revista Bahia Agrícola*, Salvador, v. 8, n. 1, nov. 2007. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/encontro_dos_secretarios/03_ATER.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.
- SISTEMATIZAÇÃO DE CADASTROS DA PEATER do Cedasb e da Coopersuba. Vitória da Conquista, 2014.

SOARES, E. *Metodologia científica*: lógica, epistemologia e normas. São Paulo: Atlas, 2003.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Feminismo e luta das mulheres*: análise e debates. São Paulo: SOF, 2005.

SOUZA, José Arilson de. et al. *Agricultura familiar*: diferenças de características da agricultura familiar no Brasil em relação à agricultura familiar dos Estados Unidos. In: VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 8., 2009, Mato Grosso. *Anais...* Mato Grosso: [s.n.], 2009.

Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT5-75-65-20090602141752.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. *Projeto pedagógico*: curso superior de Tecnologia em Agroecologia. [S.I.]: UFRB 2013.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 16 de setembro de 2014.

Políticas públicas de ATER para transição agroecológica: o caso do Programa de Capacitação e Extensão Rural, com enfoque em sistemas agroecológicos de produção agrícola no município de Cruz das Almas, na Bahia

Lorena Maria Magalhães Rocha*

Irenilda de Souza Lima**

* Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e especialista em Gestão Ambiental pelo Instituto do Conhecimento Latino-Americano (ICLA). Coordenadora técnica da Coordenação Executiva de Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica (Cepex) da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR). lorena.rocha@sdr.ba.gov.br

** Pós-doutora no Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) e doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora na Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). irenilima2@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o Programa de Capacitação e Extensão Rural – Projeto ATER, com enfoque em sistemas agroecológicos de produção agrícola no município de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, no que tange ao início do processo de transição do sistema convencional de produção agrícola para o sistema agroecológico, com os agricultores familiares do município de Cruz das Almas. Em termos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, com a utilização de análise documental, entrevistas, observações diretas e pesquisa bibliográfica para os aprofundamentos teóricos. Os resultados revelaram que o Projeto ATER representou um grande avanço nas comunidades rurais envolvidas quanto à construção e à adoção dos conhecimentos agroecológicos.

Palavras-chave: Política pública. Transição agroecológica. Agricultura familiar.

Abstract

This research aimed to analyse the Training Program and Rural Extension - Project ATER focused on agroecological systems of agricultural production in the municipality of Cruz das Almas, in the Recôncavo Baiano, regarding the beginning of the transition process of the conventional system of agricultural production towards the agroecosystem, with the engagement of the family farmers of Cruz das Almas. Case Study was the methodology chosen and document analysis was applied as well as interviews, direct observations and literature review for theoretical insights. The results revealed that the Project ATER represented a major breakthrough in the rural communities involved in the construction and adoption of agroecological knowledge.

Keywords: Public politic. Transition agroecology. Family farming.

INTRODUÇÃO

O Programa de Capacitação e Extensão Rural, com enfoque em sistemas agroecológicos de produção agrícola no município de Cruz das Almas (Projeto ATER), faz parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dentro da modalidade Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Quando foi criado, o Projeto ATER pretendia, através da disponibilização das tecnologias agroecológicas, iniciar o processo de transição dos sistemas convencionais de produção para os sistemas agroecológicos, aliado à capacitação de diversas comunidades rurais, por meio da implantação de áreas demonstrativas e da realização de oficinas no campo (dias de campo), com metodologias participativas e assistência contínua a essas comunidades pelos técnicos capacitados do referido projeto. Os agricultores também seriam capacitados com relação ao gerenciamento de sua propriedade e à comercialização de seus produtos.

No tocante às parcerias, mencionam-se, no projeto, a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas (PMCA), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a Embrapa (Mandioca e Fruticultura) e a Sociedade de Estudo dos Ecossistemas e Desenvolvimento Sustentável (SEEDS), apresentando como diferencial a integração das diversas instituições mencionadas.

A justificativa de realização do Projeto ATER baseava-se na importância da agricultura familiar como principal fonte de renda e de abastecimento de alimentos no mercado interno do Brasil e da Bahia, até chegar à realidade do município.

Neste contexto, a Região Nordeste abarca metade do total dos estabelecimentos familiares no Brasil e 35,3% da área total deles. Nela, os

estabelecimentos familiares representam 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total.

A Bahia é o estado brasileiro com maior número de estabelecimentos familiares (15% do total)

e possui também a maior área com estabelecimentos familiares (9.955 milhões de hectares) (CENSO AGROPECUÁRIO, 2011). O Recôncavo da Bahia não foge desta realidade, com quase 90% dos estabelec-

imentos dirigidos pela agricultura familiar.

Nessa região predominam os pequenos estabelecimentos agrícolas com área menor do que dez hectares. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1998 apud SENA, 2004), estes representavam, em 1995/96, aproximadamente 89% do total de estabelecimentos e ocupavam 28% da área agrícola total da região. É importante ressaltar que a agricultura familiar do Recôncavo responde por mais de 80% dos principais produtos da agricultura regional (SENA; PEREIRA FILHO; OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Apesar do antigo histórico da monocultura canieira da região, o município de Cruz das Almas apresenta dados relevantes em relação à diversificação de culturas produzidas pela agricultura familiar. A estrutura fundiária do município conta com uma parcela de 80,3% de imóveis com área inferior de cinco ha, sendo que a principal mão de obra é a da agricultura familiar, compreendendo 78,3% dos estabelecimentos agrícolas (CENSO AGROPECUÁRIO, 1996 apud PROJETO ATER, 2005).

A importância da agricultura familiar ante os inúmeros desafios da sociedade atual, entre os quais destacam-se a questão da segurança alimentar e a geração de trabalho e renda, vem ganhando destaque. Apesar dos avanços das políticas setoriais para essa categoria, ainda há a necessidade de políticas públicas mais ajustadas à realidade dessas famílias, devido ao longo histórico de esquecimento e inadequação das iniciativas governamentais.

A importância da agricultura familiar ante os inúmeros desafios da sociedade atual, entre os quais destacam-se a questão da segurança alimentar e a geração de trabalho e renda, vem ganhando destaque

A necessidade de análise dessas políticas é pertinente, quando se observam algumas dificuldades relacionadas aos processos de elaboração, execução e falta de acompanhamento e/ou de avaliações adequadas.

Assim, a avaliação é uma ferramenta indispensável para o aprimoramento e a reestruturação dessas políticas públicas e “deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e os seus resultados” (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2007, p. 9).

Ainda segundo Belloni, Magalhães e Sousa (2007, p. 9), “existem poucas experiências e tradição de avaliação sistemática de desempenho e de resultados, seja no funcionamento de instituições, seja da implementação de políticas públicas”. Uma análise do Projeto ATER traria uma contribuição maior acerca das dificuldades, falhas e avanços do processo de implementação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar no tocante à assistência técnica fundamentada em princípios agroecológicos.

Os estudos sobre os projetos de apoio à agricultura familiar, por meio de políticas públicas ou ações externas de instituições, como organizações não governamentais e universidades, para a promoção do desenvolvimento local e sustentável, são pertinentes e necessários. A análise do Projeto ATER resume e exemplifica uma excelente oportunidade para a melhor compreensão dos processos vivenciados nos programas de apoio a este segmento.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o Programa de Capacitação e Extensão Rural – Projeto ATER, com enfoque em sistemas agroecológicos de produção agrícola no município de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, no que tange ao início do processo de transição do sistema convencional de produção agrícola para o sistema agroecológico, com os agricultores familiares, neste município.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso. A parte empírica foi desenvolvida em 2011, porém, as atividades do projeto estudado foram iniciadas em junho de 2005. O Projeto ATER desenvolveu assistência técnica e extensão rural, com ações de capacitação em agroecologia e metodologia participativa para o desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura familiar. Teve como objetivo iniciar o processo de transição dos sistemas convencionais de produção para os sistemas agroecológicos, com a disponibilização de tecnologias aliadas à capacitação de diversas comunidades rurais e à assistência contínua aos agricultores familiares.

Esta pesquisa emergiu através da experiência da autora como estagiária junto às comunidades rurais participantes do Projeto ATER e de sua inserção no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE) que estuda a problemática relativa às relações entre Estado e sociedade, e as políticas públicas para a agricultura familiar.

Com período de execução programado para 12 meses, com início em 15 de junho de 2005 e término em 15 de junho de 2006, com uma possível recondução por mais 12 meses, o Projeto ATER passou por uma série de dificuldades que o fizeram sair do planejado, sendo que, ainda no ano de 2011, não havia conseguido alcançar parte de suas metas. O projeto sofreu algumas adaptações e continuava em execução até o final desta pesquisa.

Como se trata de um estudo de caso, esta análise seguirá algumas orientações de Gil (2002, p. 54), segundo o qual esta classificação de pesquisa “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Um dos propósitos do estudo de caso está em “descrever a

situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação”. Por isso a necessidade de detalhar o objeto de estudo e conhecer em que realidade ele está inserido.

A importância desta pesquisa está na possibilidade de servir como ferramenta de compreensão sobre os resultados não apenas do projeto em pauta, mas também de futuros projetos, trazendo ao mesmo tempo subsídios importantes para a implementação de novas propostas.

Vale lembrar que um pesquisador seleciona um caso na medida em que este lhe pareça típico e representativo em um conjunto mais amplo. A maior vantagem dessa estratégia de pesquisa é a possibilidade de aprofundamento no caso estudado, pois não há comparações com outros casos (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 156).

Já Vasconcelos (2007, p. 162) fala sobre o crescimento da importância da pesquisa avaliativa nas últimas décadas, adiante da pressão da sociedade em relação à reavaliação das entidades estatais, devido à pouca legitimidade das avaliações das políticas públicas no Brasil, em geral imersas num contexto de desmoralização. Para Vasconcelos, “[...] a pesquisa avaliativa adequada e de qualidade é de extrema importância no processo de construção de uma gestão pública transparente, participativa e eficiente [...]”.

Yin (2001, p. 32) conceitua o estudo de caso como uma investigação empírica que investiga um fenômeno dentro de seu contexto da vida real. De acordo com Goldenberg (2004, p. 33-34), “o estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”. Desse modo, a base de investigação deste trabalho compreende técnicas de coleta de dados quantitativos e qualitativos, para alcançar uma visão mais ampla e coerente das questões em foco, uma vez que uma complementa a outra.

Para Vasconcelos (2007), a pesquisa avaliativa pode ter diferentes tipos de análise. Neste sentido,

identificam-se alguns que se enquadram na avaliação sugerida: a análise estratégica avalia a pertinência da avaliação; a análise da intervenção avalia a relação entre seus objetivos e os meios aplicados; a análise do processo, dentre outros aspectos, avalia a influência dos atores envolvidos; a análise dos efeitos, dentre outros pontos, avalia a eficácia e os resultados alcançados e o impacto do projeto na população-alvo; e a análise da implantação avalia a influência das estruturas organizacionais e institucionais envolvidas. Ou seja, é impossível avaliar completamente um objeto, portanto, é necessário estabelecer um foco que, neste caso, estará na análise do alcance dos objetivos e metas do projeto pesquisado, que se encaixa em diferentes tipos de análise.

A metodologia divide-se em duas fases: a primeira está relacionada à análise documental através de registros sobre o Projeto ATER e dos monitoramentos realizados pelo MDA, a partir da análise e sistematização do material adquirido; além de pesquisa bibliográfica, que proporciona a fundamentação teórica das reflexões realizadas sobre as temáticas tratadas e as análises dos resultados encontrados na pesquisa, além de auxiliar no aprofundamento sobre políticas públicas de extensão rural, agricultura familiar e agroecologia. Os documentos utilizados para a primeira fase foram o projeto original elaborado, o relatório do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), o Projeto de Atividades (PAT), o Relatório de Execução de Atividades (REA), o Plano de Trabalho (PT), o relatório de monitoramento realizado pelo MDA, o contrato do convênio, o relatório da Controladoria Geral da União (CGU) e fotografias. Na segunda fase, a pesquisa empírica está fundamentada em observações diretas, registradas em caderno de campo, como visitas à comunidade local e entrevistas com gestores públicos, agricultores e demais envolvidos no Projeto ATER, além de questionários abertos direcionados aos estagiários, tendo em vista a atual dispersão em relação ao local de moradia destes. Para Yin (2001, p. 114), “as entrevistas constituem uma fonte essencial de evi-

dências para os estudos de caso, já que a maioria delas trata de questões humanas”. Os entrevistados consentiram, através de documento e verbalmente, a concretização destas mesmas, além da divulgação de suas imagens. Para Laville e Dionne (1999), a entrevista semiestruturada baseia-se “em uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. O roteiro pré-definido dá liberdade para reformular as perguntas, mudar a ordem destas, até acrescentar novas, de modo a atender às necessidades do entrevistador.

Os “testemunhos”, técnica de coleta de dados estudada por Laville e Dionne (1999, p. 182-183), que consistem em depoimentos, foram utilizados nesta pesquisa, através de entrevistas e questionários. Segundo Laville e Dionne (1999), os questionários de respostas abertas são mais amplos e imprevisíveis, neste caso, tem maior utilidade do que os questionários padronizados, os quais são utilizados para grandes amostras populacionais. Mas, por apresentarem uma taxa muito pequena na obtenção de respostas, torna-se necessária uma amostra de entrevistados, apesar de a análise significar um maior trabalho interpretativo pela falta de uniformidade das respostas e também das perguntas. Um gravador facilita esta atividade, pois é necessário transcrever com precisão as frases coletadas para proceder à análise dos dados.

As pessoas são a melhor fonte de informação que um pesquisador pode ter. Em alguns casos, utilizar-se-á uma amostra de voluntários (LAVILLE; DIONNE, 1999). Nesta pesquisa, isso foi feito através de reuniões das associações rurais das comunidades participantes do projeto, esclarecendo-se a necessidade de entrevistas com participantes das quatro comunidades rurais envolvidas, como forma de abranger a realidade de todas elas.

Para Quivy e Campenhoud (2005), no caso de utilizar o método de entrevista semidirectiva ou semidirigida, que para outros autores chama-se semiestruturada, o entrevistador deve se limitar a

apenas algumas dezenas de pessoas. Para Laville e Dionne (1999, p. 168), “a coleta de informação resume-se em reunir os documentos, em descrever ou transcrever eventualmente seu conteúdo e talvez em efetuar uma primeira ordenação das informações para selecionar aquelas que parecem pertinentes”. Ou seja, analisá-los, criticá-los e correlacioná-los.

Para Laville e Dionne (1999), existem técnicas e instrumentos que não são exclusivos, pode-se utilizar – como nesta pesquisa, por exemplo – a junção da observação, da entrevista e do questionário. Para os autores, “cabe ao pesquisador imaginar e ajustar a técnica, os instrumentos que lhe permitirão delimitar o objeto de sua pesquisa”. Para Quivy e Campenhoud (2005), pode ocorrer observação de duração longa ou curta, feita com a autorização ou não das pessoas em questão. Nesta pesquisa, a observação dar-se-á de duração curta e com a permissão dos envolvidos. Para Quivy e Campenhoud, a entrevista é o que mais se utiliza juntamente com a observação, e são muito utilizados com a análise documental.

A princípio, é analisado o critério de escolha do município de Cruz das Almas para a implementação do Projeto ATER, o histórico de construção deste, suas etapas e entidades envolvidas, a utilização dos monitoramentos do MDA referentes às entidades envolvidas e às famílias agricultoras participantes, além dos objetivos, metas e resultados esperados.

Considerando-se que o Projeto ATER envolve duas associações, cada qual formada por duas comunidades, o contato com as comunidades se estabeleceu no momento da realização das suas reuniões mensais. Nessas ocasiões foram explicitados os objetivos da pesquisa e solicitada a contribuição daqueles agricultores que estivessem participando do Projeto ATER para a realização das entrevistas. Logo após, foram realizadas entrevistas individuais gravadas. As informações foram registradas mediante a autorização dos informantes e transcritas posteriormente. Para este trabalho foram selecionados “informantes-chave”, como os gestores pú-

blicos e de entidades participantes do projeto, também para entrevistas individuais.

O roteiro de entrevista para as famílias agricultoras teve como objetivo conhecer suas percepções sobre o processo das políticas públicas no desenvolvimento regional e as contribuições do Projeto ATER para a vida. As entrevistas foram semiestruturadas para permitir maior ampliação do conjunto de informações sobre a família. Para cada grupo de entrevistados (as) foram dirigidas questões particulares a depender de sua forma de inserção no projeto. No caso pesquisado, dividimos por categoria, sendo o financiador o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a coordenadora da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente de Cruz das Almas e, como parceiros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Centro de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que, ainda em 2005, foi transformado na sede da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Embrapa (Mandioca e Fruticultura), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a Sociedade de Estudo dos Ecossistemas e Desenvolvimento Sustentável (SEEDS).

As entrevistas semiestruturadas e os questionários foram formatados em blocos diferenciados de acordo com cada ação e cada categoria envolvida: agricultor, estudante, poder público. Os informantes da pesquisa, quando mencionados no corpo do texto, foram identificados como os exemplos a seguir: “entrevistado 1”, “entrevistado 2”. O primeiro roteiro de entrevista semiestruturada foi direcionado aos agricultores e se dividiu em três blocos: o primeiro realizou a identificação do agricultor; o segundo abordou o perfil do agricultor familiar; e o terceiro observou a participação do entrevistado no Projeto ATER e suas percepções sobre este. O segundo roteiro de entrevista semiestruturada foi direcionado aos demais participantes do projeto e se dividiu em dois blocos. No primeiro, realizou-se a identificação do entrevistado e, no segundo, abordaram-se as apropriações dos entrevistados em relação ao projeto, sua

participação e avaliação. As entrevistas ocorreram individualmente, na residência dos entrevistados, com duração de tempo variável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro da temática do “desenvolvimento rural sustentável”, o MDA vem trabalhando com políticas de transição agroecológica “(...) como princípio da ação extensionista, como possibilidade de se ter sistemas de produção sustentáveis, minimizando a dependência dos agricultores (as) de insumos externos (síntese química), utilizando, de forma sustentável, os recursos naturais” (informação verbal)¹. Esse princípio surgiu do próprio processo de construção da PNATER. “O extensionista de hoje, a partir da PNATER, possui sensibilidade para o tema da sustentabilidade em suas várias dimensões, apesar do conservadorismo na formação acadêmica, demonstrado em pesquisa sobre o estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil” (informação verbal)².

A metodologia utilizada para cada atividade do projeto visa à participação dos atores locais na construção do conhecimento agroecológico. Observa-se que os métodos utilizados são bem comuns neste tipo de trabalho, a exemplo do desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), do Rio Grande do Sul, que tem a missão de contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável, com base em princípios agroecológicos e metodologia bem parecida com a desenvolvida pelo Projeto ATER, como cursos de formação, experimentação nas unidades de produção e intercâmbio de experiências através de visitas.

¹ DATER/SAF/MDA. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Diretor da DATER (Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) da SAF (Secretaria da Agricultura Familiar) do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), 2011.

² DATER/SAF/MDA. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Diretor da DATER (Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) da SAF (Secretaria da Agricultura Familiar) do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), 2011.

Neste mesmo sentido, Ghizelini (2007, p. 72) afirma que a agroecologia surge de uma discussão em que os atores sociais envolvidos nos movimentos sociais têm papel fundamental na busca de uma maior autonomia para a agricultura familiar. Desta forma, a agroecologia busca, além de um desenvolvimento sustentável, a participação desses agricultores de forma democrática.

Pode-se exemplificar esse caráter participativo através de algumas metas. De acordo com o Projeto ATER (2005), os cursos de capacitação para formação de agentes multiplicadores têm “a missão de difundir os conhecimentos adquiridos e auxiliar na implantação e acompanhamento dos sistemas agroecológicos junto aos agricultores familiares”. As oficinas comunitárias de agroecologia com os agricultores familiares “terão caráter eminentemente participativo, priorizando atividades práticas de acordo com a realidade local e as experiências agroecológicas já realizadas no âmbito da agricultura familiar”. Ocorrerá a formação e acompanhamento de unidades demonstrativas de sistemas agroecológicos de produção, nas comunidades de Tapera e Cadete, criando nestas unidades pilotos de agricultura familiar com base ecológica. Também a realização do DRP visando à identificação das possíveis práticas agroecológicas já realizadas no âmbito da agricultura familiar dessas localidades. Além do planejamento participativo das atividades agropecuárias, inserindo os princípios da agroecologia, com base nas demandas identificadas no DRP. E por fim, a avaliação: comparação dos resultados de produção convencional com a produção obtida nas unidades demonstrativas implementadas. Com a análise da percepção dos agricultores familiares acerca das limitações e potencialidades da adoção do sistema agroecológico de produção.

A agroecologia surge de uma discussão em que os atores sociais envolvidos nos movimentos sociais têm papel fundamental na busca de uma maior autonomia para a agricultura familiar

Questionados sobre a prática agroecológica nas atividades do projeto, os agricultores apresentaram uma grande diversidade de percepções, alguns demonstraram conhecimento sobre agroecologia, outros pareceram não saber do que se tratava, “foi”, “é verdade”, “me lembro”, “era” e “sim” foram algumas das respostas apresentadas. Alguns demonstraram maior conhecimento a respeito:

É, a gente usou muito, eu mesmo não uso assim... água de tapioca às vezes a gente bota nos formigueiros, esses negócio eu sempre uso, tem aquele negócio de, só que eu não usei muito, foi aquele negócio de curva de nível, e o terreno da gente pouco, aqui não tem ladeira, aí a gente não vai fazer isso (informação verbal)³.

“Era, ensinou muito lá pra gente não botar esse negócio de veneno, essas coisa, fazer esses adubo natural aqui na roça, ensinou muita coisa boa, é verdade.” (informação verbal).⁴

“Desde o início. Foi que o produto pra matar formiga tinha uns tipo de fazer, que era com fumo de corda, com a folha do pinho, do pinheiro, acho que é de pinheiro, sei lá, acho que foi com a água da mandioca”. (informação verbal)⁵.

Muitos agricultores entrevistados relataram que fazem o teste com as técnicas e, de acordo com a experiência, decidem continuar a utilizá-las ou não.

Com relação à ênfase agroecológica, todos os estagiários consultados afirmaram que as orientações do projeto baseavam-se neste tipo de produção, objetivando a transição do sistema convencional para o sistema agroecológico. Destacaram também algumas ações, como a preparação de

³ AGRICULTOR(A) 1. Entrevista concedida para esta pesquisa com agricultores(as) participantes do Projeto ATER, 2011.

⁴ AGRICULTOR(A) 14. Entrevista concedida para esta pesquisa com agricultores(as) participantes do Projeto ATER, 2011.

⁵ AGRICULTOR(A) 18. Entrevista concedida para esta pesquisa com agricultores(as) participantes do Projeto ATER, 2011.

compostagem, de defensivos orgânicos, como calda de cascas e composição de hortas com esses compostos e produtos naturais, uso de adubação orgânica, manejo correto do solo e da pouca água existente na comunidade, controle de pragas com a utilização de bioinseticida, dentre outros.

Sobre o processo de transição agroecológica do projeto, o ex-delegado do MDA na Bahia ressaltou o legado deixado por Francisco Caporal.

Isso aí é uma ideia que até hoje o MDA tem, esse processo da agroecologia [...] quando Lula assume como presidente da República, que fortalece o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Caporal vem pro MDA; Caporal é o presidente da Associação Brasileira de Agroecologia [...]. Caporal implementou no novo plano de ATER que o MDA passa aí a recuperar os conceitos de ATER, de assistência técnica e extensão rural que tinha se perdido durante o regime militar, e os governos pós-regime militar, neoliberais, incorpora mais um conceito na assistência técnica de agroecologia e, a partir daí, a maioria, senão todos os convênios ou chamadas públicas e parcerias que existiram e ainda existe no MDA, carrega não por imposição, mas carrega a possibilidade de debate agroecológico. (informação verbal).⁶

Para o ex-delegado do MDA na Bahia (informação verbal)⁷, apesar de, na época da construção do projeto, em 2005, não ter na Universidade “nenhum elemento institucional, nem da agricultura familiar, nem de agroecologia, de nenhuma dessas inovações que o MDA estava proporcionando”, essa ideia foi facilmente entendida porque, nos encontros estudantis, esse debate já era feito, então muitos textos, muitas teses começaram a sair naquela época.

⁶ Ex-delegado do MDA na Bahia. Entrevista concedida para esta pesquisa com o ex-delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Bahia, 2011.

⁷ Ex-delegado do MDA na Bahia. Entrevista concedida para esta pesquisa com o ex-delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Bahia, 2011.

É bem verdade que tanto na Universidade como em algumas entidades parceiras, como a EBDA e a Embrapa, já havia alguns profissionais, professores, pesquisadores e extensionistas voltados às atividades agroecológicas, mesmo que somente na forma de pesquisa.

De acordo com o primeiro secretário de Agricultura entrevistado (informação verbal)⁸, esse trabalho agroecológico não foi fácil de ser implementado, mesmo adotando tecnologias simples, que pudessem ser utilizadas no dia a dia do agricultor, com produtos que fizessem parte da realidade dele, “porque a gente sabe que o agricultor, pra incorporar uma nova metodologia, uma nova tecnologia, ele é muito reticente [...]”. Porém, dentro da sua percepção, “alguns agricultores incorporaram e passaram a adotar algumas técnicas que foram desenvolvidas no Projeto ATER, [...] eu percebi que adotaram de fato algumas tecnologias e passaram a incorporar no seu dia a dia, na sua propriedade” (informação verbal)⁹.

De acordo com o depoimento do representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente 3 (informação verbal)¹⁰, “a recomendação foi justamente a de que seguissem os princípios norteadores do projeto, que seria ligado à agroecologia”.

Para o representante da UFRB (informação verbal)¹¹, o processo de transição agroecológica é algo que acontece de forma gradual:

[...] teoricamente, você tem uma capacitação e você tem o estímulo das pessoas pra que comece a mudar a matriz de produção, gradualmente, obviamente que não era nada

⁸ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 1. Entrevista concedida para esta pesquisa com o secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Cruz das Almas-Bahia, 2011.

⁹ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 1. Entrevista concedida para esta pesquisa com o secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Cruz das Almas-Bahia, 2011.

¹⁰ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 3. Entrevista concedida para esta pesquisa com o secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Cruz das Almas-Bahia, 2011.

¹¹ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

pra você fazer de uma hora pra outra, nem se consegue fazer uma transição agroecológica de uma hora pra outra (informação verbal)¹².

Para o representante da UFRB (informação verbal)¹³, houve êxito na etapa das capacitações, tanto na escolha dos temas quanto no aproveitamento dos profissionais locais e na participação dos agricultores das comunidades selecionadas. “Nas visitas técnicas, eu acho que a gente tinha problemas porque, muitas vezes, a gente tinha limitações estruturais, dificuldade de transporte pra os estudantes poderem realizar as visitas técnicas [...]” (informação verbal)¹⁴. Com relação ao acompanhamento desses estudantes, o próprio coordenador (informação verbal)¹⁵ afirma que houve limitações, dificuldades de colegas, professores da instituição que poderiam estar mais próximos, então os próprios estagiários iam atrás de auxílio, por vontade própria de conseguir resultados junto aos agricultores. Por outro lado, “havia alguns problemas também como visitas agendadas, que até a gente conseguia efetivar, mas o agricultor lá não estava e, na prática, ela não acontecia”, talvez porque as faltas nas visitas técnicas fizessem com que os agricultores não confiassem mais, não tivessem a certeza de que os estagiários iriam aparecer, então muitos não se prendiam a ficar esperando, se dirigiam à cidade para resolver problemas, viajavam nas datas acordadas. Isso tudo se deve ao descrédito que o projeto teve pelos momentos em que não funcionou e pela falta das atividades nas datas marcadas.

A ideia de que os agricultores atuassem como produtores experimentadores de novas propostas de matrizes de produção passou por momentos de desconfianças

A ideia de que os agricultores atuassem como produtores experimentadores de novas propostas de matrizes de produção passou por momentos de desconfianças. O representante da UFRB (informação verbal)¹⁶ informou que, de acordo com relatos dos estudantes, muitos agricultores não acreditavam que fossem dar certo técnicas diferentes daquelas que eles utilizavam durante inúmeras gerações. Um fato interes-

sante é que esses mesmos agricultores se inscreveram no Projeto ATER sabendo que a concepção agroecológica era o ponto principal. O coordenador pela UFRB (informação verbal)¹⁷, questionado sobre essa desconfiança das comunidades trabalhadas, justificou que isso era próprio da extensão rural. “Em termos da agricultura familiar, eu acho que isso não é específico de Cruz das Almas, não é específico dos agricultores familiares daqui, é uma característica geral da agricultura familiar”. Muito devido a uma questão histórica da extensão rural na época da Revolução Verde¹⁸, que obrigou os agricultores a aderirem a um pacote tecnológico.

Questionado se o Projeto ATER realmente conseguiu fazer uma transição agroecológica, o coordenador responde que o viés econômico é o grande obstáculo:

[...] poucas pessoas podem tá atuando, você deve tá indo fazer as visitas em campo, quantos estão adotando princípios agroecológicos? Eu acho que são poucos, por quê? Porque não conseguiram ver de que manei-

¹² UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

¹³ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

¹⁴ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

¹⁵ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

¹⁶ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

¹⁷ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

¹⁸ Este vasto movimento de extensão de certos elementos da segunda revolução agrícola (seleção genética, fertilização mineral, tratamentos, cultivo puro de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, estrito controle da água) para três grandes cereais amplamente cultivados nos países em desenvolvimento recebeu o nome de Revolução Verde (MAZOYER;ROUDART, 2010, p. 501).

ra isso vai se reverter num ganho econômico para aquelas próprias famílias, a gente tá falando de trabalho, a gente tá falando do envolvimento dessas pessoas no trabalho da agricultura, que não é simples, e a gente tá falando de qual é o retorno econômico disso, e aí vem o grande gargalo. Infelizmente as nossas políticas voltadas à agricultura familiar, voltadas à agroecologia, elas tão dando muito foco à produção, mas muito pouco foco à outra ponta da cadeia, que é comercialização, e tem que mexer em comercialização (informação verbal)¹⁹.

Na sequência, o coordenador remete a discussão para além da produção e da comercialização e aborda a questão do consumo: “A população tem que entender qual o tipo de alimentação que ela tá consumindo, quais as vantagens de você diversificar”²⁰. Se não tiver consumidor para esses produtos agroecológicos, não faz sentido sua produção. São políticas públicas descasadas: capacitação, produção e consumo. Tem que interagir e divulgar para que haja uma cadeia forte. Ele sugere que se façam campanhas grandes, amplas “campanhas de conscientização, campanhas de estímulo [...]” para envolver a população numa discussão de mudança de hábito alimentar que não é fácil, não acontece de uma hora para outra. Mas, “se você muda a rota, e o hábito alimentar modifica, você vai ter uma produção modificada, porque você vai ter demanda, e se você tiver demanda, você tem o viés que vai motivar a que essa agricultura modifique [...]” (informação verbal)²¹.

Com base na discussão de mudança de valores, Caporal discorre sobre a agroecologia nesse contexto:

[...] por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e à conservação dos recursos naturais. (CAPORAL, 2009b, p. 18).

Outro problema citado pelo representante da UFRB (informação verbal)²² refere-se também à comercialização, mas a partir de uma visão organizacional. Para que esses produtos agroecológicos sejam comercializados, é necessário organização e canais de comercialização disponíveis. Muitas políticas públicas são direcionadas às associações e cooperativas como forma de incrementar o desenvolvimento de seus associados, porém, principalmente no Nordeste brasileiro, existe uma dificuldade histórica no que se refere à concepção e ao entendimento sobre cooperativismo.

[...] as cooperativas são formadas não com o cunho do cooperativismo, como algo que na verdade promova esse maior desenvolvimento social, mas pra uso de grupos pequenos que montam. Na verdade, tem muitas cooperativas que tão ligadas a interesses individuais, interesses de partidos políticos, interesses de órgãos individuais, mas as pessoas tão cooperativadas, só que elas não entendem o que é em si a cooperativa, que elas são parte da cooperativa, elas se sentem como fornecedoras de matéria-prima da cooperativa [...]. (informação verbal)²³.

¹⁹ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

²⁰ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

²¹ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

²² UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

²³ UFRB. Entrevista concedida para esta pesquisa com o coordenador do Projeto ATER pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2011.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (informação verbal)²⁴ cita algumas tecnologias que continuam a ser utilizadas nas comunidades rurais: “[...] o pessoal, até hoje, ainda tão colocando, por exemplo, o adubo mesmo, o adubo orgânico, o pessoal tem feito nas comunidades a compostagem, a questão do pessoal que trabalha mesmo com horta, então assim aplica realmente”. E relata sobre outra tecnologia: “[...] biofertilizante, então, é outro produto, um dia desses nós fizemos um teste lá, na comunidade, alguns com planta com praga, usaram o biofertilizante”. Além disso, o entrevistado informou que “essas comunidades que foram contempladas falam muito bem do acompanhamento dos técnicos, dos professores que fizeram parte, então, assim foi de grande valia para aquelas comunidades” (informação verbal)²⁵.

O presidente da Associação Cadete e Três Bocas (informação verbal)²⁶ resume o resultado desse projeto nas comunidades: “Eu acho que os cursos, as oficinas, realmente trouxe benfeitorias pra comunidade, trouxe um pensamento novo na questão do desenvolvimento da ecologia, da agroecologia na comunidade”. Neste mesmo sentido de mudança de mentalidade, o representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente 4 (informação pessoal)²⁷ fala que, juntamente com os cursos, houve um incentivo à organização que a “estimula também a participar de um PNAE, participar de um PAA, participar de outras políticas públicas do governo, como o Pronaf, porque um curso desse muda a mentalidade da pessoa assim como um todo, embora o curso seja direcionado”.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATER E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: UMA VISÃO DO MDA

A forma como o MDA analisa suas políticas de extensão rural para os agricultores familiares e os resultados esperados, alcançados ou não, são vistos da seguinte maneira pelo atual diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER)²⁸ da SAF/MDA, em entrevista para esta pesquisa:

A PNATER foi construída em 2003, de forma participativa, envolvendo mais de 120 entidades e mais de mil pessoas, envolvendo movimentos sociais, sindicais, universidades, entidades públicas e privadas sem fins lucrativos. A expectativa no momento da construção da política, de forma resumida, era a de organizar a rede de prestadores de serviços, estabelecer princípios, objetivos e diretrizes para a AETR no Brasil. Além disso, esperava-se ampliar a oferta de ATER para agricultores familiares, conforme estabelece a Lei 11.326 (Lei da Agricultura Familiar). Após esse período, a oferta de ATER foi ampliada, existem mais de 600 entidades, credenciadas pelos conselhos estaduais de desenvolvimento rural, aptas para implementar a PNATER; o orçamento do MDA para fomentar a oferta do serviço saiu de R\$ 5,4 milhões para mais de R\$ 400 milhões em 2011. Onze redes de ATER foram estruturadas, mais de dez mil técnicos foram formados, um conjunto de tecnologias apropriadas foram construídas e disponibilizadas através de parceria com CNPq, Embrapa, Oepas e Universidades; mais de 1,6 milhão de agricultores hoje recebe algum serviço de ATER. Enfim, o estado brasileiro e a sociedade sabem a “ATER que queremos”, frase bastante

²⁴ Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Entrevista concedida para esta pesquisa com o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Cruz das Almas-Bahia, 2011.

²⁵ Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Entrevista concedida para esta pesquisa com o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Cruz das Almas-Bahia, 2011.

²⁶ Presidente da Associação Cadete e Três Bocas. Entrevista concedida para esta pesquisa com o presidente da Associação das comunidades rurais Cadete e Três Bocas do município de Cruz das Almas-Bahia, 2011.

²⁷ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 4. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Cruz das Almas-Bahia, 2011.

²⁸ A DATER tem como um dos objetivos promover o apoio político-institucional e a divulgação da política e dos programas nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural e dos planos, programas e projetos deles decorrentes (BRASIL, 2007).

utilizada nos idos de 2003 pela sociedade civil, buscando construir “rumo” para a ATER nacional (informação verbal)²⁹.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, o ministro do Desenvolvimento Agrário (informação verbal)³⁰ complementa:

Nós estamos avançando muito na política de extensão rural, implantamos o SIATER³¹, o sistema que gere os serviços, nós lançamos chamadas públicas e assinamos contratos, cada chamada estabelece os parâmetros, as metas, os objetivos; e os contratos, cada um deles, os termos de prestação de contas, vão desde aferição de metas físicas através do número de famílias visitadas, quantidade de visitas, até os conteúdos propriamente tratados em cada uma das chamadas, e o pagamento é sempre feito após a prestação dos serviços. O Estado brasileiro ainda tem que avançar muito, a extensão rural também, ela estava desestruturada no Brasil, vem sendo reestruturada, nós estamos realizando este ano a Conferência de ATER e esperamos que, em breve, tenhamos indicadores de desempenho mais precisos do que nós temos hoje. (informação verbal)³².

Quanto à adequação dessas políticas e se atendem às necessidades do público-alvo, o atual diretor do DATER informa que a assistência a este público é dada a partir da adequação da PNATER, ocorrida em 2008 em um seminário nacional. De

acordo com o diretor “[...] vale ressaltar que existe abordagem específica para ATER na agricultura familiar, mulheres, indígenas, assentados da reforma agrária e comunidades quilombolas” (informação verbal)³³. Porém, o ministro do Desenvolvimento Agrário, ao ser questionado sobre se essas políticas atendem às necessidades desses setores, respondeu prontamente:

Não. As políticas, elas têm que avançar muito, já foi um avanço muito grande, elas não existiam como estão postas hoje. Hoje nós temos um pujante programa, como a senhora mesma aí disse, pra apoio à organização e autonomia econômica das mulheres, temos inúmeras chamadas, assistência técnica pras populações tradicionais, quilombolas, pescadores tradicionais, marisqueiras, quebradeiras de babaçu... não havia essas políticas. Temos seguros de safra, o Seguro Safra³⁴, Proagro Mais³⁵, que é o seguro SEAF, seguro da agricultura familiar, temos a PGPAF, temos a Garantia Safra³⁶ e agora temos a PGPM³⁷, todos instrumentos implantados, muitos deles, a maioria, no governo de Lula, mas também já no mandato da presidenta Dilma, como no caso da PGPM, que nós já estamos

²⁹ MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2012.

³⁰ MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2012.

³¹ O Sistema Informatizado de ATER (SIATER) é um sistema eletrônico disponível no portal do MDA, por meio do qual a instituição que atender aos requisitos legais pode se cadastrar *on line*. A análise e o credenciamento serão realizados nos estados pelos conselhos estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável ou similares, que aderirem ao Pronater ou pelo MDA, no caso de não adesão da instituição ao Pronater. Mais informações em: <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>.

³² MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2012.

³³ DATER/SAF/MDA. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Diretor da DATER (Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) da SAF (Secretaria da Agricultura Familiar) do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), 2011.

³⁴ O Seguro Safra foi chamado depois de Garantia Safra.

³⁵ A Resolução 3.234 altera disposições do Proagro, constituindo no seu âmbito o Proagro Mais, para atender aos pequenos produtores vinculados ao Pronaf. Mais informações em: <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/busca?cx=006027766869131785344%3Aythqh-jrkhc&cof=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=proagro+mais>

³⁶ O Garantia Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na Região Nordeste do país, na área norte do estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e na área norte do estado do Espírito Santo — área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), majoritariamente semiárida — que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. Mais informações em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/gantiasafra>

³⁷ A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi estabelecida através do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências. Mais informações em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109334/decreto-lei-79-66>

operando. Então estamos avançando muito, inclusive de janeiro de 2011 pra cá, mas ainda não é suficiente, nós sabemos que tem ainda muito a ser feito e, com certeza, ainda no ano de 2012, nós vamos rodar um dos instrumentos mais importantes, que é a Rede Brasil Rural³⁸. (informação verbal)³⁹.

Para que se alcance um melhor desempenho destas políticas, o MDA utiliza “diversas ferramentas de planejamento, estabelecendo a convergência das suas ações e ampliando o leque de entidades e órgãos setoriais parceiros” (informação verbal)⁴⁰. Mesmo com esse empenho, várias dificuldades são encontradas. Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, o governo está ainda aperfeiçoando os programas governamentais:

[...] há dificuldades no âmbito do poder público; nós estamos ainda aperfeiçoando os nossos instrumentos de política pública, alguns são recém- implantados, a PGPM tá rodando agora, primeira vez, da agricultura familiar, que é uma política de garantia de preço mínimo pra agricultura familiar, o Garantia Safra começou a ser executado no mandato do presidente Lula, precisa ser aperfeiçoado, o próprio Seguro da Agricultura Familiar, o SEAF, também precisa ser aperfeiçoado, a Rede Brasil Rural está iniciando o cadastramento agora, então, no âmbito do poder público, nós

Para que se alcance um melhor desempenho destas políticas, o MDA utiliza “diversas ferramentas de planejamento, estabelecendo a convergência das suas ações e ampliando o leque de entidades e órgãos setoriais parceiros”

realmente ainda temos muito o que avançar, mesmo que reconheçamos que avançamos muito nos anos anteriores e em 2011 também. No âmbito da sociedade civil organizada, nós temos que aperfeiçoar os nossos, a capacidade de gestão, de planejamento, a efetividade de cooperativas e associações, seja na produção propriamente, lá na produção primária, seja na industrialização e na comercialização. Sabemos que a assistência técnica é fundamental em todos os níveis [...] Então, é uma intercessão entre avanços nos instrumentos, na política pública no Estado brasileiro [...] aperfeiçoar os instrumentos em sintonia com as especificidades dessas entidades, muito ainda pra ser feito. (informação verbal)⁴¹.

O diretor do DATER complementa a fala do ministro, dizendo que “[...] a busca da superação se dá com a otimização dos orçamentos existentes, com diálogo com a sociedade civil organizada, com entidades parceiras e na busca de convergência de ações” (informação verbal)⁴².

Porém, nem todos os estados brasileiros desenvolvem suas atividades de ATER com o mesmo padrão, “[...] aproximadamente dez estados brasileiros desenvolvem bem suas atividades de ATER, outros dez estão em transição, os demais estão apenas no início do processo de implementação da PNATER, com os seus princípios e objetivos” (informação verbal)⁴³. O ministro fala da condição dos estados brasileiros em relação à assistência técnica:

³⁸ A Rede Brasil Rural aproxima segmentos que fortalecem os arranjos produtivos da agricultura familiar brasileira. Por meio do portal, agricultores familiares de todo o Brasil, através de suas associações e cooperativas, negociam diretamente com fornecedores e empresas de transporte a compra e a entrega de insumos necessários para qualificar ainda mais a sua produção. Mais informações em: <http://redebrasilrural.mda.gov.br/>

³⁹ MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2012.

⁴⁰ MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2012.

⁴¹ MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2012.

⁴² DATER/SAF/MDA. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Diretor da DATER (Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) da SAF (Secretaria da Agricultura Familiar) do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), 2011.

⁴³ DATER/SAF/MDA. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Diretor da DATER (Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) da SAF (Secretaria da Agricultura Familiar) do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), 2011.

[...] a própria União, o governo federal, tem que avançar muito, e a minha opinião também é que os governos estaduais têm que avançar muito. [...] as EMATER, as empresas de pesquisa têm quadros qualificados, históricos... e nós valorizamos muito, mas os desafios são enormes. Nós reestruturamos a assistência técnica no Brasil nos últimos anos, criamos, dentro da Secretaria da Agricultura Familiar, a DATER. Lá no início do governo do presidente Lula houve o PNATER e nós temos agora a lei geral de assistência técnica⁴⁴, o governo federal hoje tem recursos alocados vultosos, um órgão já na capacidade de gestão bastante avançada que é a DATER, diretoria de ATER da SAF e uma legislação. Os estados também precisam avançar na estruturação das suas empresas, na alocação de recursos e, se possível, numa legislação [...]. (informação verbal)⁴⁵.

O estado da Bahia instituiu, recentemente, em 2011, a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PEAT-TER) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (PROA-TER). Complementando, o ministro continua:

[...] Houve uma desestruturação no período de hegemonia neoliberal, que agora, digamos assim, com uma percepção da importância da presença do Estado no setor, o governo federal se reposicionou, estruturando o ministério, investindo. Claro que precisamos de mais recursos [...] Mas é isso, o período neoliberal disseminou uma atitude governamental, o governo federal, antes do mandato do presidente Lula, e os governos

estaduais, de sucateamento e até de extinção de empresas, isso tá se alterando. [...] mesmo governos que não comungam da nossa concepção de que o Estado tenha atribuições nesse setor estão retomando uma posição diferente daquela que é programada, porque a União tá investindo e essa dinâmica impõe aos estados 'colar', senão eles perdem a oportunidade de assistir a sua agricultura familiar. Por outro lado, vale registrar, durante o mandato do presidente Lula, mais nitidamente após a Lei Geral de ATER, também o apoio a entidades públicas não estatais, entidades sem fins lucrativos, cooperativas, Os-cips... de assistência técnica, de extensão rural [...] Tenho convicção que a Conferência de ATER nos permitirá identificar diretrizes estratégicas, nós temos que pensar assim: onde é que a agricultura familiar tem que estar em 2012, 2013, 2014. Mas, também, em 2020. Porque a concepção de país, de nação, projeto nacional liderado pelo presidente Lula, pela presidenta Dilma, atribui à agricultura familiar um papel estratégico, e a assistência técnica é fundamental. (informação verbal)⁴⁶.

A visão do MDA sobre assistência técnica e extensão rural, representada nesta pesquisa pelo diretor do DATER/SAF/MDA e pelo próprio ministro em exercício na ocasião da entrevista, revela o conhecimento que tem sobre o sucateamento da ATER e a necessidade de estabelecer diversas maneiras de recuperação da qualidade desta atividade tão importante para a agricultura familiar.

⁴⁴ Neste caso refere-se à PNATER.

⁴⁵ MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2012.

⁴⁶ MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Entrevista concedida para esta pesquisa com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao objetivo geral do Projeto ATER, que visa:

[...] promover o desenvolvimento rural sustentável, no âmbito da agricultura familiar, por meio de ações de capacitação e extensão rural na linha da agroecologia, junto a profissionais e técnicos de extensão, estudantes de agronomia e agricultores familiares do município de Cruz das Almas, Bahia. (PROJETO ATER, 2005).

Conclui-se que este objetivo não foi totalmente alcançado. Justifica-se tal afirmação através das análises, demonstrando o seu caráter vasto e dependente de um longo prazo para execução. A proposta referente aos objetivos a serem alcançados surge como uma tarefa complexa, até mesmo por programas e políticas mais amplas para o apoio à agricultura familiar, como o caso dos programas e projetos de assistência técnica e extensão rural.

Neste sentido, Caporal (2009a) considera a extensão rural uma das políticas públicas necessárias para a construção do desenvolvimento rural sustentável que, apesar de não ter uma única fórmula para todas as regiões, tem “ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia, como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis” (CAPORAL, 2009a, p. 96). Dessa forma, considera-se que este projeto estudado representa um ‘primeiro passo’ para o alcance desse objetivo, com a sensibilização e a participação dos atores sociais envolvidos e a adoção de princípios agroecológicos, porém, com diversas fragilidades, principalmente referentes à questão econômica e, conseqüentemente, à própria sustentabilidade.

Com relação aos impactos do Projeto ATER nas comunidades participantes, pode-se observar

Pode-se observar o despertar dos agricultores para uma maior sensibilização em relação aos problemas causados pela agricultura convencional

o despertar dos agricultores para uma maior sensibilização em relação aos problemas causados pela agricultura convencional; a integração entre as comunidades rurais nos cursos e visitas, fazendo com que haja troca de experiências; ganhos nas comunidades a partir de observação durante as atividades do projeto, como a construção de poços artesianos adquiridos através do governo do estado; e uma maior proximidade entre as diversas entidades participantes do projeto e as comunidades rurais, principalmente no que se refere à Universidade, instituição antiga no município, mas que, até à época da elaboração deste projeto, não mantinha uma relação próxima com as comunidades rurais.

Esses foram os principais impactos positivos observados, que se desdramatizam em muitos outros, porém, alguns aspectos negativos foram citados, como a desmotivação causada pelo atraso e as interrupções nas atividades do projeto, gerando uma contínua desconfiança por parte dos agricultores quanto a projetos extensionistas.

Em relação à adoção dos princípios agroecológicos pelas famílias agricultoras, a maioria destas afirma ter aderido, apesar das ressalvas em relação à não participação de todos familiares nas atividades do projeto, o que faz com que, quase sempre, somente os participantes desenvolvam atividades cotidianas direcionadas à agroecologia, sendo que alguns poucos preferem continuar a desenvolver suas atividades da forma a que estão acostumados.

Na metodologia do Projeto ATER pode-se realçar o papel das visitas técnicas constantes realizadas pelos estudantes, técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e professores da Universidade, que também contribuíram para o caráter inovador deste Projeto, visto que, normalmente, esse acompanhamento é feito por técnicos e não por estudantes. Sendo assim, o acompanhamento deu-se de forma mais próxima às famílias, tanto pela quantidade de visitas feitas quanto pelo envolvimento.

Desta forma, esta pesquisa conclui que, apesar dos percalços apresentados, o Projeto ATER representou um grande avanço nas comunidades rurais envolvidas, tanto no que se refere ao estabelecimento das parcerias institucionais, quanto à construção e à adoção dos conhecimentos agroecológicos. Entretanto, são necessárias novas pesquisas, focadas em outras questões, como participação, orçamento e planejamento, dentre outras, realizando, desta forma, uma avaliação mais ampla dessa política pública agrária. Concordando mais uma vez com Gil (2002), um estudo de caso, como este, consiste numa análise de um ou poucos objetos, portanto, não seria possível o enfoque nesta pesquisa de todos os pontos interessantes desvendados. No entanto, espera-se que esta análise apresentada, a partir da experiência de Cruz das Almas (BA), possa contribuir para discussões acerca das políticas públicas de extensão rural para a agricultura familiar focadas em questões agroecológicas.

REFERÊNCIAS

- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L. C. de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: experiência em educação profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões de nossa época, v. 75).
- CAPORAL, F. R. *Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível*. Brasília: [s.n.], 2009a. 398 p.
- _____. *Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações*. Brasília: [s.n.], 2009b.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 27 set. 2011.
- GHIZELINI, A. M. O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: BRANDENDURG, Alfio et al. (Org.). *Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007. 397 p.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *1933 – História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea* [Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010. 568p.
- PROJETO ATER. *Projeto original do Programa de Capacitação e Extensão Rural, com Enfoque em Sistemas Agroecológicos de Produção Agrícola no Município de Cruz das Almas*. [S.l.: s.n.], 2005. Não paginado.
- QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- SENA, N. A.; PEREIRA FILHO, C. A.; OLIVEIRA, G. G. *Demanda por fatores e elasticidade na agricultura familiar no Recôncavo Baiano: aplicação de um modelo translogarítmico*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2004, Cuiabá. [Anais...] Cuiabá: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/?op=paginas&tipo=pagina&secao=7&pagina=40>>. Acesso em: 20 out. 2014.
- VASCONCELOS, E. M. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 4 de setembro de 2014.

Política pública de fortalecimento da agricultura familiar: as ações da ASA (res)significando o semiárido baiano

*Eliane Pereira de Almeida Vale**

*Leandra Pereira da Silva***

* Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordenadora técnica de projetos no Instituto de Formação Cidadã São Francisco de Assis (ISFA). eliane.pav@gmail.com

** Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Gerente de projetos no Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (Cedasb). leandra.asaconquista@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa em que medida a mobilização e a estruturação das ações da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) têm contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar na região semiárida da Bahia, especificamente na região sudoeste do estado. Para tanto, fez uso de revisão bibliográfica e análise documental. O trabalho desenvolvido pelas organizações da ASA no semiárido baiano tem demonstrado que, através da apropriação de tecnologias sociais adequadas e comprometidas com a transformação social, as famílias agricultoras passaram a ter garantido o acesso à água para consumo humano e produção e foram inseridas em uma ação pedagógica que tem debatido o pertencimento e o resgate da identidade camponesa. Os resultados apontam que a estratégia de convivência com o semiárido tem fortalecido efetivamente a agricultura familiar nessa região.

Palavras-chave: Política pública. Agricultura familiar. Tecnologia social. Convivência com o semiárido.

Abstract

This paper examines the extent to which mobilization and structuring actions Articulation Brazilian Semi-Arid (ASA) have contributed to the strengthening of family farming in the semi-arid region of Bahia, specifically in the southwest region of the state. For this purpose, literature review and document analysis were used. The work developed by the organizations of ASA in Bahia has shown that, through the appropriation of adequate and committed social technologies with social transformation, farming families now have guaranteed access to water for human consumption and production and were inserted in a pedagogical action that has discussed the sense of belonging and recovery of the peasant identity. the results show that the coexistence strategy with the semiarid has been effectively strengthening the family farming in this region.

Keywords: Public policy. Family farming. Social technology. Coexistence with the semi-arid.

INTRODUÇÃO

A análise acerca da dinâmica do campo possibilita a apreensão de uma lógica de organização social contrária ao frenético movimento de concentração de riquezas, acumulação de capital e produção e reprodução da vida à luz do sistema capitalista. Nesse sentido, se faz importante a organização da classe trabalhadora como meio e, ao mesmo tempo, como estratégia de fortalecimento político, no sentido de desenvolver e amadurecer a capacidade de elaboração de propostas, bem como adquirir confiança no processo de enfrentamento ante os representantes do Estado para a implementação de políticas públicas que, efetivamente, venham atender às necessidades do campo que, desde outrora, é subjugado aos interesses de uma elite dominadora, como é o caso do semiárido brasileiro.

A reflexão sobre a realidade do semiárido baiano justifica-se pela relevância de uma região que ocupa 393.056 km², correspondentes a quase 70% de todo o território baiano. Com essa área, a Bahia possui a região semiárida mais extensa dentre todos os estados que compõem o semiárido no Brasil. Dessa região fazem parte 265 municípios, dentre eles, Feira de Santana (556.642 habitantes) e Vitória da Conquista (306.866 habitantes), dois dos cinco municípios mais populosos do semiárido brasileiro (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

No semiárido são expressas diversas realidades, porém, todas as variações caracterizam-se climaticamente pela irregularidade das chuvas, com precipitação pluviométrica inferior 800 milímetros/ano; pelo índice de aridez e pelo elevado risco de seca (PEREIRA JÚNIOR, 2007). Todavia, a região semiárida traz consigo uma identidade formada não somente pelo clima e o bioma. É composta por elemen-

tos que vão além da natureza. Malvezzi (2007, p. 9) diz que “o semiárido também é povo, música, festa, arte, religião, política, história. É um processo social”.

Conceber o semiárido em sua totalidade consiste em um dos principais desafios a serem enfrentados pelas ações do Estado e da sociedade

Conceber o semiárido em sua totalidade consiste em um dos principais desafios a serem enfrentados pelas ações do Estado e da sociedade. Neste caso, não se trata de uma delimitação

simplesmente, mas de compreender a complexidade dos processos de formação política e econômica do território. Isso representa o caminho mais apropriado para construções sólidas sobre a dinâmica de desenvolvimento desse importante espaço geográfico baiano.

Para que se alcance o objetivo proposto, o procedimento metodológico adotado na investigação utilizou revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica explorou obras que abordam o tema estudado, a fim de construir as bases para a compreensão da realidade pesquisada. Já a análise documental deteve-se sobre a carta de princípios, relatórios, registros fotográficos, boletins e comunicados da ASA.

No intuito de estruturar uma abordagem que contemplasse a discussão pretendida, o trabalho foi organizado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte consiste em fazer uma reflexão acerca da construção ideológica da região semiárida brasileira; a segunda faz uma análise da atuação da ASA na luta por políticas públicas de convivência com o semiárido; a terceira elenca e descreve as funcionalidades das tecnologias sociais enquanto instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar; e a quarta descreve como é realizada a metodologia inclusiva nos processos de formação social promovidos pela ASA. Dessa forma pretende-se difundir outra maneira de conceber a região semiárida baiana.

A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DA REGIÃO SEMIÁRIDA

A sistematização de uma análise mais condizente com a realidade vivida no semiárido baiano requer, em primazia, a compreensão do processo de criação ideológica da Região Nordeste em relação à proposta de desenvolvimento econômico para o semiárido. As sucessivas tentativas de transformação do Nordeste agrícola em Nordeste industrial constituíram, ao longo de décadas, disparidades intrarregionais. Nesse contexto, o semiárido foi concebido como “região problema”, tendo em vista os propósitos de crescimento do Nordeste, devido a suas peculiaridades naturais.

[...] O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e, dentro dele, as “regiões” são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua dominância e pela consequente constituição de classes sociais [...]. (OLIVEIRA, 1977, p. 30).

Dessa forma, instruídos sobre como as estruturas se estabeleceram nos territórios, sob controle ora do Estado, ora do capital ou da elite oligárquica, ora de ambos concomitantemente, é que se possibilita a leitura crítica da realidade política, econômica e social à qual está inserida a região semiárida nordestina.

O Sertão, situado mais a oeste e com dominância de clima semiárido foi, durante muitos anos, zona de criação de gado, feita de forma extensiva em campo aberto, e de cultura de algodão. Sua valorização se deu em função do “combate” às secas, quando o Governo Federal utilizava a mão-de-obra flagelada para abrir e conservar estradas de rodagem. Essas estradas aproximaram o Sertão do Litoral, facilitando o intercâmbio e abrindo maiores perspectivas à utilização dos seus recursos. Daí a intensificação da

exploração de seus recursos minerais, a construção de represas nos rios perenes e temporários e o desenvolvimento de uma agricultura irrigada. (ANDRADE, 1981 apud MARANHÃO, 1982, p. 46).

A população sertaneja enfrenta difíceis situações de reprodução social. Dentre elas, elencam-se o acesso à água e à terra e a emigração latente para os centros urbanos em busca de melhores condições de sobrevivência familiar. Ou seja, um genuíno processo de proletarização concomitantemente à precarização do trabalho, em que o trabalhador perde, de forma brusca, sua autonomia na produção.

Se o trabalho é a mercadoria [...], o homem é apenas simples trabalhador e, enquanto trabalhador, as suas qualidades humanas existem apenas para o capital, que lhe é estranho. Para este trabalhador, “a existência do capital é a sua existência, a sua vida, já que este, independentemente dele, determina o conteúdo da sua vida” (MARX, 1993, p. 174 apud LISBOA, 2007, p. 245).

O semiárido brasileiro dispõe de características tão específicas que estas foram – e ainda são – utilizadas politicamente para justificar os empecilhos a seu desenvolvimento econômico e social. Uma tautologia ideológica de convivência que garante aos políticos conservadores da oligarquia local a consolidação de suas carreiras, deixando a mercê de suas vontades milhares de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

As especificidades do ecossistema semiárido possibilitaram um modo de ocupação e um sistema de agentes que fizeram, em conjunto, um espaço muito particular. Este espaço tem sido apresentado historicamente pelo filtro de uma conscientização coletiva das dificuldades impostas por esse meio, que depende dos azares climáticos. A natureza [...] é fortemente idealizada e trabalhada nos discursos, da e sobre a região, como um obstáculo intransponível a qualquer progresso ou justiça espacial (CASTRO, 1996, p. 297).

Um elemento que compõe a realidade do semiárido é a seca – fenômeno climático caracterizado pelas altas temperaturas que se intercalam com o baixo índice pluviométrico (em algumas localidades) e a irregularidade das precipitações. As secas foram, ao longo dos séculos, consideradas causa única do “retrocesso” econômico e social da região semiárida do Brasil, e “os governos, porém, não procuravam encontrar soluções permanentes para os problemas causados por elas, nem investigavam as suas causas, limitando-se a medidas paliativas, conjunturais, nos momentos de crise.” (ANDRADE, 1981, p. 42). Esse conceito perdura até a contemporaneidade, legitimando e fortalecendo a execução de ações intervencionistas no território à luz da perspectiva de “combate” a esse elemento da natureza.

Como já mencionada, a intervenção do Estado no território nordestino, com suas inspetorias, departamentos e superintendências, em sua maioria, foi desenvolvida por profissionais elitistas, os quais já tinham formado um ideário de organização social, econômica e cultural estruturado sob os moldes mecanicistas de desenvolvimento, contribuindo com a difusão, no imaginário nacional, de uma retrógrada região de miséria. Nesse contexto, é de substancial importância analisar o papel exercido pelos meios de comunicação na propagação do ideário do sertão miserável e até inóspito, através da utilização de elementos iconográficos que mostram as situações extremas da região semiárida nos períodos de estiagem prolongada (terra seca, animais magros e/ou mortos, açudes e rios secos e população desnutrida). Essa ação, direta ou indiretamente, legitima os discursos e intervenções das classes dominantes, fortalecendo a indústria da seca que se articula entre a exploração do trabalho da população sertaneja nos períodos de aridez intensa e a captação de recursos federais e estaduais para a elite oligárquica.

Na verdade, a seca foi instrumentalizada pelas elites regionais como um negócio, como uma oportunidade de atrair recursos com ju-

ros subsidiados ou doados, bem como para organizar, com recursos federais, frente de trabalho para realizar obras que beneficiavam suas fazendas. É isso que ficou conhecido como *indústria da seca*. Em vez de buscar um conhecimento mais profundo das condições ecológicas da região e lutar por políticas adequadas a um desenvolvimento favorável a todas as pessoas, a seca serviu como *moeda de troca* das elites com os detentores de responsabilidades governamentais. Com isso, os períodos de seca se transformaram em oportunidades de maior enriquecimento e domínio sobre a população. (POLETTO¹ apud CÁRITAS BRASILEIRA, 2001, p. 14).

Essa situação, estabelecida historicamente no semiárido, intensifica o desvio do foco sobre as potencialidades e possibilidades da região (no que se refere à dignidade da vida dos sertanejos) para resolver as problemáticas referentes ao clima. Ou seja, a realidade é camuflada e, dessa forma, as intervenções/investimentos consolidam-se como ações paliativas em vez de estruturantes.

Historicamente, o semiárido baiano, assim como o dos demais estados que o compõem nacionalmente, é marcado pelas baixas taxas de desenvolvimento econômico e social, evidenciando a falta de política pública direcionada para o atendimento das necessidades do povo. A inércia do Estado diante de tal cenário reproduziu, ao longo das décadas, esse quadro social e econômico.

Em contraposição a este modelo de desenvolvimento e organização das políticas públicas, a sociedade, ou seja, a classe trabalhadora proletária e camponesa, na condição de desempregada, sem-teto e sem água, tem lutado arduamente para desmistificar o paradigma de miséria difundido por esse modelo, propondo projetos eficazes, não monumentais, de implementação de políticas públicas de convivência com o semiárido, com atuação efe-

¹ Ivo Poletto é assessor da Cáritas Brasileira, estudioso das questões sociais formado em Filosofia e Teologia.

tiva e primaz das comunidades rurais e seus representantes e dos setores sociais que comungam da mesma perspectiva e dos mesmos objetivos destes. Ressalta-se que essa movimentação social é, na maioria das vezes, possibilitada pelo caráter coletivo da luta, seja através da organização social nas associações, organizações não governamentais e movimentos sociais.

A trajetória histórica dos processos de desenvolvimento do semiárido mostrou-se incompatível com a realidade da região, evidenciando que as políticas de combate à seca resultaram ineficientes, sobretudo em relação à eficácia dos órgãos que executavam suas ações. De acordo com Silva (2007, p. 472), deve-se questionar “o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública que alimentavam a chamada indústria da seca”. Isso levou a uma crise desse paradigma, fazendo emergir um novo: a convivência com o semiárido. Os formuladores dessa proposta têm origem na sociedade civil, nos movimentos sociais e em alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão que atuam na região.

Essa nova concepção de desenvolvimento para a região passa pela desconstrução da ideia de que o povo do semiárido não é capaz de gerir e tomar em mãos o seu próprio destino, como aponta Baptista e Campos (2011). Além disso, Segundo Conti e Schroeder (2013, p. 35),

[...] a convivência manifesta uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita resgatar e construir relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas. Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades.

Essa nova concepção de desenvolvimento para a região passa pela desconstrução da ideia de que o povo do semiárido não é capaz de gerir e tomar em mãos o seu próprio destino

Nessa perspectiva, a convivência com o semiárido e os períodos de seca devem ser analisados levando-se em consideração a sua contribuição para a democratização da renda e da riqueza, a garantia da diversidade e dos modos de ser e de produzir no campo. Esse paradigma faz emergir da sociedade civil organizada a necessidade de propor, desenvolver e executar políticas públicas que pudessem atender a essa demanda.

A ATUAÇÃO DA ASA NA LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Pela necessidade de mudar o atendimento à questão básica e essencial para a vida humana, caso do acesso à água, surge a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) em 1999. Ao longo de sua atuação, a ASA tem realizado mudanças significativas e, quiçá, revolucionárias no campo, no sentido da independência dos agricultores quanto ao acesso à água. “[...] a sociedade civil, na luta cotidiana, vem forjando organizações de apoio e resistência [...], no centro da sociedade nacional, um espaço de luta e/ou de apoio a esses movimentos” (OLIVEIRA, 1996, p. 54).

Trata-se de uma rede criada para promover o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semiárido brasileiro (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2014). Formada por um conjunto de entidades da sociedade civil, a ASA está articulada em dez estados brasileiros que possuem o ecossistema semiárido (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe) e reúne cerca de mil entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católica e protestante, ONG de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais.

A ASA é resultado da reflexão da sociedade civil organizada sobre os problemas enfrentados na região e da necessidade em avançar na construção de possíveis soluções para estes. Embora todas as organizações que compõem a ASA tenham bandeiras de luta diversas, todas estão mobilizadas com o interesse comum de promover o desenvolvimento do semiárido, a partir de reflexões que favoreçam uma compreensão mais abrangente das características, limitações e possibilidades encontradas na região e que subsidiem o debate sobre as melhores estratégias de convivência com o meio ambiente.

Trata-se de olhar para a realidade do semiárido e desenvolver um conjunto de atividades que não necessariamente tenha os fatores econômicos e de mercado como único foco a ser alcançado. Busca-se, a partir de ações, desenvolver princípios de ajuda mútua entre as famílias, valorização da cultura e da produção local. Por isso, a ASA vem discutindo e articulando um conjunto de estratégias e iniciativas que reafirmam a necessidade de construção de um semiárido com qualidade de vida para o seu povo. Assim, as ações buscam a valorização das experiências das famílias agricultoras, o uso de tecnologias sociais, bem como o fortalecimento dos processos de gestão e organização social, a partir da articulação de políticas e modos de convivência com o semiárido. A Carta de Princípios da ASA (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2014) diz que o trabalho da organização fundamenta-se no compromisso com necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial dos camponeses, baseado na conservação, no uso sustentável e na recomposição ambiental dos recursos naturais, bem como na quebra do monopólio do acesso à terra, à água e a outros meios de produção, de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano a partir de um novo olhar sobre a região semiárida.

A ASA é resultado da reflexão da sociedade civil organizada sobre os problemas enfrentados na região e da necessidade em avançar na construção de possíveis soluções para estes

As atividades da ASA são desenvolvidas com base nesse “novo olhar sobre a região, rompendo com o falso paradigma de ‘combate à seca’, para assumir o compromisso de ‘convivência semiárida’ com as condições climáticas locais” (BAPTISTA; CAMPOS, 2011). Nesse sentido, a missão da ASA é “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social” (ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2014).

Contrariando os discursos da oligarquia regional, a ASA incita as discussões acerca das possibilidades e potencialidades do sertão. O projeto pioneiro resultante de discussões e estudos sobre a região é nomeado de Projeto de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Esse projeto nasce de uma necessidade, que é primaz, da população sertaneja: o acesso à água de qualidade para o consumo humano.

Iniciado em julho de 2003, o objetivo do P1MC é beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda a região semiárida brasileira com água potável para beber, cozinhar e escovar os dentes, por meio das cisternas de placas. Ele conta com apoio de diferentes agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Diversos ministérios e instituições governamentais apoiam o projeto, integrado ao Programa Fome Zero, de redução da pobreza. Sobre o P1MC, elucida Malvezzi (2001 apud CÁRITAS BRASILEIRA, 2001, p. 32):

O projeto tem um potencial incalculável, mas bastam alguns indicadores para tomarmos consciência mais plena de seu alcance: ele visa construir “um milhão de cisternas” e, assim, beneficiar “um milhão de famílias”. Como a média de pessoas nas famílias do Semiárido é de aproximadamente seis, beneficiará

“6 milhões de pessoas” que hoje não dispõem de água potável. [...]. O impacto sobre a saúde da população, sobretudo crianças e idosos, o alívio do trabalho feminino e inúmeras outras vantagens, só a história poderá dizê-lo.

Para (BAPTISTA; CAMPOS, 2011, p. 5) o P1MC, [...] é um programa cujos resultados, de tão bons, não mais se discutem e que hoje, está assumido pelo Governo Federal e posto em uma perspectiva de universalização. Ele viabiliza o acesso à água de qualidade, melhoria de vida e saúde, economia de tempo que agora pode ser disponibilizado para o trabalho, o estudo, a liberdade e a cidadania. O P1MC é, com certeza, o maior programa de distribuição de água de qualidade para pessoas e famílias esparsas, em curso no Brasil. Os que compravam votos a partir da sede das pessoas perderam este instrumento para se manter no poder e a população conquistou o caminho para a liberdade e a cidadania.

Além de propor alternativas que, em princípio, possam democratizar o acesso à água para o consumo humano, a ASA compreende que também se faz imperativo o fortalecimento do campo, por meio do desenvolvimento de processos poliprodutivos pertinentes à agricultura familiar e às condições edafoclimáticas² da região. Tais ações visam à soberania alimentar e nutricional, à geração de emprego e renda e à redução do êxodo rural através do acesso e do manejo sustentáveis da terra e da água. Todas essas iniciativas estão inseridas no Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), em que o 1 significa terra para produção e o 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos. O P1+2 surge a partir da proposta de maximizar a utilização de tecnologias sociais com a finalidade de captar e armazenar água das chuvas, tanto para produção de alimentos nos quintais produtivos, como também para dessedentação animal.

² Trata-se das interações entre solos e climas. Os fatores edafoclimáticos são referidos como mais importantes não só para o desenvolvimento das culturas, como também para definição de sistemas de produção.

TECNOLOGIAS SOCIAIS: INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO BAIANO

Contrariando os discursos desde outrora alimentados pela oligarquia regional, no que se refere a grandes implementações para o fortalecimento da agricultura, as tecnologias sociais implementadas pela ASA surgem com a proposta de reerguer a produção familiar, juntamente com sua cultura, e resgatar a relação do homem e da mulher do campo com a terra.

Tecnologia social pode ser entendida como:

Um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. Tecnologia Social implica: compromisso com a transformação social, criação de um espaço de descoberta e escuta de demandas e necessidades sociais, relevância e eficácia social, sustentabilidade socioambiental e econômica, inovação, organização e sistematização dos conhecimentos, acessibilidade e apropriação das tecnologias, um processo pedagógico para todos os envolvidos, o diálogo entre diferentes saberes, difusão e ação educativa, processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação e a construção cidadã do processo democrático (ITS BRASIL, 2014).

É por compreender todo o universo em que se situa a tecnologia social, que a ASA tem feito uso desse instrumento enquanto elemento substantivo da política de convivência com o semiárido e ponto de partida para o fortalecimento da agricultura familiar.

No estado da Bahia, conforme informações colhidas, a ASA está presente em todo o semiárido. São 31 organizações da sociedade civil organizada e com personalidade jurídica executando o P1MC e o P1+2 no estado. Tais organizações

vêm contribuindo para a melhoria da produção, da alimentação e da renda dos agricultores familiares da região. Na região sudoeste da Bahia, por exemplo, há duas Unidades Gestoras Territoriais (UGT) que atuam na execução dos projetos, o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (Cedasb) e o Instituto de Formação Cidadã São Francisco de Assis (ISFA) alocados, respectivamente, nos municípios de Vitória da Conquista e Manoel Vitorino. O Cedasb, enquanto entidade da ASA, tem trabalhos executados em mais de 13 municípios da região sudoeste, dentre eles: Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Encruzilhada, Itambé, Iguaiá, Ibicuí, Mirante, Manoel Vitorino, Nova Canaã, Planalto, Poções, Potiraguá, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista. O ISFA, por sua vez, também tem seu trabalho registrado nos municípios de Caetanos, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Manoel Vitorino e Maracás, iniciando atividades em Planaltino e Poções.

Por meio de parcerias com o governo federal, o governo estadual e organizações privadas, as instituições desenvolvem várias tecnologias sociais. Dentre elas, elencam-se:



Figura 1
Cisterna de captação da água da chuva para consumo humano

Fonte: Cedasb (2010)³.

³ Arquivo fotográfico do Cedasb em 2010.

- **Cisternas de placas para consumo humano:** trata-se de um grande depósito com capacidade de armazenar 16 mil litros de água pluvial (Figura 1). A tecnologia é equipada com um sistema de calhas para aproveitar a chuva que escorre pelos telhados das casas. Por ser coberta, a cisterna evita a evaporação da água e a sua contaminação. O destino da água é somente para o consumo humano (beber, cozinhar e escovar os dentes) e atende uma família com até cinco membros durante oito meses, período de maior estiagem na região semiárida (ARTICULAÇÃO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO, 2008). Para construir a cisterna, deve ser escavado um buraco com profundidade de 1,60 m a 1,80 m e diâmetro de 6 m. A depender do tipo de terreno, faz-se necessário escavar, no mínimo, 1,50 m (CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ, 2008). A retirada da água da cisterna é facilitada pela utilização de uma bomba hidráulica manual. É uma tecnologia leve, de fácil construção e de baixo custo. Conforme mostra a Figura 2, a bomba manual tem como objetivo evitar que as famílias utilizem utensílios como baldes para fazer a retirada da água da cisterna, o que poderia contaminá-la, deixando-a imprópria para o consumo humano.



Figura 2
Utilização da bomba manual para retirada de água da cisterna

Fonte: Cedasb (2010)⁴.

⁴ Arquivo fotográfico do Cedasb em 2010.

- **Cisterna calçadão:** trata-se de uma tecnologia familiar que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m², construído sob o solo, como mostra a Figura 3. Com essa área, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água que pode ser utilizada para a produção de alimentos e dessedentação de animais de pequeno porte. Por meio de uma tubulação feita de canos de PVC, a água da chuva que cai no calçadão é conduzida para a cisterna, que deve ser construída na parte mais baixa do terreno. O calçadão tem diversas funcionalidades, pois além de “aparar” a água da chuva, ele também foi pensado para o uso da família na secagem de café, feijão, feitura de silagens, dentre outras.



Figura 3
Cisterna calçadão

Fonte: Cedasb (2013)⁵.

- **Cisterna de enxurrada:** assim como a cisterna calçadão, esta é uma tecnologia familiar que possui a mesma capacidade de armazenamento de água. Para a sua construção deve ser escavado um buraco, a fim de que toda a sua estrutura fique dentro

da terra (isso somente quando há condições geomorfológicas, uma vez que a maioria dos solos no semiárido é rochosa e rasa), ficando de fora apenas a tampa, que possui um modelo cônico. A água da chuva, que vem em forma de enxurrada, entra na cisterna por meio de um sistema simplificado de decantação, seguindo por canos, conforme ilustrado na Figura 4.



Figura 4
Cisterna de enxurrada

Fonte: Cedasb (2013)⁶.

- **Barreiro trincheira:** trata-se de tanques longos, estreitos e profundos escavados no solo, medido entre 600 m² e 1600 m², a depender de onde for localizado, como mostra a Figura 5. Possui capacidade de armazenar, no mínimo, 500 mil litros de água, podendo ser de uso familiar ou comunitário. O barreiro trincheira foi desenvolvido com essas características a fim de diminuir a lâmina d'água e, assim, reduzir a evaporação e a ação dos ventos, por isso a necessidade de ser estreito e longo. Sua finalidade consiste, prioritariamente, à dessedentação de animais de médio e grande porte, bem como aos plantios familiares.

⁵ Arquivo fotográfico do Cedasb em 2013.

⁶ Arquivo fotográfico do Cedasb em 2013.



Figura 5
Barreiro trincheira

Fonte: ISFA (2013)⁷.

- **Tanque de pedra:** é uma tecnologia que aproveita lajedos para funcionar como área de captação e armazenamento de água da chuva. Para isso são construídas, normalmente, com sedimentos rochosos resistentes, paredes que vão funcionar como barreiras que impedem a água de se espalhar pela área, conforme ilustra a Figura 6. O volume de água armazenado vai depender do tamanho e da profundidade do tanque. É uma tecnologia para uso comunitário e sua água pode ser utilizada para dessedentação de animais diversos, plantações e afazeres domésticos.



Figura 6
Tanque de pedra

Fonte: Cedasb (2013)⁸.

- **Barragem subterrânea:** essa tecnologia é construída em áreas de baixios, córregos e riachos que se formam no inverno. É feita escavando-se uma vala até a camada impermeável do solo (a rocha), como mostra a Figura 7. Essa vala é forrada por uma lona e, em seguida, é feito o aterramento. Dessa forma, cria-se uma barreira que “segura” a água da chuva que infiltra no solo. A funcionalidade dessa tecnologia está justamente no encharcamento dessa área, ou seja, a captação da água das chuvas armazenadas abaixo da superfície, no próprio solo. A área encharcada (a extensão depende da profundidade e largura atingida) é utilizada para o cultivo de hortaliças, de plantas medicinais e de frutíferas. Também é construído um poço, como mostra a Figura 8, que funciona como um sangradouro, no caso de encharcamento em excesso, de forma que a família também tem a garantia de água no período mais seco do ano para realizar a manutenção de sua produção.



Figura 7
Barragem subterrânea no processo de montagem da lona

Fonte: ISFA (2013)⁹.

⁷ Arquivo fotográfico do ISFA em 2013.

⁸ Arquivo fotográfico do Cedasb em 2013.

⁹ Arquivo fotográfico do ISFA em 2013.



Figura 8
Barragem subterrânea pronta

Fonte: ISFA (2013)¹⁰.



Figura 9
Canteiros econômicos

Fonte: ISFA (2013)¹¹.

- **Canteiro econômico:** primeiramente escava-se cerca de 40 cm de profundidade e, em seguida, reveste-se o fundo com uma lona plástica, cujas bordas alcançam as extremidades superiores dos blocos. Sobre a lona coloca-se um tubo plástico perfurado no sentido longitudinal do canteiro. Em cada uma das extremidades do tubo conecta-se um joelho de PVC, no qual é encaixado outro tubo de 1,5 m no sentido vertical, que servirá para conduzir a água até a parte inferior da tecnologia. Sobre o tubo perfurado são colocadas telhas de barro para que permitam a saída da água, evitando o entupimento dos furos. Por fim, a terra é devolvida ao canteiro sobre a lona plástica e os tubos cobertos com as telhas (Figura 9).

De modo geral, as tecnologias sociais desenvolvidas e implementadas nos projetos da ASA são de baixo custo, de fácil construção, de baixo impacto ambiental e a sua reaplicação conta sempre com a interação da comunidade na qual está sendo implementada, configurando-se como instrumentos efetivos de transformação social.

METODOLOGIA INCLUSIVA NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO SOCIAL PROMOVIDOS PELA ASA

Um fator importante e de relevância é o procedimento metodológico adotado na efetivação das ações da ASA no campo, que acontece de forma inclusiva. A ASA, por meio de capacitações populares, promove momentos de reflexão e conscientização dos agentes sociais envolvidos na luta por mais qualidade de vida, informando-os sobre as diversas

¹⁰ Arquivo fotográfico do ISFA em 2013.

¹¹ Arquivo fotográfico do ISFA em 2013.

propostas de ações no campo, seus benefícios e malefícios, como as questões acerca da monocultura, do agro e hidronegócio, da desertificação, dos transgênicos, da necessidade de conservação das sementes e, veementemente, da importância da organização social como instrumento de fortalecimento político e crítico. Dessa forma, pode-se notar que as ações da ASA transcende a dimensão tecnológica, protagonizando a reconstrução política dos sujeitos do semiárido e a (re)significação desse território.

Todas as atividades para a materialização do projeto gerido pela ASA são desenvolvidas com a participação direta dos beneficiários, desde as escolhas das famílias até a execução da obra/tecnologia. Uma importante mobilização social popular que movimenta as comunidades, tirando-as, em muitos casos, da zona do conformismo, instigando sua capacidade de reflexão sobre a realidade na qual está inserida. “Mobilizar, pois, é convocar vontades – escolha; é convocar sentimentos – paixão; é convocar razões – convicção, em torno da concretização, em ações, do objetivo comum do P1MC” (ASACOM, 2002, p. 21).

As comunidades se envolvem nos debates e trabalhos realizados e também nas decisões estratégicas da implementação das tecnologias sociais. Como elucida Climério Vale¹²,

[...] não é apenas uma questão de facilitar o trabalho, mas, com o envolvimento direto das famílias, possibilita-se uma apropriação mais completa e significativa da tecnologia. Desta forma, a família não é apenas uma receptora de tecnologia, mas uma corresponsável pela sua implementação e cuidados futuros (informação verbal).

Compõem a totalidade do processo metodológico de implementação das tecnologias sociais de convivência com o semiárido da ASA, as seguintes etapas:

¹² Secretário executivo e sócio fundador do Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (Cedasb); membro da coordenação executiva da ASA/Bahia; representante da ASA no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) da Bahia. Entrevista concedida em 11 de maio 2011.

a. Mobilização das comunidades

Após a indicação da comunidade pela Comissão Executiva Municipal (CEM) que, em sua maioria, é composta por representantes de movimentos sociais, sindicatos, igrejas e instituições não governamentais, é feita a mobilização das comunidades indicadas como sendo as mais carentes no que tange ao acesso à água, como ilustra a Figura 10. Assim, essas comunidades são reunidas para que possam escolher entre si as famílias que, no momento serão contempladas com as tecnologias sociais. A comunidade se imbuí da responsabilidade de compreender a realidade de cada família e, por meio dessa compreensão, elege as que mais necessitam, dentro dos princípios de prioridades da ASA.



Figura 10
Mobilização de comunidade no município de Manoel Vitorino

Fonte: Cedasb (2010)¹³.

b. Capacitações das famílias beneficiadas

– são momentos de socialização de conhecimento, de formação política e aperfeiçoamento da técnica de construção. As capacitações em todo o processo são:

¹³ Arquivo fotográfico do Cedasb em 2010.

Curso sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH)

Configura-se como um programa de aprendizagem em que as famílias beneficiadas são convidadas a entender o espaço onde se reproduzem, por meio das peculiaridades geográficas da região (relevo, clima, vegetação e solo), bem como compreender as possibilidades de convivência com a seca e como a realidade do campo é tratada pelos governos. Porém, cabe salientar que o objetivo primaz do GRH está norteado na apreensão, por todos, acerca do manuseio e da administração da água da cisterna, tanto para evitar o desperdício, como a contaminação (Figura 11).



Figura 11
Curso sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos na comunidade de Jibóia no município de Vitória da Conquista (BA)

Fonte: Cedasb (2009)¹⁴.

Curso de formação e aperfeiçoamento de pedreiros

Os pedreiros que atuam nos projetos de construção de cisternas, seja para reserva de água para consumo humano ou para a produção, também participam de momentos de formação, em que se utiliza

¹⁴ Arquivo fotográfico do Cedasb em 2009.

metodologia parecida com a realizada nos cursos de GRH. Dessa forma, esses profissionais, que em sua maioria são camponeses, também entenderão a região e suas peculiaridades. Essa metodologia é um instrumento de sensibilização do profissional técnico que irá atuar nas comunidades; ao mesmo tempo, é um meio de formação crítica e social do indivíduo. O objetivo norteador dessa capacitação está no aperfeiçoamento do trabalho dos pedreiros, seja no aprendizado de novas técnicas de execução e/ou manejo dos materiais, seja nos assuntos atinentes a questões comportamentais (Figura 12).



Figura 12
Curso de formação e aperfeiçoamento técnico dos pedreiros que atuam nos projetos da ASA

Fonte: Cedasb (2009)¹⁵.

Curso de confecção de bombas

As bombas são um dos elementos que compõem as cisternas. Sua utilização evita que objetos diversos tenham contato direto com a água das cisternas e, dessa forma, minimiza a necessidade de abertura destas, bem como diminui a possibilidade de contaminação da água a ser consumida pela família. A confecção das bombas é executada pelos filhos e filhas de camponeses que, em sua maioria, foram beneficiados com as cisternas.

¹⁵ Arquivo fotográfico do Cedasb em 2009.

Assim como nos demais cursos, os jovens também participam de discussões acerca do semiárido e externam suas expectativas e anseios com relação às comunidades em que vivem. Atualmente, as instituições que executam os projetos da ASA estão, na medida do possível, realizando esse curso na própria comunidade onde estão sendo realizadas as construções, no intuito de inserir maior quantidade de camponeses no processo de materialização das ações da ASA (Figura 13).



Figura 13
Confecção de bombas populares por homens e mulheres camponesas

Fonte: Cedasb (2010)¹⁶.

Construção

Nessa etapa acontece a construção propriamente dita das cisternas, como mostra a Figura 14, que conta com o envolvimento direto das famílias. A contrapartida é o acolhimento dos pedreiros que, em sua maioria, são moradores das zonas rurais dos municípios atendidos pela Unidade Gestora Municipal (UGM).



Figura 14
Construção de cisterna em comunidade do município de Manoel Vitorino (BA)

Fonte: ISFA (2013)¹⁷.

Encontros microrregionais

Os encontros microrregionais acontecem anualmente. É nesse momento que os agricultores e agricultoras são informados da gerência dos recursos públicos utilizados para a implementação dos projetos em seus municípios e em suas comunidades (prestação de contas). Geralmente, nos encontros microrregionais, há uma melhor explanação por parte dos presentes sobre a mudança do cotidiano em seus espaços de reprodução social depois da instalação das cisternas em suas residências, além da manifestação de novas demandas do/no campo. Por meio das manifestações, novos debates são suscitados, o que dá ensejo para novas ações de melhoria no campo e, conseqüentemente, na vida dos camponeses. Os participantes desse encontro têm a oportunidade ímpar de trocar experiências e se capacitar nos debates acerca dos assuntos que lhes são pertinentes e importantes, como, por exemplo, os rumos da agricultura local, estadual e regional (Figura 15). É interessante salientar que esses encontros periódicos são de fundamental im-

¹⁶ Arquivo fotográfico do Cedasb em 2010.

¹⁷ Arquivo fotográfico do ISFA em 2013.

portância para o não rompimento da ligação entre a ASA e a comunidade, e podem ser considerados uma extensão das capacitações feitas anteriormente com as famílias contempladas com as cisternas.

Nota-se, portanto, que a ASA tem realizado um trabalho substancial para a permanência de agricultores e agricultoras na região semiárida, com mais dignidade e respeito a suas culturas, valorizando experiências e compartilhando novos conhecimentos sem lhes tirar a autonomia.

A nossa proposta é promover uma política de convivência com o semiárido, mesmo implantando estruturas; o que fazemos vai além da construção física e abrange processos que vão desde a promoção da autoestima do camponês, valorizando o seu saber, bem como mexer nas estruturas educacionais existentes, dialogando com a realidade local por meio da educação contextualizada, portanto, vejo no processo contínuo da luta a solidiez do nosso trabalho (informação verbal).



Figura 15
Encontro Microrregional realizado nos dias 20 e 21 de outubro de 2011

Fonte: Cedasb (2011)¹⁸.

Contudo, percebe-se que o enfrentamento da classe trabalhadora com as forças dominantes, para realizar no campo políticas públicas que aten-

dam, prioritariamente, às necessidades e demandas das famílias, não é uma atividade fácil, tampouco simples. A complexidade é inerente à luta contra o capital e sua lógica, com empecilhos diversos, principalmente o político. Mas a sobrevivência do campesinato é um símbolo de resistência adiante da expansão e do domínio do modo de produção capitalista, que controla e tende a “coisificar” e valorar pessoas, costumes, cultura e trabalho a partir de seus critérios obscuros. Assim, a ASA é um instrumento importante nesse processo de fortalecimento do campesinato nordestino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das leituras e da pesquisa realizada, pode-se considerar que as ações pelo fortalecimento da agricultura familiar – e a consequente melhoria da qualidade de vida de agricultores e agricultoras que povoam o semiárido baiano –, travadas pela ASA, constituem um ponto de partida, e não de chegada, no enfrentamento social, em prol de políticas públicas viáveis e pertinentes à realidade da população dessa região – como as explicitadas ao longo deste trabalho – em refutação à política estruturada desde outrora nesse território, de subjugação social e político da classe social que é o campesinato.

Reconhecer o processo de mobilização social realizado pela ASA é ver uma perspectiva de formação gradativa desses sujeitos sobre sua condição social, bem como imbuí-los da responsabilidade no/do processo de transformação de sua realidade, em prol do seu direito de acesso às condições favoráveis à sua reprodução social enquanto classe trabalhadora, em dinâmica diferenciada de vida.

Por meio do fortalecimento da estratégia de convivência com o semiárido, no qual as organizações que fazem a ASA têm investido seus esforços nos últimos anos, no sentido de ampliar a participação e o acesso às políticas públicas, é possível verificar que

¹⁸ Arquivo fotográfico do ISFA em 2013.

houve uma melhoria na qualidade de vida das famílias da região, não somente porque estas passaram a ter acesso à água de qualidade, mas porque participam de toda uma ação pedagógica que tem debatido o pertencimento e o resgate da identidade camponesa.

A Tabela 1 demonstra como as tecnologias sociais contribuem com a melhoria da qualidade de vida:

São mais de 16 mil tecnologias sociais distribuídas pelo território do sudoeste baiano, executadas por essas duas instituições, conforme mostra a Tabela 1. O quantitativo, por si, não representa todo o universo de ações desenvolvidas durante o processo de construção dessas tecnologias, por isso cabe ressaltar que, ao observar essas implementações, é necessário apreender o que está além de sua concretude. Ou seja, é preciso saber: do envolvimento de mais de 150 pedreiros agricultores nesse processo, estes, por sua vez, garantindo a renda familiar e a própria capacitação profissional e política; da inserção de mais de 60 profissionais de vários municípios do sudoeste da Bahia, compondo as equipes técnicas que executam os projetos (em sua maioria agricultores e filhos de agricultores); do fortalecimento das associações comunitárias a partir da autonomia conquistada nos espaços da ASA para discutirem políticas públicas de convivência com o semiárido; e das milhares de mulheres que se viram, a partir das ações da ASA, livres da “escravidão” da lata d’água na cabeça e que puderam garantir uma qualidade de vida antes jamais vivida em seus lares.

A água é vital, mas as necessidades da agricultura familiar vão além deste bem essencial

É inconteste que as secas afetam sobremaneira a região semiárida da Bahia e do Brasil. Desta forma, as ações decorrentes do P1MC e do P1+2 mostraram-se capazes de amenizar os efeitos dos longos períodos secos por meio do desenvolvimento e da execução de ações compatíveis com a realidade da região. Isso tem possibilitado uma transição paradigmática do “combate à seca” para a “convivência com o semiárido”, conforme foi possível perceber ao longo deste trabalho. Trata-se de uma transição lenta, mas que, ao mesmo tempo, vem provocando importantes transformações na forma como o semiárido é concebido, na maneira como são desenvolvidas as políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades decorrentes da ocorrência de secas, nos estudos sobre o tema, bem como no desenvolvimento de novas tecnologias adequadas à região.

O resultado da pesquisa em questão possibilitou entender algumas minudências. A água é vital, mas as necessidades da agricultura familiar vão além deste bem essencial. A política de convivência com a seca exige que as ações voltadas para este fim sejam multifacetadas e adotem uma pedagogia de participação e mobilização social, o que as diferencia das iniciativas inseridas na vertente do “combate à seca”. Ante o trabalho realizado, verificou-se que esse processo desenvolvido pela ASA não é exógeno, visto que é protagonizado exclusivamente pelas famílias residentes nas comunidades beneficiadas, possibilitando a construção de alternativas apropriadas

Tabela 1
Dados gerais de construção de tecnologias sociais no sudoeste da Bahia

Instituições (Unidades Gestoras Territoriais – UGT)	Tecnologias de captação de água para o consumo humano	Tecnologias de captação de água para a produção de alimentos
Cedab e ISFA	14.090 cisternas de 16 mil litros e 55 cisternas de 52 mil litros em escolas rurais	1.270 cisternas de 52 mil litros 588 barreiros trincheira 20 barragens subterrâneas 14 tanques de pedra 22 barraginhas

Fonte: Registros e documentos institucionais do Cedab e do ISFA. Dados levantados até setembro de 2014.

à região, alicerçadas na participação social e em iniciativas que resultam no fortalecimento da agricultura familiar e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida de seu povo.

Em suma, a ASA, por meio dessas frentes de luta e ações, distancia-se de um mero trabalho de assistencialismo popular, pois fomenta suas discussões a partir da realidade das comunidades, não omitindo as mazelas sociais, mas encorajando a organização da classe trabalhadora do/no campo para lutar com convicção pelos seus direitos e ideais, em prol da efetivação de políticas públicas que lhes beneficiem concretamente. É sob essa perspectiva que a ASA segue pelo sertão fazendo história junto aos agricultores do semiárido brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas rurais*. [S.l.]: ASA, 2002.
- _____. *Caminhos para a convivência com o semiárido*. Recife: ASA, 2008.
- _____. *Carta de princípios*. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em: 3 jan. 2014.
- BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. *As possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no semiárido*. Porto Alegre: Redesan, 2011.
- CÁRITAS BRASILEIRA. *Água de chuva: o segredo da convivência com o semiárido*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste*. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CENTRO DE ACESSORIA DO ASSURUÁ. *Capacitação de pedreiros para construção de cisternas de produção*. Irecê: Projeto Cisternas nas Escolas, 2008.
- CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (Org.). *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: IABS, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1NXC>>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- ITS BRASIL. *Tecnologia social*. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/conceitos/tecnologia-social>>. Acesso em: 16 ago. 2014.
- LISBOA, Josefa Bispo de. *Trajatória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança*. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Geografia, Núcleo de Pós-Graduação, São Cristovão, SE, 2007.
- MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Pensar Brasil, 2007.
- MARANHÃO, Sílvio. (Org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A geografia das lutas no campo*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(l)igião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PEREIRA JÚNIOR, José de Sena. *Nova delimitação do semiárido brasileiro*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007.
- SILVA, Roberto Marinho Alves. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática*. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, jul./set. 2007.

Artigo recebido em 22 de agosto de 2014
e aprovado em 1 de outubro de 2014.

Agricultura familiar e o Pronaf na Bahia

*Márcia da Silva Pedreira**

*Edna Maria da Silva***

*Rafael Alves de Andrade****

* Doutora e mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e analista técnica da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). mspedreira@yahoo.com.br

** Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da UFBA e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial da UFBA. ednasilv@yahoo.com.br

*** Graduado em Estatística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). rafandrady@gmail.com

Resumo

O artigo analisa o desempenho do Pronaf na Bahia, no período de 2002 a 2012, pontuando os avanços e limites deste programa ante a relevância do segmento familiar no estado. Examinam-se, inicialmente, as principais características da agricultura familiar, apontando sua importância produtiva e social para o espaço rural baiano, assim como suas especificidades e diferenciações. Faz-se uma breve descrição histórica da evolução e institucionalização do Pronaf enquanto política pública, ao tempo em que se avaliam, com base em dados secundários, a evolução e o desempenho do Pronaf, sob a modalidade crédito, no estado da Bahia. Conclui-se que, de modo geral, é possível inferir que o programa tem apresentado um bom desempenho no estado, especialmente ao atingir um número significativo de agricultores de baixa renda, enquadrados no Pronaf B.

Palavras-chave: Rural. Agricultura familiar. Produção. Pronaf. Crédito.

Abstract

This paper analyzes the performance of Pronaf Program in Bahia, from 2002 to 2012, pointing out advancements and limits of the program, considering the relevance of family farm segment in the state. Firstly, we have examined, the main characteristics of family farming, showing its productive and social importance for Bahia's rural space as well as its specificities and differentiations. The paper also covers a brief historical description of the development and institutionalization of the Pronaf as a public policy while assesses, based on secondary data, the evolution and performance of Pronaf, as a credit modality in Bahia. We have concluded that, in general, it's possible to infer that the program has been presenting good performance in the state, specially when reaching a significant number of low income farmers enrolled in Pronaf B.

Keywords: Rural. Family farm. Production. Pronaf. Credit.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas observa-se uma intensificação do debate sobre a agricultura familiar, impulsionado, de um lado, pelo reconhecimento da sua importância no espaço rural brasileiro e, de outro, pela criação e a ampliação das políticas públicas voltadas para este segmento, que foi alijado durante o processo de modernização da agricultura brasileira (décadas de 1960 e 1970) e das políticas públicas para a área rural, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

Neste contexto destaca-se a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Trata-se de um programa gestado para dar resposta a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para a agricultura familiar brasileira. O programa resulta, também, do reconhecimento das potencialidades deste segmento como produtor de alimentos e gerador de renda e ocupação no meio rural. Além do Pronaf, cabe salientar outras iniciativas, de âmbito federal, voltadas para este segmento, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Reforma Agrária (assentamentos, regularização fundiária e crédito fundiário), os programas Territórios de Cidadania e Territórios Rurais de Identidade, o Programa Luz para Todos (de eletrificação rural) e a Política de Habitação Rural.

No campo institucional ressalta-se a promulgação, em 2006, da Lei 11.326 (BRASIL, 2006), também conhecida como Lei da Agricultura Familiar, que estabelece critérios de enquadramento da agricultura familiar. Salienta-se também, neste contexto, a produção de estatísticas específicas e especiais sobre a agricultura familiar brasileira, no bojo Censo Agropecuário Agricultura Familiar de 2006, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Paralelamente a este conjunto de iniciativas, observa-se a realização de estudos

e pesquisas sobre a temática rural e a agricultura familiar, abordando diversos aspectos e dimensões, a exemplo de leituras sobre as características e especificidades econômicas e sociais deste segmento no país, questões de natureza conceitual, análises sobre o desempenho e a efetividade das políticas públicas para este setor, podendo-se citar, dentre outros, Anjos (2004), Couto Filho (1999), Schneider e outros (2004) e Silva (2001).

Ante este contexto, o presente artigo busca, de um lado, caracterizar a agricultura familiar na Bahia, estado que abriga o maior contingente de agricultores familiares do país, examinando suas especificidades e diferenciações regionais no espaço rural baiano, e, de outro, à luz desta caracterização, analisar a evolução e o desempenho do Pronaf. Para tanto, o artigo contém mais duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção descreve as principais características que modelam a agricultura familiar no estado da Bahia, situando-a no contexto do espaço rural baiano e apontando sua diferenciação intraterritorial. A segunda faz uma breve descrição histórica da evolução institucional do Pronaf e examina o seu desempenho na Bahia, em especial na modalidade assistência financeira. Na última seção, apresentam-se as observações finais do trabalho.

Adota-se o método analítico-descritivo como instrumento para classificar e interpretar os dados e informações. Para tanto, foram utilizados o banco de dados e as informações provenientes do Censo Agropecuário 2006, do IBGE, do Banco Central do Brasil (BCB), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do IPEAData, além de consulta de trabalhos acadêmicos e técnicos sobre o tema.

ESPAÇO RURAL BAIANO E AGRICULTURA FAMILIAR

Os anos 1980 são marcados pelo processo de reorganização do espaço rural no estado da Bahia, tendo como principais eixos norteadores a expan-

são e o desenvolvimento de atividades agropecuárias modernas com elevado padrão tecnológico, acompanhados da implantação de segmentos agroindustriais. Ao mesmo tempo, observam-se a emergência e o incremento de atividades não agropecuárias enquanto espaços de absorção de mão de obra rural. Nessa direção diversos estudos foram realizados, tais como, Couto Filho (2004), Carvalho Júnior (2000), Couto Filho (1999), Carvalho Júnior, Couto Filho e Machado (1999), Uderman e Menezes (1998).

Paralelamente a esses processos, ocorre uma redefinição na estrutura produtiva e na pauta agrícola estadual, expressa, de um lado, pelo surgimento e a expansão de novas lavouras e, do outro, pela crise e a estagnação das culturas tradicionais. Esse movimento pode ser percebido pela perda significativa do domínio da cacauicultura, cuja participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura baiana cai de 36,2% para 5,9%, entre 1985 e 2000, mantendo-se em torno de 7% em 2010. A mamona, outra cultura tradicional, segue a mesma tendência. Sua produção registra uma taxa negativa anual de 2,43%, entre 1980 e 2003. Entre 2000 e 2010, a área colhida com mamona sofre uma queda de 38%, e a produção cai em 12%. Em contraposição à queda e à estagnação, observa-se a expansão de novas culturas na estrutura produtiva do estado, a exemplo dos grãos na região do oeste baiano, em especial a soja, cuja participação no VBP estadual eleva-se de 3,3%, em 1985, para 10,7% em 2000, atingindo 16% em 2010. Nesta mesma direção, destacam-se a emergência e a consolidação do setor frutícola, particularmente na região de Juazeiro. As culturas de manga, uva e melão, que em 1985 não têm nenhuma relevância na pauta agrícola estadual, passam, em 1996, a constar no *ranking* das principais culturas do estado, elevando assim a participação da região de Juazeiro de 2,68% para 5,51%, no VBP agrícola do

As alterações da pauta agrícola, associadas a sua diversificação, apontam para a ruptura de uma característica marcante na agricultura baiana: a dependência de poucas culturas para a formação do PIB do setor

estado, entre 1985 e 1996. Segundo Viana (2004), a produção frutícola cresce cerca de 73%, no período de 1986-2004, e as exportações evoluem de US\$ 13 milhões, em 1997, para US\$ 66 milhões em 2004 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001; CARVALHO JUNIOR; COUTO FILHO; MACHADO, 1999; VIANA, 2004).

O milho e o algodão sofrem um processo de transformação espacial e produtivo, passando a ser produzidos na região de cerrado com novas técnicas. O primeiro, mais que duplica sua participação no VBP Vegetal, saindo de 3,2% para 7,3% em 2010. Já o algodão, produzido tradicionalmente na região da Serra Geral (Território de Identidade Sertão Produtivo), sofreu um processo de reespecialização, migrando para o oeste, onde se desenvolve em base empresarial. Em 1995, quando esta cultura é introduzida na região, são cultivados apenas 2.400 ha, com uma produção de 5,4 mil toneladas. Na safra 2000/01, a área é de 34 mil ha e a produção é de 67 mil toneladas, atingindo em 2010 uma área de 208 mil ha e uma produção de 814 mil toneladas. Ou seja, em dez anos (2000/2010), a área e a produção registram um aumento de 512% e 713%, respectivamente, concentrando, em 2010, mais de 80% da produção estadual.

As alterações da pauta agrícola, associadas a sua diversificação, apontam para a ruptura de uma característica marcante na agricultura baiana: a dependência de poucas culturas para a formação do PIB do setor. Em 1985, apenas duas culturas (cacau e feijão) respondem por 51% do VBP Agrícola baiano. Em 1996, são necessárias seis culturas (cacau, feijão, soja, mandioca, café e cana-de-açúcar) para se chegar ao percentual de 55%. Já em 2010, sete culturas (soja, algodão, mamão, cacau, milho, banana, feijão) são responsáveis por 58% do VBP agrícola (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

O processo de transformação produtiva do agro baiano foi acompanhado pela intensificação da mecanização. Os dados censitários do IBGE, entre 1985 e 2006, demonstram uma evolução na frota de tratores da ordem de 73% (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009).

A ocupação de mão de obra é outra variável importante para se perceber a modernização da agropecuária. Conforme o Censo Agropecuário (2009), o número de ocupados passa de 3.202.485, em 1985, para 2.325.984, em 2006, representando uma queda de 27,4%. Ou seja, a implantação do modelo produtivista se faz acompanhar pela substituição de trabalhadores por máquinas. Este processo ocorre de forma mais intensa nos estabelecimentos de maior extensão, onde as máquinas e outros insumos são mais utilizados.

Do ponto de vista de inclusão social e econômica, a expansão agrícola desenvolvida em bases capitalistas modernas, com elevado nível de mecanização e uso de práticas de irrigação, não tem conseguido incorporar áreas e pessoas que ficaram à margem do modelo tecnológico intensivo. O processo de modernização da agricultura baiana, tal como no Brasil, concentra seus recursos para os segmentos mais modernos e dinâmicos, em particular, para unidades produtivas de maior porte e de cunho empresarial, deixando à margem uma ampla parcela de produtores agrícolas familiares. Como observam Leite e outros (2006), mesmo nas regiões onde o processo de modernização tecnológica ocorre de forma avassaladora, há uma coexistência, nem sempre pacífica ou mesmo significativa economicamente, de uma agricultura “tradicional” de base familiar, em sua maioria, praticada por pequenos agricultores com baixo poder aquisitivo, para os quais o modelo produtivo tecnológico que vem sendo implantado é de difícil acesso e/ou inadequado.

Por sua vez, sob a ótica espacial, a expansão e a diversificação na produção agrícola baiana

resultam em uma forte concentração espacial e econômica, haja vista que cerca de dez municípios abarcam mais de 40% do valor da produção agrícola do estado. Em outros termos, o dinamismo do setor agropecuário não foi capaz de gerar um processo de espraiamento econômico e produtivo. A economia baiana continua concentrada. A distribuição municipal do PIB estadual evidencia o elevado grau de concentração e de polarização econômica do estado.

A Região Metropolitana de Salvador (RMS), que agrega dez municípios, detém, em 2009, 40,7% do PIB. Esses dez municípios, juntamente com Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Vitória da Conquista, Luiz Eduardo Magalhães, Paulo Afonso e Barreiras concentram, em 2009, mais de 55% do produto gerado no estado.

As demais regiões do estado – onde se insere o semiárido, que representa uma extensa área do território baiano (64%) – não apresentam o dinamismo registrado nas regiões recentemente ocupadas, embora sejam responsáveis por um volume expressivo na produção de alimentos e matéria-prima, concentrando uma população também expressiva (44%), constituída, em sua maioria, de pequenos produtores familiares.

Dentro deste contexto, algumas variáveis que caracterizam a importância da agricultura familiar baiana merecem ser destacadas. O Censo Agropecuário de 2006 revela que o estado da Bahia concentra o maior número de estabelecimentos familiares do Brasil: são 665.831 estabelecimentos, representando 15,2% do total do país. Ainda segundo o referido censo, aproximadamente 87% do total dos estabelecimentos agropecuários do estado são familiares, contribuindo com 34,5% do VBP anual, gerado pelo conjunto de unidades agrícolas baianas. São responsáveis, ainda, por 81% do pessoal ocupado no setor agropecuário.

A implantação do modelo produtivista se faz acompanhar pela substituição de trabalhadores por máquinas. Este processo ocorre de forma mais intensa nos estabelecimentos de maior extensão, onde as máquinas e outros insumos são mais utilizados

Tabela 1
Número de estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Grandes regiões	Agricultura familiar		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Nordeste	2.187.295	28.332.599	266.711	47.261.842
Bahia	665.831	9.955.563	95.697	19.224.996

Fonte: Censo Agropecuário (2009).

A despeito de sua relevância econômica e social, os estabelecimentos familiares ocupam pouco mais de 34% da área total, ou 9.955.563 ha. O setor patronal, por sua vez, mesmo ocupando 61,6% da área total dos estabelecimentos, emprega apenas 14,1% da mão de obra ocupada na agropecuária estadual.

Outra peculiaridade da agricultura familiar baiana é sua produção. A modalidade é responsável pela geração da maioria dos alimentos da cesta básica, ganhando destaque a mandioca, o feijão e o milho, com 91,4%, 84,5% e 46%, respectivamente.

No que tange à estrutura agrária, os dados revelam um alto grau de concentração da terra no estado. Os estabelecimentos familiares, apesar de representarem 87,43% do total dos estabelecimentos, ocupam apenas 34% da área. Em contrapartida, a agricultura patronal, com apenas 12,57% dos estabelecimentos, ocupam cerca de 66% da área. A área média dos estabelecimentos familiares é de 12,57 ha e a dos não familiares, de 215,84 ha.

Embora a agricultura familiar mostre-se relevante no estado, deve-se atentar para sua heterogeneidade e diferenciação no espaço rural e territorial baiano. Conforme estudo coordenado por Couto Filho (1999), a configuração do espaço rural baiano comporta dois grandes universos de “novos mundos rurais”. De um lado estaria um novo mundo rural desenvolvido, onde proliferam novas atividades agrícolas e segmentos agroindustriais modernos, associados às atividades não agrícolas ligadas ao turismo rural e às atividades urbanas. Do outro lado, estaria o novo mundo rural atrasado, onde persiste um amplo segmento de agricultores familiares cujas estratégias de sobrevivência caracterizam-se pela combinação maior de trabalho agrícola e não agrícola, como mecanismo de reprodução da unidade familiar.

Tabela 2
Valor da produção por tipo de estabelecimento Bahia – 2006

Tipologia	Valor agregado (R\$ mil)	%
Agricultura familiar	216.582,00	34,59
Agricultura não familiar	409.514,00	65,41
Total	626.096,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (2009).

Tabela 3
Participação da agricultura familiar e não familiar no pessoal ocupado no estabelecimento – Bahia

Tipologia	Pessoal ocupado	Part (%)
Agricultura familiar	1.881.811	80,9
Não familiar	444.173	19,1
Total	2.325.984	100,0

Fonte: Censo Agropecuário (2009).

Tabela 4
Número de estabelecimentos e área das propriedades familiares – Bahia – 2006

Bahia	Nº Estabelecimentos	Área (ha)	Área média (ha/estab)	Estabelecimentos %	Área %
Familiar	665.831	9.955.563	14,95	87,43	34,12
Não familiar	95.697	19.224.996	200,89	12,57	65,88
Total	761.528	29.180.559	215,84	100	100

Fonte: Censo Agropecuário (2009).

Estado da Bahia



Mapa 1
Regionalização

Fonte: IBGE.
Elaboração dos autores.

Com base nessa perspectiva, o referido estudo propõe uma grande regionalização, de forma a caracterizar a atual configuração do espaço rural baiano. Apesar de esta regionalização omitir diferenças e diversidades sub-regionais, ela possibilita captar as diferenciadas dinâmicas regionais, quanto às tendências produtivas e de ocupação da mão de obra. De acordo com essa proposição, o novo mundo rural desenvolvido

comportaria duas grandes regiões. A primeira, constituída pelas ilhas de prosperidade, dispostas nas porções oeste, norte e extremo sul da Bahia, marcada pelo desenvolvimento da agricultura nos moldes produtivistas para a produção de grãos, a fruticultura e a silvicultura. A segunda, denominada de litorânea tradicional, cumpriu, até um passado recente, papel importante no desenvolvimento agropecuário estadual e, apesar de suas culturas tradicionais estarem em crise, conta com outras alternativas, inclusive não agrícolas, como, por exemplo, o turismo. A maior parte do semiárido baiano, denominado pelo referido estudo de região interiorana tradicional, enquadra-se no novo mundo rural atrasado. Aí, apesar da existência de alguns raros polos mais modernos, impera o atraso econômico e social. Esse novo mundo rural atrasado abarca a maior parte da população rural e do território baiano onde predomina a agricultura familiar.

Tendo em vista esta regionalização, vis-à-vis à atual divisão estadual por territórios de identidade do estado da Bahia¹, e cotejando com os dados de Censo Agropecuário 2006 referentes à agricultura familiar, pode-se pontuar os seguintes aspectos. A agricultura familiar,

Apesar da existência de alguns raros polos mais modernos, impera o atraso econômico e social. Esse novo mundo rural atrasado abarca a maior parte da população rural e do território baiano onde predomina a agricultura familiar

localizada nas ilhas de prosperidade, em linhas gerais, abarca cinco territórios (Rio Grande, Rio Corrente, Sertão do S. Francisco, Extremo Sul e Costa do Descobrimento), representa 13% do

total estabelecimentos da agricultura familiar estadual e ocupa 21% da área. A área média da agricultura familiar nestes territórios é de 24 ha, ante a média estadual, de 15 ha. No que tange ao pessoal ocupado e ao valor de produção, o conjunto dos estabeleci-

mentos agrícolas familiares destes cinco territórios em relação ao total da agricultura familiar do estado representa, respectivamente, 14% e 16%. Já a litorânea tradicional compreende os seguintes territórios: Litoral Sul, Baixo Sul, Recôncavo, Litoral Norte e Agreste Baiano e Metropolitano de Salvador. Estes territórios abarcam 16% do total dos estabelecimentos e 8% da área ocupada pela agricultura familiar no estado, apresentando uma área média de 7,5 ha por estabelecimento. Quanto ao pessoal ocupado, representa 15%, contribuindo com 24% no valor de produção dos estabelecimentos agrícolas familiares do estado. Por fim, a região interiorana tradicional abarca 17 territórios (Bacia do Jacuípe, Bacia do Pararamirim, Chapada Diamantina, Irecê, Itaparica, Médio Rio de Contas, Médio Sudoeste da Bahia, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Paraguaçu, Sertão Produtivo, Sisal, Semiárido Ne II, Vale do Jiquiriçá, Velho Chico, Vitória da Conquista), concentrando 71% do total dos estabelecimentos familiares do estado e da área. Apresenta uma área média igual à média estadual, de 15 ha. Este grande território participa com 71% pessoal ocupado e 60% do valor produzido pela agricultura familiar no estado.

¹ A Bahia encontra-se dividida em 27 territórios de identidade.

Tabela 5
Participação da agricultura familiar – Variáveis selecionadas segundo agrupamento regional – 2006

Agrupamento regional	Estabelecimentos %	Valor produção %	Pessoal ocupado %	Área %
Ilhas de prosperidade	13%	16%	15%	21%
Interiorana tradicional	71%	60%	71%	71%
Litorânea tradicional	16%	24%	15%	8%
Estado da Bahia	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo Agropecuário (2009).
Elaborado pelos autores.

Guardadas as devidas proporções espaciais e as diferenciações no interior das três regiões acima assinaladas, pode-se inferir que o conjunto dos agricultores familiares da região interiorana tradicional apresenta os piores indicadores no que tange ao valor produzido e à produtividade. De fato, quando comparados os valores da produção com o número total de estabelecimentos (VP total/estabelecimento), a região interiorana apresenta a menor capacidade de geração de renda por unidade de produção: cada estabelecimento desta região gera, em média, R\$ 4.574,00 no ano de 2006, ante R\$ 6.609,00 para o conjunto dos territórios localizados nas ilhas de prosperidade e R\$ 8.276,00 da região litorânea tradicional, sendo a média estadual de R\$ 5.417. Já no que tange à relação Valor produção/Pessoal ocupado, a situação é a seguinte: R\$ 1.6330,00 da interiorana ante R\$ 2.091,00 dos territórios que compõem as ilhas de prosperidade e R\$ 3.100,00 da litorânea tradicional. Já do ponto de vista da ocupação, na região interiorana, 100 ha geram 20 ocupações, enquanto nas ilhas de prosperidade esta relação é de 100 ha para 13 ocupações. Já a litorânea tradicional gera 36 ocupações.

Tendo em vista esses indicadores pode-se inferir que a região interiorana, ao tempo em que apresenta baixa geração de renda, revela capacidade de permanência dos agricultores nos seus espaços rurais. Esta característica sugere que a permanência dos agricultores no campo deve ocorrer com base na manutenção e mesmo

acentuação da condição de pobreza vivenciada por grande parte da população rural do estado, cujas formas de sobrevivência transcendem a renda oriunda do trabalho na unidade produtiva. Como aponta a análise de Couto Filho (1999), nas áreas denominadas de novo mundo rural atrasado persiste um amplo segmento de agricultores familiares cujas estratégias de sobrevivência caracterizam-se pela simbiose entre atividades voltadas para a unidade de produção familiar, onde se produz basicamente para o autoconsumo, e a busca de trabalho e renda extra-unidade de produção agrícola, associada às transferências de rendas do setor público na forma de aposentadorias e pensões.

Por sua vez, quanto à relação VBP/área, observa-se que os territórios localizados na região onde predominam as ilhas de prosperidade apresentam menor relação: R\$ 276 por ha, ante R\$ 306/ha na interiorana e 1.115/ha na litorânea tradicional. Estes indicadores refletem maior intensidade no uso da área pela agricultura familiar nas duas últimas regiões, em relação à primeira, a qual, conforme já assinalado, apresenta maior área média de estabelecimentos familiares no estado. Sugere também que, o segmento de agricultores familiares permanece à margem ou está pouco integrado ao processo de modernização agrícola ocorrido na região aqui denominada ilhas de prosperidade. Ressalta-se, entretanto, que este indicador também está associado à qualidade das terras e ao nível de valorização dos produtos explorados.

Tabela 6
Agricultura familiar, indicadores selecionados – Bahia e agrupamentos regionais – 2006

Regiões selecionadas	Valor/ Estab.	Valor/ Ocupado	Valor/Área	Ocup./Área
Ilhas de prosperidade (total)	6.609	2.091	276	0,13
Interiorana tradicional (total)	4.574	1.633	306	0,19
Litorânea tradicional (total)	8.276	3.100	1.115	0,36
Estado da Bahia	5.417	1.916	363	0,19

Fonte: Censo Agropecuário (2009).
 Elaborado pelos autores.

Os dados e indicadores assinalados acima, embora gerais, revelam a diversidade e a heterogeneidade da agricultura familiar no estado, reflexo das diferentes condições históricas, sociais, econômicas e edafoclimáticas do território estadual, implicando formas diferenciadas de reprodução econômica, de estratégias de sobrevivência e de acesso às políticas públicas, assim como em uma adequação à diversidade deste segmento.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Pronaf: uma síntese da sua história

As políticas públicas de fomento para a agricultura familiar são recentes. Nas décadas de 1960 e 1970 ocorre o processo de modernização da agricultura brasileira direcionado para as grandes e médias propriedades, com crédito subsidiado pelo Estado, o que resulta em êxodo e desemprego rural, reconcentração de terras e renda, desgastes ambientais, dentre outros. Associado a esses fatores e à crise econômica, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o país passa por uma ampla mobilização social, destacando-se os movimentos sociais rurais ligados às instituições, como: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e a atual Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Essas instituições tinham como objetivo a valorização da agricultura familiar, através da criação de

políticas públicas específicas para esse segmento (SCHNEIDER et al., 2004).

Nesse ambiente, em resposta às pressões dos movimentos sociais rurais, cria-se, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pelo Decreto nº. 1.946, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar. Desde então, esse segmento foi reconhecido pelas políticas públicas, destacando-se a promulgação da Lei da Agricultura Familiar, em 2006, com o objetivo de estabelecer diretrizes e normas para a formulação de uma política nacional da agricultura familiar (SCHNEIDER et al., 2004).

Posteriormente à criação do Pronaf verifica-se um processo de ampliação e fortalecimento institucional do programa e das ações voltadas à agricultura familiar, fruto, em grande medida, da interlocução dos órgãos estatais com as organizações de pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) – ligada ao Ministério da Agricultura à qual o Pronaf estava vinculado –, que se transformou no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no qual se encontra a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Em seguida, na estrutura do MDA, a nova Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e a Secretaria da Reorganização Agrária (SRA) assumem, juntamente com a SAF, as políticas específicas de desenvolvimento rural e da agricultura familiar. Além disso, diversas modalidades de políticas públicas interagem com o desenvolvimento rural e a agricultura, tais como: políticas sociais redistributivas, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); regulamentações, políticas de

manejo do meio ambiente e de recursos naturais, através do Ministério do Meio Ambiente (MMA), dentre outras.

Nessa estrutura, a SAF “passou a ser o guarda-chuva institucional das diversas linhas de ação do PRONAF e demais programas ligados à agricultura familiar brasileira” (SCHNEIDER et al., 2004, p. 7). O Pronaf é considerado um divisor de águas no que se refere ao

crédito, marcando um período singular no rumo do processo de intervenção do Estado na agricultura familiar e no meio rural do Brasil, bem como, é considerado um poderoso instrumento de superação das desigualdades no campo e de democratização no acesso às fontes de financiamento da agricultura (ANJOS et al., 2004).

Segundo o Manual Operacional do Pronaf, o programa visa ao fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Desde a sua criação, o Pronaf passa por diversas modificações, adaptando-se continuamente para se adequar à complexa realidade dos agricultores familiares e das diversas regiões do país. Como aponta Schneider e outros (2004), além das reformulações institucionais, houve importantes reformulações na esfera financeira, o que provocou uma série de mudanças no programa, dentre elas, pode-se citar a taxa de juros, que passou ser fixa, bem como a redução progressiva dos encargos financeiros, em que os prazos e carências foram sendo dilatados em paralelo à elevação dos valores dos descontos sobre os valores referentes aos juros.

Deve-se destacar também que o Pronaf passou por constantes ajustes, com o objetivo de corrigir a

forte concentração dos recursos do programa na Região Sul do país, verificada nos seus primeiros anos de existência. Pode-se afirmar que atualmente há uma melhor distribuição dos recursos financeiros,

Pode-se afirmar que atualmente há uma melhor distribuição dos recursos financeiros, tanto entre as regiões brasileiras quanto entre os diferentes níveis de renda dos agricultores familiares

tanto entre as regiões brasileiras quanto entre os diferentes níveis de renda dos agricultores familiares (SCHNEIDER et al., 2004).

A partir de 2003, o volume de crédito do Pronaf é ampliado e o programa alcança uma dimensão nacional.

Além do aumento do número de contratos em termos absolutos, observa-se também o crescimento do número de contratos para investimento em relação ao número de contratos para custeio. O Pronaf estende-se para a comercialização (estoque, compra de colheita e alimentos, garantia de preços mínimos), para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e para o seguro agrícola (SABOURIN; TONNEAU, 2007).

Mesmo após uma década da criação do Pronaf, não havia ainda uma legislação para normatizar e estabelecer diretrizes para a formulação de uma política nacional para agricultura familiar. Somente em 24 julho de 2006, é promulgada a Lei nº 11.326, que conceituou e estabeleceu princípios e instrumentos para a agricultura familiar. Nessa lei são considerados Agricultores Familiares (AF) e empreendedores familiares rurais aqueles que praticam atividades no meio rural e que, simultaneamente: a) não detêm área superior a quatro módulos fiscais; b) utilizam, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; c) detêm percentual mínimo de renda familiar proveniente das atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; d) dirigem seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. São também beneficiários dessa lei os aquicultores, sivilcultores, extrativistas, integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas, demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2006).

Atualmente podem ser classificadas como beneficiárias do Pronaf pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural, estando segmentadas nas seguintes categorias: **1) Grupo A** – AF assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); **2) Grupo B** – AF que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses não superior a R\$ 20 mil e que não contratem trabalhador assalariado permanente; **3) Grupo A/C** – AF assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado a primeira operação no Grupo A e não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no Grupo A/C; **4) demais agricultores familiares** enquadrados segundo estratos de renda (que explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas, e que residam na propriedade ou em povoado próximo); **5) e também** os aquilcultores, sivilcultores, extrativistas, integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas, demais povos e comunidades tradicionais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostra que o público potencial da política de crédito do Pronaf é bastante significativo, abrangendo 78,89% do total de estabelecimentos (familiares e não familiares) e 93,5% do total de estabelecimentos familiares (4.366.267), e é constituído, principalmente, por AF do Grupo B (59%), que representam mais de 2,4 milhões de estabelecimentos familiares. Vale destacar que 51% do total destes estabelecimentos estão localizados, majoritariamente, na Região Nordeste. O estudo também mostrou que a “distribuição espacial dos diferentes grupos de agricultores ‘pronafianos’ apresenta peculiaridades regionais marcantes”, o

Grupo A e o Grupo B são os mais representativos na Região Nordeste, com 212.091 (39,36%) e 1.567.863 (64,89%) estabelecimentos, respectivamente. Ou seja, está no Nordeste o maior número

de AF com baixo nível de renda (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013, p. 24).

Ainda considerando o mesmo estudo, na análise por unidade federativa, percebe-se que os dois estados brasileiros com maior número de potenciais beneficiários da linha do Pronaf B são a Bahia e o Ceará, com, respectivamente, 20,59% (497.489) e 10,52% (254.062) dos estabelecimentos do país.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstram que os estabelecimentos familiares do Grupo B conformam um grande contingente populacional e que, na Região Nordeste, em torno de 4,2 milhões de pessoas estavam ocupadas nas pequenas propriedades pertencentes aos mais pobres agricultores familiares. Deste total, 1,3 milhão estava concentrado apenas na Bahia (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013).

Como mostram os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), há um grande número de agricultores familiares, enquadrados no Pronaf B, vivendo em pequenas propriedades, com baixo nível de renda, de escolaridade e de qualificação profissional, além de dificuldades no acesso às políticas públicas. Assim, considerando-se esse quadro de pobreza multidimensional, não basta cobrar taxa de 0,5% a.a., há a necessidade de ampliação e integração de políticas públicas estruturantes, tais como infraestrutura rural, reforma agrária, assistência técnica, educação rural, acesso a mercados institucionais, dentre outras.

A agricultura familiar apresenta realidade complexa, e, com o intuito de se adequar a essa reali-

dade, o programa vem sendo adaptado, contando atualmente com diversas linhas de crédito (17) e baixas taxas de juros. Recentemente foi aprovada uma nova linha de crédito de investimento, o Pronaf produtivo orientado, para os agricultores familiares das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A novidade é que, nessa linha de crédito, a liberação do recurso é vinculada à prestação da ATER. Os limites por beneficiário estão dentre os valores mínimos de R\$ 18 mil e máximos de R\$ 40 mil, por operação, por ano agrícola, com juros de 1% ao ano. Essa nova linha de crédito já está liberada a partir da safra 2014/2015 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Outra mudança significativa é o crescimento do volume de recurso. Ao comparar o volume de recurso liberado para a safra 2002/2003 com o Plano Safra 2014/2015, constata-se que o valor é dez vezes maior do que o contratado há 12 anos, com um salto de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 24,1 bilhões, 14,7% superior ao da safra passada, 2013/2014 (BRASIL, 2014).

O Pronaf na Bahia: evolução e distribuição espacial

Conforme já abordado, a agricultura familiar constitui um segmento de grande representatividade na agropecuária baiana, tornando o estado um *locus* privilegiado para análise do Pronaf. Neste sentido, o exame do comportamento temporal e espacial, relativo ao número de contratos de beneficiários deste programa e dos valores totais aplicados no estado, apresenta-se como importante contribuição para um diagnóstico desta política pública.

Os gráficos 1 e 2, que mostram a evolução dos recursos do Pronaf para o período 2002/2012, ilustram, em termos agregados, uma expansão tanto do número de contratos quanto do volume de recursos do Pronaf no estado, registrando uma taxa média anual de crescimento de 12% e 9%, respectivamente. Entretanto, a evolução observa-

da entre os dois anos da série não foi uniforme, tanto do ponto de vista temporal como espacial. No que tange à análise temporal, observa-se uma significativa expansão até o ano de 2006, quando o número de contrato e o volume atingem o nível mais alto do período, apresentando retração nos anos seguintes e culminando com 94.148 contratos no ano agrícola 2008/2009, ante os 292.462 contratos realizados em 2005/2006. A partir de 2010 há uma recuperação, atingindo, em 2012, 155.756 contratos, totalizando R\$ 402.820.683,00 em valor aplicado.



Gráfico 1
Evolução do número de contratos do Pronaf Bahia

Fonte: Banco Central do Brasil (2014a).

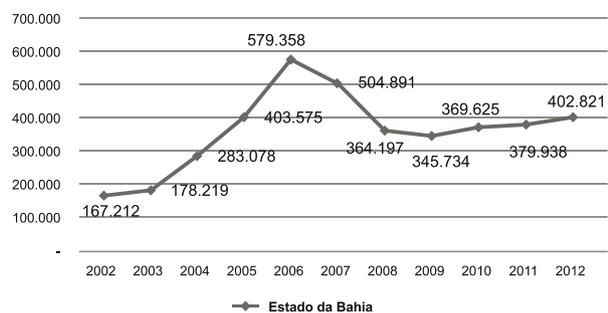


Gráfico 2
Evolução do valor a preços reais de 2012 do Pronaf - Bahia (R\$ 1 mil)

Fonte: Banco Central do Brasil (2014a).

O destaque para o ano 2006 ocorre em razão da divulgação dada ao programa, por meio da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), dos sindicatos locais e também devido à garantia de preços mínimos estipulada pelo governo federal, o que leva os agricultores baianos a procurarem o

crédito. Já no que tange à retração, a inadimplência dos municípios baianos, impedindo-os de contratarem novos financiamentos, constitui-se uma das possíveis causas dessa redução, aliada à própria conjuntura no plano nacional que também apresenta retração do Pronaf. Neste último caso, conforme Pires (2013), a retração decorre da preocupação do segundo governo Lula em manter – em especial, antes de 2008 – uma política econômica conservadora marcada por restrição fiscal e orçamentária, reduzindo os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o Pronaf, o que acaba restringindo a base do público que efetivamente demandava recursos financeiros deste programa. Adiciona-se, neste contexto, a redução da liquidez em função do choque norte-americano do subprime (2008) que contamina, no primeiro momento, entre setembro e dezembro de 2008, a formação de expectativas dos agentes econômicos, favorecendo, assim, o empoçamento da liquidez no sistema bancário nacional, o qual não foi distribuído conforme a programação do pacote de safra da época, para os agricultores familiares, até o final de 2008. Já com a entrada do Estado na cena econômica, a partir de janeiro de 2009, via bancos públicos federais, houve um aumento da liquidez que incrementou o crédito em geral e o Pronaf em específico. Ressalta-se, para o caso baiano, o esforço por parte do governo estadual para a renegociação das dívidas com vistas à redução da inadimplência².

A redução dos valores médios aplicados no estado, saindo de R\$ 3.200,00, em 2002, para

Apesar desta evolução, a Bahia encontra-se numa situação aquém de suas potencialidades, já que concentra o maior número de estabelecimentos agrícolas familiares do país

R\$ 2.586,00, em 2012, aponta que, em grande medida, a expansão do Pronaf no estado está associada à modalidade Pronaf B, na qual se concentra grande parte do público potencial do Pronaf no estado, constituindo-se em um grupo com elevada vulnerabilidade em termos econômicos e sociais.

No que tange à participação do estado no Brasil, o número de contratos realizados apresenta uma evolução positiva e bastante significativa, saindo de apenas 6%, em 2002, para cerca de 10% em 2012; já em termos de valor, esta participação caiu de 4% para 3%, corroborando com a concentração no estado da realização de contratos menores, característicos da modalidade Pronaf B. Apesar desta evolução, a Bahia encontra-se numa situação aquém de suas potencialidades, já que concentra o maior número de estabelecimentos agrícolas familiares do país (15%).

Sob o ponto de vista espacial, o crescimento dos contratos e valores aplicados, embora diferenciado, ocorre na maioria dos 27 territórios do estado, à exceção do Velho Chico e da Bacia do Rio Corrente, que apresentam queda nos valores aplicados entre os dois anos da série, o que se explica, em grande medida, pelo elevado nível de inadimplência verificado nestes territórios. Salienta-se que apenas cinco, dos 27 territórios que apresentam expansão no volume aplicado, registram crescimento inferior à média estadual. Por sua vez, destaca-se um grande dinamismo nos valores aplicados nos territórios de Piemonte da Diamantina (11.631%), Bacia do Jacuípe (5.547%), Piemonte do Paraguaçu (1.264%), Médio Rio de Contas (972%), e Portão do Sertão (570%). Sob o ponto de vista do número de contratos além destes territórios elencados, cabe registrar o excelente desempenho dos territórios de Irecê (2.097%), Chapada Diamantina (805%), Litoral Sul (738%), Vale do Jequiriça (694%) e Baixo Sul (660%).

² Em outubro de 2009 foi sancionada pelo Governador da Bahia a Lei nº 11.611, intitulada popularmente de "Lei da Renegociação do PRONAF". O conteúdo mais importante consta no primeiro artigo o qual autoriza o Tesouro do Estado, através do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico- FUNDESE, a assumir o custo de até 1% (um por cento) do saldo das operações contratadas no âmbito do PRONAF, classes A e B, junto ao Banco do Brasil S.A e ao Banco do Nordeste S.A. Com isso, o agricultor em situação de inadimplemento com o programa que quisesse renegociar teria o pagamento mínimo exigido pelo Governo Federal de 1% da dívida paga pelo Governo Estadual.

Tabela 7
Taxa de crescimento e variação do número de contratos do Pronaf – Bahia e territórios – 2002-2012

Território	2002	2012	Var. 2012/ 2002	Taxa de crescimento 2012/2002
Bacia do Rio Corrente	4.232	5.867	39%	3%
Bacia do Rio Grande	4.087	4.674	14%	1%
Costa do Descobrimento	514	1.239	141%	9%
Extremo Sul	1.147	4.764	315%	15%
Sertão do São Francisco	1.763	8.418	377%	17%
Bacia do Jacuípe	260	9.086	3395%	43%
Bacia do Paramirim	905	3.393	275%	14%
Chapada Diamantina	997	9.019	805%	25%
Irecê	348	7.646	2097%	36%
Itaparica	297	1.626	447%	19%
Médio Rio de Contas	80	2.108	2535%	39%
Médio Sudoeste da Bahia	219	1.509	589%	21%
Piemonte da Diamantina	17	3.721	21788%	71%
Piemonte do Paraguaçu	366	6.803	1759%	34%
Piemonte Norte do Itapicuru	487	3.643	648%	22%
Portal do Sertão	249	5.114	1954%	35%
Semiárido Nordeste II	8.363	12.408	48%	4%
Sertão Produtivo	6.549	8.464	29%	3%
Sisal	1.542	11.097	620%	22%
Vale do Jiquiriçá	646	5.131	694%	23%
Velho Chico	10.666	6.863	-36%	-4%
Vitória da Conquista	2.506	9.258	269%	14%
Baixo Sul	654	4.972	660%	22%
Litoral Norte e Agreste Baiano	2.545	5.778	127%	9%
Litoral Sul	610	5.111	738%	24%
Metropolitano de Salvador (1)	19	216	1037%	31%
Recôncavo	1.644	7.838	377%	17%
Estado da Bahia	51.693	155.766	201%	12%

Fonte: Banco Central do Brasil (2014a, 2014b).

(1) Para esse território, no ano de 2002, o número de contratos foi igual a zero; para não ocorrer erro na taxa de crescimento foi adotado o número de contratos de 2003.

No que tange à distribuição territorial do Pronaf no estado, ao tempo em que se observa uma concentração em poucos territórios, registra-se uma tendência à desconcentração. Em 2002, apenas quatro territórios (Velho Chico, Semiárido Nordeste II, Sertão Produtivo e Bacia do Rio Corrente) concentram 50% do volume aplicado, sendo que os três primeiros abarcam 49% do número de contratos. Já em 2012, o número de territórios que concentra 50% do volume aplicado amplia-se para oito. Destaca-se, nesta evolução, o Território

de Identidade Bacia de Jacuípe, que passa de uma participação de 0,03% para 7% do total de valor aplicado no estado. De qualquer forma, a despeito deste movimento de desconcentração, a distribuição dos recursos do Pronaf no estado ainda se mostra bastante assimétrica, mantendo-se, portanto, o desafio desta política pública – ou em conjunto com outras políticas – em reduzir as disparidades econômica e social entre os agricultores e melhorar a condição de vida de grande parte população rural baiana.

Tabela 8
Taxa de crescimento e variação dos valores reais tendo como base o ano de 2012 do
Pronaf – Bahia e territórios – 2002-2012

Território	2002	2012	Var. 2012/ 2002	Taxa de crescimento 2012/2002
Bacia do Rio Corrente	9.475.832	17.896.197	89%	7%
Bacia do Rio Grande	15.507.518	14.015.082	-10%	-1%
Costa do Descobrimento	2.555.875	8.053.132	215%	12%
Extremo Sul	6.854.703	19.232.194	181%	11%
Sertão do São Francisco	5.990.420	20.854.572	248%	13%
Bacia do Jacuípe	465.004	26.259.764	5547%	50%
Bacia do Paramirim	1.357.602	8.040.699	492%	19%
Chapada Diamantina	4.137.933	22.105.484	434%	18%
Irecê	2.457.344	14.377.120	485%	19%
Itaparica	1.368.530	4.138.401	202%	12%
Médio Rio de Contas	605.950	6.498.464	972%	27%
Médio Sudoeste da Bahia	2.564.739	8.724.780	240%	13%
Piemonte da Diamantina	54.057	6.341.702	11631%	61%
Piemonte do Paraguaçu	946.707	12.913.337	1264%	30%
Piemonte Norte do Itapicuru	1.891.126	6.697.155	254%	13%
Portal do Sertão	1.152.996	7.725.932	570%	21%
Semiárido Nordeste II	25.344.563	35.507.575	40%	3%
Sertão Produtivo	12.135.750	26.276.258	117%	8%
Sisal	8.375.536	21.089.620	152%	10%
Vale do Jiquiriçá	3.141.356	11.125.461	254%	13%
Velho Chico	31.044.985	23.560.547	-24%	-3%
Vitória da Conquista	5.816.920	26.308.672	352%	16%
Baixo Sul	3.424.221	14.447.368	322%	15%
Litoral Norte e Agreste Baiano	8.456.534	16.451.222	95%	7%
Litoral Sul	2.553.730	12.551.692	392%	17%
Metropolitano de Salvador ⁽¹⁾	35.280	416.205	1080%	32%
Recôncavo	9.532.051	11.212.051	18%	2%
Estado da Bahia	167.211.982	402.820.683	141%	9%

Fonte: Banco Central do Brasil (2014a, 2014b).

(1) Para esse território, no ano de 2002, o número de contratos foi igual a zero; para não ocorrer erro na taxa de crescimento foi adotado o valor do ano de 2003.

De modo geral, a despeito dos limites apontados no desempenho do Pronaf, é possível inferir que o programa tem apresentado um bom desempenho no estado, especialmente ao atingir um número significativo de agricultores de baixa renda, enquadrados no Pronaf B, historicamente alijados do acesso às políticas de crédito rural do país e que encontram nesta linha de crédito sua principal fonte de financiamento.

Tabela 9				
Participação do número de contratos do Pronaf – 2002/2012				
Território	2002	%	2012	%
Bacia do Rio Corrente	4.232	8%	5.867	4%
Bacia do Rio Grande	4.087	8%	4.674	3%
Costa do Descobrimento	514	1%	1.239	1%
Extremo Sul	1.147	2%	4.764	3%
Sertão do São Francisco	1.763	3%	8.418	5%
Bacia do Jacuípe	260	1%	9.086	6%
Bacia do Paramirim	905	2%	3.393	2%
Chapada Diamantina	997	2%	9.019	6%
Irecê	348	1%	7.646	5%
Itaparica	297	1%	1.626	1%
Médio Rio de Contas	80	0%	2.108	1%
Médio Sudoeste da Bahia	219	0%	1.509	1%
Piemonte da Diamantina	17	0%	3.721	2%
Piemonte do Paraguaçu	366	1%	6.803	4%
Piemonte Norte do Itapicuru	487	1%	3.643	2%
Portal do Sertão	249	0%	5.114	3%
Semiárido Nordeste II	8.363	16%	12.408	8%
Sertão Produtivo	6.549	13%	8.464	5%
Sisal	1.542	3%	11.097	7%
Vale do Jiquiriçá	646	1%	5.131	3%
Velho Chico	10.666	21%	6.863	4%
Vitória da Conquista	2.506	5%	9.258	6%
Baixo Sul	654	1%	4.972	3%
Litoral Norte e Agreste Baiano	2.545	5%	5.778	4%
Litoral Sul	610	1%	5.111	3%
Metropolitano de Salvador (1)	19	0%	216	0%
Recôncavo	1.644	3%	7.838	5%
Estado Bahia	51.693	100%	155.766	100%

Fonte: Banco Central do Brasil (2014a, 2014b).

(1) Para esse território, no ano de 2002, o número de contratos foi igual a zero; para não ocorrer erro na taxa de crescimento foi adotado o número de contratos de 2003.

Tabela 10
Participação dos valores reais tendo como base o ano de 2012 do Pronaf – 2002/2012

Território	2002	%	2012	%
Bacia do Rio Corrente	9.475.832	6%	17.896.197	4%
Bacia do Rio Grande	15.507.518	9%	14.015.082	3%
Costa do Descobrimento	2.555.875	2%	8.053.132	2%
Extremo Sul	6.854.703	4%	19.232.194	5%
Sertão do São Francisco	5.990.420	4%	20.854.572	5%
Bacia do Jacuípe	465.004	0%	26.259.764	7%
Bacia do Paramirim	1.357.602	1%	8.040.699	2%
Chapada Diamantina	4.137.933	2%	22.105.484	5%
Irecê	2.457.344	1%	14.377.120	4%
Itaparica	1.368.530	1%	4.138.401	1%
Médio Rio de Contas	605.950	0%	6.498.464	2%
Médio Sudoeste da Bahia	2.564.739	2%	8.724.780	2%
Piemonte da Diamantina	54.057	0%	6.341.702	2%
Piemonte do Paraguaçu	946.707	1%	12.913.337	3%
Piemonte Norte do Itapicuru	1.891.126	1%	6.697.155	2%
Portal do Sertão	1.152.996	1%	7.725.932	2%
Semiárido Nordeste II	25.344.563	15%	35.507.575	9%
Sertão Produtivo	12.135.750	7%	26.276.258	7%
Sisal	8.375.536	5%	21.089.620	5%
Vale do Jiquiriçá	3.141.356	2%	11.125.461	3%
Velho Chico	31.044.985	19%	23.560.547	6%
Vitória da Conquista	5.816.920	3%	26.308.672	7%
Baixo Sul	3.424.221	2%	14.447.368	4%
Litoral Norte e Agreste Baiano	8.456.534	5%	16.451.222	4%
Litoral Sul	2.553.730	2%	12.551.692	3%
Metropolitano de Salvador ⁽¹⁾	35.280	0%	416.205	0%
Recôncavo	9.532.051	6%	11.212.051	3%
Estado Bahia	167.211.982	100%	402.820.683	100%

Fonte: Banco Central do Brasil (2014a, 2014b).

(1) Para esse território, no ano de 2002, o número de contratos foi igual a zero; para não ocorrer erro na taxa de crescimento foi adotado o número de contratos de 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Censo Agropecuário de 2006 mostra que o estado da Bahia concentra o maior número de estabelecimentos familiares do Brasil (665.831) e que, aproximadamente, 87% dos estabelecimentos agropecuários do estado são familiares, sendo ainda responsáveis por 81% do pessoal ocupado no setor agropecuário estadual. Esses dados evidenciam a importância e a representatividade do segmento na agropecuária baiana, tornando a Bahia um importante campo de análise do Pronaf. Dessa forma, analisar o comportamento temporal e espacial relativo ao número de contratos de beneficiários e dos valores totais aplicados deste programa no estado apresenta-se como importante contribuição para o exame desta política pública.

Os avanços registrados pelo Pronaf nos últimos anos estão diretamente relacionados às mudanças implementadas no programa, tanto institucionais como financeiras, que foram melhoradas progressivamente, as quais deram maior capilaridade às diversas modalidades de crédito e tipos de financiamento aos agricultores familiares brasileiros. Estudos realizados sobre o tema apontam que o volume de recursos vem aumentando gradativamente, ou seja, um maior número de agricultores familiares, considerando-se as diversas realidades da agricultura familiar, tem acesso ao crédito.

A análise dos dados que mostram a evolução dos recursos do Pronaf para o período 2002/2012 revela uma expansão tanto do número de contratos quanto do volume de recursos do Pronaf no estado, registrando uma taxa média anual de crescimento de 12% e 9%, respectivamente. Entretanto, a evolução observada entre os dois anos da série não é uniforme, tanto do ponto de vista temporal como espacial. No que tange à análise temporal, observa-se uma significativa expansão até o ano de 2006, quando o número de contrato e volume atinge seu nível mais alto do período, apresentando retração nos anos seguintes, culminando em 94.148 contratos no ano agrícola 2008/2009 ante os 292.462 contratos rea-

lizados em 2005/2006. A partir de 2010 há uma recuperação, atingindo, em 2012, 155.756 contratos, totalizando R\$ 402.820.683,00 em valor aplicado.

No que tange à distribuição dos recursos do Pronaf no estado, embora se registre movimento de desconcentração, o programa ainda se mostra bastante assimétrico, mantendo-se, portanto, o desafio desta política pública em ampliar o acesso aos agricultores nos diversos territórios do estado, reduzindo as disparidades econômica e social entre os segmentos produtivos e as regiões baianas.

De modo geral, a despeito dos limites apontados no desempenho do Pronaf, é possível inferir que o programa tem apresentado um bom desempenho no estado, especialmente ao atingir um número significativo de agricultores de baixa renda, enquadrados no Pronaf B, historicamente alijados do acesso às políticas de crédito rural do país e que encontram nesta linha de crédito sua principal fonte de financiamento.

REFERÊNCIAS

ANJOS, F. S. dos et al. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-548, jul./set. 2004.

AVENA, Armando (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002.

BAHIA. Lei nº 11.611 de 01 de outubro de 2009, Institui medidas de estímulo à renegociação de dívidas oriundas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Governo Estado da Bahia, Casa Civil. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php>>. Acesso em: ago. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: 10 ago. 2014a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural. Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro. Divisão de Acompanhamento e Controle das Operações Rurais e das Exigibilidades do Crédito Rural. *Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR)*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/html/CreditoRural>>. Acesso em: 8 ago. 2014b.

- BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Nova linha de crédito do Pronaf terá assistência técnica obrigatória*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/nova-linha>>. Acesso em: 18 ago. 2014.
- CARVALHO JUNIOR, C. V. de. Economia baiana – evolução recente. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador n. 70. mar. 2000.
- CARVALHO JUNIOR, C. V. de; COUTO FILHO, V. A.; MACHADO, G. B. Atualidades, perspectivas e desafios para o espaço rural baiano. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia, 2000*. Salvador: SEI, 1999.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006: agricultura familiar: primeiros resultados: Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1995-96. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- COUTO FILHO, V. A. Agropecuária baiana: transformações e impactos. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 4, p. 835-848, mar. 2004.
- COUTO FILHO, V. A. (Coord.). *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999. (Série estudos e pesquisas, 42).
- FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M.; MARQUES, V. P. M. de A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção agrícola municipal*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Caracterização do público potencial do Pronaf "B" na Região Nordeste e no Estado de Minas Gerais: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006.*, Brasília, 2013. 70p. (Relatório de pesquisa).
- LEITE, S. P. et al. Uma análise do contexto institucional e do financiamento das políticas públicas rurais. In: AVENA, A. (Org.). *Bahia: temas estratégicos – subsídios para a formulação de políticas públicas*. Salvador: SEPLANTEC, 2006.
- PEDREIRA, M; SOUZA, D. *O Pronaf e as perspectivas para a agricultura familiar baiana*. In: AVENA, A. (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC/SPE, 2002.
- PIRES, M. J. de S. *Contradições em processo: um estudo da estrutura e evolução do Pronaf de 2000 a 2010*. Brasília: IPEA, 2013. (Texto para discussão, 1914).
- SABOURIN, E.; TONNEAU, J. P. (Org.). *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 322 p.
- SANTOS, N. *A inadimplência no microcrédito do Pronaf: o caso do município de Barra*. 2009. 182f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)–Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SCHNEIDER, S. et al. *Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf*. Porto Alegre: [s.n.], 2004. 20 p.
- SILVA, A. G. da. O nordeste rural e as novas dinâmicas de ocupações: a heterogeneidade regional. In: SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, Campinas, SP. *Anais...* Campinas, SP: UNICAMP, out. 2001. 11 p.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Especialização da agricultura e organização do espaço agrícola no Estado da Bahia*. Salvador: SEI, 2001. (Série estudos e pesquisas, 54).
- UDERMAN, S.; MENEZES, V. O novo ciclo de industrialização na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *A indústria baiana nos anos 90*. Salvador: SEI, 1998. (Série estudos e pesquisas, 37).
- VIANA, J. A. S. Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13. n. 4, p. 851-867, mar. 2004.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 6 de outubro de 2014.

Microcrédito rural: um estudo de caso sobre o funcionamento do Pronaf B no município de Crisópolis, na Bahia

*Claudineia Barreto Mendes**

*Ivanessa Thaiane do Nascimento Cavalcanti***

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
claudineiabarreto@hotmail.com

** Especialista em Gestão de Agronegócios e Finanças pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e mestranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ivanessatnc@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa a política de microcrédito rural no município de Crisópolis (BA). A metodologia utilizada compreende um estudo de campo realizado com os agricultores familiares que foram beneficiados com recursos oriundos do Pronaf B, no ano de 2011. O objetivo desta análise é verificar o resultado do programa, identificando possíveis falhas, tanto por parte dos agricultores participantes deste, quanto as relacionadas ao programa em relação à capacitação e à assistência ao agricultor. Com este estudo pode-se perceber que a operacionalização do crédito, pelo BNB, não ocorre de forma assistida. O acompanhamento do programa é realizado através de sorteios, privilegiando poucos agricultores. Sob a óptica dos entrevistados, houve melhorias nas suas condições de vida, percebidas pelo retorno financeiro no investimento dos recursos.

Palavras-chave: Crisópolis. Desenvolvimento rural. Eficiência. Agricultura familiar. Pronaf B. Microcrédito rural.

Abstract

This paper examines the politics of rural microcredit in the municipality of Crisópolis, Bahia. The methodology comprises a field study conducted with farmers who have benefited from the Pronaf B funds, in 2011. The purpose of this analysis is to check the result of the program, identifying possible failures both by farmers participating in the program and the ones related to the role of the program that tackles training and assistance to the farmer. This study shows that the credit operation performed by BNB does not provide assistance. The program is monitored through raffles, favouring few farmers. From the perspective of the respondents there were improvements in their living conditions, perceived by financial returns on the resource investment.

Keywords: Crisópolis. Rural development. Efficiency. Family farming. Pronaf B. Rural microcredit.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas em favor da agricultura familiar surgiram em decorrência das transformações ocorridas no contexto macroeconômico da reforma do Estado. Os principais fatores que motivaram o desenvolvimento de tais políticas foram a necessidade de intervenção estatal ante o quadro de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais.

Diante da miséria e da violência nas grandes cidades, a sociedade urbana passou a apoiar políticas de valorização do meio rural que, aliadas à formulação de políticas destinadas à agricultura brasileira, diante da grande diversidade regional e fundiária registrada no país, semearam um campo propício para transformações. Tais políticas têm como principal objetivo a minimização dos indicadores de desigualdades regionais e, para que isso aconteça, as regiões mais atrasadas, econômica e socialmente, devem contar com a presença de agentes e organismos estatais.

A existência de projetos destinados a esse segmento constitui uma forma de reconhecimento público da enorme dívida social para com os agricultores demandantes de recursos sociais, como: educação, energia elétrica, assistência médica, estradas, dentre outros. Políticas públicas que visam ao fortalecimento da agricultura familiar são justificadas pelos dados quantitativos, pelos produtos produzidos e pelo tamanho da área ocupada. A importância destas políticas é ainda maior quando criam oportunidades de trabalho local, reduzindo o êxodo rural, diversificando a atividade econômica e promovendo o desenvolvimento de pequenos municípios.

Estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), entre 1996 e 1999, baseados na metodologia de sistemas agrários desenvolvidos pela escola francesa de estudos agrários, vêm permitindo melhorar

a compreensão da lógica e da dinâmica das unidades familiares nas diversas regiões do país. Segundo esse estudo, a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras e à disponibilidade de infraestrutura.

Este artigo é um estudo sobre os mecanismos de funcionamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B), no município de Crisópolis (BA), a partir dos resultados desse programa, sob a ótica de seus beneficiados. A percepção destes em relação ao Pronaf B ocorre a partir de sua vida enquanto agricultor familiar, buscando avaliar o funcionamento do programa. Nesse sentido, entende-se que estes agricultores familiares possuem uma visão de mundo peculiar sobre sua realidade e, em especial, sobre os processos que se desenvolvem ao seu redor, a exemplo dos fins destinados aos recursos oriundos do Pronaf B.

A pesquisa de campo no referido município consta de uma fase exploratória que se constitui da coleta de dados, do levantamento bibliográfico e da análise dos dados adquiridos. O artigo divide-se em cinco seções: a primeira contém a introdução; a segunda apresenta os aspectos relevantes da agricultura familiar no país e uma breve abordagem teórica, além de uma revisão de literatura do Pronaf B, focando o município analisado; a seção três apresenta o estudo de caso e a metodologia utilizada; a quarta seção apresenta os resultados, e, por fim, a quinta seção refere-se às considerações finais.

AGRICULTURA FAMILIAR

Durante quase quatro séculos, a economia brasileira esteve voltada para a exportação e a satisfação dos consumidores europeus. A agricultura, desde a colonização do país, foi estruturada pela *plantation*. Este é um conceito genérico que engloba situações específicas e particulares, principalmente ao ser entendido como uma agricultura em que a unidade familiar é proprietária dos meios de

produção, assumindo o trabalho no estabelecimento produtivo. Por conseguinte, a tradicional agricultura camponesa vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar fundada sobre a relação de propriedade, trabalho e família (WANDERLEY, 1999, p. 23).

A agricultura familiar, como expressão, entrou no cenário político no início dos anos 90. Até então, o agrupamento de estabelecimentos de menor escala vinha sendo designado sob várias denominações como minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência, agricultores de baixa renda ou camponeses. Regionalmente podem ser designados como lavradores, no Nordeste, ou colonos, no Sul do país.

O nascimento da expressão agricultura familiar correlaciona-se com a assinatura do Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991, e com as ações político-sindicais comandadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), contando também com a participação do antigo departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o qual originou a atual Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Com a assunção de Itamar Franco à presidência do Brasil em 1992, a central sindical entendeu que deveriam ser realizados maiores esforços para que os pequenos produtores recebessem apoio governamental. No ano seguinte, em um seminário sobre política agrícola em Belo Horizonte, uma técnica em extensão rural mineira foi quem, pela primeira vez, insistiu na expressão agricultura familiar (NAVARRO, 2009, p. 193).

Schneider, Mattei e Cazella (2004, p. 2) acreditam que, a partir dessa união dos movimentos sindicais, os trabalhadores rurais passaram a se organizar e a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, proveniente do acordo Mercosul.

Assim, a expressão agricultura familiar surgiu concomitante a este acordo e das ações políticas decorrentes deste. Posteriormente, a expressão agricultura familiar ganhou legitimidade acadêmica quando cientistas sociais passaram a utilizá-la. Essa mesma comunidade acadêmica se designa criadora da expressão.

Segundo Bastos (2006, p. 65), o termo agricultura familiar surgiu em 1991, com a tese de doutorado de Ricardo Abramovay, e foi reforçado, em 1994, por José Eli da Veiga, num estudo realizado para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O mesmo autor ainda afirma que alguns consideram a agricultura familiar como uma criação do Estado, transposta para o Brasil num esforço conjunto com os organismos internacionais para estabelecer diferenciação entre a agricultura patronal e os pequenos agricultores carentes de uma concepção política específica.

No entanto, há quem discorde da imposição do termo. Neves (2002, p. 137) argui que o termo classifica um segmento de produtores vinculados a um processo de redefinição de suas formas de integração. Devido a isto, os pesquisadores não podem utilizá-lo sem reconhecer os significados políticos e sociais vinculados. A autora considera que o uso da expressão proporcionou a construção de uma nova crença coletiva e integradora enquanto categoria nominal, assinalando a contraposição ao empresário rural produtivista, tecnicista e predador. Surge, por isso, a simplificação ou a ausência de explicações conceituais ou de reflexões.

A referida autora considera que o familiar torna-se conhecido a partir do surgimento dessa terminologia e, por consequência, estereotipado. O familiar, enquanto atributo de distinção, não pode explicar o que o distingue; este se organiza por vários critérios e princípios e acaba desconsiderando sua diferenciação nas diversas situações, já que os produtores que o englobam não são homogêneos.

A agricultura familiar, como expressão, entrou no cenário político no início dos anos 90

A categoria denota a diversidade que, por vezes, é expressa utilizando o plural – agricultores familiares. A autora ainda afirma que foram desprezadas as múltiplas situações pelas quais a atividade produtiva e as condições de integração são vividas e concebidas por quem as reproduz.

Portanto, trata-se de uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado para a construção de novas posições sociais mediante engajamento político. Por esse engajamento, a agricultura familiar torna-se concorrente na disputa por créditos e serviços sociais, na demanda de construção de mercados e cadeias de comercialização, na reivindicação de assistência técnica e de reconhecimento do protagonismo no processo de decisões políticas que lhe intervenham. Esse engajamento corresponde ao deslocamento de um segmento social de trabalhadores e produtores menos favorecidos, desprezados pelas políticas de investimentos destinadas à agricultura que privilegiavam a grande indústria agroexportadora.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006, p.1), são 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, definidos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Com base em Brasil (2011b, p.1) é agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades produtivas; c) ter renda familiar predominantemente originada dessas atividades; e d) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Dados da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) (BRASIL, 2007, p. 1) indicam que aproximadamente 85% das propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. De acordo com a SAF, 13,8 milhões de pessoas correspondem a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60%

dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) são produzidos por agricultores familiares.

O VBP representa uma estimativa da geração de renda do meio rural, revertendo-se em variável relevante para o acompanhamento do desempenho do setor como um todo. Na elaboração do VBP dos produtos agrícolas, utiliza-se sempre a última estimativa disponível de safra publicada pelo IBGE, disponibilizada ao público mensalmente pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Para os produtos da pecuária, que não têm sua produção estimada pelo IBGE, são utilizados dados obtidos junto a entidades de classe (ASEMG, AVIMIG, SILEMG e FAEMG)¹.

Os preços nominais dos produtos agrícolas e pecuários são coletados nos principais mercados do Estado e obtidos através de sindicatos, cooperativas, associações de produtores e centros de pesquisa, que fazem o levantamento dos dados. Posteriormente, estes são atualizados utilizando-se o último levantamento do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo Couto (2011, p. 1), calculado por hectare/ano, o VBP familiar atinge quase o dobro do VBP não familiar, mais precisamente R\$ 677,00 contra R\$ 388,00. Para o referido autor, isto indica que a agricultura familiar é mais intensiva em meios de produção e trabalho vivo. As principais características típicas dos agricultores familiares são identificadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2011b, p. 1): a independência relativa de insumos externos à propriedade e a produção agrícola condicionada às necessidades do grupo familiar.

¹ As siglas referem-se a: Associação dos Suinocultores do Estado de Minas Gerais (ASEMG), Associação de Avicultores de Minas Gerais (AVIMIG), Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais (SILEMG) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG).

Outras características associadas a esse tipo de agricultor: o uso de energia solar, animal e humana; a pequena propriedade; a força de trabalho familiar ou comunitária. Muitos chegam a apontar a agricultura familiar como referencial para um novo modelo de desenvolvimento rural de base sustentável e em consonância com as novas demandas ambientais do planeta.

Este estudo considera o agricultor que mantém suas tradições, porém adaptado e capacitado para as novas exigências da sociedade. Conforme Wanderley (1999, p. 52), não existe um modelo agrícola no padrão industrial. A agricultura brasileira possui um modelo fundamentado na gestão e trabalho da família, não separando o que é gestão do que é trabalho familiar, diferente de outros países que conseguem estruturar a produção agrícola em um padrão industrial.

Abramovay e Veiga (1999, p. 8) explicam que o modelo adotado pelo Brasil, o patronal, não foi o que prevaleceu em países desenvolvidos, como os Estados Unidos. A ocupação histórica do território norte-americano foi na unidade entre gestão e trabalho e a agricultura inteiramente baseada na estrutura familiar. Os referidos autores ressaltam que os países que mais prosperaram na agricultura foram justamente aqueles que tiveram como base a atividade familiar e não a patronal, enquanto que os países que dissociaram gestão e trabalho tiveram como resultado social mais desigualdade.

Vários segmentos da sociedade brasileira acreditam que o desenvolvimento dos territórios rurais depende da dinamização da agricultura familiar, da diversificação das economias, da capacidade de criação de ocupações geradoras de novas fontes de renda agrícola ou não agrícola. O IBGE assevera que a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte dos alimentos do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011, p. 1).

O Pronaf surge em 1996 como uma política específica de ação afirmativa voltada para a agricultura familiar

A desigualdade na distribuição de estabelecimentos e produção é marcante na agricultura familiar. A SAF, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, separa os agricultores em três grupos: capitalizados; descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado; e residentes no espaço rural, assalariados agrícolas e não agrícolas com produção agropecuária voltada quase que exclusivamente ao autoconsumo. (AGRICULTURA..., 2011, p. 1).

O primeiro grupo é responsável por algo em torno de 71% do valor da produção familiar. O segundo grupo responde por cerca de 19%, e o terceiro produz apenas 10% de todo o valor da produção familiar. Ou seja, uma grande parcela dos agricultores não está inserida no mercado e sua produção é, no máximo, suficiente para a sobrevivência. (AGRICULTURA..., 2011, p. 1).

O Pronaf: uma revisão da literatura e alguns conceitos básicos

O Pronaf surge em 1996 como uma política específica de ação afirmativa voltada para a agricultura familiar, resultado de lutas históricas dos trabalhadores rurais por um programa diferenciado para a categoria e de vários estudos elaborados pelo convênio INCRA/FAO que apontaram a multifuncionalidade e o potencial econômico da agricultura familiar no Brasil. Nesta abordagem, o conceito de multifuncionalidade representa um instrumento para se analisar a importância dos sistemas agrícolas e suas relações com outros setores da economia.

O Banco do Nordeste do Brasil (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010, p. 1), em conformidade com os princípios de desenvolvimento econômico e social que nortearam sua criação, é um dos agentes que operacionaliza este programa. Como forma de maximizar suas ações para o processo de

operacionalização, acompanhamento e orientação técnica aos agentes produtivos, o BNB desenvolve parcerias com empresas públicas e privadas, contando com o Ministério de Desenvolvimento Agrícola (MDA).

Segundo a definição do Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, p. 1), o Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas

mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entende-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

A característica fundamental do Pronaf é a interferência na matriz da distribuição de renda por meio da ampliação do acesso ao crédito formal à população que até então não tinha acesso (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2006, p. 1). Assim, esse programa de microcrédito rural objetiva expandir a capacidade do sistema financeiro, atingindo diversos segmentos, enfatizando o crédito, a poupança e o seguro. É uma provisão de serviços financeiros em escala menor para famílias tradicionalmente sem acesso a estes (NERI, 2008, p. 30).

O microcrédito é um instrumento de desenvolvimento econômico relativamente recente. As instituições e os programas de microcrédito são característicos de países em desenvolvimento, e tendem a fomentar os pequenos empreendimentos já estabelecidos, formais e informais, colocando à sua disposição linhas de crédito. Este programa tem por finalidade atender a uma camada de empreendimentos que está à margem ou sem acesso ao sistema financeiro, oferecendo-lhe garantias reais, gestão profissional, registros e controles definidos e transparentes que permitam uma análise do negócio como um todo.

O microcrédito é um instrumento de desenvolvimento econômico relativamente recente. As instituições e os programas de microcrédito são característicos de países em desenvolvimento

Conforme informa Silveira (2002, p. 208), a primeira experiência de sucesso na economia atual é a que foi desenvolvida em Bangladesh pelo economista Muhammad Yunus, que observou a situação

de exclusão de pequenos empreendedores e começou a fazer pequenos empréstimos a artesões e hoje preside a maior instituição de microcrédito do mundo, o Grameem Bank, possuindo mais de dois milhões de

clientes. Há também registro de programas de microcrédito desenvolvidos em vários países asiáticos, na República Dominicana e na Bolívia. O programa da Bolívia é um dos mais marcantes. O banco boliviano (Banco Sol) conseguiu, ao longo do tempo, tornar o crédito bancário atrativo para os produtores e hoje firma-se como uma grande instituição.

No Brasil, a primeira experiência ocorreu em 1975, quando foi fundada em Pernambuco a União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações (UNO), por iniciativa da *Acción International*², envolvendo entidades empresariais de Pernambuco e Bahia. Esta associação objetivava dar apoio aos microempreendedores do setor informal, com programas de crédito e capacitação, e desenvolveu uma base técnica sólida de análise de crédito voltada para o microempreendedor de baixa renda nesses dois estados brasileiros.

Constituíam-se de uma metodologia de microcrédito focalizada num público sem garantias reais e sem acesso ao crédito bancário e outros serviços, como capacitação e assistência técnica. Entretanto, o seu imediatismo como experiência piloto desencadeou uma crise na UNO e levou ao encerramento de suas atividades. O trabalho, a estrutura e a metodologia da UNO apresentavam características que só viriam a se consolidar a partir de 1980 (SILVEIRA, 2002, p. 208).

² A *Acción International* é uma organização privada sem fins lucrativos, com sede nos EUA que envolve uma rede de programas por toda a América Latina, os assessorando na metodologia de atuação e no desenvolvimento institucional.

Schneider, Mattei e Cazella (2004, p. 3) afirmam que, no Brasil, até o início da década de 90 não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura. Silveira (2002, p. 208) confirma este fato ao expor que, entre 1980 e 1990, foi consolidado o processo histórico marcado pela junção de experiências conduzidas, na maioria das vezes, por entidades não governamentais.

Belik (1999, p. 1) aponta que, durante o governo Itamar Franco em 1994, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) para viabilizar o financiamento à atividade agropecuária. Este programa utilizava recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, após dois anos, passou por modificações e ampliação, tanto em termos de concepção quanto em sua área de abrangência. Foi renomeado como Pronaf, institucionalizado pelo Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, e teve suas normas consolidadas pela Resolução 2.310, de 29 de agosto de 1996.

Contudo, no ano de 1996, somente as ações referente ao crédito de custeio foram disponibilizadas. Apenas em 1997 o programa teve sua área de atuação ampliada, compreendendo investimentos, infraestrutura e serviços municipais de capacitação e pesquisa (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 3). O período de criação do Pronaf coincidiu com um surto neoliberal e de implementação de políticas de Estado mínimo, cuja ideologia foi disseminada no Consenso de Washington³ (MACIEL, 2009, p. 55).

³ A expressão Consenso de Washington, chamada também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa conferência do *Institute for International Economics* (IIE), em Washington, Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina.

Os trabalhadores rurais acumulavam inúmeras frustrações no que diz respeito às iniciativas governamentais voltadas para o campo, provocando conflitos pela terra sob a liderança de organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura (Contag), que julgavam paliativos programas como o Pronaf diante da gravidade dos problemas no campo.

O objetivo do Pronaf concentra-se em fortalecer a agricultura familiar, financiando projetos de infraestrutura de produção e de serviços agropecuários e atividades rurais não agropecuárias, individuais ou coletivos, com o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e sua família ou assentados da reforma agrária, visando à geração de ocupação e renda (PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2009, p. 1).

As linhas de atuação operacional do Pronaf compreendem: crédito de custeio e investimento em atividades produtivas rurais; financiamento de infraestrutura e serviços aos municípios; capacitação, profissionalização e treinamento dos agricultores familiares; e financiamento de pesquisas e extensão rural para a geração e a transferência de tecnologias aos agricultores familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 3).

O Pronaf procura negociar e articular políticas e programas junto a órgãos governamentais; promover a capacitação dos agricultores para a gestão de sua propriedade rural; disponibilizar linhas de crédito adequadas às necessidades desses agricultores; favorecer a assistência técnica e tecnologias compatíveis às demandas desses trabalhadores; estimular a agregação de valor aos produtos e serviços das unidades produtivas de base familiar (PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2009, p. 1).

O Pronaf B: uma contextualização da realidade baiana

O foco deste artigo é a linha B do Pronaf para o estado da Bahia. O programa disponibiliza várias linhas de crédito para diferentes agentes da sociedade, atendendo os agricultores caracterizados a partir dos seguintes critérios: a) possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária); c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; d) utilizar mão de obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; e f) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 6.000,00 (PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2009, p. 1).

Schneider, Mattei e Cazella (2004, p.4) explicam que as fontes de recursos são oriundas do BNDES, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e promovem cerca de 80% dos recursos desde 1996 até hoje. As outras fontes de recursos são os Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), o Tesouro Nacional, o Orçamento Geral da União, os bancos cooperativos⁴ e exigibilidade bancária. A existência de operadores do Pronaf restringe-se ao Banco do Brasil e ao BNB.

Abramovay e Magalhães (2006, p. 2) ressaltam a importância do BNB para este programa, pois o banco não só atuou como organização financeira, mas também como agência de desenvolvimento voltada à difusão destes empréstimos, promovendo uma visível sinergia com os movimentos sociais e procurando sensibilizar os atores locais para a

importância da atribuição de crédito a populações de baixa renda. Na sua maioria, os empréstimos são feitos a indivíduos que não possuem qualquer relação formal com o sistema bancário, salvo – o que não é incomum – com o recebimento do Bolsa Família ou da aposentadoria.

Para Guanziroli (2007, p. 2), as liberações de recursos têm um custo para o Tesouro devido à necessidade de equalizar, com recursos do Orçamento, a diferença entre os juros cobrados aos beneficiários (entre 1% e 9% a.a) e a taxa básica de juros da economia (taxa SELIC). Abramovay e Magalhães (2006, p.2) afirmam que o crédito do Pronaf não chega ao agricultor de forma isolada; ao contrário, ele se apoia sobre um conjunto variado de organizações voltadas a permitir, ao mesmo tempo, seu acesso massificado e seu uso eficiente.

Os subsídios do Pronaf B apresentam-se de forma ambígua. Por um lado, o rebate por pontualidade no programa é um incentivo eficiente à adimplência, e, por outro lado, com um subsídio tão elevado, é impossível saber se a devolução dos recursos deve-se ao seu uso eficiente e ao seu poder de estimular a geração de renda, ou aos próprios mecanismos do subsídio (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2006, p. 3).

O programa busca, além de melhorar a organização produtiva das famílias, permitir que estas se beneficiem com os recursos. Para Abramovay e Magalhães (2006, p.6), o crédito deve ser fornecido para as famílias que possuam as mínimas condições para um uso produtivo deste e, assim, possam ultrapassar a linha da pobreza. A institucionalidade do Pronaf oscila entre o dilema da abrangência do programa e sua capacidade de prover um uso produtivo dos recursos que transfere. A mudança de metodologia de microcrédito através do Agroamigo, programa do BNB, é uma tentativa de enfrentar esse dilema.

Santos (2009, p. 120) explica que o Agroamigo é um projeto do BNB em parceria com o MDA cujo intuito é aumentar a produtividade do crédito

⁴ Os bancos cooperativos compreendem o Bansicredi com atuação nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e o Bancoob que atua em 14 estados brasileiros, ambos operam através de convênios com o Banco do Brasil.

destinado aos beneficiados do grupo B. Ao reduzir custos para o banco e para o cliente, o projeto objetiva desenvolver uma metodologia própria do Programa de Microcrédito Rural, garantir agilidade no processo de concessão do financiamento, expandir a abrangência do programa, estreitar a distância entre clientes e financiadora e melhorar a capacidade operacional.

O Banco do Nordeste do Brasil (2010, p. 1) informa que o Agroamigo tem por base a forte atuação e a presença local do assessor de microcrédito e sua capacidade de avaliação do cliente, considerando intenções e potencialidades que resultam na elaboração de propostas adequadas de crédito compatíveis com as necessidades de cada cliente. As contratações do Agroamigo pertencem ao Pronaf B. Todo Agroamigo é Pronaf B, mas a recíproca não é verdadeira.

Segundo informações divulgadas no site do MDA (BRASIL, 2010, p. 1) para acessar o microcrédito rural é preciso que a família rural possua a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é uma proposta simplificada de crédito e pode ser obtida com a ajuda do técnico da extensão rural ou do assessor de crédito. O único documento exigido do agricultor é o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Os agricultores familiares que financiam suas atividades produtivas por meio do microcrédito rural têm acesso à assistência técnica no âmbito das parcerias celebradas entre a SAF/MDA e as instituições públicas e organizações não governamentais de extensão rural. Na Bahia, o principal parceiro é a Empresa Bahiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). O objetivo é assegurar a ampliação do atendimento desses agricultores de forma gratuita e em concordância com a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Segundo Santos (2009, p. 115), as áreas de atuação da EBDA são: pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, classificação de produtos de origem vegetal, fomento em agropecuária e agroindustrialização com susten-

tabilidade para o estado da Bahia. A instituição possui gerências regionais que atuam como órgãos descentralizados de coordenação regional e são compostas por escritórios locais, postos avançados, estações experimentais, unidades de execução de pesquisas, laboratórios e centros de profissionalização de produtores.

O Pronaf B atende ao grupo B, que compreende agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00, visa ao investimento e tem por finalidade financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias, fornecendo crédito entre R\$ 2.500,00 e R\$ 7.500,00, com juros de 0,5% a.a., com bônus de adimplência de 25% aplicado em cada parcela, tendo o prazo de até dois anos e carência de até um ano (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010, p. 1).

Notadamente, eficiência para as instituições financeiras equivale a números baixos de inadimplência e, para tanto, é incansável o esforço do governo e dos bancos a fim de diminuir os municípios. O MDA criou, durante os últimos anos, meios legais para facilitar a quitação das dívidas mais antigas dos agricultores, com o propósito de que estes possam voltar a se beneficiar de novos empréstimos⁵.

Sobre o saldo das parcelas vencidas, foi concedido, na data da repactuação, um rebate (renegociação da dívida com desconto) de 8,2%, desde que se tratasse de operação contratada com encargos pós-fixados, sendo aplicada taxa efetiva de juros de 3% a.a. a partir da data de renegociação. Nas regiões do semiárido, o bônus de adimplência é de 35% sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento. Este bônus é um desconto dado ao agricultor que cumpre o pagamento de sua dívida junto à financiadora.

A Portaria SAF/MDA nº 105, de 23 de novembro de 2007, considera as disposições do Manual

⁵ Para mais detalhes, ver a Lei nº 11.322, promulgada em 13 de julho de 2006, artigos 01 e 02, e a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, artigos 69, 70, 71 e 72.

do Crédito Rural (MCR) ao tratar, no seu capítulo 10, sobre a linha de crédito do Grupo B do Pronaf, que deverá ser operacionalizada pelos agentes financeiros em comum acordo com a SAF/MDA no que diz respeito ao estabelecimento de cotas estaduais de distribuição de recursos, limites municipais de contratação e de taxas de inadimplência, para fins de suspensão das operações e critérios para a retomada das operações, entre outros. Visa ao monitoramento da situação de inadimplência dos municípios, além de suspender a possibilidade de novos financiamentos para mutuários nos municípios que registrem um valor igual ou superior a 15% de inadimplência e nos quais sejam registradas 50 ou mais operações em atraso, ressalvadas as propostas que já estiverem em poder do banco e que poderão ser contratadas até o prazo de 30 dias após a comunicação da suspensão.

As exceções para novas adesões nesses municípios serão para mutuários que já acessaram o crédito e estão adimplentes, operações realizadas dentro do Programa Nacional de Biodiesel, operações contratadas segundo a metodologia do microcrédito produtivo orientado do Programa Agroamigo do BNB, operações contratadas segundo a metodologia do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil, entre outros (BRASIL, 2007, p. 1).

A Tabela 1 informa o percentual de contratos em situação de inadimplência até o mês de agosto de 2011 no estado da Bahia e o número de contratos em operação. O número de contratos do Agroamigo supera o do Pronaf, porém, quando se trata do percentual de inadimplência, este apresenta mais de 16% do total.

O Banco de Investimento S.A, instituição vinculada ao BB, segundo maior agente do Pronaf na Bahia, informa, conforme a Tabela 2, o total de endividamento da agricultura familiar como um todo. Considera as dívidas que ainda estão em poder do banco e que podem ser negociadas diretamente entre os agricultores e a agência bancária mais próxima, e o total da dívida ativa que se encontra em poder da Receita Federal. Através desse serviço, o BB busca viabilizar a recuperação de créditos inscritos na dívida ativa, o que possibilita aumento de receitas por meio da cobrança efetiva de valores de difícil recebimento. Além disso, a solução representa a cobrança amigável e a recuperação mais ágil dos créditos, substituindo, num primeiro momento, o ajuizamento direto de execução judicial (TOURINHO, 2011).

Tabela 2
Endividamento da agricultura familiar no Banco do Brasil

	(R\$ milhões)	
Tipo	Contratos	Valor
Endividamento total	61.744	211,10
Dívida ativa	2.244	19,50
Dívida BB	39.530	141,60
Ativos S.A (1)	20.000	50,00

Fonte: Tourinho (2011).
(1) Estimativa.

Como mostra a Tabela 2, estes números são ainda pouco representativos quando comparados à primeira possibilidade citada. Os dados mostram os números das dívidas dos agricultores baianos que se encontram em poder dos Ativos S.A. Tourinho (2011) ao comparar dados do BB e BNB explica que a Ativos S.A. trata-se de uma empresa de capital privado, constituída em 2002, em sociedade entre o BB e Brazilian American. O Merchant Bank (BAMB) funciona como uma securitizadora

Tabela 1
Carteira ativa Banco do Nordeste do Brasil para o Pronaf B e o Agroamigo

Dados	Agroamigo	Pronaf B	Total
Quantidade de operações em serviço	126.519	117.031	243.550
Saldo em milhares	174.867,30	722.216,90	897.084,20
Inadimplência (%)	4,5%	16,2%	20,7%

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2011).

de créditos financeiros, cujos propósitos são comprar a dívida do BB e renegociar com o devedor. A Ativos S.A é basicamente a parte de cobranças do BB, sendo que pessoas com débitos não pagos no banco serão cobradas pela empresa, e quando o cliente devedor procura crédito em outro banco ou financeira, aparecerá a dívida em seu nome.

A Tabela 3 apresenta o número de operações do BB no Pronaf. Quando comparado com o BNB, existe uma diferença significativa no número de contratos: 243.550 contra 18.900 do BB. Daí a relevância do BNB neste programa, pois, apesar de contar com apenas 37 agências em todo o território baiano, consegue fazer-se presente na totalidade dos 417 municípios pertencentes ao estado da Bahia através dos seus 898 funcionários.

Tabela 3
Balço do Banco do Brasil para a safra 2010/2011
(R\$ milhões)

Finalidades	Contratos	Valor
Aplicações totais	18.900	137,40
Custeio	15.000	81,40
Investimentos	3.900	56,00

Fonte: Tourinho (2011).

Guanziroli (2007, p. 8) destaca quatro importantes fatores que impedem o reembolso dos empréstimos: a falta e/ou baixa qualidade da assistência técnica, afastando os rendimentos previstos da realidade do pequeno agricultor; as dificuldades no gerenciamento dos recursos do crédito; a falta de visão sistêmica dos técnicos, pois existem divergências entre a avaliação feita pelos técnicos e a prática dos agricultores; e a reduzida integração nos mercados, falta de estrutura de comercialização e de agregação de valor.

A forma de atendimento do agricultor para a aquisição do crédito é orientada pela SAF/MDA, por intermédio da Portaria nº 60 e de cursos de ca-

pacitação de técnicos da extensão rural. O objetivo é assegurar a oferta de assistência técnica a partir de três momentos presenciais entre os técnicos e os agricultores (diagnóstico, orientação e avaliação) e sensibilizar esses técnicos para que utilizem uma abordagem diferenciada no atendimento ao público do microcrédito rural, considerando sua realidade socioeconômica. A partir de 2008, os técnicos devidamente capacitados e cadastrados co-

meçaram a registrar suas ações dirigidas aos agricultores familiares que acessam o microcrédito no Sistema de Seguro da Agricultura Familiar (SEAF).

O papel dos técnicos da extensão rural é crucial na decisão da família sobre o acesso ao microcrédito rural e no acompanhamento da aplicação desse crédito na implementação ou no incremento das atividades financiadas. Segundo o MDA (BRASIL 2011b, p. 1) os técnicos devem assessorar as famílias na escolha das atividades produtivas, assegurando formas de inserção nos mercados locais e regionais, além de dar assistência técnica e orientações para que os projetos sejam rentáveis.

Analisando-se a linha B do Pronaf, pode-se dizer que, em políticas públicas descentralizadas e voltadas a grupos sociais mais empobrecidos, é impossível obter sucesso, caso estas não contenham alguns pressupostos operacionais em sua ação, como a presença de funcionários públicos dos governos centrais que cumpram uma função de autonomia inserida em nível local, e que a coordenação dos conselhos de gestão dessas políticas não seja exercida pelos representantes dos governos locais.

Para o êxito das políticas voltadas ao agricultor familiar é necessário que estas contenham mecanismos operacionais, instituídos pelos governos centrais, que direcionem o capital social das populações empobrecidas em relação aos interesses dominantes dos seus governos locais.

ESTUDO DE CASO

Neste artigo foi utilizada uma pesquisa de campo com os agricultores familiares do município de Crisópolis (BA), com o intuito de entender a forma de aplicação do crédito do Pronaf B pelos agricultores, como ocorre o acompanhamento e os impactos do programa. Assim, buscou-se aliar aspectos de caráter qualitativo aos dados quantitativos, associando os conceitos de sistemas agrários, sistemas de produção e sistemas de criação.

O sistema agrário é visto como um modo de exploração do meio constituído e durável, um sistema técnico de forças produtivas, adaptadas às condições bioclimáticas de um espaço dado, compatível com as situações e necessidades sociais do momento. O sistema de produção representa a combinação das produções e dos fatores de produção (terra, trabalho e capital de exploração) na unidade de produção agrícola. O sistema de criação é definido como o conjunto das atividades especializadas e das técnicas que permitem produzir animais ou produtos animais em condições compatíveis com o objetivo do agricultor, dentro das limitações das unidades produtivas (DUFUMIER, 2007, p. 85; MENJON et al, 1983, p. 5).

Adicionalmente aos pontos constantes da metodologia, tentou-se observar a atuação da EBDA no acompanhamento e na assistência aos agricultores da região e as condições sociais e familiares do público analisado, relacionando aspectos como o acesso ao Programa Bolsa Família e aos serviços de água encanada e luz elétrica.

O primeiro passo foi uma entrevista com o secretário da Agricultura do município de Crisópolis, Roni de Jesus Santos, em 19 de abril de 2011, para compreender o funcionamento do mecanismo de crédito. Este informou sua preocupação com a situação dos inadimplentes nos programas de microcrédito do BNB e do BB. A partir dessas informações coletadas pode-se identificar que a estrutura agrícola é formada por associações

de produtores rurais nos diversos povoados que compõem o município e acompanhada de perto pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O segundo passo foi a entrevista com os agricultores beneficiados pelo programa. O roteiro foi cuidadosamente elaborado para garantir que, a partir dos questionamentos feitos, fosse possível compreender o que pensam os agricultores sobre a concessão de crédito do Pronaf B e sobre as questões cotidianas de suas vivências enquanto agricultores familiares, tais como condições de vida, nível de renda, assistência governamental através de alguma política pública, relação com a terra e com o trabalho que executam nela e existência do crédito assistido e orientado.

Crisópolis (BA): características do município

Publicações do Governo do Estado da Bahia tratam do município de Crisópolis situando-o na microrregião de Alagoinhas, a uma altitude de 149 m. Fundado em 1962, Crisópolis possui 416,3 km² e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), tem população total de 20.046 habitantes, sendo 42,98% residentes na zona urbana e 57,03% na zona rural, com densidade demográfica de 41,0 hab./km² (CPRM SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2005, p. 1).

As receitas municipais provêm basicamente de agricultura, pecuária, avicultura e indústria, ainda que esta última seja pouco desenvolvida. No município predomina a produção de amendoim, batata-doce, milho, feijão e mandioca, que, segundo conceituação do IBGE (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006, p. 1), são culturas denominadas temporárias, pois, após a colheita, necessitam de novo plantio. No setor de bens minerais, é produtor de argila e calcário. O PIB do município para 2009 foi de R\$ 106.533,00, sendo 22,89% para agropecuária, 9,92% para indústria e 63,21% para serviços, conforme pode ser observado na Tabela 4:

Tabela 4
PIB – Crisópolis, Bahia – 2009

	(R\$ milhões)
	R\$ mil
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	24.395
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	10.571
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	67.340
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	4.227
PIB a preços correntes	106.533
PIB per capita a preços correntes	5.293,85

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

O município está inserido no Polígono das Secas, apresentando clima semiárido e seco a subúmido, com temperatura média anual de 24,4°C, precipitação pluviométrica média ao ano de 600 mm a 1.000 mm e período chuvoso de abril a junho. Tais condições favorecem o cultivo de mandioca, que é prioritariamente utilizada para a produção de farinha. A plantação (cultivo e produção) é toda executada por agricultores familiares, muitas vezes empregando algum trabalhador autônomo que ganha por dia de trabalho, cuja função é auxiliar no processo de plantio ou colheita (CPRM SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2005, p. 1).

Nesse monocultivo (que também pode ser policultivo na medida em que o agricultor plante outras culturas na mesma área da plantação da mandioca) as vantagens são: promover garantia de uma maior estabilidade de produção, melhor utilização da terra, melhor utilização da força de trabalho, maior eficiência no controle de ervas daninhas e disponibilidade de mais de uma fonte alimentar (CARVALHO; POTENGY; KATO, 2010, p. 1).

Outras lavouras obtêm destaque neste cenário, é o caso das lavouras permanentes caracterizadas pelo IBGE (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006, p. 1) como culturas de longa duração que, após a colheita, não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Entre as lavouras permanentes encontram-se o coco-da-baía, com 325 mil frutos, a laranja, com 2.660 toneladas, e maracujá, com 200 toneladas, representando 128 mil,

1.330 mil e 180 mil reais, respectivamente. O município também se destaca na pecuária com um grande rebanho de bovinos, ovinos e caprinos.

Sabe-se que a ausência de infraestrutura produtiva, as dificuldades de acesso aos mercados, a tecnologia inapropriada e a concorrência desigual com os grandes produtores provocam grandes dificuldades para o desenvolvimento da agricultura familiar. As cooperativas representam uma forma de auxiliar no desempenho desses produtores ao permitir um melhor poder de barganha tanto na compra de insumos como na venda da produção. Outra grande relevância das cooperativas no município é facilitar a concessão de crédito bancário aos agricultores familiares que não possuem garantias para atender às exigências dessas instituições. Por isso, as cooperativas de crédito rural vêm cumprindo esse papel de atender às demandas de crédito por parte do produtor rural, pois são capazes de atender às exigências impostas pelos bancos.

Para a coleta de informações sobre os rendimentos das atividades agrícolas neste município e o quanto os agentes financiadores contribuem através da concessão de créditos para o fortalecimento das atividades agrícolas, foram realizadas entrevistas cujo objetivo específico foi identificar a participação do BNB na concessão de créditos oriundos do Pronaf B no município, e de que maneira esses recursos foram aplicados pelos agricultores.

Coleta de dados

Através da indicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crisópolis, foram entrevistados 30 agricultores nos povoados Tabuleiro, Igreja e Buri. A amostra é composta por homens e mulheres, entre 32 e 68 anos de idade. As mulheres compõem a maioria dos entrevistados porque, no período em que as entrevistas foram realizadas, elas estavam presentes em suas residências, cuidando dos afazeres domésticos.

Todos os entrevistados são proprietários de terra, porém a maioria não soube informar o tamanho do terreno disponível para cada cultura. Os agricultores trabalham com a ajuda de seus filhos, familiares e amigos e costumam contratar um ou dois trabalhadores temporários que auxiliam na colheita do feijão, do milho, no plantio da mandioca e, constantemente, para ajudar nas casas de farinha, na raspagem da raiz, na prensa ou no forno, quando a produção segue nos moldes tradicionais. Na maioria dos estabelecimentos visitados havia predomínio de casas de farinha elétricas. Em muitos casos há troca de dias, em que o agricultor que contrata também é contratado, havendo pagamento em dinheiro ou retribuição de favor, comumente denominado por eles como troca de dias.

As casas de farinha são minifábricas, onde se reúnem familiares, amigos e alguns trabalhadores para a produção da farinha de mandioca. Durante o processo também são produzidos beiju e tapioca, para serem comercializados na zona urbana do município, em feiras ou de porta em porta. Durante esta pesquisa de campo, o lugar mais frequente onde se encontravam muitos agricultores eram as casas de farinha, logo, esse ambiente tornou-se o cenário deste estudo.

O serviço de fornecimento de energia elétrica está presente em 90% das residências analisadas, este número é resultado da atuação do Programa Luz Para Todos, do governo federal. A parcela das famílias (10%) que ainda não foram contempladas pelo programa informa que este fato acontece devido à grande distância entre suas residências e a estrada mais próxima, por onde passam os postes e fios que conduzem a eletricidade às famílias beneficiadas com a energia elétrica.

A ausência deste serviço básico deixa parcela destas famílias distante de equipamentos domésticos como geladeira e televisão. Assim, a alimentação é à base de carne seca durante a maioria dos dias devido à falta de refrigera-

ção para conservar alimentos perecíveis. As informações sobre o que acontece no mundo só chegam para essas famílias através do rádio que funciona à base de baterias.

Já o serviço de água encanada está presente em 83,3% das residências e ausente em 16,7% delas, e chega ao agricultor e a sua família através de um sistema de poços administrados pela prefeitura municipal. A ausência desse serviço ocorre pelo mesmo motivo da ausência dos serviços de energia elétrica e atinge as mesmas residências que não possuem eletricidade. O percentual de ausência de água encanada ocorre exclusivamente na zona rural do município.

Quando questionados sobre renda mensal e fonte de renda, os agricultores demonstraram extrema dificuldade em responder com precisão, visto que muitos dizem que não conseguem ter clareza sobre valores monetários. Apenas na época da colheita de alguma cultura conseguem ter posse de alguma quantia significativa. Quando necessitam de dinheiro recorrem à venda de algum animal. A subsistência acontece através do que é produzido pela família no quintal de suas residências, onde se cultivam hortaliças e se criam aves e suínos para o consumo próprio. Comercializa-se o excedente e, assim, as famílias conseguem satisfazer suas necessidades de consumo, comprar produtos essenciais para a sobrevivência e para dar continuidade à produção agrícola. O excedente da produção é o responsável pelo abastecimento de alimentos para a cidade.

Dentre os entrevistados, 83,3% estão inscritos no Programa Bolsa Família do governo federal, contra 16,7% que não possuem este benefício. Muitos dos entrevistados ficaram receosos com a entrevista, supondo que poderiam perder o benefício caso representantes do governo soubessem que eles também obtiveram o crédito do Pronaf B. O dinheiro oriundo do programa Bolsa Família constitui a principal fonte de renda mensal segura para o agricultor.

RESULTADOS: RELAÇÃO AGRICULTOR E PRONAF B

Todos os agricultores entrevistados nos povoados do município obtiveram o crédito do Pronaf B através do BNB. Quando questionados sobre como obtiveram informações sobre o programa 36,7% responderam que foi através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O órgão promove reuniões nas comunidades rurais e no próprio sindicato com os agricultores e com o agente do BNB para divulgar o programa à comunidade interessada. Outros 60% souberam através de amigos ou vizinhos e foram buscar informações no sindicato. Apenas 3,3% tomaram conhecimento através da EBDA. Neste grupo encontram-se clientes mais antigos do banco que já fizeram três empréstimos até a data da pesquisa. Dentre os entrevistados, 40% aderiram ao Pronaf B pela primeira vez; os outros 60% já obtiveram entre dois e três créditos.

Sobre o destino dado ao crédito pelo agricultor, constatou-se que, dentre aqueles beneficiados por mais de uma vez, a aplicação foi diversificada. A aplicação mais frequente para o crédito foi o investimento em suínos. No povoado de Tabuleiro, 75% dos entrevistados destinaram o recurso para a compra de suínos e a construção de pocilgas. Além de suínos, a pesquisa encontrou investimentos nas culturas da mandioca, milho e maracujá e criação de ovelhas. Apenas 1% dos agricultores entrevistados ainda não haviam aplicado o recurso concedido pelo banco ao fim previsto por este.

Quanto à adimplência, pode-se constatar que a amostra analisada condiz com as informações concedidas pelo BNB sobre a situação de baixo per-

centual de inadimplência do município no programa. Nesta pesquisa não foi encontrado nenhum agricultor que não tenha pago, que não pretendesse pagar, ou que estivesse com alguma parcela atrasada. Na amostra, 23,3% dos agricultores ainda iriam começar a pagar a primeira parcela. A maioria, composta por 76,7%, já estava pagando as parcelas do empréstimo. Outros diziam está reservando algum animal para vender à época do pagamento.

A Tabela 5 informa a evolução do Pronaf B no município de Crisópolis (BA) nos anos de 2009 a agosto de 2011. Notadamente, o número de contratos tem aumentado no último ano, assim como o montante dos empréstimos. O volume total chega próximo a R\$ 1 milhão apenas nos créditos oriundos do BNB.

O total de inadimplência nos últimos três anos é relativamente baixo: 1,59%. Segundo informações do BNB, os recursos destinados representam 40% para a bovinocultura, 27% para a agricultura e 10% para a suinocultura. Contrariando o que pensam teóricos como Dufumier (2007, p. 148), segundo o qual os créditos assemelham-se cada vez mais a “presentes” concedidos sob pressão dos agricultores, e os bancos não podem mais fazer ante suas obrigações sem novo aporte de capital.

O Pronaf B e os demais programas têm como característica o crédito assistido e orientado. A principal motivação deste trabalho foi procurar saber se essa característica, de fato, era cumprida. Em Crisópolis (BA), o acompanhamento dos agricultores ocorre através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do agente do microcrédito do BNB. Cabe ao sindicato divulgar as propostas de crédito, analisar a funcionalidade e preencher a DAP.

Tabela 5
Pronaf B – Crisópolis, Bahia – 2009-2011

Ano	Quantidade	Valor contratado	Atraso	Variação	Prejuízo	Variação
2009	174	275.412,00	-	-	-	-
2010	136	260.646,64	-	-	-	-
2011	184	364.776,00	-	-	-	-
Total	494	900.834,64	14.321,07	1,59	5.009,55	0,56

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2010).

O acompanhamento funciona na forma de sorteios. O agente sorteia alguns agricultores entre as comunidades e vai até suas casas acompanhar o destino dado pelo agricultor ao crédito. Depoimentos dos beneficiados afirmam a postura técnica e de ampla experiência deste profissional. No entanto, essa assistência deveria ser direcionada para a totalidade de agricultores beneficiados pelo programa.

Quanto à EDBA, 96,7% dos entrevistados dizem não saber do que se trata, porém quando lhes são explicados detalhes das funções da empresa, acabam por se lembrar de funcionários que já prestaram serviços para o órgão, porém admitem não ter o contato assistencial da agência. Os outros 3,3% dizem que seus primeiros empréstimos foram feitos ou tiveram conhecimento através da empresa. No entanto, quando questionados sobre alguma assistência técnica da empresa para com eles, todos dizem nunca ter tido alguma ajuda nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pronaf, como a primeira política pública de âmbito nacional implementada pelo governo federal para agricultores familiares, está se consolidando através da viabilização e da melhora do acesso destes ao crédito rural. Pode-se afirmar que, no município de Crisópolis (BA), o programa cumpre seu objetivo quanto à melhoria na renda dos agricultores familiares e conseqüentemente contribui positivamente para a fixação da população no campo.

Dessa forma, a partir da pesquisa de campo, pode-se perceber que os recursos adquiridos pelos agricultores através do Pronaf B estão sendo aplicados e, de certa forma, acompanhados parcialmente pelo agente bancário, através do agente do microcrédito, e integralmente pelo Sindicato dos Traba-

lhadores Rurais da localidade. Notou-se que esta aplicação ocorre em variadas culturas, sendo que a opção por culturas animais é a preferida dos agricultores devido à rápida rotatividade. Observou-se que, dentre essas culturas, a suinocultura corresponde a um grande percentual de investimento, 56,7%.

Após o beneficiamento do agricultor pelo Pronaf B, os impactos são considerados positivos, pois, diante de uma condição de vida adversa e desafiadora, o agricultor e sua família lidam diariamente com a necessidade de buscar condições mínimas de sobrevivência e este recurso tornou-se uma boa alternativa para diversificar sua fonte de renda, de forma que o rendimento auferido através do investimento em uma cultura produtiva lhes garante alguma remuneração monetária para um padrão mínimo de consumo.

Os agricultores conhecem bem a metodologia do Pronaf B, ainda que desconheçam aspectos como taxa de juros, e lidam com seriedade quando se trata do reembolso do empréstimo, fazendo geralmente uma programação de como irão pagar ao banco os recursos adquiridos. Durante a pesquisa não foram mencionados atrasos em decorrência de fatores climáticos, ainda que a literatura reconheça este como um agravante do atraso e da inadimplência do grupo B do Pronaf. Não foram encontrados casos em que o recurso tenha sido destinado para outros fins senão para o investimento direto na agricultura ou pecuária, no entanto, foi possível perceber, através das entrevistas, que em alguns casos o recurso ainda não foi investido.

Quanto à assistência técnica foi possível reconhecer o total desconhecimento dos agricultores acerca do papel da EDBA. Segundo depoimentos dos próprios agricultores, esta empresa já atuou de alguma forma no município, mas com um significativo distanciamento dos agricultores do universo da pesquisa. O acompanhamento oferecido pelo BNB

também mostrou-se ineficiente, pois a utilização de sorteios para decidir quem será visitado pela assistente do microcrédito é um critério contraditório para a metodologia de crédito assistido.

Não obstante, o Pronaf B mostrou-se eficiente no município em relação à melhoria na renda e constitui-se ali como uma importante política de assistência ao agricultor familiar, ainda que careça de ajustes na sua metodologia de assistência e orientação para o homem do campo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Brasília: IPEA, 1999. 49 p.
- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. *Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B*. 2006. Disponível em: <<http://www.oikonamika.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2011.
- AGRICULTURA familiar predomina no Brasil. *Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, [S.l.], n. 132. 10 out. 2011. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp07.htm>>. Acesso em: 23 set. 2010.
- BAHIA. Secretaria da Saúde. *Regiões de assistência em saúde*. Disponível em: <<http://search.pdfcreator-toolbar.org/search?>>. Acesso em: 24 jul. 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2010.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Grupos e linhas: o crédito na medida certa do seu empreendimento*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/Content/Aplicacao/Grupo_Principal>. Acesso em: 23 set. 2010.
- _____. *Apresentação dos Relatórios e Resultados*. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorio-e-resultados>>. Acesso em: 29 ago. 2011.
- BELIK, W. *Avaliação da operacionalização do programa PRONAF*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo175.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria SAF nº 105, de 23 de novembro de 2007. Dispõe sobre o monitoramento e acompanhamento mensal da inadimplência, as instituições financeiras operadoras do Grupo “B” do Pronaf. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 dez. 2007. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalsaf/arquivos/view//pronaf/portaria_105_SAF.doc>. Acesso em: 10 out. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. *Como realizo o credenciamento da DAP*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalsaf>>. Acesso em: 4 out. 2010.
- _____. *Microcrédito rural (PRONAF grupo B)*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalsaf/programas/pronaf/2258903>>. Acesso em: 4 out. 2011a.
- _____. *Crédito rural*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalsaf/PROGRAMAS>>. Acesso em: 5 jun. 2011b.
- CARVALHO, R. L.; POTENGY, G. F.; KATO, K. *PNB e sistemas produtivos da agricultura familiar no Semi-árido: oportunidades e limites*. 2010. Disponível em: <<http://www.cnpq.embrapa.br>>. Acesso em: 7 set. 2011.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Cris%F3polis&codmun=290960&tema=censoagro2006&desc=Censo%20Agropecu%20E1rio&legenda=Fonte%3A%20Censo%20Agropecu%20E1rio%202006.%20NOTA%3A-%20Os%20dados%20com%20menos%20de%203%20\(tr%EA\)s%20informantes%20est%3o%20desidentificados%2C%20apresentando%20a%20express%3o%20%3Cb%3EN%3o%20dispon-%EDvel%3C%2Fb%3E%2C%20a%20fim%20de%20evitar%20a%20individualiza%2E7%3o%20da%20informa%2E7%3o.&uf=ba&r=2](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Cris%F3polis&codmun=290960&tema=censoagro2006&desc=Censo%20Agropecu%20E1rio&legenda=Fonte%3A%20Censo%20Agropecu%20E1rio%202006.%20NOTA%3A-%20Os%20dados%20com%20menos%20de%203%20(tr%EA)s%20informantes%20est%3o%20desidentificados%2C%20apresentando%20a%20express%3o%20%3Cb%3EN%3o%20dispon-%EDvel%3C%2Fb%3E%2C%20a%20fim%20de%20evitar%20a%20individualiza%2E7%3o%20da%20informa%2E7%3o.&uf=ba&r=2)>. Acesso em: 5 jun. 2011.
- COUTO, V. de A. *Agriculturas e agricultores familiares*. Salvador: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia, 2011.
- CPRM SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Crisópolis – Bahia*. Salvador: [CPRM], 2005. 14 p. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2010.
- CRISÓPOLIS (BA). *Portal do Município de Crisópolis*. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/552/crisopolis-ba.html>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- DUFUMIER, M. *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas*. 2. ed. Tradução Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007. 326 p.

- EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. *Assistência técnica e extensão rural*. Disponível em: <<http://www.ebda.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2011.
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 45, n. 2, abr./jun. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=290960&idtema=80&search=bahia|crisopolis|produto-interno-brutos-municipios-2009>>. Acesso em: 1 ago. 2014.
- _____. *IBGE lança mapa de pobreza e desigualdade 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1293&id_pagina=1>. Acesso em: 20 set. 2011.
- LORENZI, J. O.; DIAS, C. A. *Cultura da mandioca*. Campinas, SP: CATI, 1993. p. 39.
- MACIEL, I. S. R. *Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE*. Fortaleza: BNB, 2009. (Séries BNB teses de dissertação, 17).
- MENJON, P.; D'ORGEVAL, R. Entre atelier et fi lière: le système d'élevage. *Agriscopes*, Angers, v. 1, n. 1, p. 42-53, 1983.
- NAVARRO, Z. *A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica*. In: GASQUES, J.; VIEIRA FILHO, J.; NAVARRO, Z. *A agricultura familiar*. Brasília: IPEA, 2009. p. 185-209.
- NERI, M. *Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, S. A.; MOTA, D. M. da; SILVA, T. E. M. da. *Ensaio desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Sergipe: EMBRAPA; Tabuleiro Costeiro, 2002. p.135-159. (Série Ensaio).
- PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. *Manual operacional*. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-PUBMANUAIS>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Índice de Gini. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?>>. Acesso em: 24 jul. 2011.
- SANTOS, N. *A inadimplência no microcrédito do PRONAF: o caso do município de Barra-BA*. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SCHNEIDER, S.; MATTELI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-50.
- SILVA, C.; GUANZIROLI, C. (Coord.). *Novo relato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto de Colonização e Reforma Agrária, fev. 2000.
- SILVEIRA, M. C. Sistema CEAPE: Programa de Apoio a Pequenos Empreendedores. In: CAMAROTTI, I.; SPINK, P. (Org.). *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 328. (Col. FGV).
- TOURINHO, M. das G. *A inadimplência dos agricultores familiares relativos ao PRONAF B na Bahia*. Salvador, 23 de agosto de 2011. Palestra realizada na Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia.
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar realidades e perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo, RS : EDIUPF, 1999. cap. 1, p. 21-55.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 11 de setembro de 2014.

O licuri (*Syagrus coronata*, Arecaceae): lavoura xerófila e agricultura familiar camponesa no semiárido do centro-norte baiano

*Aurélio José Antunes de Carvalho**

*Marcio Harrison dos Santos Ferreira***

*Josenaide de Sousa Alves****

* Mestre em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e especialista em Gestão e Conservação de Recursos Hídricos pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Chefe do Núcleo de Difusão da Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). aureliocarva@hotmail.com

** Mestre e doutorando em Botânica pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). marcio.harrison@gmail.com

*** Presidente da Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina (Coopes). coopesvendas@hotmail.com

Resumo

O presente artigo constitui um relato de experiência do Programa Conca, uma iniciativa extensionista do IF Baiano, financiada pelo MEC/ProExt, que tem como foco o licuri, uma palmeira nativa que garante sustentabilidade e geração de emprego e renda para agricultores familiares no semiárido baiano. O programa foi desenvolvido em cinco municípios de quatro territórios de identidade e composto de quatro vertentes (políticas públicas e meio ambiente; aspectos fitotécnicos; ajustes de maquinarias e beneficiamento), visando à prospecção, ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de tecnologias sociais de conservação e manejo da espécie e à valorização dos múltiplos usos do licuri. Os resultados indicam que a espécie tem acentuado potencial para a constituição de sistemas agrossilvipastoris e geração de renda. Encontra-se em curso a discussão da lei de conservação e acesso aos licurizais.

Palavras-chave: Ouricuri. Caatinga. Extensão rural. Agroecologia.

Abstract

The Conca program is an initiative linked to Instituto Federal Baiano supported by MEC/Proext and focused on licuri which is a native species that guarantees sustainability, employment, and income for family farmers in the semi-arid region of the State of Bahia, Brazil. The program has been developed in five towns covering four identity territories and divided into four subareas (public policy and environment, phytotechnical aspects, adjustment of machinery, and beneficiation). Its aim is to strengthen the network by means of prospection, improvement, development of social technologies for conservation and management of the species, and the valorization of the multiple uses of licuri. Our preliminary results indicate that the licuri has great potential for the setting up of agrossilvipastoral systems and the generation of income. In addition, a discussion of the law for conservation and access to licuri trees is in progress.

Keywords: Ouricuri. Caatinga. Rural outreach. Agroecology.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um relato da experiência de extensão rural do Programa Conca – Sistema de Produção do Licuri: sustentabilidade, saberes e sabores da caatinga, financiado pelo Ministério da Educação, via Programa de Extensão Universitária (MEC/ProExt) e executado em 2012/2013 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), *Campi* Senhor do Bonfim e Santa Inês, tendo como parceiros a Cooperativa dos Produtores do Piemonte da Diamantina (Coopes), de Capim Grosso (BA), e a Escola Família Agrícola de Jaboticaba, em Quixabeira (BA). O programa atuou em diferentes vertentes (políticas públicas e meio ambiente; aspectos fitotécnicos; ajustes de maquinarias e beneficiamento), visando à prospecção, ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de tecnologias sociais de conservação e manejo da espécie e à valorização dos múltiplos usos do licuri.

O programa também teve um cunho didático-pedagógico com intervenções nas comunidades rurais de quatro territórios de identidade baianos, tendo como pressupostos a emancipação dos sujeitos e o intercâmbio e valorização de saberes, pautando-se em autores como Freire (1983), Demo (2003), Altieri (1989), Gliessman (2000) e no apoio ao associativismo. Algumas dessas ações de educação do campo foram apresentadas e discutidas por Carvalho e Ferreira (2013). No presente artigo, serão enfatizadas as ações extensionistas das oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com a apresentação dos principais resultados e uma compilação dos múltiplos usos do licuri com base na literatura especializada e na presente pesquisa.

BREVE NOTA SOBRE O LICURIZEIRO

O licuri (*Syagrus coronata* (Martius) Beccari, Arecaceae) é uma palmeira que faz parte de um dos grupos de plantas mais antigos da Terra,

datando de cerca de 130 milhões de anos atrás; (BONDAR, 1964) e é uma das espécies mais conhecidas e típicas do semiárido nordestino. Possui raízes profundas e vida longa, podendo atingir de oito a 12 metros de altura, e sua área de distribuição vai desde o norte de Minas Gerais, ocupando toda a porção central e oriental da Bahia, até o sul de Pernambuco, abrangendo ainda os estados de Sergipe e Alagoas (NOBLICK, 1986), sendo que as maiores concentrações de licurizais encontram-se no semiárido baiano (BONDAR, 1942; informação verbal)¹. A espécie possui outros nomes vulgares, como licuri, ouricuri, aricuri, nicuri, adicuri, aracuri, coquinho, entre outras (DRUMOND, 2007).

O licurizeiro é tradicionalmente reconhecido como a “árvore salvadora da vida” (BONDAR, 1938 apud DRUMOND, 2007), devido a sua importância socioambiental para as populações humanas do semiárido. Possui estratégias auto-defensivas, ocorrendo em solos pedregosos ou até mesmo em áreas com afloramentos rochosos (NOBLICK, 1991) e suporta secas prolongadas, florescendo e frutificando por um longo período durante o ano. Em consequência disto é também utilizado para alimentação de animais de criação (LORENZI, 1992). Também é o principal alimento da arara-azul-de-lear, (*Anodorhynchus leari*) (RAMALHO, 2008), ave endêmica da região e muito ameaçada de extinção pelo tráfico e pela ausência de alimentação nativa específica (SANTOS-NETO, CAMANDAROBA, 2008; ROCHA, 2005 apud ROCHA, 2009). Destaque-se ainda o fato de que ao licuri comumente estão associadas espécies de plantas “caroneiras” ou “epífitas” como briófitas, pteridófitas e angiospermas, principalmente as bromeliáceas, cactáceas, orquídeas e euforbiáceas (DUQUE, 2004), que se fixam às bainhas foliares e a partes do caule (estipe) do licuri.

¹ Comentário feito em entrevista concedida pelo botânico Marcio Harrison dos Santos Ferreira, do IF Baiano, Santa Inês (BA), à Rádio Comunitária Contorno FM, Capim Grosso (BA) em 17 de agosto de 2013.

Além de ser uma palmeira ornamental, com forte potencial paisagístico, todas as partes do licuri são utilizáveis, conforme informação presente no Tratado Descritivo do Brasil (1587), de Gabriel Soares de Souza, expondo que a população local usava o licuri na alimentação. A partir das folhas obtêm-se um rico artesanato e uma diversidade de utensílios (sacolas, chapéus, vassouras etc.), e a partir da sua raspagem é obtida uma cera utilizada na fabricação de papel carbono, graxa para sapatos, móveis e pintura de automóveis (LORENZI, 2010). A polpa das amêndoas é consumida *in natura* e é muito utilizada na fabricação de diversos doces. Também dela é extraído um óleo muito usado na culinária da população do semiárido (BONDAR, 1939 apud RAMALHO, 2008), principalmente no centro-norte baiano, onde também serve de matéria-prima à indústria de saponáceos de alta qualidade (SANTOS; SANTOS, 2002 apud RAMALHO, 2008), além de possuir características excelentes para a produção de biodiesel (SANTOS, 2011). Portanto, a espécie apresenta enorme potencial energético, alimentício, ornamental, fitoterápico, paisagístico e forrageiro.

METODOLOGIA DO PROGRAMA CONCA

As ações do Programa Conca – Sistema de Produção do Licuri: sustentabilidade, saberes e sabores da caatinga transcorreram nos anos de 2012 e 2013 com a participação de cerca de 450 agricultores familiares de municípios pertencentes a quatro territórios baianos: Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Bacia do Jacuípe e Vale do Jiquiriçá. Esses sujeitos contam com uma renda familiar em torno de um salário mínimo, pouca escolaridade e resistem a processos de expulsão por meio da organização empreendida especialmente pelas pastorais da Igreja Católica, os Sindicatos de

Trabalhadores Rurais e as organizações associativistas. O Conca contou com a colaboração de dez bolsistas do IF Baiano e dois da UNEB (*Campus VIII*), oriundos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Pedagogia e Bacharelado em Zootecnia.

A pesquisa-ação preconizada por Demo (2003) foi a principal metodologia norteadora do trabalho, por meio de demandas que foram identificadas e discutidas em oficinas, encontros e reuniões informais com agricultores familiares camponeses do centro-norte baiano, utilizando-se técnicas do Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2006) e também pesquisas de campo e de laboratório apoiadoras do trabalho de extensão, realizadas pelo IF Baiano, *Campi Santa Inês e Senhor do Bonfim*.

Para a execução do projeto recorreu-se à pesquisa participativa através do DRP, empregado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO/PNUD) e amplamente aplicado em comunidades e grupos rurais (GOMES, 2000), e também aos instrumentais da pesquisa qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986; BAUER; GASKELL, 2002) e da metodologia da problematização (BERBEL, 1999). Atentou-se aos aspectos de gênero e geração, além da produção de tecnologias socialmente apropriadas (CARVALHO, 1982) enquanto estratégias de desenvolvimento sustentável e de reconhecimento do movimento agroecológico como espaço de educação no campo, onde a interação de conhecimentos é capaz de superar o difusionismo e o dicotomismo tradicional entre os que pensam e os que fazem. Também foram contemplados os trabalhos dos precursores do estudo agrônomo da lavoura xerófila no bioma caatinga, como Bondar (1938), Noblick (1991) e Duque (2004), enquanto referenciais para estudos e ações com a palmeira

Syagrus coronata no semiárido, sobretudo quanto aos aspectos agroecológicos.

Para o levantamento diagnóstico dos múltiplos usos do licuri também foi feita uma pesquisa bibliográfica nos principais portais e *websites* de busca de artigos publicados em periódicos, além de consulta a bancos de teses e dissertações das universidades brasilei-

ras. Ressalta-se que a realização de um trabalho de investigação científica conectado à extensão assumiu um caráter prático e de aproximação com os sujeitos pesquisados. Notadamente, a extensão exige parâmetros metodológicos que possibilitem a validação progressiva das experiências e ações implantadas nos processos extensionistas. Neste sentido, a metodologia adotada pelo Conca buscou alcançar as necessidades de produção de conhecimento científico e aquelas das ações extensionistas nas comunidades escolares/campesinas inseridas na proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os principais resultados alcançados com o Conca podem-se destacar os seguintes: a) pesquisa-ação com aspectos agrônômicos e o sistema produtivo do licuri, enfocando-se os sujeitos da produção e seus aspectos organizacionais, de gênero e de geração e a constituição de uma rede interterritorial do semiárido; b) formação socioambiental em políticas públicas, destinada a: agricultores e suas formas associativas, movimentos sociais, conselheiros e gestores no âmbito municipal, com vistas à garantia do uso sustentável da caatinga, enfatizando-se o licuri; e c) fortalecimento da rede por meio de prospecção, aperfeiçoamento e desenvolvimento de tecnologias sociais de extração das amêndoas, beneficiamento, criação de novos produtos e usos múltiplos.

Aspectos botânicos, etnobotânicos e fitotecnia do licurizeiro

Na trajetória do Conca, encontram-se pessoas que vivem no campo e que relatam seus conhecimentos acerca da caatinga, da fenologia do licuri, dos seus benefícios, do seu mercado, da questão agrária e do sistema do licuri, com a inclusão desse produto nas músicas, nas cantigas de roda, nos “causos”, nos namoros, nas rodas de quebra do licuri:

Nasci e cresci no meio dos licuri. Primeiro o licuri faqueia, cresce a busa, abre a flor que é visitada pelo sanharó, arapuá. Vai um mês e os cachos ficam cheios de licuri, com mais ou menos três meses, eles estão maduros. Aí a gente corta o cacho e seca, depois quebra na pedra. O primeiro calçado e vestido que comprei fiz o dinheiro com o licuri (informação verbal)².

No relato acima Dona Nega descreve a fenologia da floração do licuri, com a espata em seu estágio inicial (em forma de facão – “facoa”), que se desenvolve formando a espata fechada (“busa”, pois tem forma de búzio), que se abre, recebendo o nome de “conca” (em forma de concha, côncava) ao liberar o cacho de flores, onde os agentes polinizadores mais frequentes são as abelhas arapuás (*Trigona spinipes* Fabricius, 1793, Hymenoptera: Apidae). Além da etnobotânica, em outras falas a etnopedologia também se faz presente no conhecimento tradicional desses agricultores:

Aqui tem as terras da caatinga e as terras da chapada; na caatinga não dá licuri, a terra é mais rasa. Na chapada a terra tem areia, cresce muito licuri. Na caatinga a terra é mais ressecada, as planta mais baixa (informação verbal)³.

² Dona Nega, catadeira de licuri, Quixabeira-BA, 2013.

³ Relato obtido na oficina na Comunidade do Cajueiro, Ipirá-BA, 2012.

Através de relatos como esse, percebe-se que os agricultores dividiram a região em duas: a caatinga, em que não vegeta o licuri, e a chapada, onde o licuri cresce e é dominante, reconhecendo que ambas são áreas de caatinga, mas que os solos se diferenciam. Agronomicamente, correspondem aos latossolos (chapada) e aos planossolos ou neossolos (caatinga), solos rasos onde os licurizais não se desenvolvem, o que enquadra esses relatos em uma classificação etnopedológica ao associar aspectos de solos e de vegetação.

Quanto ao aspecto etnobotânico, também se salienta o conhecimento local acerca da variabilidade intraespecífica e de possíveis subespécies. Os agricultores citam outras variedades, como o “licuri mata-fome” e a aririoba, ambas carecendo de estudos no âmbito da taxonomia e da prospecção genética/molecular, visando elucidar essa observação dos nativos.

Por sua vez, a germinação do licuri, segundo informações bibliográficas consultadas, leva de quatro meses a um ano para ocorrer. Fato que “saltou aos olhos” foi a realização de um teste de germinação de superação de dormência no *Campus* Santa Inês, onde se utilizou material residual da extração da polpa (bagaço) como eficiente promotor de superação da dormência: constatou-se emergência de radícula após 20 dias de imersão de alguns cocos de licuri nestes resíduos. Provavelmente, a elevação da temperatura via fermentação do próprio material de despolpa abreviou o processo germinativo de maneira considerável, no entanto, tal pesquisa necessita de ajustes no tratamento metodológico e repetições para validação desses resultados preliminares.

Na área de fitotecnia, pesquisas geradas a partir das problemáticas apontadas nos encontros com os agricultores familiares que trabalham no extrativismo do licuri identificaram os insetos associados ao licurizeiro nas áreas estudadas. O mais recorrente é o *Pachymerus nucleorum* (Fabricius, 1972) (Coleoptera: Bruchidae, Figura 1a),

que, na fase de larva, se desenvolve no interior dos frutos e é conhecido como “morotó do licuri”. Além disso, foi registrado o besouro cascudo ou “broca-do-olho-do-coqueiro” (*Rhynchophorus palmarum* (L.), Coleoptera: Curculionidae, Figura 1b) e também uma infestação com cochonilhas de carapaça (espécie ainda não identificada, Figura 1c) na comunidade de Jaboticaba (Quixabeira-BA). Esses dois últimos insetos ainda não foram listados/discutidos em trabalhos com o licuri.

Na comunidade de Cajueiro (Ipirá-BA) foi observada a morte de muitos licurizais acometidos por uma doença com sintomas semelhantes ao do anel vermelho, que compromete o vigor da palmeira, causando muitas vezes a perda total da planta (Figura 1d). O avanço do estudo dessa interação possibilitará a confirmação do curculionídeo *R. palmarum* como vetor dessa doença, causada pelo nematóide *Bursaphelenchus cocophilus* (Aphelenchida) e que promove a quebra da ráquis, inflorescências e decomposição da estipe devido aos danos ao meristema da planta, o que foi identificado em outras palmeiras (JAFFÉ et al., 1993; CYSNE et al., 2013). Durante os trabalhos de campo, licurizeiros com esse aspecto também foram avistados em diversas outras localidades no semiárido baiano, necessitando-se estudos dessa interação para elucidar/confirmar os agentes biológicos. Inclusive, a doença pode estar relacionada à grande estiagem ocorrida naquele ano.

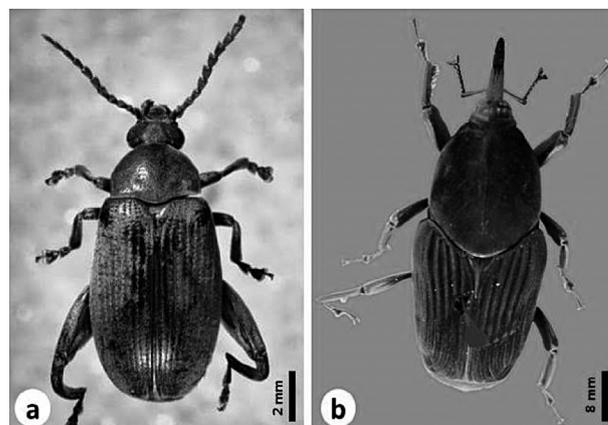




Figura 1
Algumas interações bióticas identificadas durante as ações de extensão e pesquisa do Programa Conca no semiárido baiano: a) *Pachymerus nucleorum*; b) *Rhynchophorus palmarum* (fonte: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/coco/arvore/CONT000gl5lpwbo02wx5ok0xkgyq5hp0186q.html>); c) cochonilhas de carapaça; d) e licuri acometido pela doença do anel vermelho (observe o apodrecimento e a queda da estipe).

Manejo de licurizais

Foi recorrente nas oficinas realizadas e em depoimentos de agricultores a percepção de que não há renovação dos licurizais, podendo estes se tornarem raros ou mesmo desaparecerem na região. Por sua vez, poucos desses agricultores enfatizaram a necessidade da produção de mudas e do replantio dessa espécie. Como já relatado, uma prática comumente observada e relatada durante este trabalho foi a da despalma (corte de folhas) do licurizeiro para a alimentação do gado durante os períodos de seca prolongada. Outras palmeiras, como o dendê e o coqueiro, ao sofrerem “ferimentos”, durante a despalma e a colheita, liberam um cheiro característico que atrai o besouro *R. palmarum* (JAFFÉ et al., 1993; CYSNE et al., 2013).

Estudos adicionais são necessários para esclarecer se o cheiro liberado pelos licurizeiros doentes e aqueles despalmados para o gado

atraem esse besouro, o qual funciona como um vetor na disseminação do nematóide *B. cocophilus*, transportando-o e transmitindo-o às plantas sadias e, eventualmente, disseminando-o para outras populações de licuri. Nesse sentido, espera-se que o estudo das interações bióticas, das fitopatologias e da redução das populações naturais dessa palmeira nativa seja mais uma importante contribuição do Conca, pelo viés da pesquisa aplicada à extensão.

Em geral, o licuri começa a frutificar seis anos após o plantio, e um licurizal nativo produz, anualmente, em média 2 mil kg de frutos em cada hectare (DUQUE, 2004). Nos anos de pouca chuva, a produção diminui, mas sempre ocorre de maneira estável. Se bem manejado, com a poda de folhas velhas e a capina das plantas daninhas ao seu redor, um licurizal pode produzir 4 mil kg ha⁻¹ ano⁻¹ (SANTOS; SANTOS, 2002; DRUMOND, 2007).

Assim, quanto ao manejo dos licurizais, foi sistematizada uma proposta, em conversas entre técnicos e camponeses, para evitar a retirada excessiva de palhas e conduzir o pastejo de animais de modo que seja permitida a renovação dos licurizais. Na formação das pastagens é uma espécie altamente adaptável às condições de sistemas agrossilvopastoris. No ano de 2012, diante da maior seca dos últimos 60 anos, as palhas e os frutos significaram a sustentação dos rebanhos. Esta palmeira era uma das poucas árvores que mantinham verde sua palha, servindo de alimento volumoso para o gado.

Neste contexto, os bolsistas foram orientados a investigar os diferentes aspectos do desenvolvimento do licuri na caatinga e em áreas de pastagens, concluindo-se que o tamanho dos cachos e o número de frutos por cacho são maiores em áreas de pastagem do que nas áreas de caatinga, possivelmente pelo maior espaçamento entre as plantas e/ou pela minimização do processo de competição intra e interespecífica.

Aspectos agrários e os licurizais

Na Comunidade de Ponta Baixa, em Itiúba (BA), em 2011, foi destacada a questão agrária da Lei dos Quatro Fios ou Lei do Pé Alto, que obrigava os agricultores a criarem seus rebanhos contidos em áreas cercadas. Recorrendo ao Código Civil de 1916, as pessoas mais abastadas e detentoras do poder fizeram passar nas câmaras municipais tal lei, que provocou a desestruturação de sistemas produtivos da caatinga, como as criações soltas, e estruturou a apropriação privada de áreas com cercamento, expropriando e expulsando famílias camponesas. Obviamente, em outros locais houve resistência, como em comunidades tradicionais de fundo de pasto, e em municípios vizinhos como Andorinha e Monte Santo. Neste último instalou-se a Escola Família Agrícola (EFA) em área de fundo de pasto que sofria os impactos das ameaças desencadeadas pelo processo de grilagem na década de 1980, como pode-se depreender pelas falas:

Aqui tinha muito licuri, muita terra para as pessoas catarem, nas serras tinha muito, muitas pessoas viviam do licuri e do pó da palha. Mas depois da lei do pé arto (alto), a terra foi cercada, foram formados pastos, os animais soltos acabaram e os licuris também (informação verbal)⁴.

Nas Traíras as pessoas ferravam o gado, cortavam as orelhas das criações e porcos. Os bichos eram soltos e comiam coisa do mato: quixaba, licurioba. Tinha um travessão depois de Tartaruga, esse mundo todo de Itatim, Milagres, laçu até Nova Itarana era solta. Mas veio as cercas, os fazendeiros ficaram com um mundo de terra, as pessoas ficam com terras menores ou sem nada. Foi a destruição da caatinga e o fim da fartura. Hoje o povo vive de matança de boi pra carne do sol (informação verbal)⁵.

⁴ Relato de Dona Marina, Comunidade de Ponta Baixa, Itiúba (BA).

⁵ Seu Guilhermino, oriundo das Traíras, Itatim (BA), atualmente residindo em Amargosa-BA.

Na oficina do DRP, realizada em Capim Grosso (BA) em maio de 2013, foi feita a construção da linha do tempo (Figura 2). O grupo de catadeiras, com a presença de agentes sociais, citou a Lei do Pé Alto ou Lei dos Quatro Fios (SANTOS, 2009), um instrumento aplicado em diversos municípios e que possibilitou o cercamento de áreas e a sua apropriação por grandes fazendeiros da região e com fortes impactos sobre os licurizais e as populações rurais, como relatado por uma agricultora familiar:

“Então, depois da lei do pé arto, os animais tiveram que viver contido, hoje é difícil ver licuri novo porque os animais comem (informação verbal).⁶”

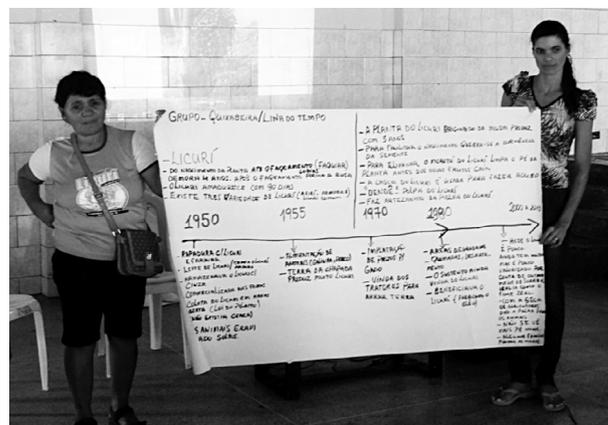


Figura 2
Resultado final do DRP com a apresentação de painel com a linha do tempo – Oficina do DRP do Programa Conca – Capim Grosso (BA)

Fonte: Maio 2013.

Políticas públicas e os licurizais

Na dimensão das políticas públicas tem sido debatida uma lei de conservação, manejo e acesso aos licurizais. O modelo foi sistematizado com base em discussões oriundas de diferentes oficinas, encontros e reuniões informais com agricultores familiares e líderes políticos do Centro Norte baiano, culminando com um encontro na Escola Família Agrícola (EFA Jaboticaba), em

⁶ Relato obtido na oficina na Comunidade do Cajueiro, Ipirá – BA, 2012.

9 de junho de 2013, no qual participaram agricultores familiares e representantes de diversos segmentos: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixabeira; Associação de Pequenos Agricultores de Jaboticaba (APPJ), que é a mantenedora da EFA Jaboticaba; e Cooperativa de Produção do Piemonte da Diamantina (Coopes), além de representantes dos poderes públicos da região. A sistematização dessa lei teve como referências a lei do acesso livre ao babaçu em comunidades do Maranhão e a Instrução Normativa 191/2008 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (BRASIL, 2008). Em diferentes encontros na região de São José do Jacuípe (BA), in-

clusive durante a 6ª Festa do Licuri, em 18 de agosto de 2013 (Figura 3), foram distribuídas cópias dessa lei para socializar o seu conteúdo e fomentar as discussões, a fim de avançar no processo de aprovação e implementação dessa legislação em nível municipal. Esta ação se repetiu na 7ª Festa do Licuri, realizada em julho de 2014, na comunidade de Barra Nova em Várzea do Poço (BA). Durante os encontros percebeu-se a ressignificação da identidade das quebradeiras de licuri, tendo como culminância a Festa Anual do Licuri, o que demonstrou a existência de um processo de afirmação identitária e valorização dessa cultura, desses saberes e desse grupo tradicional, “as quebradeiras de licuri”.



Figura 3
6ª Festa do Licuri: programação variada com a presença de associações, cooperativas, estudantes, crianças, grupos de idosos e muitos agricultores familiares de diferentes regiões da Bahia – Comunidade de Vaca Brava, São José do Jacuípe – Bahia

Fonte: Ago. 2013.

No viés ambiental encontra-se em curso o mapeamento com o registro da ocorrência de populações de licurizais e sua situação atual. Contudo, denúncias ao Ministério Público de Quixabeira (BA) foram impetradas pela Coopes diante da destruição de sete tarefas de um licurizal, localizado nas cercanias da EFA de Jaboticaba, distrito do mesmo nome, no município de Quixabeira (BA). Percebe-se que, mesmo com o trabalho existente, ainda há uma forte negligência pelo poder público e, nas imediações dessas áreas, é forte a pressão da especulação imobiliária, o problema se agrava. Fato notório foi o veto da lei de conservação e acesso aos licurizais em Capim Grosso que, após aprovada na Câmara de Vereadores, foi vetada pelo gestor municipal sob o argumento de deixar de fora da abrangência da lei o sítio urbano, recentemente redimensionado e demarcado. Com a retomada da lei, a Câmara admitiu as restrições sugeridas. Desse modo, o processo está em tramitação para que o prefeito sancione este instrumento legal no município de Capim Grosso, sede da Coopes.

Usos, processamento e beneficiamento do licuri

Quanto aos múltiplos usos dessa palmeira, uma compilação indica que, pelo menos, 11 modalidades/categorias de uso reforçam a importância dos licurizais enquanto lavoura xerófila e ressaltam sua relevância econômica e para a subsistência das populações locais que os utilizam de diferentes formas e para diferentes fins (Quadro 1).

Em conversas com pessoas acima de 50 anos, foram relatadas experiências sobre o processo de extração e venda do pó de palha, produto extraído da parte basal da folha do licuri. Seu Almiro, morador do Assentamento Itatiaia, município de Santa Inês (BA), durante uma das oficinas do Conca, fez uma demonstração de como era realizado o trabalho de extração da cera (pó da palha), um produto de exportação.

“Era colocado um pedaço de couro na coxa e raspava com uma faca a palha. Para conseguir um quilo era muito trabalho, era vendido na cidade, tinha armazém que comparava e a palha depois era aproveitada.” (informação verbal)⁷.

Conforme Duque (2004) descreve: “A cera do licuri é, também, usada para a fabricação do papel carbono, de graxa para sapatos, para móveis, para pinturas de carros, automóveis. A exportação dessa cera começou em 1935”. No mesmo capítulo, o autor reproduz depoimentos de uma mulher que gastava 16 horas para produzir um quilo de cera.

Em relação ao maquinário de extração do óleo de licuri, foi realizada uma visita à EFA de Monte Santo, com professores de física e de química, acompanhados de um torneiro mecânico. A EFA vende toda a produção para uma indústria de sabão de Euclides da Cunha (BA), a R\$ 4,00 reais/litro. O resíduo da extração do óleo é devolvido aos agricultores e destinado ao racionamento do gado. Com base no diálogo com os presentes nesse encontro, verificou-se a necessidade de ajustes mecânicos relativamente fáceis, para que maiores rendimentos na produção e nas máquinas sejam operacionalizados. Ademais, a Coopes produziu uma máquina de extração de óleo a seco, e que produz óleo de qualidade utilizado na culinária local, em pratos especiais como a galinha caipira ao óleo de licuri, dentre outros.

Na área de alimentos, destaca-se o estudo sobre a produção do leite de licuri, sob testes no *Campus* Senhor do Bonfim, onde se tem utilizado semente de jaca como produtora de amido para dar consistência ao produto. Além disso, a polpa do licuri, embora extremamente negligenciada, constitui um alimento rico em fósforo, potássio e ferro (CREPALDI et al., 2001), portanto, assume grande potencialidade de uso na merenda escolar, a partir da produção de sorvete, picolé, geleia, entre outros. Para ilustrar, constatou-se durante a execução do programa um rendimento de 2 kg de polpa a partir de 8 kg de cocos maduros.

⁷ Seu Almiro, Assentamento Itatiaia, Santa Inês-Bahia.

**O LICURI (*SYAGRUS CORONATA*, ARECACEAE): LAVOURA XERÓFILA E AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA NO SEMIÁRIDO DO CENTRO-NORTE BAIANO**

Modalidade de uso	Fonte(s)
Artesanato	
Confecção de vassoura, esteira, trança chapéu, cortina, bolsa, tapete, cesta, porta-copo, porta-objetos, caixa, porta-guardanapo, espanador	Bondar (1942), Medeiros-Costa (1982), Lopes e Moura (2012), Carvalho e outros (2013)
Confecção de bichinhos (galo, galinha, pato, pinto, etc.)	Lopes; Moura (2012)
Utilização do endocarpo na confecção de artesanato regional	Lorenzi e outros (2004), Carvalho e outros (2013)
Ornamentação	
Uso dos frutos como objeto de ornamentação	Lopes e Moura (2012)
Paisagismo	
Uso da palmeira para fins ornamentais devido ao aspecto da distribuição das folhas em volta do estipe (formando uma coroa)	Lorenzi e outros (2004)
Alimentação (<i>in natura</i>)	
Produção de colares com a amêndoa do coco para comer e vender em feiras	Lopes e Moura (2012), Carvalho e outros (2013)
Consumo <i>in natura</i> pelas populações humanas	Bondar (1938, 1942), Lorenzi e outros (2004), Carvalho e outros (2013)
Para o arraçoamento do gado em períodos de seca a partir de folhas trituradas, frutos e inflorescências. É considerada pelos criadores de gado uma espécie forrageira de reserva para os períodos de estiagem severa, comuns no semiárido nordestino	Bondar (1938), Hart (1995), Lopes e Moura (2012), Carvalho e outros (2013)
Alimentação (cozido)	
Uso do coco verde cozido para alimentação e comercialização em feiras	Lopes e Moura (2012)
Uso da lagarta do coco (<i>Pachymerus nucleorum</i>) como alimento, frita no próprio óleo, misturada com farinha de mandioca	Costa-Neto (2004), Lopes e Moura (2012)
Alimentação (preparo)	
Imbuzada com leite do coco, feijão no coco, peixe no coco, arroz no coco, cocada, doce de coco ralado, doce de coco triturado	Noblick (1986), Lopes e Moura (2012)
Leite do licuri com amido de sementes de jaca, como espessante (em teste IF Baiano/Programa Conca, Senhor do Bonfim-BA)	Carvalho e outros (2013)
Fitoterápico (remédio)	
Uso das raízes do estipe como calmante (chá)	Lopes e Moura (2012)
Uso das raízes do estipe para amenizar calores no corpo (menopausa)	Lopes e Moura (2012)
Uso da água do coco verde (endosperma) como colírio	Rufino e outros (2008), Lopes e Moura (2012)
Uso da água do coco para micoses e como cicatrizante	Rufino e outros (2008)
Uso do chá da raiz para tratamento de dores de coluna	Rufino e outros (2008)
Uso da lagarta do coco como cicatrizante	Rufino e outros (2008), Lopes e Moura (2012)
Beneficiamento	
Massa para auxiliar na prensa da mandioca (imprensar)	Lopes e Moura (2012)
Extração do óleo para fabricação de saponáceos	Noblick (1986), Santos e Santos (2002)
Extração do óleo para cozinhar	Lopes e Moura (2012)
Construção (insumo para instalações rurais)	
Construção de banheiros (privadas feitas com as palhas)	Lopes e Moura (2012)
Uso das palhas como cerca para silo	Lopes e Moura (2012)
Utilização das folhas como cobertura de casebres	Noblick (1986), Lopes e Moura (2012)
Industrial	
Uso do óleo para fins cosméticos e industriais	Drumond (2007)
Raspagem das folhas para a produção de cera empregada na fabricação de papel carbono, graxa para sapatos, móveis e pintura de automóveis	Ramalho (2008)
Energético (fabricação de biocombustível)	
Características excelentes para produção de biodiesel	Santos (2011)

Quadro 1
Os múltiplos usos do licuri (*Syagrus coronata*, Arecaceae)

Cooperativismo e o comércio do licuri

A Coopes é uma entidade que tem mantido seu foco na agricultura familiar especialmente com o licuri. No mercado regional, em 2013, pagou-se por litro do licuri quebrado o valor de R\$ 1,30/L, enquanto na cooperativa pagava-se pela mesma

quantidade o valor R\$ 5,00/L, representando uma grande diferença para os agricultores. Essa cooperativa tem colocado o licuri no cardápio escolar dos municípios, na composição de bolachas e outros produtos, e tem levado o licuri para além das fronteiras do Brasil. Este produto teve grande aceitação e divulgação na *Salone Del Gusto*, evento realizado

bienalmente na cidade de Turim, na Itália. E também tem participado, durante sucessivos anos, do Encontro Mundial das Comunidades do Alimento em Turim nesse mesmo país. É o *coco piccolo di Brasile*, pequeno coco do Brasil, em que se imprime a filosofia do alimento limpo e do comércio justo e solidário, conforme o movimento internacional *Slow Food* ao qual a Coopos encontra-se associada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil já foi chamado de Pindorama, designação indígena tupi-guarani da era colonial, que significa “terra, lugar ou região das palmeiras” (BONDAR, 1964), devido às palmeiras serem tão representativas da sua flora. Por sua vez, a caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, trata-se de uma das regiões mais ameaçadas e suscetíveis a processos de degradação e perda de fertilidade do solo (GARDA, 1996). Nesse cenário, a palmeira licuri representa subsistência e matéria-prima para o desenvolvimento da cultura local e regional de populações humanas.

O presente trabalho indicou que, nas oficinas, nas visitas técnicas, nas viagens a campo e nas pesquisas laboratoriais de apoio ao Programa Conca, a atividade de extensão assume um papel formativo relevante para estudantes e professores, constituindo-se em um espaço de aprendizagem, de elaboração, de montagens de estratégias para atividades e de instigação de estudos, fomentando pesquisas a partir da realidade da agricultura familiar camponesa, a qual tem natureza complexa e eclética. Dessa maneira, o licuri estabelece um complexo temático que perpassa várias áreas do conhecimento, desde as ciências humanas, agrárias, biológicas, de alimentos, mecânica, dentre outras.

Essa influência mútua homem-licuri, associada ao etnoconhecimento, incluindo saberes, cultura, relações, conhecimento e manejo dos recursos naturais, impacta diretamente na manutenção de populações e, por conseguinte, na distribuição geo-

gráfica do licuri, considerando-se que as palmeiras destacam-se tanto pelo recurso natural e econômico para populações humanas, quanto pelo seu papel ecológico nas formações vegetais onde ocorrem (PERES, 1994). Urge que sejam criadas condições que viabilizem a subsistência dessas populações (de licurizais e de humanos) com a necessária sustentabilidade socioambiental. Assim, é nesse complexo temático pautado no licuri onde a interação de saberes (saber popular e saber acadêmico) e a perspectiva da extensão rural se associam de modo a elevar o conhecimento e possibilitar avanços para as comunidades populares e acadêmicas.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: ASPTA; FASE, 1989.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BERBEL, N. A. N. *Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações*. Londrina, PR: EDUEL, 1999.
- BONDAR, G. O. *Licurizeiro (Cocos coronata Mart.) e suas potencialidades na economia brasileira*. Salvador: Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, 1938. 18 p. v. 2.
- _____. *Importância econômica das palmeiras nativas do gênero cocos nas zonas secas do interior baiano*. Salvador: Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, 1939.
- _____. *As ceras no Brasil e o licuri Cocos coronata Mart. na Bahia*. Salvador: Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, 1942. 86 p. (Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia. Boletim, 11).
- _____. *Palmeiras do Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo; Instituto de Botânica, 1964.
- BRANDT, A.; MACHADO, R. B. Área de alimentação e comportamento alimentar de *Anodorhynchus leari*. *Ararajuba*, [S.l.], v. 1, p. 57-63, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. *O ensino das ciências agrárias: análises e recomendações*. Brasília: MEC, 1974.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Plano de manejo da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari)*. Brasília: IBAMA, 2006.

- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa n° 191, de 24 de setembro de 2008. Proíbe o corte do licuri (*Syagrus coronata* (Mart.) Becc.) nas áreas de ocorrência natural desta palmeira nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe até que sejam estabelecidas normas de manejo da espécie por cada estado. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 set. 2008.
- CAPORAL, R. F. *Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica*: Compromisso com as atuais e no legado para as futuras gerações. Brasília: [s.n.], 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia*: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA; SAF; DATER; IICA, 2004.
- CARVALHO, H. M. *Tecnologia socialmente apropriada*: muito além da questão semântica. Londrina, PR: IAPAR, 1982.
- CARVALHO, A. J. A.; FERREIRA, M. H. S. Programa CONCA – Sistema de produção do licuri (*Syagrus coronata*, ARECACEAE): sustentabilidade, saberes e sabores da caatinga. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DIVERSIDADE CULTURAL. 2., 2013, Caruaru, PE. *Anais...* Caruaru, PE: UFPE; NUPEFEC, 2013. Disponível em: <<http://www.serta.org.br/educampodiversidadecultural>>. Acesso em: 17 ago. 2013.
- CARVALHO, A. J. A. et al. Programa Conca: possibilidade de extensão com diálogo de saberes sobre o licuri no semiárido baiano. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.aba-groecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/14926/9118>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- CARVALHO, A. J. A. et al. “Festa do Licuri” enquanto espaço não formal de educação para a convivência com o semiárido. In: WORKSHOP DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTERDISCIPLINAR, 2., *Anais...* Juazeiro: Univasf, 2013. p. 64-67. Disponível em: <http://www.escolaverde.univasf.edu.br/workshop2013/download/Livro_de_Resumo_do_II_Workshop.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- COSTA NETO, E. M. Insetos como recursos alimentares nativos no semiárido do estado da Bahia, Nordeste do Brasil. *Zonas Áridas*, [S.l.], v. 8, p. 33-40, 2004.
- CREPALDI, I. C. Uso de substâncias reguladoras e não-específicas na germinação de sementes de licuri (*Syagrus coronata* (MART.) BECC). *Sitientibus, Série Ciências Biológicas*, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 28-32, 2005.
- CREPALDI, I. C. et al. Composição nutricional do fruto de licuri (*Syagrus coronata* (Martius) Beccari). *Revista Brasileira de Botânica*, Viçosa, MG, v. 24, n. 2, p. 155-159, 2001.
- CYSNE, A. Q. et al. Flutuação populacional de *Rhynchophorus palmarum* (Coleoptera: Curculionidae) em palmeiras oleíferas no Amazonas. *Acta Amazonica*, Manaus, AM, v. 43, n. 2, p. 197-202, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v43n2/v43n2a10.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- DRUMOND, M. A. *Licuri Syagrus coronata (Mart.) Becc.* Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2007. (Documentos, 199).
- DUQUE, J. G. *O Nordeste e as lavouras xerófilas*. 4. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARDA, E. C. *Atlas do meio ambiente do Brasil*. Editora Terra Viva, Brasília, DF, 1996.
- GLIESSMAN, S. R. *Manual de agroecologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GOMES, M. A. O. Diagnóstico Rápido Participativo (DPR) como mitigador de impactos socioeconômicos em empreendimentos agropecuários. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, p.110-19, 2000.
- HART, J. K. The Lear’s Macaw. In: ABRAMSON, J.; SPEER, B. L.; THOMSEN, J. B. *The large macaws*. Fort Bragg: Raintree publications, p. 468-483, 1995.
- JAFFÉ, K. et al. Chemical ecology of the pla weevil *Rhynchophorus palmarum* (L.) (Coleoptera: Curculionidae): attraction to host plants and to a male-produced aggregation pheromone. *Journal of Chemical Ecology*, [S.l.], v. 19, p. 1703-1720, 1993.
- LOPES, U. G. C. *Licuri (Syagrus coronata (Mart) Becc) usos e concepções nos municípios de Olho D’água das Flores e São José da Tapera no semiárido alagoano*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana)-Departamento de Educação, Campus VIII, Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso, BA, 2012.
- LOPES, U. G. C.; MOURA, F. B. P. Uso dos recursos da palmeira licuri *Syagrus coronata* (Mart) Becc. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ECOLOGIA HUMANA, 1., 2012, Salvador. *Anais...* Salvador: EDUNEB, 2012.
- LORENZI, H. *Árvores brasileiras*: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa, SP: Plantarum, 1992.
- LORENZI, H. et al *Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas*. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2004. v. 1.
- LORENZI, H. *Flora brasileira Lorenzi: Arecaceae (palmeiras)*. Nova Odessa, S P: [s.n.], 2010.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *A pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MEDEIROS-COSTA, J. T. *As palmeiras (Palmae) nativas de Pernambuco, Brasil*. 1982. 140f. Dissertação (Mestrado em Botânica)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1982.

- MOURA, F. B. P. (Org.). *Conhecimento tradicional e estratégias de sobrevivência de populações brasileiras*. Maceió: EDUFAL, 2007. v.1.
- NOBLICK, L. R. Palmeiras das caatingas da Bahia e as potencialidades econômicas. In: SIMPÓSIO SOBRE A CAATINGA E SUA EXPLORAÇÃO RACIONAL, 1986, Brasília, DF. *Anais...* Brasília: EMBRAPA, 1986. p. 99-115.
- NOBLICK, L. R. *The indigenous palms of the state of Bahia, Brazil*. Chicago: Phd Thesis, University of Illinois, 1991.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Diretrizes da política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: FAO: INCRA, março 1995. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036.
- RAMALHO, C. I. *Estrutura da vegetação e distribuição espacial do licuri (Syagrus coronata (Mart) Becc.) em dois municípios do centro norte da Bahia, Brasil*. 2008. 131f. Tese (Doutorado em Agronomia)–Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, [João Pessoa], 2008.
- ROCHA, K. M. R. *Biologia reprodutiva da palmeira licuri (Syagrus coronata (Mart.) Becc.) (Arecaceae) na ecorregião do Raso da Catarina, Bahia*. 2009. 82f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais)–Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.
- RUFINO, M. U. L.; COSTA, J. T. M.; SILVA, V. A.; ANDRADE, L. H. C. Conhecimento e uso do ouricuri (*Syagrus coronata*) e do babaçu (*Orbignya phalerata*) em Buíque, PE, Brasil. *Acta Botanica Brasílica*, Belo Horizonte, v.4, p.1141-1149, 2008.
- SANTOS, J. A. R. *Avaliação das propriedades físico-químicas, fluidodinâmicas e oxidativas do biodiesel de licuri (Syagrus coronata) e das blendas (licuri/soja)*. 2011. 82f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Química, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: UFPB, 2011.
- SANTOS, H. M. V.; SANTOS, V. de J. *Estudo etnobotânico do licuri Syagrus coronata (Martius) Beccari em Senhor do Bonfim, Bahia*. 2002. Disponível em: <<http://projeticuri.ubbihp.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.
- SANTOS-NETO, J. R., CAMANDAROBA, M. Mapeamentos dos sítios de alimentação da arara-azul-de-lear *Anodorhynchus leari* (Bonaparte, 1856). *Ornithologia*, vol 3, n. 1, p. 1-17, 2008.
- SILVA, C. J. S. O pastoreio comunitário nos fundos de pasto de Oliveira dos Brejinhos – Bahia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009, Niterói, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/.../Cirlene%20Jeane%20Santos%20e%20Santos.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- SOUSA, G. S. *Tratado descritivo do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1825, 2000.
- VERDEJO, M. E. *Diagnóstico rural participativo: um guia prático*. Brasília: MDA, 2006.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 12 de setembro de 2014.

Associativismo, cooperativismo e desenvolvimento local: o caso da comunidade rural de Pouso Alegre, Alcobaça, na Bahia

*Douglas Cerqueira Gonçalves**

*Katia de Fatima Vilela***

*Rodney Alves Barbosa****

* Doutor em Urbanismo pela Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM) mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor no Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC). douglascerqueiragoncalves@gmail.com

** Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Vale do Cricaré (FVC) e especialista em Gestão de Pessoas pela Faculdade de Educação da Serra (FASE). Professora de Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). katia.vilela@teixeira.ifbaiano.edu.br

*** Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em Educação Matemática pela Faculdade de Nova Serrana (FANS). Professor de Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). rodney.barbosa@teixeira.ifbaiano.edu.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as contribuições do associativismo e do cooperativismo às comunidades rurais que vivem da agricultura familiar, tendo em vista o fomento do desenvolvimento local. O campo do estudo abrangeu a comunidade rural de Pouso Alegre, localizada no extremo sul da Bahia, no município de Alcobaça. Buscou-se conhecer as parcerias existentes na comunidade e as ações realizadas em prol do desenvolvimento local. A metodologia compreendeu pesquisa de campo, observações, entrevistas e aplicação de questionários aos membros das associações e comerciantes da comunidade. Os resultados da análise evidenciam que o associativismo e o cooperativismo são reconhecidos pelos membros das associações como uma conquista, tornando-se exemplo de desenvolvimento capaz de garantir o futuro e a solidez das comunidades rurais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento. Associativismo. Cooperativismo.

Abstract

The aim of this study is to analyze the contributions of associations and cooperatives among the rural communities living from family farms, in view of the promotion of local development. The total field study population was represented by the rural community of Pouso Alegre, located in the Southern of the State of Bahia, in the municipality of Alcobaça (BA). This research aimed to know about the existing partnerships in the community and actions taken in support of local development. The methodology included field research with observations, interviews and questionnaires to members of associations and traders community. The survey results has shown that the associations and cooperatives are recognized by members of associations as a real achievement, becoming an example of development capable of ensuring the soundness and future of rural communities.

Keywords: Family farming. Development. Associations. Cooperatives.

INTRODUÇÃO

Atualmente, há intenso debate teórico sobre as definições dos termos desenvolvimento econômico, endógeno, local, regional e durável. Esta discussão serve de reflexão acerca das práticas adotadas pelas empresas, independentemente de seu ramo de atividade ou porte, as comunidades, as escolas, o poder público, enfim, por toda a sociedade civil. Na agricultura, as questões relativas ao desenvolvimento são observadas na manutenção e na sobrevivência das comunidades rurais. Há centenas de anos, a agricultura familiar foi destacando-se naturalmente nessas comunidades, utilizando-se de recursos renováveis. Nesse contexto, os agricultores apresentam uma relação solidária que atravessa gerações, sobretudo, nas relações de trabalho e subsistência.

Vale destacar que a agricultura familiar tem mostrado resultados positivos, sobretudo no campo social, pois agrega interesses comuns e contribui para minimizar diferenças entre as regiões onde é adotada. Tem ainda vencido as barreiras impostas pela complexidade do mundo globalizado, que dificultam a produção e a distribuição de seus produtos, e tem mostrado que o desenvolvimento local, que ocupa importante espaço no mundo, é o instrumento para vencê-las, especialmente, em pequenas comunidades.

Para Veiga (2010, p. 9), “[...] o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente”. Com isso, são necessárias as ações que concretizem interesses comuns, capazes de promover o desenvolvimento por meio de práticas associativas que consolidem comunidades reunidas em um conjunto de iniciativas para melhorar as condições de vida dos indivíduos, possibilitando troca de experiências entre seus membros e constituindo-se em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

A agricultura familiar tem mostrado resultados positivos, sobretudo no campo social, pois agrega interesses comuns e contribui para minimizar diferenças entre as regiões onde é adotada

É sob o prisma das discussões existentes, com ênfase na agricultura familiar, no desenvolvimento local, no associativismo, no cooperativismo e na responsabilidade social, que se busca compreender a comunidade de Pouso Alegre no município de Alcobaca (BA). Este estudo é relevante tanto para a sociedade local e regional quanto para o meio acadêmico, pois pretende analisar as ações do associativismo que proporcionam a inclusão social de famílias de pequenos agricultores na comunidade de Pouso Alegre. Assim, tem-se como questão de pesquisa: o associativismo tem apresentado condições para que a comunidade de Pouso Alegre possa se desenvolver?

Para responder a tal questionamento, fez-se necessário entender as ações e o papel de cada membro dentro das associações, as parcerias estabelecidas, assim como o papel da agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento, além de observar como essas ações têm influenciado o desenvolvimento da comunidade, pois “[...] o desenvolvimento entra em cena a partir de uma longa reflexão sobre o futuro da humanidade” (SACHS, 2009, p. 9). Pretende-se ainda conhecer as ações implantadas pelo associativismo na comunidade no intuito de preservar e fortalecer a agricultura familiar, assim como contribuir com o objeto de estudo para fortalecer ações já implantadas.

As informações utilizadas nesta pesquisa foram coletadas a partir de observações, entrevistas e aplicação de questionários, que foram elaborados primeiramente com o objetivo de responder às questões levantadas no projeto de pesquisa e dar sustentação à elaboração de outras questões que foram aplicadas aos gestores da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga (CAVI), aos 85 membros das duas associações da comunidade rural de Pouso Alegre e a 12 comerciantes da comunidade.

Para a pesquisa foram elaborados dois modelos de questionário, direcionados para cada público, em 14 de março de 2014: o questionário aplicado aos associados abrangeu uma amostragem de dez membros, com o objetivo de validar o instrumento de coleta de dados. Após a validação, foram selecionadas duas moradoras da comunidade, ambas com ensino médio concluído, que foram treinadas pelos pesquisadores, a fim de aplicar os questionários aos 85 membros das duas associações. A participação das moradoras foi importante para dar mais liberdade aos membros da comunidade e evitar que fossem influenciados e/ou tivessem suas respostas direcionadas, tornando-as tendenciosas. Dessa forma, a metodologia desta pesquisa foi classificada como quali-quantitativa e estudo de caso.

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO

A agricultura familiar é de suma importância para o desenvolvimento local e regional, sua produção é destinada aos mais diversos mercados alimentícios, diferenciando-se dos sistemas de produção agrícola das grandes corporações, que trazem desafios para a sobrevivência desses pequenos agricultores (HURTIENNE, 2005).

De acordo com Ferraz e outros (2008), o conceito de agricultura familiar é muito amplo e permite diversas abordagens e análises. Porém, algumas generalidades acerca do conceito permitem o surgimento de atributos comuns, sendo os principais a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, as modalidades de produção e as manifestações de valores e tradições.

Nos países capitalistas que possuem os melhores indicadores de desenvolvimento humano, é possível perceber uma vigorosa presença da agricultura familiar, cujo crescimento revela um papel

fundamental na estruturação das economias mais dinâmicas e de sociedades mais democráticas (GUANZIROLI et al., 2001).

Em países desenvolvidos, a agricultura familiar evidencia-se como relevante para a minimização da pobreza e para alicerçar as sociedades democráticas e estáveis. Seu desenvolvimento e grandiosidade consistem na garantia de acesso à terra, pois a agricultura familiar exerce um papel estratégico que tem sido disseminado em muitas análises, como o de garantir um convívio socialmente balanceado entre uma economia de base rural rudimentar/artesanal e uma economia industrializada (PREZOTTO, 2005).

Para Wanderley (2000), o Brasil passou séculos vivenciando um cenário em que a agricultura familiar estava sempre à margem da sociedade. Os grandes proprietários de terras sempre tinham benefícios em todos os sentidos, em detrimento dos pequenos agricultores, especialmente no que se refere a incentivos governamentais. A divisão de terra figurava-se desigual, uma vez que, com a falta de oportunidade no meio rural, o homem do campo buscava na cidade o que lhe faltava, provocando a emigração rural e o acúmulo de terras nas mãos de poucos.

Atualmente, pode-se dizer que as políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), possibilitam à agricultura familiar tornar-se um importante ator social. Para Wanderley (2000), esta revalorização do meio rural como um local de trabalho e de preservação de vidas se evidencia na retomada da permanência à terra.

Guanziroli e outros (2001) destacam que, quando ocorrem políticas agrícolas com o apoio à agricultura familiar, como o Pronaf, os agricultores tendem a se solidificar e a se fortalecer. É importante destacar que a agricultura familiar no Brasil é, atualmente, a principal fonte de suprimento de alimentos do mercado interno. Contudo, ainda ocorre uma

carência de sistemas produtivos adequados e de investimentos concretos, tanto na produção como na orientação aos agricultores, em vista de uma gestão da produção mais eficiente e eficaz.

As Diversas Modalidades de Desenvolvimento

A dimensão do desenvolvimento local vai além de vantagens ou obstáculos geográficos de localização,

assimilando a preocupação em apoiar-se na união das ações cooperativas que incluem a conquista de bens públicos, como educação, saúde, emprego e informação capazes de enriquecer certa localidade.

Na abrangência espacial do desenvolvimento sustentável, 'local' ou 'lugar' é relativo ou pertencente ao espaço. Um lugar pode ser compreendido como sendo a posição de um corpo entre outros corpos, assim, local remete a algo relativo ou pertencente a determinado lugar, limitado a uma região. Sobre a abrangência mencionada referente a espaço local, (CARON, 2003 apud SALANEK FILHO, 2007, p. 37) diz que, "[...] em determinados momentos, local é a abrangência do espaço Estado-Nação para diferenciá-lo do espaço nacional de outros países. Local pode ser também o espaço subnacional, contemplando estados e regiões internas de um país". Pode-se dizer também que local é o espaço territorial do município ou a consorciação de municípios, visando ao desenvolvimento de uma região.

Partindo-se de uma análise da decomposição do termo, desenvolvimento apresenta um significado bem mais abrangente e completo do que o compreendido logo após a Segunda Guerra Mundial, quando, de acordo com Scotto, Carvalho e Guimarães (2010), a necessidade de reconstrução das cidades afetadas pela guerra e a disparidade entre as nações centrais, urbanizadas e industrializadas, e os países periféricos predominantemente rurais e com baixa industrialização levaram-nas ao crescimento econômico. Embora seja neces-

sária a passagem por este crescimento econômico, o desenvolvimento deve estender-se também à qualidade de vida da população, respeitando seus aspectos sociais, culturais e as práticas de conservação ambiental.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico de cada sociedade pode ser medido pela forma como as instituições se constituem e se transformam com o passar dos anos

mento local, o compromisso moral de focar seus interesses no homem. Ao mesmo tempo que o nível do local garante a flexibilização de regras para o mercado melhor atuar, também influencia na formação de novas molduras socioeconômicas, buscando sustentabilidade e construindo uma cidadania mais participativa (ZAPATA et al., 2001).

Quando a comunidade local é capaz de utilizar todo o potencial existente na região onde está inserida e, ao mesmo tempo, consegue ter uma visão de futuro onde está liderando o processo, pode-se falar em desenvolvimento local endógeno. Nesse sentido, Vázquez Barqueiro (2001, p. 24) afirma que "[...] o desenvolvimento endógeno de uma economia é sempre promovido por atores de uma sociedade que têm uma cultura e mecanismos próprios de organização".

Pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico de cada sociedade pode ser medido pela forma como as instituições se constituem e se transformam com o passar dos anos. Neste trabalho, evidenciam-se as lutas das associações Pouso e Constelação para promoverem o desenvolvimento local da comunidade rural de Pouso Alegre.

ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Nesta pesquisa, faz-se necessária a discussão sobre associativismo e cooperativismo, considerando-se que este trabalho foi desenvolvido em uma

comunidade rural que, através de associações de produtores rurais, se uniu para criar uma cooperativa. Assim, serão apresentadas algumas definições de associativismo, bem como de cooperativismo.

Para Ricciardi e Lemos (2000), o associativismo rural pode ser compreendido como um mecanismo de luta dos pequenos produtores, proporcionando a preservação da terra e a ampliação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é tão somente um grupo de pessoas com objetivos e ideais comuns em prol de uma melhor situação econômica para seus sócios, mas sim uma organização com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes funções por meio de estatutos e regimentos.

O termo associativismo designa a prática social de criação e gestão das associações que são organizações autônomas, caracterizando-se pela gestão democrática de seus associados, unidos para atingir finalidades e objetivos comuns. Neste sentido, o associativismo rural possui uma característica particular: a de ser um grupo administrado pelos próprios agricultores. A convicção e a participação são os princípios essenciais e necessários para conservar a união entre os produtores associados e a garantia de que os benefícios da associação serão válidos para todos (BEZERRA, 2003).

Já a cooperativa é considerada uma sociedade ou empresa, constituída por membros de um determinado grupo econômico ou social, que, conjugando esforços e recursos principalmente para fins comerciais, visa estimular o aumento da qualidade de vida de seus associados, prestando serviços à própria comunidade onde está inserida e à sociedade em geral, gerando, por exemplo, empregos com carteira assinada.

O cooperativismo agropecuário é o mais lembrado pela sociedade brasileira e tem participação ampla nas exportações, além de ser o responsável

pelo abastecimento do mercado interno. As cooperativas agropecuárias são extremamente relevantes no cenário nacional. Conforme dados do Censo das Cooperativas Brasileiras (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2011), as cooperativas agrícolas vêm destacando-se na geração de empregos, na comercialização e na exportação de produtos, inclusive industrializados. A tradição e a força do cooperativismo no estado da Bahia ganharam novos incentivos através da Lei Estadual nº 11.362/09 (BAHIA, 2009), que dá suporte ao cooperativismo no estado.

Pelas descrições aqui apresentadas, o contraste entre as duas entidades está na geração de renda, ou seja, enquanto a associação não possui a finalidade de geração de renda, a cooperativa possui objetivos econômicos e é uma empresa, enquanto a associação é apenas uma reunião social.

Nos espaços dos empreendimentos econômicos solidários, como no caso das associações da comunidade rural de Pouso Alegre, destaca-se a importância do associativismo no desenvolvimento, seja ele social ou local. Primeiramente, o desenvolvimento deve atingir as pessoas inseridas na comunidade; o indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento, é quem busca meios, caminhos que possam levá-lo a conquistar melhores condições de vida, primeiro requisito para se atingir o desenvolvimento social e, conseqüentemente, local.

Neste quesito, Frantz (2012) destaca que desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições da vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local, é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade de potencialidades humanas.

Portanto, cabe ressaltar que as associações de Pouso Alegre são espaços associativos solidários que oferecem aos produtores rurais locais o apoio necessário à superação de obstáculos e à concen-

A tradição e a força do cooperativismo no estado da Bahia ganharam novos incentivos através da Lei Estadual nº 11.362/09 (BAHIA, 2009), que dá suporte ao cooperativismo no estado

tração de esforços no sentido de desenvolver seu mercado de atuação. O apoio dado aos produtores estende-se aos demais setores da economia, pois as associações são o complemento necessário para que o comércio local se desenvolva, impedindo o êxodo rural.

Na comunidade rural de Pouso Alegre existiam duas grandes fazendas que empregavam aproximadamente 136 trabalhadores rurais e que cultivavam limão e tangerina. As propriedades foram vendidas para uma empresa de papel e celulose, e estes trabalhadores rurais tomaram conhecimento da Lei Orgânica do município de Alcobaca, que em seu artigo 151 prevê que empresas ou indústrias, de iniciativa privada ou pública, que adquirirem propriedades rurais acima de 1.000 ha, devem por lei deixar 30% dessa área para preservação ecológica e cultivo das agriculturas de subsistência e pecuária.

No intuito de se organizarem para ganhar força, estes trabalhadores das antigas fazendas criaram duas associações locais, denominadas Pouso Alegre, fundada em 2001, e Constelação, fundada em 2004. A lei foi aplicada e ambas as associações conquistaram sua propriedade rural para trabalhar.

Em 2013, essas associações locais, no intuito de aproveitar um potencial da comunidade que é o cultivo da mandioca, implantaram uma farinheira comunitária e, para geri-la, foi criada a Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga (CAVI).

Pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico de cada sociedade pode ser medido pela forma como as instituições inseridas no contexto desta se constituem e se transformam com o passar dos anos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

As empresas, de modo geral, até pouco tempo não se preocupavam com os impactos e prejuízos sociais que suas atividades provocavam à socieda-

de. O que as organizações almejavam era acumular um volume de capital satisfatório por meio da exploração dos recursos necessários ao seu processo produtivo (SAVITZ, 2007).

As empresas, de modo geral, até pouco tempo não se preocupavam com os impactos e prejuízos sociais que suas atividades provocavam à sociedade

É comum confundir ações de responsabilidade social com ações de filantropia, porém, as ações filantrópicas são apenas parte das ações de responsabilidade social empresarial, ou seja, estão

compreendidas no conjunto destas ações. Apesar disso, são regulares e solucionam questões em curto prazo e, por si só, não são consideradas de responsabilidade social, pois não desenvolvem todas as práticas demandadas à realização desta.

Para o Instituto Ethos (2014), a responsabilidade social distingue-se da filantropia pois seu cerne está na cadeia de negócios da empresa e abarca preocupações com um público maior (acionistas, prestadores de serviço em geral, fornecedores internos e externos, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), distinguindo-se, dessa forma, da filantropia, que trabalha com grupos e ações pormenorizadas, indo, assim, além das atividades desenvolvidas no cotidiano das empresas.

Quando a administração pública aplicou o artigo 151 da Lei Orgânica do município de Alcobaca à empresa de papel e celulose, esta fez a doação das terras aos membros das associações Constelação e Pouso Alegre. Em 2010, esta empresa criou, como parte de seu programa de responsabilidade social o Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

REGIONALIZAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE POUSO ALEGRE

O presente trabalho foi desenvolvido na comunidade rural de Pouso Alegre, que fica situada a

8 km da BR 101, com acesso a importantes cidades como: Teixeira de Freitas (17 km), Itamaraju (50 km) e Alcobaça (aproximadamente 62 km, sendo que, desses, 31 km sem pavimentação).

O município de Alcobaça está situado no extremo sul da Bahia, que é composto por 21 municípios cujas fronteiras estão demarcadas da seguinte forma: ao norte com o sudoeste e o litoral sul da Bahia; ao sul com o estado do Espírito Santo; a oeste com Minas Gerais; e a Leste com o Oceano Atlântico. A sua posição geográfica é privilegiada, haja vista que a região se insere em um dos trechos da BR 101 que fazem a transição entre o Sudeste e o Nordeste do país.

A Tabela 1 mostra o comportamento da população (urbana e rural) do município de Alcobaça, de 1991 a 2010.

Percebe-se que a distribuição entre a população urbana e a rural, de 1991 a 2000, manteve-se praticamente estável, o que não ocorre quando se compara o período entre 2000 e 2010, em que se verifica claramente um aumento no percentual da

população urbana e, conseqüentemente, uma redução no percentual da população rural.

A Tabela 2 demonstra que o município de Alcobaça teve um crescimento da população urbana, de 1991 a 2000, de 36,27%. Entre 2000 e 2010, esse crescimento foi de 48,87%. Já a população rural, de 1991 a 2000, teve um crescimento de 35,27%, acompanhando o crescimento da população urbana. Entre 2000 e 2010, o município apresentou uma redução na população rural de -24,29%. Portanto, na última década, apesar de a população manter-se quase a mesma, com crescimento de apenas 1,7%, ocorreu um êxodo rural.

Nota-se que a agricultura é o principal componente do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Alcobaça. O setor, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responde por 49,8% do PIB municipal, seguido pelo setor de comércio e serviços com 25,09%, enquanto a administração pública aparece com peso significativo de 19,97 % e o setor industrial corresponde a apenas 5,07%.

**A agricultura é o principal
componente do Produto Interno
Bruto (PIB) do município de
Alcobaça [...] responde por 49,8%
do PIB municipal**

Tabela 1
População de Alcobaça – Bahia – 1991-2010

População de Alcobaça	Censo IBGE					
	1991		2000		2010	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
População residente – urbana	5.464	35,45%	7.446	35,63%	11.085	52,11%
População residente – rural	9.946	64,54%	13.454	64,37%	10.186	47,89%
População residente – total	15.410	100,00%	20.900	100,00%	21.271	100,00%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Tabela 2
Crescimento da população de Alcobaça x migração – Bahia – 1991-2010

Crescimento x migração	1991/2000		2000/2010	
	Crescimento	%	Crescimento	%
População residente – urbana	1.982	36,27%	3.639	48,87%
População residente – rural	3.508	35,27%	- 3.268	-24,29%
População residente – Total	5.490	35,63%	371	1,7%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Tabela 3
Síntese dos indicadores de Alcobaca – Bahia – 2001-2010

Indicadores	Referência	Alcobaca
População	2010	21.271
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) da população (%)	2001-2010	0,20
PIB (em mil R\$)	2008	152.156,20
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) do PIB (%)	2002-2008	0,28
PIB agropecuário (%)	2008	49,87
PIB industrial (%)	2008	5,07
PIB administração pública (%)	2008	19,97
PIB demais atividades de comércio e serviço (%)	2008	25,09
Empregados formais (em quantidade)	2009	1.544
Estabelecimentos formais (em quantidade)	2009	157
Participação dos empregados formais no total da população (%)	2009	7,63

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável da Costa das Baleias – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia (2012, p.19).

Na Tabela 3 visualiza-se que, em 2009, o município contava apenas com 1.544 empregados formais, sendo um número extremamente baixo em relação ao número da população, deixando claro que o desemprego era realidade no município.

Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (1996), a região do extremo sul da Bahia apresenta dois vetores econômicos: o de celulose e o de turismo. Diante da influência da monocultura na região pesquisada, Pouso Alegre foi atingida com o consequente êxodo rural e, no intuito de juntar forças para que a comunidade não se exaurisse, sugeriram as associações locais.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O associativismo em pequenas comunidades pode constituir-se como uma possibilidade de desenvolvimento local, em que pequenos agricultores lutam e, ao mesmo tempo, afirmam sua identidade. As organizações de tipo associativo constituem um pilar decisivo na construção de solidariedades e são a expressão de uma forma de vida em comunidade que favorece o exercício da democracia e da cidadania.

As informações que se seguem foram respondidas por 85 membros das associações locais denominadas Pouso Alegre e Constelação.

Dos 85 entrevistados, a maioria das duas associações de Pouso Alegre, reside há mais de 20 anos na mesma comunidade, conforme indicam os gráficos 3 e 4. Esse dado é importante para mostrar que os entrevistados tiveram tempo para construir relações interpessoais na comunidade de Pouso Alegre, possuindo assim experiências e informações relevantes dos aspectos que dizem respeito a lutas, expectativas, ações e anseios dos membros das associações junto à comunidade.

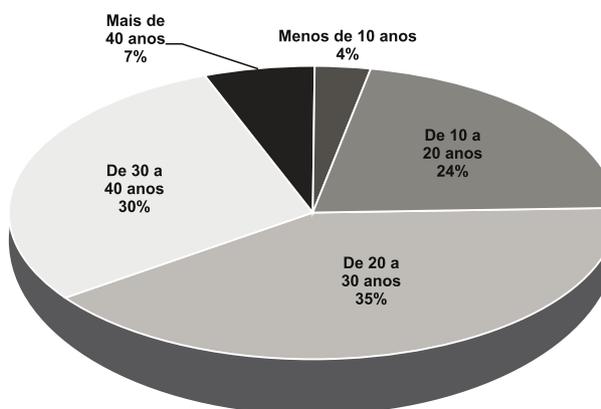


Gráfico 1
Tempo em que os membros da Associação Pouso Alegre residem na comunidade

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 1 demonstra que 59% dos membros da comunidade possuem entre 10 e 30 anos na comunidade; 37% tem mais de 30 anos de residência no local e apenas 4% tem menos de dez anos.

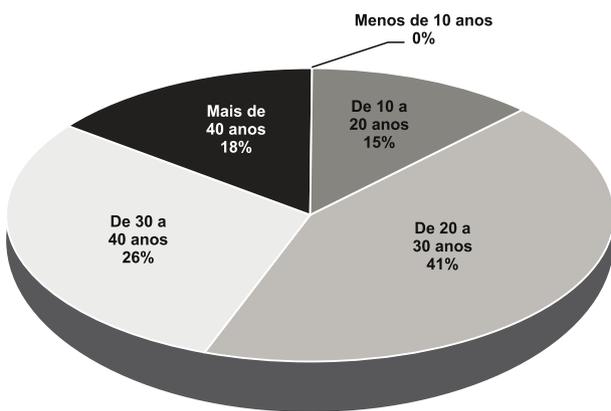


Gráfico 2
Tempo de residência dos membros da Associação Constelação

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se no Gráfico 2 que 56% dos membros da Associação Constelação têm entre dez e 30 anos morando na comunidade, enquanto 44% há mais de 30 anos residem em Pouso Alegre.

Quando questionados sobre os motivos pelos quais se tornaram membros das associações, 96% os entrevistados relataram que foram motivados a participar das associações diante da necessidade e da vontade de trabalhar; 2% apontaram o medo do desemprego e a preocupação com a qualidade de vida de seus familiares, e outros 2% disseram que entraram pelo ganho da terra. Dados estes que vão ao encontro das informações das tabelas 8 e 9 que apontam os principais problemas da população de Alcobaça, sendo que o desemprego aparece em segundo lugar.

Outro fator analisado durante a pesquisa foi o vínculo dos membros das associações Pouso Alegre e Constelação à Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga (CAVI), empresa criada em maio de 2013, pela união das associações da microrre-

gião, com sede na comunidade de Pouso Alegre. Verificou-se que 76% dos entrevistados não faziam parte, enquanto 24% responderam que integravam o quadro de cooperados.

Outra variável da pesquisa diz respeito às ações que foram ou estão sendo implantadas nas associações em benefício dos produtores. Foi solicitado que os entrevistados destacassem as cinco principais ações desenvolvidas pelas associações.

Tabela 4
As cinco principais ações das duas associações da comunidade

Classificação	Principais ações
1ª	União dos associados
2ª	A conquista da terra
3ª	PDRT (Plano de Desenvolvimento Rural Territorial)
4ª	DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)
5ª	Trator

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar na Tabela 4, a principal ação das associações foi promover a união dos associados; em segundo lugar aparece a conquista da terra e, em terceiro, a participação no Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), programa este implantado na comunidade rural de Pouso Alegre pela empresa de celulose que cultiva o eucalipto na região. Em quarto lugar, elegeu-se o acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) documento que possibilita aos pequenos produtores a obtenção de crédito através do Pronaf, assim como a aquisição de um trator pelas associações de Pouso Alegre e Constelação, para prestação de serviços aos associados.

Quando indagados se estarem inseridos nas associações proporcionava-lhes algumas facilidades em relação ao desenvolvimento de sua propriedade, houve consenso de todos os membros, que responderam 'sim', confirmando que, sendo associados, ganham adubo, sementes, atendimento técnico, aprendizado na agricultura e aumento da renda familiar.

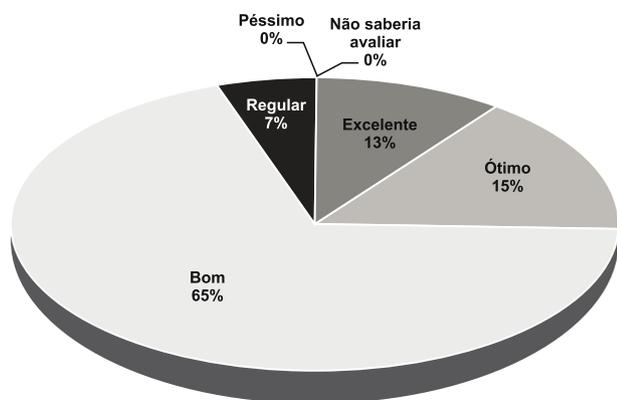


Gráfico 3
Como você avalia as ações das associações dentro da comunidade de Pouso Alegre? – Associação Pouso Alegre

Fonte: Elaboração própria.

Como mostra o Gráfico 3, ao serem questionados sobre a avaliação que fazem da Associação Pouso Alegre dentro da comunidade, 65% a consideraram boa, 15% classificaram as ações da associação como ótimas, 13% declararam serem excelentes as ações, enquanto apenas 7% avaliaram as ações como regulares.

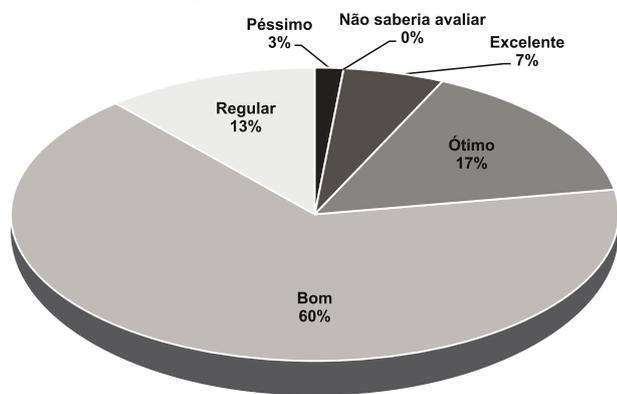


Gráfico 4
Como você avalia as ações das associações dentro da comunidade de Pouso Alegre? – Associação Constelação

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 4 demonstra que 60% dos entrevistados, ao serem questionados sobre as ações da associação Constelação dentro da comunidade, as consideraram boas, 17% classificaram as ações

como ótimas, 7% declararam serem excelentes as ações, 13% disseram acreditar que as ações são regulares e 3% julgaram-nas péssimas. Pode-se notar nos gráficos 3 e 4 que a maioria dos membros das duas associações reconhece as ações desenvolvidas em benefício da comunidade de Pouso Alegre.

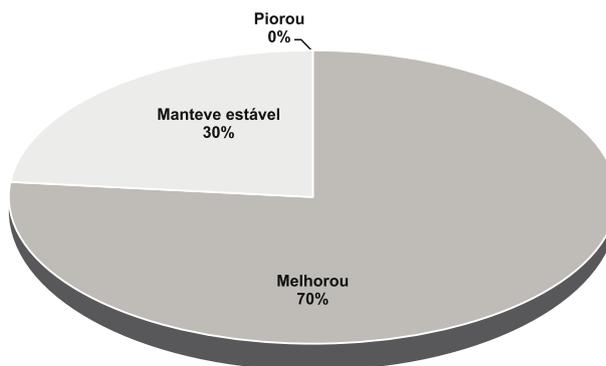


Gráfico 5
Melhoria da qualidade de vida de sua família após a entrada na associação – Associação Pouso Alegre

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, no Gráfico 5, o quanto os associados estão satisfeitos por fazer parte de uma associação. Quando interrogados se após entrarem na Associação Pouso Alegre a qualidade de vida melhorou, piorou ou manteve-se estável, 70%, ou seja, mais da metade dos entrevistados, disseram que a qualidade de vida deles e de suas famílias melhorou, enquanto 30% afirmaram que a qualidade de vida entre eles manteve-se estável.

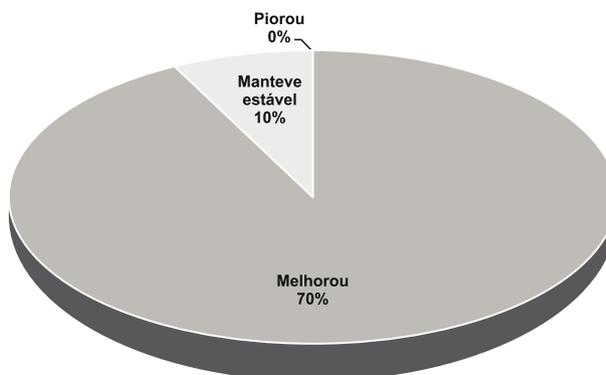


Gráfico 6
Melhoria da qualidade de vida de sua família após a entrada na associação – Associação Constelação

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se, no Gráfico 6, o contentamento dos membros da Associação Constelação por fazerem parte desta, pois, quando interrogados acerca da qualidade de vida após entrarem na associação, 90% dos entrevistados, ou seja um índice próximo da satisfação plena, relataram que a qualidade de vida deles e de suas famílias melhorou. Apenas 10% afirmaram que a qualidade de vida manteve-se estável. Dados que corroboram com a afirmação de Frantz (2012) de que o associativismo e a cooperação fomentam o desenvolvimento local.

Os gráficos 5 e 6 demonstram o papel e a importância das associações para a melhoria da qualidade de vida dos membros das associações e para o desenvolvimento da comunidade de Pouso Alegre.

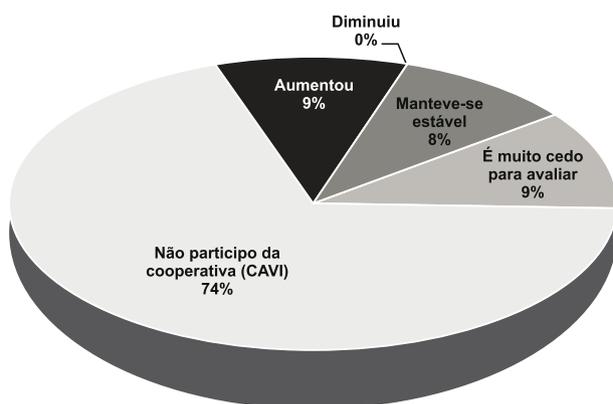


Gráfico 7
Sobre renda familiar após a implantação da CAVI Associação Pouso Alegre

Fonte: Elaboração própria.

Quando questionados acerca da situação da renda familiar após a implantação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga (CAVI), 74% disseram não participar da cooperativa, portanto, não puderam avaliar; 9% declararam que era muito cedo para avaliar; 9% afirmaram que a renda familiar aumentou após implantação da cooperativa, e 8% relataram que a renda familiar manteve-se estável.

Os membros da Associação Constelação também foram questionados sobre a situação da

renda familiar de cada um deles após a implantação da CAVI. Neste quesito, o Gráfico 8 demonstra que 43% não são cooperados, portanto, não puderam avaliar; 17% disseram que ainda é muito cedo para avaliar; 17% afirmaram que a renda familiar manteve-se estável após a implantação da cooperativa e 13% relataram que a renda familiar aumentou.

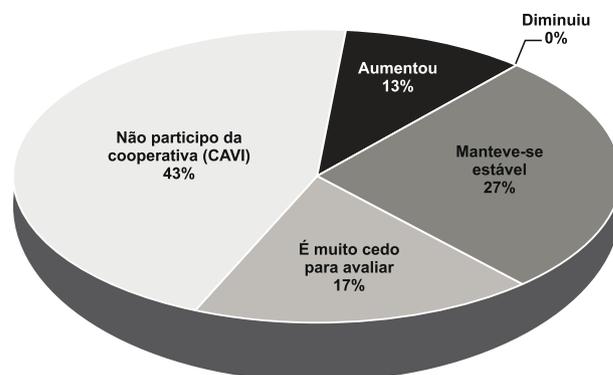


Gráfico 8
Sobre renda familiar após a implantação da CAVI Associação Constelação

Fonte: Elaboração própria.

Os gráficos 7 e 8 mostram que muitos dos membros das associações ainda não haviam aderido à cooperativa. Pôde-se verificar durante as entrevistas que muitos ainda demonstravam desconfiança e estavam na espera de que a cooperativa evidenciasse vantagens para que, só então, pudessem aderir. Nenhum associado, no entanto, declarou que sua renda diminuiu. Nota-se que a Associação Constelação mostrou-se a mais presente na cooperativa, com 40% dos entrevistados entre os que aumentaram sua renda e os que mantiveram a renda estável.

Por sua vez, o Gráfico 9 mostra as expectativas dos membros da Associação Pouso Alegre em relação à melhoria da comunidade com a participação das associações: 59% disseram que as expectativas são boas; 13% consideraram que são ótimas; 11% indicaram excelentes as expectativas; 9% relataram serem regulares e 8% expressaram não saber avaliar.

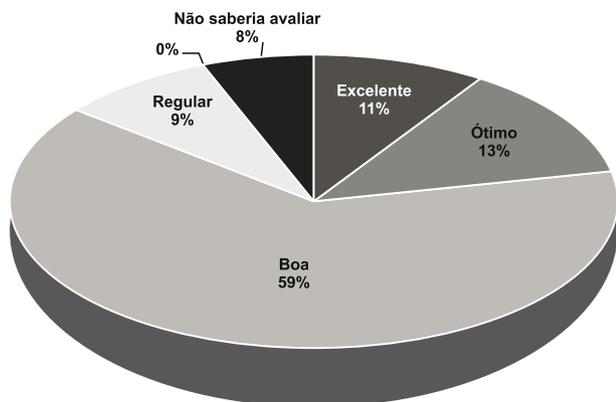


Gráfico 9
Qual é a sua expectativa de melhoria da comunidade com a participação das associações? – Associação Pouso Alegre

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a expectativa de melhoria da comunidade com a participação das associações, 70% dos membros da Associação Constelação disseram que as expectativas são boas; 20% consideraram-nas regulares; 7% não souberam avaliar, e 3% relataram serem péssimas as expectativas. Além do reconhecimento já apresentado, pôde-se verificar que os membros das duas associações têm grandes expectativas de melhoria para a comunidade de Pouso Alegre, através das ações das associações, conforme apresentado nos gráficos 9 e 10.



Gráfico 10
Qual a sua expectativa de melhoria da comunidade com a participação das associações? – Associação Constelação

Fonte: Elaboração própria.

“Estou aqui há 27 anos, luto pela minha comunidade. Queremos ver nossa comunidade melhorar e, através das associações, gerar emprego e renda para meu povo” (informação verbal)¹.

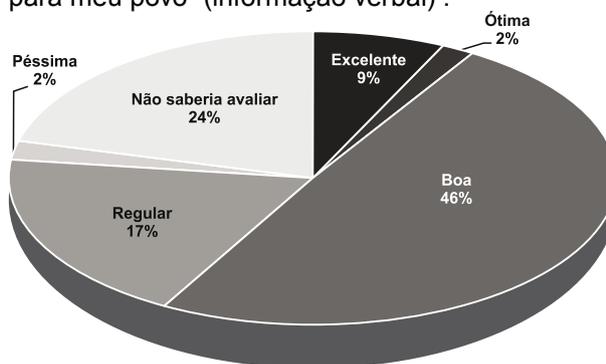


Gráfico 11
Qual a sua expectativa de melhoria da comunidade com a participação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga? – Associação Pouso Alegre

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se, no Gráfico 11, que 46% dos membros da Associação Pouso Alegre, quando interrogados sobre suas expectativas de melhoria da comunidade com a participação da CAVI, consideraram as expectativas boas; 24% afirmaram não saber avaliar; 17% consideraram as expectativas regulares; 9% apontaram-nas como excelentes, e 2% julgaram as expectativas como péssimas, ou seja, a maioria considerou as expectativas positivas.

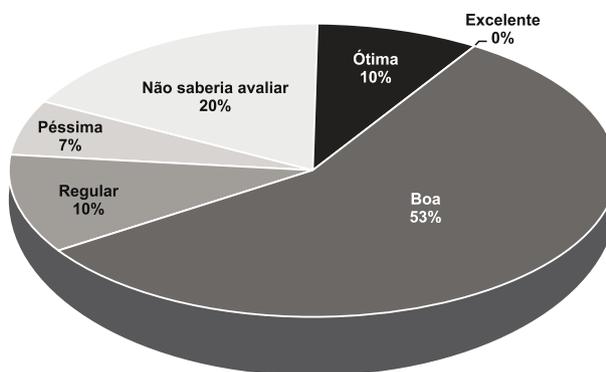


Gráfico 12
Qual a expectativa de melhoria da comunidade com a participação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga? – Associação Constelação

Fonte: Elaboração própria.

¹ Entrevista com a presidenta da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga e Presidenta da Associação Constelação, 2014.

Nota-se, no Gráfico 12, que 53% dos membros da Associação Constelação, quando questionados sobre suas expectativas de melhoria da comunidade com a participação da CAVI, julgaram-nas boas; 20% afirmaram não saber avaliar; 10% classificaram as expectativas como ótimas; 10% consideraram-nas regulares, e 7% apontaram as expectativas como péssimas. Mesmo entre os que não participam da CAVI ou acham que ainda é muito cedo para avaliar as contribuições desta para a comunidade foi verificada expectativa de melhoria da comunidade através da cooperativa.

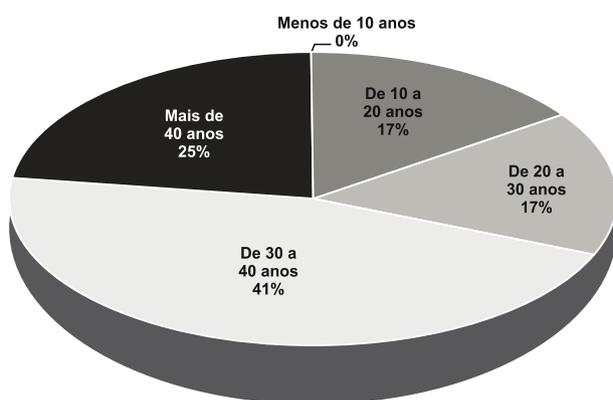


Gráfico 13
Tempo em que os comerciantes residem na comunidade

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se, no Gráfico 13, que todos os comerciantes estão há mais de dez anos na comunidade, sendo que, desses, 66% residem em Pouso Alegre há mais de 30 anos, o que demonstra que conhecem bem os membros das associações e suas lutas.

O Gráfico 14 mostra que 50% dos entrevistados possuem nível de escolaridade até a 4ª série da educação básica; 25% possuem formação do 5º ao 9º ano; 17% são analfabetos, e 8% concluíram o ensino médio.

Foram questionadas as principais contribuições que as associações Constelação e Pouso Alegre trouxeram para a comunidade de Pouso Alegre. Mais de 83% dos comerciantes entrevistados con-

cordaram que a comunidade melhorou muito nos últimos anos, após a criação das duas associações, tendo como principais contribuições o aumento na circulação de dinheiro dentro da comunidade, a geração de emprego, com mais gente trabalhando, a doação de terras, a doação de sementes e adubos e o aumento do poder aquisitivo das pessoas.

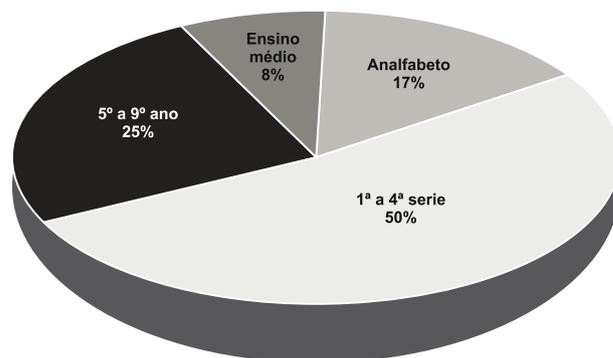


Gráfico 14
Nível de escolaridade dos comerciantes da comunidade de Pouso Alegre

Fonte: Elaboração própria.

Seguem abaixo alguns relatos dos comerciantes:

“Foi as associações que levantaram a comunidade de Pouso Alegre, se não fosse elas a comunidade existiria só com os aposentados” (informação verbal)².

Este relato foi reforçado com o depoimento de outro comerciante:

“A doação de terras ajudou muito, hoje com a renda das roça, as pessoas podem comprar suas casas, reformar, comprar móveis, comprar carro, moto e fazer empréstimo junto ao Pronaf” (informação verbal)³.

Estes relatos mostram que as ações desenvolvidas pelas duas associações têm aumentado os postos de trabalho na comunidade, melhorando, assim, o poder aquisitivo das pessoas e fazendo com que o dinheiro circule dentro da própria comunidade rural. Para 17% dos entrevistados, no

² Entrevista com comerciante 01 da comunidade de Pouso Alegre, 2014.

³ Entrevista com comerciante 02 da comunidade de Pouso Alegre, 2014.

entanto, ainda não houve melhoria na comunidade. Pode-se afirmar que esse contingente é formado pelos donos de pequenos estabelecimentos comerciais. Estes reclamaram que devido à proximidade com Teixeira de Freitas, as pessoas, ao receberem seus salários ou renda com a venda de seus produtos, vão fazer compras direto nesse município, pois já possuem veículo ou facilidade de deslocamento até a cidade vizinha e, com isso, deixam de comprar no comércio local.

Ao serem questionados como seria a comunidade hoje sem as associações Constelação e Pouso Alegre, todos foram unânimes em reconhecer, mais uma vez, a importância destas. Destacam-se três depoimentos de comerciantes, recorrentes durante as entrevistas:

“Se não fosse as associações, a comunidade de Pouso Alegre teria poucos moradores, pois a maioria teria mudado para procurar emprego” (informação verbal)⁴.

“Sem as associações, a comunidade estaria de forma precária” (informação verbal)⁵.

Quanto à contribuição das associações Constelação e Pouso Alegre e da CAVI para desenvolvimento da comunidade de Pouso Alegre, a maioria dos entrevistados, 83%, afirmou que ambas têm contribuído para o desenvolvimento da comunidade de Pouso Alegre, através da geração de emprego, da produção de renda para a comunidade e da criação de condições de trabalho. Destaca-se, nesse aspecto, a fala de um comerciante:

“Tem dado mais condições de trabalho para o povo. Na época das fazendas não tinha oportunidade de cada um ter sua roça e ter a sua própria renda” (informação verbal)⁶.

Informação esta que foi reforçada com o depoimento de outro comerciante:

“Entra mais dinheiro na comunidade; tinha gente que não tinha nada antes das associações e hoje tem casa, moto e até carro” (informação verbal)⁷.

Isso demonstra que a comunidade vem desenvolvendo-se com as ações das associações de Pouso Alegre e Constelação. De acordo com o Gráfico 15, 17% não souberam avaliar se as vendas melhoraram após a criação das associações, sendo estes os que reclamaram o fato de a população ter gasto dinheiro na cidade de Teixeira de Freitas e não na comunidade rural de Pouso Alegre.

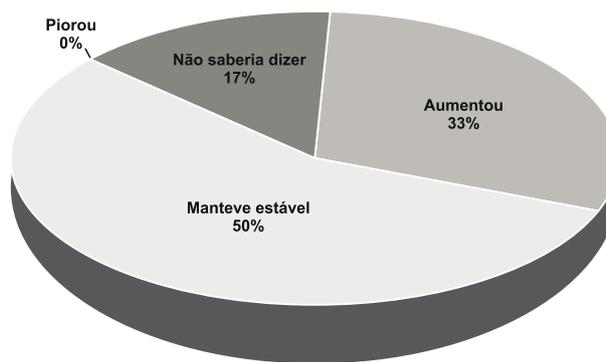


Gráfico 15
Como você avalia as vendas do seu estabelecimento comercial após a criação das associações Constelação e Pouso Alegre?

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 15 mostra ainda que 50% dos comerciantes disseram que suas vendas mantiveram-se estáveis após a criação das duas associações, e 33% disseram que as vendas aumentaram e que pretendem ampliar o negócio. Vale destacar que nenhum dos comerciantes entrevistados disse que as vendas pioraram. Como justificativa, os que disseram que as vendas mantiveram-se estáveis, informaram que o maior problema é a evasão do dinheiro dos que preferem fazer compras na cidade de Teixeira de Freitas.

Diante dos relatos, da análise e da interpretação, e por meio da observação, pode-se inferir que a maioria dos entrevistados acredita que a comuni-

⁴ Entrevista com comerciante 02 da comunidade de Pouso Alegre, 2014.

⁵ Entrevista com comerciante 03 da comunidade de Pouso Alegre, 2014.

⁶ Entrevista com comerciante 04 da comunidade de Pouso Alegre, 2014.

⁷ Entrevista com comerciante 05 da comunidade de Pouso Alegre, 2014.

dade se desenvolveu muito com as ações das associações e que ainda pode se desenvolver muito mais com a atuação destas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O associativismo e o cooperativismo aqui analisados apresentam-se aos trabalhadores e pequenos proprietários de terra como sendo caminhos para a execução de suas atividades econômicas, possibilitando ainda que estes trabalhadores sejam competitivos no mercado. No associativismo e no cooperativismo destaca-se a cooperação entre seus membros, o que facilita tanto a produção quanto a comercialização de bens e forma uma estrutura coletiva que beneficia a todos os associados.

Transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária mostra-se como uma alavanca, uma forma de agregar capacidade produtiva e comercial. Ao mesmo tempo, estes pequenos agricultores se fortalecem através da união, já que estão em constante troca de experiências.

A união dos pequenos produtores de forma associativa torna realidade a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos para quitação, como também o uso coletivo de bens.

Outra grande conquista dos pequenos agricultores que fizeram parte desta pesquisa foi a compra de um trator para o preparo da terra. Apesar de ser apenas um trator para 85 associados, já é considerado por todos os beneficiados como sendo uma contribuição relevante.

A CAVI, fruto também das contribuições do associativismo na comunidade, foi inaugurada em 2013. Apesar de ser recente, a cooperativa é reconhecida como uma conquista das associações locais e como uma entidade de grande importância na questão econômica, pois promove a organização financeira dos produtores rurais da região e gera emprego e renda, direta e indiretamente.

Com relação às dimensões do desenvolvimento local, ficou evidente que as associações são percebidas, pelos associados, pelos seus presidentes, pelo presidente da cooperativa e pelos comerciantes locais, como entidades que promovem o desenvolvimento local.

De acordo com os relatos, nota-se que, depois das associações, o povo tem mais oportunidade de trabalho na comunidade, existe mais fluxo de dinheiro na cidade e quem não tinha nada antes, agora tem terra para trabalhar, casa, moto e até carro. A comunidade percebeu ainda o aumento na circulação de dinheiro no comércio local e, conseqüentemente, no poder aquisitivo de seus membros.

As ações dessas duas associações na comunidade de Pouso Alegre parecem ser locais, mas apresentam resultados em nível regional, estadual e até nacional, mantendo os trabalhadores em seu local de origem, fornecendo acesso ao trabalho e à renda e melhorando a qualidade de vida destes. Além disso, as ações das associações e da cooperativa também cumprem claramente o seu papel social e solidário, intervindo em benefício da própria comunidade de Pouso Alegre.

REFERÊNCIAS

- ALCOBAÇA (BA). Lei Orgânica de 3 de abril de 1990. Dispõe sobre a lei orgânica do município de Alcobaça. [*Diário Oficial de Alcobaça*], Alcobaça, BA, 3 abr. 1990. Disponível em: <<http://pmailcobaca.ba.gov.br/outros/arquivos/lei-organica-antiga.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- BAHIA. Lei nº 11.362, de 26 de janeiro de 2009. Institui a política estadual de apoio ao cooperativismo, e da outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 26 jan. 2009. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/231135/lei-11362-09>>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- BEZERRA, L. M. C. *Agricultura familiar em Orizona (GO): a Associação dos Pequenos Agricultores da Marta Velha, Água Grande e Coqueiro – APAMAC*. 2003. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2003.
- CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA BAHIA. *Plano de Desenvolvimento Sustentável Costa das Baleias*: caderno dos municípios. Salvador. CODES, 2012.
- CORIOLO, L. N. M. T. (Org.). *O turismo de inclusão e desenvolvimento local*. Fortaleza: Premius, 2003.
- FERRAZ, O. G. et al. *Microcrédito rural*: análise sobre a modalidade do Pronaf. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/725.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2013.
- FRANTZ, W. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Ijuí, RS: Unijui, 2012. (Coleção educação a distância. Série livro texto).
- GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 1. 2005.
- INSTITUTO ETHOS. *O que é responsabilidade social corporativa*. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 5 mar. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@*. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&co_dmun=290080&idtema=97&se_arch=bahia|alcobaca|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra>. Acesso em: 26 fev. 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Panorama do cooperativismo brasileiro*. 2011. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro2011.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.
- PREZOTTO, L. L. *A sustentabilidade da agricultura familiar*: implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. *Cooperativa, a empresa do século XXI*: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTC, 2000.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SALANEK FILHO, P. *Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável local*: uma avaliação da área de atuação da Cooperativa Copacol. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento)- Programa de Pós-Graduação em Organizações e Desenvolvimento, UNIFAE, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Biblioteca/DissertacaoPedroSalanek.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- SAVITZ, A. W. *A empresa sustentável*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. M.; GUIMARAES, L. B. *Desenvolvimento sustentável*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Celulose e turismo*: extremo sul da Bahia. Salvador: SEI, 1996.
- VÁZQUEZ BARQUEIRO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável*: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- WANDERLEY, M. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Paraná, n. 2, p. 29-37, jun./dez. 2000.
- ZAPATA, T. et al. Desenvolvimento local: estratégia e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (Org.). *Desenvolvimento local*: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rits, 2001.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 5 de setembro de 2014.

Políticas públicas de desenvolvimento no Mercosul: a reunião especializada sobre agricultura familiar e o Fundo da Agricultura Familiar

Regina Laisner*

Guilherme Ferreira**

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPP) e professora-assistente no curso de graduação em Relações Internacionais e no Programa de Mestrado em Direito da Universidade Estadual Paulista (Unesp). laisner@franca.unesp.br

** Graduando em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista (Unesp). Membro do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPP). ferreira_440@hotmail.com

Resumo

A América do Sul é composta por nações que apresentam baixos níveis de desenvolvimento, historicamente marcadas pela inserção internacional periférica. Nesta região, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) tem, crescentemente, se constituído como uma alternativa para a promoção do desenvolvimento, a partir de algumas políticas públicas inovadoras. Ainda que a agricultura nesses países seja dominada pela produção latifundiária, e a agricultura familiar tenha espaço irrisório, essa área tem se apresentado com relevante potencial neste sentido. Com base nos documentos oficiais disponibilizados, este artigo propõe analisar em que medida a experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) e, mais especificamente, o Fundo da Agricultura Familiar (FAF) têm explorado este potencial na construção de um projeto de integração social.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Mercosul. Agricultura familiar.

Abstract

South America is composed of nations that have low levels of development, historically characterized by peripheral international entering. The Southern Cone Market (Mercosur) has been increasingly established in this region as an alternative to promote development considering some innovative public policies. Although agriculture in these countries is dominated by landowning and the family farming production has minimum space, this area has shown significant potential. Based on available official documents, this paper seeks to examine how much the experience of Specialized Meeting on Family Farming and more specifically the Family Farming Fund, has been incorporating this potential to formulate a project of social integration.

Keywords: Development. Southern Cone Market (Mercosur). Family farming.

INTRODUÇÃO

As aproximações sobretudo entre Brasil e Argentina, que mais tarde dariam vida ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), iniciam-se com a assinatura do acordo Itaipu-Corpus, em 1979, entre os governos brasileiro, argentino e paraguaio. Tais aproximações avançam no interior da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a partir de 1980, com a assinatura do Tratado de Montevidéu, e se aceleram após a redemocratização dos dois primeiros países, com a adoção da Declaração de Iguazu (1985), o Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986) e o Tratado de Integração e Desenvolvimento (1988). O salto determinante neste processo ocorre em março de 1991 quando, juntamente com a participação do Paraguai e do Uruguai, adotou-se o Tratado de Assunção, marco que institucionalizou o Mercosul¹.

Estas movimentações na direção da construção do Mercosul pressupunham a formulação de uma alternativa de desenvolvimento conjunto, de modo a facilitar a inserção dos países envolvidos na economia global, pois, como afirma Oliveira, “[...] essas ações facilitariam a abertura comercial ao mundo externo e à competitividade global, preservando ainda uma certa fronteira regional em relação ao espaço econômico mundial, bem como a articulação entre diversas outras esferas” (OLIVEIRA, 2003, p. 13).

¹ Pode-se afirmar que o processo de integração latino-americana foi iniciado já no século XIX, tão logo se desenvolveu o movimento de independência dos países da região, com ideais de proteção contra as metrópoles e de solidariedade entre os países. Mas somente em meados dos anos 1950 a ideia de integração se firmou e se consolidou a partir da criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960, como tentativa de construção de um mercado comum para maior inserção dos países latino-americanos no comércio internacional. Mais tarde encaminharam-se negociações mais abrangentes e, ao mesmo tempo, mais flexíveis, de modo a incorporar os diversos interesses a partir da criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980. Esta organização teve bastante relevância para os diversos países da região, na medida em que estabeleceu “uma estrutura capaz de viabilizar a negociação de acordos de liberalização comercial entre eles, permitindo acordos bilaterais ou plurilaterais, graduais e progressivos” (ARAÚJO, 2006, p. 114).

As aproximações sobretudo entre Brasil e Argentina, que mais tarde dariam vida ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), iniciam-se com a assinatura do acordo Itaipu-Corpus, em 1979

Esta perspectiva de desenvolvimento nacional apoiado na lógica regional vinculava-se a uma visão mais ampla acerca do que consistia o próprio desenvolvimento, embalada no ideário neoliberal que orientava os países, sobretudo do Terceiro Mundo, como modelo necessário e inevitável. Tal ideário baseava-se em uma espécie de campanha contra o Estado de bem-estar, que teria gastos excessivos em salários e políticas sociais compensatórias à revelia dos lucros das empresas, o que, em última instância, seria responsável pelos processos inflacionários. Nesta perspectiva, a recuperação dos lucros e a retomada dos investimentos exigiam a remoção de toda espécie de entraves corporativos, o estímulo à concorrência e, principalmente, uma presença menor do Estado².

Deste modo, iniciava-se uma nova forma de inserção de Argentina e Brasil no sistema internacional, assim como dos demais países da região, a reboque do movimento precursor destes dois países, baseado na aplicação destas medidas neoliberais com vistas a consolidar uma “plataforma de expansão comercial ou circuitos auxiliares de valorização patrimonial e financeira” (TAVARES; MELIN, 1998, p. 77 apud OLIVEIRA, 2003, p. 15).

Já no artigo 1º do Tratado de Assunção, o documento apresenta os propósitos do novo bloco emergente: busca da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os membros a partir da eliminação das restrições nacionais; estabelecimento de tarifa externa e política comercial comuns para a

² “As elites nacionais de cada um deles [de cada um dos países] eram levadas a absorvê-las [as ideias neoliberais] como ideário político e econômico, pois estavam interessadas nas promessas de reestruturação socioeconômica pela renegociação da dívida externa e pelos ajustes internos preconizados pelo Plano Baker, complementado mais tarde pelo Plano Brady. Esses planos enfatizavam a criação de condições propícias tanto à ampliação de um espaço de valorização do capital por outras regiões do planeta, visando contornar a crise internacional no centro do sistema, quanto à saída da estagnação sofrida na chamada ‘década perdida’ na periferia latino-americana” (OLIVEIRA, 2003, p. 14).

região; coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes e harmonização das respectivas legislações nacionais para o fortalecimento do processo integracionista (MERCOSUL, 1991). Desde então, as negociações e dinâmicas que ganharam palco neste ambiente marcaram-se pelo caráter econômico e comercial dos seus conteúdos.

Paralelamente a este processo de consolidação do Mercosul, com forte apelo comercial e profundamente articulado ao processo de liberalização econômica das décadas recentes na América Latina e no Caribe, novas demandas surgiram e colocaram em evidência os desdobramentos problemáticos deste tipo de integração, restrito a uma perspectiva de crescimento econômico. Estas demandas chamaram a atenção para a necessidade da construção de caminhos alternativos para a integração na América do Sul, e se colocaram na ordem do dia com a proposta de incorporação de outros temas e setores que haviam, até então, sido colocados em segundo plano (AYERBE, 2007).

Esta perspectiva mais abrangente do bloco inclui a ideia de *outra integração possível* como proposta ao contexto latino-americano. Essa nova referência difere das concepções economicistas da integração – fundamentando-se na necessidade de influenciar todos os âmbitos da sociedade em um projeto que traga, certamente, elementos comerciais, mas, além disso, se configure como uma iniciativa social, a partir da consolidação de políticas públicas amplas, sobretudo sociais, desenhadas para as necessidades do bloco e da população que nele reside.

É sobre as possibilidades deste tipo de integração, a partir da consolidação destas políticas, que se debruça este artigo. A proposta é refletir sobre as bases do Mercosul social, tendo em vista os avanços e limites em termos de políticas públicas no âmbito do bloco. Tais políticas constituem variá-

veis fundamentais para o processo de integração da região que devem ser entendidas enquanto aspectos do cotidiano que modificam a vida das pessoas que vivem os processos integrativos. Elementos que, como defende Dello Buono (2006), não sejam incorporados marginalmente, mas como formas genuínas, democráticas e organizadas desde baixo, na construção de novas identidades sociais, políticas e culturais.

Mais especificamente, a proposta desenha-se com o objetivo de apresentar resultados de um estudo acerca de políticas públicas na área de agricultura familiar, tendo como objeto de análise a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) e, vinculado a ela, o Fundo da Agricultura Familiar (FAF), destaque dentre as iniciativas de políticas públicas transnacionais.

A CONSTITUIÇÃO DO MERCOSUL SOCIAL

O Mercosul, desde o início, tem seguido uma orientação pautada na integração econômica e aduaneira em detrimento de projetos sociais comuns a seus Estados Partes. Já na época da assinatura do Tratado de Assunção, os aspectos sociais deste processo de integração ganharam espaço marginalizado. Ainda que, ao se analisar o tratado de criação do Mercosul, note-se em seu preâmbulo que o bloco deveria atuar na aceleração do processo de desenvolvimento com justiça social na região, isto não se refletiu na elaboração de estruturas que materializassem essas preocupações sociais, levando o bloco a assumir, quase que exclusivamente, um caráter comercial, com objetivo limitado às questões ligadas à liberalização dos mercados. E isto está explícito logo no artigo 1º do Tratado de Assunção, no qual se pode observar a limitação das principais implicações da construção do bloco às questões relacionadas à livre circulação de merca-

O Mercosul, desde o início, tem seguido uma orientação pautada na integração econômica e aduaneira em detrimento de projetos sociais comuns a seus Estados Partes

dorias, bens e serviços e à coordenação de políticas macroeconômicas que visem apenas às condições de concorrência, sem nenhum compromisso, portanto, com a promoção do desenvolvimento:

Artigo 1º – Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará “Mercado Comum do Sul” (Mercosul).

Este Mercado Comum implica:

a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercado e de qualquer outra medida de efeito equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem –, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração (MERCOSUL, 1991).

Mesmo com todas estas limitações, notou-se um avanço, em termos da temática social nas diretrizes do bloco, a partir da criação do Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES) pelo Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994, que institucionalizou a participação dos atores sociais e econômicos no processo de integração. Embora de caráter consultivo, a criação deste fórum representou um ganho nessa direção, na medida em que propiciou um espaço para que demandas da sociedade civil

fossem levadas ao Grupo Mercado Comum (GMC). Juntamente com a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), este grupo passou a compor as estruturas institucionais em que a participação dos atores políticos se faz presente.

Em 2000, os presidentes dos Estados Partes do Mercosul e associados assinaram a Carta de Buenos Aires sobre Compromisso Social e se comprometeram a fortalecer o trabalho conjunto entre os seis países, assim como o intercâmbio de reflexões e projetos acerca dos problemas sociais mais agudos que os afetam, procurando uma solução viável. No mesmo ano, foi criada a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul (RMADS), entidade encarregada de orientar a coordenação de políticas de desenvolvimento e ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento social dos Estados Partes. Sua missão era gerar espaços de debate e definir estratégias conjuntas para encarar a problemática social, espaço que foi denominado Mercosul Social.

Contudo, foi com a criação do Instituto Social do Mercosul (ISM) em 2007 que se fortaleceu a dimensão social. Sua meta era levar a cabo iniciativas que contribuíssem para a redução das assimetrias sociais entre os países componentes do bloco e promover assim o desenvolvimento humano. A expectativa do instituto era se consolidar como órgão técnico-político que ganhasse legitimidade na região para poder assessorar os governos preocupados em construir políticas sociais regionais.

Em 2009 foi fundado o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), cujo objetivo era promover mecanismos institucionais e ações estratégicas que visassem incrementar os níveis de igualdade e inclusão social. Em particular, buscou-se impulsionar o enfoque de direitos nas políticas públicas de caráter social e apoiar políticas de acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais, à igualdade e não discriminação, assim como o acesso à Justiça e a participação na esfera pública de grupos segregados da sociedade.

Também o Estatuto de Cidadania do Mercosul, aprovado em 2010, estabeleceu um conjunto de direitos fundamentais e benefícios sobre circulação de pessoas, fronteiras, identificação, documentação, trabalho e emprego, previsão social, educação, transporte e defesa do consumidor, a ser desenvolvido até 2020 (MERCOSUL, 2010).

Do mesmo modo, a implementação do Plano Estratégico de Ação Social, pela Cúpula do Mercosul, representou um avanço na elaboração de um projeto de combate à fome e à miséria. Algumas de suas diretrizes estabelecidas foram: garantir o direito humano à alimentação sã e adequada; erradicar a fome e combater a desnutrição; lutar contra a pobreza e as desigualdades sociais, em nível nacional e regional, promovendo a redistribuição da renda e dando espaço à perspectiva de gênero.

Todas estas iniciativas denotam movimentações em prol de um acordo que se estabeleça para além de um bloco regional de relações comerciais, como um conjunto de países articulados com objetivos de superar fortes mazelas sociais que se apresentam historicamente a eles e exigem iniciativas comuns. São movimentos ainda preliminares e que exigem aprofundamento, tanto do ponto de vista da prática, como de sua reflexão, mas que têm apontado positivamente para a construção de um projeto de Mercosul Social.

O TEMA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCOSUL SOCIAL

Pensar o Mercosul Social é, sobretudo, pensar em como a integração sul-americana pode contribuir para a consolidação da promoção do desenvolvimento econômico com justiça social, expressa no preâmbulo do Tratado de Assunção. Isso implica conceber desenvolvimento de for-

ma que este não se limite às questões de renda e oferta de bens essenciais.

De acordo com Amartya Sen, referência para a construção desta perspectiva “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito

além dele” (SEN, 2000, p. 28). Seguindo esta lógica proposta por Sen, as políticas de desenvolvimento não devem ser restritas somente à garantia de renda e à oferta de bens materiais básicos, mas devem ser pensadas a partir, também, de investimentos em outras áreas específicas, em um novo conceito de desenvolvimento que se amplia, não referido somente ao fator monetário e a “serviços econômicos”, mas vinculado, além destes fatores, a aspectos que possibilitem aos indivíduos desenvolverem as suas reais capacidades e potencialidades.

Nesta mesma linha, Sen demonstrou com clareza que o problema da pobreza em várias partes do mundo não será resolvido somente a partir da oferta de renda e bens essenciais. Segundo este autor, para participar na distribuição de bens sociais é necessário estar habilitado, por exemplo, por títulos de propriedade e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo (SEN, 1981 apud FURTADO, 1992). E, aqui, Sen, citado por Furtado, toca em um ponto essencial para o artigo que ora se apresenta. O próprio Furtado reforça tal ponto, em seguida, ainda tendo Sen como referência:

Isso é evidente com respeito a populações rurais sem acesso à terra para trabalhar ou devendo pagar rendas escorchantes para ter este acesso. O mesmo se pode dizer das populações urbanas que não estão habilitadas para ter acesso à moradia. As instituições que permitem a concentração em poucas

mãos da formidável valorização das terras urbanas respondem pela miserabilidade de grandes massas da população. A pobreza em massa, característica do subdesenvolvimento, tem com frequência origem numa situação de privação original do acesso à terra e à moradia. (FURTADO, 1992, p. 55).

Furtado nos remete, a partir desta recuperação de Sen e nos seus próprios termos, a um problema secular na região e que jamais pode ser desconsiderado, tendo em vista uma proposta de desenvolvimento: o tema da terra e das possibilidades da produção associadas a ela, o que certamente inclui a agricultura familiar.

Historicamente, o setor agrícola dos países que hoje compõem o Mercosul é muito sensível e sempre representou um impasse para o desenvolvimento. Desde a sua origem no processo colonial, a produção nessa região foi marcada pela presença de latifúndios monocultores voltados à exportação, que levaram à concentração de renda e à criação de elites rurais. Como argumenta Caio Prado Júnior quando trata do Brasil, a “colonização se processa num plano acanhado; outro objetivo não houve que utilizar os recursos naturais do seu território para a produção extensiva precipitada de um pequeno número de gêneros altamente remunerados no mercado internacional” (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 271).

E nada mudou muito significativamente. O cenário atual da agricultura na região é marcado pelo que Marin (2011) denomina de “agricultura sem agricultores”, a qual, segundo o autor, tem na sua estrutura uma alta concentração da produção nas mãos de poucos produtores, latifúndios monocultores com alto nível de utilização de agrotóxicos, com aparato tecnológico que praticamente elimina a mão de obra humana e que tem sua produção destinada, quase que exclusivamente, ao mercado externo (MARIN, 2011). Este cenário se forta-

leceu a partir das várias experiências na região vinculadas a governos neoliberais que, sobretudo, a partir da década de 1990, na América do Sul, estimularam a concentração da terra, privilegiando a propriedade individual e as leis do mercado no tocante ao acesso à terra, e, ademais, direcionaram a produção para cobrir as demandas do mercado internacional, em consonância com os acordos de livre comércio estabelecidos. Conforme Bravo:

Democráticamente o no, el modelo fue impuesto en la mayoría de países de América Latina y el nuevo marco legal que se creó abriría las puertas a la inversión extranjera y prepararía a los países para recibir la nueva demanda internacional de recursos e inversión, que tanto Estados Unidos como, posteriormente, Europa buscarían satisfacer en esta parte del mundo (BRAVO, 2001 p. 15).

Embora essa vinculação do setor agrícola ao mercado internacional tenha impulsionado inovações tecnológicas e um grande volume de produção, ao mesmo tempo, acentuou a concentração de terra e dos fatores de produção agrícola e ampliou as desigualdades entre ricos e pobres, entre os que são competitivos e os que não o são.

Atualmente, ainda que os países do bloco apresentem desequilíbrios na forma de exploração dos recursos naturais e na sua inserção no comércio internacional, baseada no uso intensivo desses recursos, suas estruturas produtivas, em termos gerais, são relativamente homogêneas, marcadas pela convivência entre grandes empresas do agronegócio, pelo uso intensivo de tecnologias de produção (biotecnologias, maquinaria pesada etc) e por uma forte internacionalização.

Ao lado deste processo convivem pequenos produtores familiares que, mesmo com grandes limitações, representam as possibilidades de um modelo alternativo de produção agrícola que, nas palavras

de Márquez e Ramos “[...] *son la base constitutiva del tejido social de los territorios rurales y representan un potencial humano, social y economico clave para el desarrollo equilibrado de los países*” (MÁRQUEZ; RAMOS, 2012, p. 1).

Nesse contexto, a agricultura familiar desponta não somente como meio alternativo de produção, mas também como possibilidade de desenvolvimento para a região, e isso justifica as preocupações postas neste artigo e o destaque do tema para se repensar o Mercosul e estabelecer as bases do Mercosul Social, tendo-o como uma das referências.

A agricultura familiar, definida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) como: 1) o modelo de produção em que há acesso limitado a recursos de terra e capital; 2) uso preponderante de força de trabalho familiar, sendo que o chefe de família participa de maneira direta do processo produtivo; e 3) modelo em que a atividade agropecuária/ silvícola/ agrícola/ pesqueira é a principal fonte de renda e que pode ser ou não complementada com outras atividades não agrícolas, tem significativa expressão na região da América Latina e do Caribe (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, 2012).

Segundo dados da própria FAO, a agricultura familiar nessa região fornece entre 27% e 67% da produção total de alimentos em nível nacional, ocupa entre 12% e 67% das terras agrícolas e gera entre 57% e 77% do emprego agrícola na região. Sua importância se evidencia também quando se considera seu caráter multifuncional³. Além do aumento da produção, a agricultura familiar está intimamente

ligada às questões que permeiam o acesso à terra, a erradicação da pobreza, a equidade social, a diversidade cultural e a sustentabilidade, recorrentes e importantes desafios para o desenvolvimento da região sul-americana (MALUF, 2003).

Destaca Patriota que:

A agricultura familiar é fundamental para garantir a segurança alimentar e nutricional, e não apenas em termos quantitativos – pelo volume de alimentos produzidos –, mas também sob o aspecto qualitativo, na medida em que tende a oferecer maior diversidade de alimentos, que é essencial para uma nutrição saudável. É também um importante elemento para o manejo sustentável dos recursos naturais. [...] Daí a importância de que o apoio à agricultura familiar esteja plenamente integrado às políticas públicas, não como um acessório, mas como elemento central de um modelo de desenvolvimento sustentável, com justiça social, com eliminação da pobreza e redução das desigualdades, e com respeito ao meio ambiente e aos recursos naturais (PATRIOTA, 2012).

A CRIAÇÃO DA REUNIÃO ESPECIALIZADA SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR DO MERCOSUL (REAF) E SEUS RESULTADOS

Diante da necessidade do estabelecimento de um foro destinado ao fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar no âmbito do processo de integração regional sul-americano, teve origem a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), criada pela Resolução 11/2004 do Grupo Mercado Comum (GMC), a partir de uma proposta do governo brasileiro. A REAF tem por objetivo “inserir a agricultura familiar no processo de integração regional por meio do fortalecimento das políticas públicas e da geração de renda, pela facilitação do comércio dos produtos da agricultura familiar”

³ O conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar diz respeito à concepção que entende que a atividade agrícola não se esgota na simples oferta de produtos. Embora a dimensão de produtor de bens agrícolas seja central, é preciso entender o produtor rural familiar como um provedor de outros bens à sociedade, como a preservação dos recursos naturais e das paisagens e como protagonista na dinamização dos espaços rurais. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, no prefácio do livro organizado por Maria José Carneiro e Renato Maluf, argumenta que: “Mais do que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social”. Ver: Carneiro e Maluf (2003).

(MERCOSUL, 2004, p.1). A reunião conta com cinco unidades temáticas, que são responsáveis por tratar de assuntos mais específicos, como o acesso à terra e a reforma agrária, a facilitação de comércio, questões de gênero, seguro agrícola e gestão de risco e juventude rural. A Figura 1 apresenta o esquema estrutural da reunião:

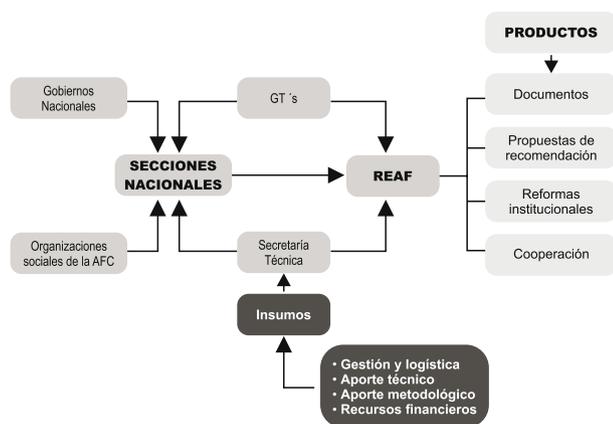


Figura 1
Esquema estrutural e operacional da REAF⁵

Fonte: Ramos e outros (2014).

Para que as seções plenárias (espaço em que as delegações dos governos e os representantes da sociedade civil se reúnem para deliberar e acordar sobre os diversos temas propostos) ocorram, três outras unidades internas à REAF são essenciais: as seções nacionais, os grupos temáticos e a secretária técnica. De maneira geral, as seções nacionais são responsáveis pela realização de reuniões prévias à REAF, onde acontecem os debates e têm origem as decisões coletivas e as propostas de políticas públicas que serão debatidas nas seções plenárias. Fica a cargo dos grupos temáticos a abordagem dos temas da agenda da REAF, assessorando, com estudos e informações técnicas, a proposição dos temas. Já a secretária técnica é encarregada de preparar as REAF, dando todo o respaldo logístico e operacional para que as

⁴ A sigla AFC no quadro *Organizaciones sociales de la AFC* significa Agricultura Familiar e Camponesa, que pode ser traduzida como Organizações Sociais da Agricultura Familiar e Camponesa.

reuniões ocorram, fiscalizando o cumprimento das tarefas e os prazos estabelecidos.

As atividades da REAF ocorridas até o presente momento podem ser divididas em três etapas (RAMOS et al., 2014). A primeira, que compreende o período entre 2004 e 2007 (I a VIII REAF), teve como traço marcante de atuação a realização de estudos e diagnósticos. As I e II REAF foram responsáveis pela criação das regras e normas que regem a REAF e pela aprovação de um acordo entre a REAF e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)⁵, que deu todo o suporte técnico e financeiro para que as reuniões ocorressem.⁶ Foram realizados também estudos ligados ao mapeamento da agricultura familiar na região, relacionados à representatividade da agricultura familiar no Produto Interno Bruto (PIB) do Mercosul e à estrutura de produção e comercialização dos produtos agrícolas. Cabe destacar, ainda, a criação de um grupo de trabalho para negociações internacionais extrabloco, principalmente no que diz respeito à Rodada do Uruguai da Organização Mundial do Comércio (OMC), e para projetos pilotos de seguro agrícola *Fondo Seguro de Cosecha* (VI REAF), Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul (VI REAF) e Programa Piloto de Educação Não Formal de Jovens Rurais (VII REAF).

Pode-se observar que, nesta primeira etapa, a REAF apresentou atuação muito tímida, com algum indício de mudança na atuação do órgão a partir da VI REAF (REUNIÃO ESPECIALIZADA SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR DO MERCOSUL, 2006b), na medida em que passou a agir de

⁵ O FIDA é uma agência da ONU que, por meio do acordo realizado com a REAF, realizou doações que permitiram: a) o funcionamento do programa FIDA Mercosul como secretaria técnica da REAF; b) a realização dos planos de trabalho da REAF e; c) os meios suficientes para garantir a qualidade e a continuidade da participação dos representantes das organizações da agricultura familiar na REAF. Ver: www.fidamercosur.org

⁶ Quando a sigla REAF é utilizada sem nenhum complemento refere-se ao órgão Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul. Quando a sigla vem precedida por algarismo (como por exemplo: I REAF, II REAF, etc), refere-se a alguma reunião plenária específica da REAF.

modo mais organizado e com maior participação da sociedade civil. Como destacam Costa e Pires: “Nota-se claramente a preocupação em ir além dos estudos teóricos e concentrar esforços para que as discussões atinjam, de fato, os agricultores através das políticas públicas” (COSTA; PIRES, 2008, p.12).

Entre 2008 e 2011 ocorreu a segunda etapa da REAF. Seu principal avanço ocorreu na X REAF, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 2008, em que foi anunciada a incorporação da decisão GMC 25/07 por todos os Estados-membros⁷. Esta decisão estabeleceu diretrizes para o reconhecimento da agricultura familiar no Mercosul, importante passo para a consolidação da REAF e para que as políticas públicas propostas atingissem efetivamente os agricultores. Além desta iniciativa, vale destacar a execução do projeto piloto de seguro agrícola *Fondo Seguro de Cosecha* (VI REAF) e do Programa Piloto de Educação Não Formal de Jovens Rurais (VII REAF). Também se iniciaram os registros nacionais da agricultura familiar, segundo os critérios da decisão GMC 25/07, e foi criado o Fundo da Agricultura Familiar (FAF), que será descrito no próximo tópico deste artigo e representou um relevante e necessário movimento de independência da REAF em relação ao financiamento do FIDA e do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)⁸.

A partir da XVII REAF, realizada em Buenos Aires, durante os dias 4 a 7 de junho de 2012, teve início a terceira etapa da REAF. Durante esta reunião

foi anunciado que, uma vez que todos os países membros do Mercosul haviam aprovado a criação do FAF, em suas instâncias internas, este entraria em vigor a partir de 15 de junho daquele mesmo ano, colocando a REAF em uma posição mais confortável e independente, financeiramente. Cabe destacar também que, a partir da XVIII REAF, a reunião passou a contar com a Venezuela como membro pleno, conforme o exposto pela decisão

CMC 04/93⁹ e pelo Art. 2 da Resolução GMC 26/01¹⁰.

Na análise do conjunto das atividades realizadas pela REAF até agora, em suas três etapas, pode-se considerar que, mesmo de maneira tímida, conforme Ramos et al (2014), a REAF já conquistou consideráveis avanços. Primeiramente, sua própria existência mostra que é possível que demandas da sociedade civil sejam ouvidas pelos órgãos decisórios do Mercosul.

Conforme Marin, “um aspecto bastante inovador da REAF é a participação de representantes da sociedade civil organizada em todas as etapas do processo. Essa participação é garantida por recursos oriundos de um fundo especialmente constituído para esse fim e administrado pela secretaria técnica do Mercosul” (MARIN, 2011, p.19).

Além disso, outros dois aspectos não menos relevantes enquanto avanços do órgão são que, primeiro, institucionalizou-se um espaço de diálogo especializado sobre a agricultura familiar e, segundo, consolidou-se a necessidade de políticas públicas específicas para esse setor, reforçando a existência e a identidade comum da temática para a região, a necessidade de sua discussão e a importância da implementação de políticas na sua direção para o desenvolvimento sul-americano. Tal como reafirmam Ramos e outros (2014, p. 485):

A REAF já conquistou consideráveis avanços. Primeiramente, sua própria existência mostra que é possível que demandas da sociedade civil sejam ouvidas pelos órgãos decisórios do Mercosul

⁷ A Decisão GMC 25/07 trata dos critérios comuns de identificação da agricultura familiar na região, que passa a ser definida como: 1) aquela que utiliza mão de obra predominantemente familiar, sendo limitada a utilização de mão de obra contratada; 2) aquela em que a família é responsável direta pela produção e gestão do estabelecimento e reside no lugar ou nas redondezas e; 3) aquela em que os recursos são compatíveis com a capacidade de trabalho da família, com a atividade desenvolvida, com a tecnologia utilizada, de acordo com a realidade de cada país.

⁸ Informações retiradas de partes das atas disponíveis sobre a I REAF e a II REAF. Consultar: <www.reafmercosul.org>.

⁹ Para consulta na íntegra ver: Mercosul (2014a).

¹⁰ Para consulta na íntegra ver: Mercosul (2014b).

El mayor logro es haber acordado el concepto de agricultura familiar y su rol en el desarrollo de los países. Lograr esta identificación común entre los países posibilita el desarrollo de instrumentos y herramientas comunes (política de crédito, de compras públicas, seguro agrícola, nuevas regulaciones sobre tierras), así como le ha otorgado una identidad propia a la agricultura familiar que permite pensar en estrategias más amplias en la región.

O FUNDO DA AGRICULTURA FAMILIAR (FAF)

Quando se discutem as possibilidades de avanços do REAF, irrevogavelmente tem-se que tratar dos recursos disponíveis para isso. E, neste sentido, a existência do FAF é fundamental, enquanto fundo de financiamento dos vários projetos que se deseja implementar, com níveis consideráveis de autonomia e capacidade de assegurar a sustentabilidade institucional da REAF.

O FAF tem sua origem durante a X REAF, realizada sob a presidência *pro tempore* do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 de novembro de 2008. À ocasião, o projeto foi encaminhado para apreciação do Conselho Mercado Comum (CMC), aprovado e promulgado na Decisão número 45/08 deste. Conforme estabelecido nesta decisão, o FAF tem por objetivo “financiar os programas e projetos de incentivo à agricultura familiar do Mercosul, assim como facilitar uma ampla participação dos atores sociais em atividades relacionadas ao tema”¹¹. Ramos e outros (2014) argumentam que

Quando se discutem as possibilidades de avanços do REAF, irrevogavelmente tem-se que tratar dos recursos disponíveis para isso. E, neste sentido, a existência do FAF é fundamental

uma “reflexión ineludible sobre esta decisión es el señalamiento de la voluntad de ‘empoderamiento’ y ‘sostenibilidad’ de los gobiernos de la región en relación al espacio de diálogo político que representa la REAF” (RAMOS et al., 2014, p. 490).

Durante a XI REAF, realizada em Assunção, no Paraguai, no mês de junho de 2009, os Estados membros deram continuidade ao previsto no Art. 3º da Decisão 45/08 do CMC e discutiram o regulamento do FAF. O projeto, produzido e depois aprovado pelo Conselho em sua Decisão 06/09, definiu que o FAF se constituiria de uma contribuição fixa anual por Estado Parte de US\$ 15 mil, somados a uma contribuição anual de US\$ 300 mil, da qual a Argentina seria responsável por 27%, o Brasil por 70%, o Paraguai e o Uruguai por 1% e 2%, respectivamente.

Conforme estabelecido no Art. 8º da Decisão 06/09 do CMC, durante a XII REAF realizada na Argentina, optou-se pela administração do FAF a cargo do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS), via acordo entre a entidade e o Mercosul. Ainda nesta reunião foi anunciado, de acordo com o previsto no Art. 3º da Decisão 06/09 do CMC, que Argentina e Uruguai incorporariam o FAF no seu ordenamento jurídico, mediante a Resolução 186/10, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MAGyP) da Argentina, e o Decreto 156/10, do presidente da República do Uruguai. O Brasil, por sua vez, incorporou o FAF somente em 2012, via Decreto Legislativo 150/2012, sancionado pela vice-presidente do Senado Federal à época, a senadora Marta Suplicy.

Com a adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Tratado de Assunção em 2012, o FAF passou a contar com mais uma contribuição fixa de US\$ 15 mil anuais e uma contribuição complementar de US\$ 81 mil, conforme o estabelecido pela Decisão 05/13 do CMC, que rege a participação da Venezuela no FAF.

¹¹ Decisão Número 45/08 do CMC. Disponível em: <<http://www.reefmercosul.org/reef/sobre/documentos>>. Acesso em: 15 dez 2012.

O que se percebe, entretanto, é que o FAF ainda encontra diversas barreiras, tanto em nível regional, quanto no âmbito nacional dos países membros. Mas, ainda assim, o FAF apresenta-se com importante plataforma de financiamento dos programas de agricultura familiar, em parcerias com projetos nacionais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do governo brasileiro¹². Outra importante contribuição do FAF refere-se ao que ele representa para as políticas públicas no Mercosul, na medida em que permite independência em relação às instituições internacionais de financiamento, mais especificamente, sem o apoio técnico e mais distante da tutela de instituições como o FIDA, inaugurando um novo ciclo de atuação da REAF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas ao longo deste artigo evidenciaram o estágio ainda embrionário das políticas públicas sociais no Mercosul, sobretudo, àquelas vinculadas à agricultura familiar, que acabam inseridas em segundo plano no Bloco, onde prevalece uma perspectiva mercadológica e comercial. Como argumenta Laisner e outros (2013):

Fica explícita, portanto a superficialidade do plano de integração social mercosulino, evidenciando a necessidade de se pensar uma integração que envolva fatores não apenas econômicos, mas também políticos e sociais, para que então, esta integração forneça os vínculos necessários entre a sociedade e as

instâncias formais a fim de se construir uma integração efetiva que reflita os interesses diretos das pessoas envolvidas, e da multiplicidade de dimensões que as atinge. (LAISNER et al., 2013, p. 11).

O FAF ainda encontra diversas barreiras, tanto em nível regional, quanto no âmbito nacional dos países membros

Ao mesmo tempo, demonstrou que, paulatinamente, o debate sobre o desenvolvimento de forma ampliada no projeto mer-

cosulino, tem feito emergir uma reflexão sobre o MERCOSUL Social, que tem dado destaque a estas políticas e também, em especial as de agricultura familiar. Nelas, têm-se focado nas possibilidades de uma outra integração em que de fato se leve em consideração modelos alternativos ao Bloco e seus residentes. Ademais, nota-se, neste processo, a importância da participação civil na proposição e construção das políticas públicas de caráter social no bloco, com efeitos cada vez mais expressivos, ainda que frágeis, na apresentação de demandas e exercício de pressão sobre os órgãos decisórios. Nesse sentido, a questão do aprofundamento dessa participação desponta como principal desafio para a continuidade do bloco e para a construção de políticas públicas que extrapolem o caráter comercial do MERCOSUL. Ramos e outros (2014) expõem que:

Varias cosas cambiam, como el contexto, los actores y la metodología que se adapta, pero lo que a lo largo de las lecciones aprendidas durante los últimos 10 años en la experiencia REAF no debería cambiar es la participación comprometida y responsable de las organizaciones sociales en el Diálogo Político, y la voluntad genuina y democrática de los gobiernos de abrir las puertas de esta participación para incorporar a los movimientos sociales decididamente en el diseño de las políticas y no en una mera legitimación de las mismas. Éste es el desafío. (RAMOS et al., 2014, p. 496).

¹² Desenvolvido pelo governo brasileiro, o PRONAF tem por objetivo atender, de forma diferenciada, os mini e pequenos produtores rurais, possibilitar a elevação de sua capacidade produtiva, gerar emprego e renda e contribuir para a redução das desigualdades sociais. Em linhas gerais, o programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Ver: www.mda.gov.br.

No nível institucional, é clara a contribuição da REAF na consolidação de uma agenda para a agricultura familiar, tema que está intrinsecamente relacionado com os demais problemas sociais, tão frequentes na região e, que, certamente, pode ter um efeito positivo de difusão em termos de aprendizagem e boa “prática” em outras temáticas. Assim, Ramos e outros (2014) colocam que:

El MERCOSUR reconoce que es necesario establecer y perfeccionar políticas públicas diferenciadas para la agricultura familiar, que promuevan el desarrollo sustentable del medio rural desde el punto de vista socioeconómico, cultural y ambiental. En cumplimiento de lo que antecede, los gobiernos de la región consideran conveniente promover la producción y facilitar el comercio de los productos de la agricultura familiar, dado que éstos tienen una participación relevante en la seguridad alimentaria de la región y en sus cadenas agroproductivas. Los gobiernos de los países del Bloque entienden que resulta necesario contar con instrumentos adecuados de reconocimiento e identificación de agricultores familiares, que permitan que las políticas públicas para el sector lleguen efectivamente a los destinatarios, reconociendo a tales efectos en igualdad de condiciones a las mujeres y los hombres rurales. (RAMOS et al., 2014, p. 477).

Assim, ainda que as políticas apresentadas, em especial o Fundo da Agricultura Familiar do MERCOSUL estejam em estágio embrionário e com um tímido desenvolvimento institucional – consequência das dificuldades dos processos de negociações multilaterais - estas representam importante passo para a consolidação de um MERCOSUL mais plural, que possa superar os desafios em nível regional e internos aos países membros, não somente no que se refere às questões do crescimento econômico da região, mas naquilo que se remete também às possibilidades mais amplas de seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Leandro Rocha de. (Coord.). *Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá, 2006.

AYERBE, Luis Fernando. (Org.). *Integração Latino Americana e Caribenha*. São Paulo: Fundação Memorial; Imprensa Oficial, 2007.

BRAVO, Elisa Wiener. *La concentración de la propiedad de la tierra en América Latina: una aproximación a la problemática actual*. Lima: International Land Coalition, CIRAD, CISEPA, 2011.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

COSTA, Júlia Jacomini; PIRES, Elson Luciano Silva. *A institucionalização da Agricultura Familiar na esfera do Mercosul: avanços e desafios*. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/16.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2013.

DELLO BUONO, Richard Alan. *Diálogo sudamericano: outra integração es posible*. Quito: Ediciones La Tierra, 2006.

FURTADO, Celso. A armadilha histórica do subdesenvolvimento. In _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAISNER, Regina C. et al. A integração social do Mercosul: uma agenda de Políticas Públicas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO: DE NORTE A SUL, POR UMA INTEGRAÇÃO DO CONTINENTE SUL-AMERICANO, 14., 2013, Palmas, TO. *Anais...* Palmas, TO: Fomerco, 2013.

MALUF, Renato Sérgio. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio. *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MARIN, Pedro de Lima. Mercosul e a disseminação internacional de políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 16, n. 58, 2011.

MÁRQUEZ, S.; RAMOS, A. *Las políticas diferenciadas para la agricultura familiar en el MERCOSUR: contribución del diálogo político al diseño de las políticas públicas y la institucionalización*. Disponível em: <http://fidamercosur.org/site/images/BIBLIOTECA/FaseIII_2012/DocumentosFaseIII_2012/Paper_Las%20polticas%20diferenciadas%20para%20la%20agricultura%20familiar%20en%20el%20MERCOSUR.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2014.

MERCOSUL. *Tratado de Assunção*. Assunção: [s.n], 1991.

MERCOSUL. *Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul*. Ouro Preto, 1994. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/Ouro%20Preto_PT.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

MERCOSUL. *Estatuto da Cidadania do Mercosul*. 2010. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2810/1/DEC_0642010_PT_Estatuto_da_Cidadania.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. *Participação nas reuniões*. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/PT/CMC_1993_DEC_004_PT_Participa%C3%A7%C3%A3oReuni%C3%B5es.PDF>. Acesso em: 15 jul. 2014a.

_____. *Atas e Documentos do Mercosul*. Disponível em: <[http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/F80AAC6493ED3B1383257D160063EBFC/\\$File/RES_026-2001_PT_At.%20_%20ActasDocuMCS.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/F80AAC6493ED3B1383257D160063EBFC/$File/RES_026-2001_PT_At.%20_%20ActasDocuMCS.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2014b.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. *Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. *Marco estratégico de mediano plazo de cooperación de la FAO em agricultura familiar em América Latina y el Caribe*. [S.l.]: FAO, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/alc/legacy/iniciativa/expertos_agri/documentos/trabajo/1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. *Intervenção do Ministro Antônio de Aguiar Patriota na XVIII REAF*. Caxias do Sul, RS: Ministério das Relações Exteriores, 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/intervencao-do-senhor-ministro-de-estado-na-xviii-reaf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

RAMOS, A. et al. El desarrollo institucional de la agricultura familiar em el MERCOSUR: La experiencia de la REAF MERCOSUR. In: ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. *Agricultura familiar em América Latina y el Caribe: recomendaciones de política*. Santiago: FAO, 2014.

REUNIÃO ESPECIALIZADA SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR DO MERCOSUL. *Histórico da REAF*. Disponível em: <<http://www.reafmercosul.org/reafe/sobre>>. Acesso em: 5 set. 2013.

_____. *Ata da reunião realizada em Assunção nos dias 26 e 27 de maio de 2005a*. Terceira Ata.

REUNIÃO ESPECIALIZADA SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR DO MERCOSUL. *Ata da reunião realizada em Montevideo nos dias 4 e 5 de novembro de 2005b*. Quarta Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Buenos Aires nos dias 1 e 2 de junho de 2006a*. Quinta Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Porto Alegre nos dias 7 e 8 de dezembro de 2006b*. Sexta Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Assunção no dia 24 de maio de 2007a*. Sétima Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Montevideo nos dias 22 a 25 de outubro de 2007b*. Oitava Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Buenos Aires no dia 2 de julho de 2008a*. Nona Ata.

_____. *Ata da reunião realizada no Rio de Janeiro no dia 27 de novembro de 2008b*. Décima Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Assunção no dia 4 de junho de 2009a*. Décima primeira Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Montevideo no dia 4 de dezembro de 2009b*. Décima segunda Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Mar del Plata no dia 4 de Junho de 2010a*. Décima terceira Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Brasília no dia 19 de novembro de 2010b*. Décima quarta Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Assunção no dia 3 de junho de 2011a*. Décima quinta Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Minas nos dias 5 a 8 de dezembro de 2011b*. Décima sexta Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Buenos Aires nos dias 4 a 7 de junho de 2012a*. Décima sétima Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Caxias do Sul no dia 15 de novembro de 2012b*. Décima oitava Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Atlântida nos dias 27 a 30 de maio de 2013a*. Décima nona Ata.

_____. *Ata da reunião realizada em Caracas nos dias 26 a 28 de novembro de 2013b*. Vigésima Ata.

_____. *Reunión especializada Sobre Agricultura Familiar em el Mercosur*. Buenos Aires, 2004.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Este artigo é parte de um projeto maior, A integração social do Mercosul: uma agenda de políticas públicas, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPP), no qual estão inseridos os dois autores. O objetivo geral deste projeto é investigar as possibilidades da integração social do Mercosul, tendo em vista um conjunto de políticas públicas no âmbito do bloco. Mais especificamente, são estudadas políticas públicas de desenvolvimento social e programas de transferência de renda, infraestrutura, agricultura familiar, cultura, saúde e educação.

Artigo recebido em 20 de agosto de 2014
e aprovado em 23 de setembro de 2014.

COLABORARAM NESSE NÚMERO:

Angela Machado Rocha

Aurélio José Antunes de Carvalho

Celma Amorim de Oliveira

Claudineia Barreto Mendes

Cristiane Nascimento Santos

Douglas Cerqueira Gonçalves

Edimare Ribeiro Costa

Edna Maria da Silva

Ednildo Andrade Torres

Eliane Pereira de Almeida Vale

Fábio Matos Fernandes

Francisco Lima Cruz Teixeira

Guilherme Ferreira

Irenilda de Souza Lima

Ivanessa Thaianne do Nascimento Cavalcanti

Jerônimo Rodrigues Souza

Josenaide de Sousa Alves

Katia de Fatima Vilela

Leandra Pereira da Silva

Lílian Lefol Nani Guarieiro

Lorena Maria Magalhães Rocha

Macio Andrade do Nascimento

Marcelo Santana Silva

Márcia da Silva Pedreira

Marcio Harrison dos Santos Ferreira

Rafael Alves de Andrade

Regina Laisner

Rodney Alves Barbosa



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

ISSN 0103 8117



977010381100-1